

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

**TURISMO SOLIDÁRIO, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO
DO SERRO / MINAS GERAIS**

MARIA FLÁVIA PIRES BARBOSA

**BELO HORIZONTE
JULHO DE 2018**

MARIA FLÁVIA PIRES BARBOSA

**TURISMO SOLIDÁRIO, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO
DO SERRO / MINAS GERAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço
Orientador: Prof. Dr. Weber Soares
Coorientador: Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues

Belo Horizonte
Instituto de Geociências da UFMG
Julho de 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



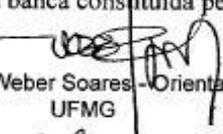
FOLHA DE APROVAÇÃO

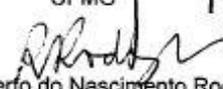
Turismo Solidário, Capital Social e Desenvolvimento no Município do Serro/MG

MARIA FLAVIA PIRES BARBOSA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 16 de julho de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Weber Soares - Orientador
UFMG


Prof(a). Roberto do Nascimento Rodrigues
Fundação João Pinheiro


Prof(a). Moises Alberto Calle Aguirre
UFRN

X 
Prof(a). José Antônio Souza de Deus
UFMG


Prof(a). Carlos Fernando Ferreira Lobo
Universidade Federal de Minas Gerais - IGC

X 
Prof(a). Altair Sancho Pivoto dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora

Belo Horizonte, 16 de julho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Ao Weber Soares, orientador,
pela presença, inteligência, gentileza e incentivo durante todo o percurso de escrita da tese.

Ao Roberto do Nascimento, coorientador,
pela atenção e pelas leituras cuidadosas.

Aos meus sobrinhos, Lucan e Maria Lua,
que me ensinam sobre a vida.

Aos meus pais, Maria de Fátima e Delmo,
por todo o amor e dedicação. Por tudo.

Aos meus irmãos, Bruno e Diogo,
pela cumplicidade e por terem me dado meus dois maiores presentes.

À minha família,
Pelo incentivo e pela torcida.

Ao Marcos,
com quem compartilho amor, sonhos, utopias e realidades. Pela parceria, por ser ouvinte e leitor. Pela presença e paz.

Aos meus amigos,
com quem compartilho afetos. Em especial à Mari e Carol, pelas presenças necessárias. Ao Guigas e Solis, pela parceria e apoio quase diários. À Lu, amiga-irmã que divide comigo o cotidiano, pela paciência e incentivo. À Lu Gouvêa e Tati, pelo carinho e torcida.

Aos colegas da Codemig,
em especial aos amigos turismólogos, Livia, Guilherme e Karla, pela paciência e força.

À CAPES,
pelo auxílio financeiro entre os anos de 2014 e 2017, tão essencial para a pesquisa.

Aos moradores de Capivari, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras,
pela oportunidade, pelo aprendizado e pela acolhida.

RESUMO

O município do Serro é o *locus* das questões e reflexões suscitadas nesta pesquisa. Território complexo, heterogêneo e múltiplo, é resultado de uma dinâmica histórica e geográfica que tem sua gênese na descoberta do ouro, no início do século XVIII. Desde as primeiras incursões garimpeiras, essa região proveu com recursos próprios um dos mais importantes ciclos econômicos e sociais da região das Minas Gerais e também do Brasil. O impacto desta história: três séculos de mineração não foram suficientes para garantir a prosperidade da região e, hoje, grande parte de sua população é desprovida de outras fontes de renda que não a agricultura de subsistência e o apoio assistencialista do Estado. Contemporaneamente, dado seu acervo histórico-cultural relativamente preservado e seus atributos paisagísticos e naturais, já que o município localiza-se na porção meridional da cadeia do Espinhaço, o Serro se apresenta como palco para políticas, programas e projetos que buscam, principalmente, recuperar a economia do município. Neste quadro, a referência ao turismo como campo privilegiado para a promoção do desenvolvimento tornou-se quase um lugar comum, sobretudo em anos recentes. Menos frequente, porém, tem sido a reflexão sobre os motivos pelos quais o turismo assume tal feição. Da mesma maneira, poucas são as análises de políticas públicas em que o foco não recaia, necessariamente, sobre o fator econômico. Assim, esta tese serve ao propósito de articular passado e presente, tendo como referência o Programa Turismo Solidário (PTS) – uma política pública do Estado de Minas Gerais, concebida em 2003 e vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. Ao recuperar a visão do Estado e colocar em evidência as premissas teóricas e empíricas que fundamentaram o PTS, este trabalho busca compreender as razões que explicam os (in)sucessos dessa política. A hipótese central desta tese é a de que o êxito da política implicaria, necessariamente, cooperação, isto é, uma ação coordenada entre os atores envolvidos com o Programa. Daí, a necessidade de compreender a forma de articulação e de organização das famílias que optaram por aderir ao Programa e, ao mesmo tempo, deslindar o modo pelo qual os atores locais conduziram a atividade turística durante o Programa: seria de forma atomizada ou integrada? Os conceitos de rede social e Análise de Redes Sociais, tais como tratados por Granovetter (1973; 1985), Burt (1992; 2001) e Lin (1999; 2001), foram acionados para explicar a vinculação entre capital social e o fenômeno da ação coletiva aqui estudada. De forma conclusiva, cabem aqui alguns apontamentos: 1) o PTS, na sua concepção, apresentou-se como uma possível ferramenta para a promoção do desenvolvimento. Na prática, contudo, a política reduziu o turismo à sua capacidade de gerar trabalho e renda aos moradores; 2) tendo a solidariedade como um princípio, o efeito do Programa, todavia, foi exatamente o inverso: a competitividade; 3) as relações sociais assumiram notável importância na conformação da rede de turismo solidário no município estudado; 4) a ausência da participação efetiva da população na concepção e formulação da própria política resultou na fraca mobilização e articulação das comunidades; e 5) havia uma permanente tensão entre a tutela, reflexo da dependência explícita de agentes externos, e as necessárias autonomia e emancipação das comunidades envolvidas com a iniciativa. Esses apontamentos servem de suporte à necessidade de se estimular uma forte capacidade de ação local em face do peso das imposições vindas ‘de fora’, que, ainda hoje, são grandes obstáculos para o desenvolvimento das comunidades envolvidas.

Palavras-chave: turismo solidário, desenvolvimento, solidariedade, análise de redes sociais, capital social, Serro

ABSTRACT

The town of Serro is the *locus* of issues and reflections brought up in this research. This complex, heterogeneous and multiple territory is the result of its geographical and historical context that began with the discovery of gold, in the early 18th century. Since the first prospecting incursions, this region has financed one of the most important economic and social cycles in Minas Gerais, and in Brazil, with its resources. The impact of this history: three centuries of mining were not enough to guarantee the region's prosperity and, today, a large portion of the population lacks other sources of income besides subsistence agriculture and the government's financial support. Nowadays, thanks to its relatively intact cultural and historic heritage, as well as its natural attributes and landscape (it is located in the southern part of Espinhaço mountain range) Serro is a stage for policy initiatives, programs and projects that aim, above all, to recover the town's economy. In this context, citing tourism as a privileged field to promote development became somewhat commonplace, mainly in recent years. Less frequently, however, has there been actual reflection on why tourism is seen in this light. Similarly, few are the analyses of public policies that do not focus on the economy. Therefore, this thesis aims to articulate past and present, focusing on the Solidarity Tourism Program (PTS) – a Minas Gerais State Government public initiative created in 2003, under the Extraordinary Department for the Development of the Valleys of Jequitinhonha, Mucuri, and Northern Minas Gerais. By presenting the perspective of the State and highlighting the theoretical premises that supported this policy, the reasons behind its successes and failures are better understood. The central hypothesis of this thesis is that the success of this initiative would require, necessarily, cooperation, i.e., a coordinated action plan among those involved in the Program. Hence, the need to understand how the families that chose to join the Program articulated and organized themselves and, at the same time, investigate the way the locals conducted touristic activities during the Program: in an atomized or integrated manner? The concepts of social media and social media analysis, as discussed by Granovetter (1973; 1985), Burt (1992; 2001) and Lin (1999; 2001), were used to explain the connection between social capital and the phenomenon of the collective action studied here. In conclusion, it is worth pointing out some findings: 1) The PTS, in its conception, was regarded as a possible tool to promote development. In actuality, however, the policy reduced tourism to its capacity of providing employment and income to the locals; 2) despite having solidarity as a principle, the Program's effect, in reality, was exactly the opposite: competition; 3) the social relations gained noticeable importance in shaping the solidarity tourism network; 4) the absence of effective participation of the population in the conception and formulation of the policy resulted in weak mobilization and articulation of the communities; and 5) there was permanent tension between oversight, a reflection of the explicit dependence on external factors, and the necessary autonomy and emancipation of the communities involved in the initiative. These findings support the need to stimulate a strong capacity for local action in the face of impositions coming from the "outside" that are, to this day, great obstacles to the development of the communities involved.

Key-words: solidarity tourism, development, solidarity, analysis of social network, social capital, Serro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização geográfica do Serro / Minas Gerais	20
Figura 2: Delimitação aproximada da Comarca do Serro do Frio e trajeto de acesso à região diamantina	31
Figura 3: Mapa da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço - RBSE	43
Figura 4: Mapa das Unidades de Conservação - RBSE - Serro / Minas Gerais	45
Figura 5: IDHM - Serro (2000/2010)	49
Figura 6: Mapa dos municípios, distritos e povoados que fazem parte do Programa Turismo Solidário em Minas Gerais	65
Figura 7: Elementos de uma rede social	97
Figura 8: Receptivos Familiares – Capivari	143
Figura 9: Receptivos Familiares – Capivari	144
Figura 10: Receptivos Familiares – Milho Verde	152
Figura 11: Receptivos Familiares – Milho Verde	153
Figura 12: Receptivos Familiares – São Gonçalo do Rio das Pedras	162
Figura 13: Receptivos Familiares – São Gonçalo do Rio das Pedras	163
Figura 14: Rede total – Capivari / Serro	191
Figura 15: Rede total – Milho Verde / Serro	192
Figura 16: Rede total – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro	193
Figura 17: Rede total – Serro	197
Gráfico 1: Pessoas de mais de 10 anos – rendimento mensal total	47
Gráfico 2: Escolaridade da população residente no Serro com mais de 10 anos de idade	48
Quadro 1: Síntese e descrição das variáveis utilizadas	128
Tabela 1: Centralidade de Grau – Capivari / Serro (MG)	167
Tabela 2: Centralidade de Grau – Milho Verde / Serro (MG)	169
Tabela 3: Centralidade de Grau – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)	171
Tabela 4: Centralidade de Intermediação, de Proximidade e Eigenvector – Capivari / Serro (MG)	174
Tabela 5: Centralidade de Intermediação, de Proximidade e Eigenvector – Milho Verde / Serro (MG)	175
Tabela 6: Centralidade de Intermediação, de Proximidade e Eigenvector - São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)	175
Tabela 7: Coparticipação em cliques – Capivari / Serro (MG)	177
Tabela 8: Coparticipação em cliques – Milho Verde / Serro (MG)	178
Tabela 9: Coparticipação em cliques – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)	178
Tabela 10: Densidade – Capivari, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)	180
Tabela 11: Distância Geodésica – Capivari / Serro (MG)	181

Tabela 12: Distância Geodésica – Milho Verde / Serro (MG)	182
Tabela 13: Distância Geodésica – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)	182
Tabela 14: Redundância e restrições diádicas – Capivari / Serro (MG)	185
Tabela 15: Buraco Estrutural e Constraint index – Capivari / Serro (MG)	186
Tabela 16: Redundância e restrições diádicas – Milho Verde / Serro (MG)	187
Tabela 17: Buraco Estrutural e Constraint index – Milho Verde / Serro (MG)	188
Tabela 18: Redundância e restrições diádicas – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)	189
Tabela 19: Buraco Estrutural e Constraint index – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)	189

LISTA DE ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ARS	Análise de Redes Sociais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CODEMIG	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ENTBL	Encontro Nacional de Turismo de Base Local
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FITS	Fórum Internacional de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável
FJP	Fundação João Pinheiro
FMAM	Fundo para o Meio Ambiente
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRET	Grupo de Investigação e Intercâmbio Tecnológico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT	Instituto de Turismo Costarriquenho
IDENE	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEF/MG	Instituto Estadual de Florestas / Minas Gerais
INGUAT	Instituto Guatemalteco de Turismo
MAB	Programa “O Homem e a Biosfera”
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OMT	Organização Mundial do Turismo
PEPI	Parque Estadual do Pico do Itambé
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODETUR-NE	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal
PRONAF	Programa de Agricultura Familiar
PTS	Programa Turismo Solidário
RBSE	Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço
Rede TUCUM	Rede Cearense de Turismo Solidário e Comunitário
REDTURS	Rede de Turismo Comunitário da América Latina
RENITURAL	Rede Nicaraguense de Turismo Rural
SEBRAE/MG	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais
SEDEVAN	Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas Gerais
SETUR/MG	Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TURISOL	Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
UC	Unidade de Conservação
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UIOOT	União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo
UNAT	União das Associações de Turismo e de Atividades ao ar livre
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

FOLHA DE APROVAÇÃO	3
AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7
LISTA DE ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - UMA LEITURA GEO-HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DO SERRO - MINAS GERAIS .	19
1.1. A conformação histórica: a descoberta do ouro e do diamante e as primeiras incursões nas Minas Gerais.....	25
1.1.1. A formação territorial do Serro/Minas Gerais: gênese e ascensão	29
1.1.1.1. A atividade garimpeira e o ordenamento territorial.....	32
1.1.1.2. O ambiente rustico serrano e o abastecimento alimentar no período colonial	35
1.1.2. Os descaminhos do Serro: declínio e isolamento	37
1.2. Do passado ao presente: a dinâmica geo-histórica e as políticas compensatórias de desenvolvimento.....	40
CAPÍTULO 2 -TURISMO SOLIDÁRIO, DESENVOLVIMENTO E SOLIDARIEDADE	51
2.1. Sobre o Turismo Solidário: suas bases teóricas e empíricas	52
2.1.1. A anatomia do Programa Turismo Solidário no Serro/Minas Gerais.....	61
2.2. O Programa Turismo Solidário e sua relação com o Desenvolvimento.....	68
2.2.1. O Programa Turismo Solidário e as teorias intervencionistas.....	72
2.2.2. A perspectiva neoclássica do desenvolvimento e suas implicações no âmbito do Programa Turismo Solidário	79
2.2.3. O apelo ‘sustentável’ no discurso do Programa Turismo Solidário	82
2.3. Em que consiste a Solidariedade?	87
2.3.1. Solidariedade e Estado: a perspectiva solidária neoliberal.....	89
2.3.2. A solidariedade que guia os turistas	91
2.4. Breves considerações.....	93
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DE REDES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL: AÇÃO COLETIVA	95
3.1. Do conceito de rede à Análise de Redes Sociais	96
3.1.1. Antecedentes Históricos da Análise de Redes Sociais	99

3.1.2. Análise de redes sociais e sua aplicação na avaliação de políticas públicas	104
3.2. Capital Social e Ação coletiva.....	105
3.2.1. A perspectiva clássica sobre o Capital Social	108
3.2.2. O conceito de capital social à luz da análise de redes sociais	113
3.2.2.1. Fechamento de Rede.....	114
3.2.2.2. Buracos estruturais	115
3.2.2.3. Recursos na rede social e o posicionamento dos atores	119
3.3. Utilização de variáveis sociodemográficas e relacionais	121
CAPÍTULO 4 - PERCURSO METODOLÓGICO	130
4.1. Fonte e os critérios de amostragem	130
4.2. Procedimentos da pesquisa e coleta de dados	131
4.3. Tratamento e análise dos dados	133
CAPÍTULO 5 - AS ESTRUTURAS RELACIONAIS E O DIÁLOGO COM O PROGRAMA TURISMO SOLIDÁRIO NO SERRO/MINAS GERAIS	135
5.1. O Programa Turismo Solidário: respostas locais aos desafios da implantação da política pública	137
5.1.1. Recortes territoriais: a experiência do povoado de Capivari.....	137
5.1.2. Recortes territoriais: a experiência do distrito de Milho Verde.....	145
5.1.3. Recortes territoriais: a experiência do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras..	154
5.2. O Programa Turismo Solidário à luz das medidas de capital social	164
5.3. Breves considerações.....	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	210
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO.....	219

INTRODUÇÃO

O município do Serro é o *locus* das questões e reflexões suscitadas nesta pesquisa. Inserido na Cadeia do Espinhaço meridional e considerado a ‘porta de entrada’ do Vale do Jequitinhonha, esse município localiza-se em uma das regiões mais pobres e complexas de Minas Gerais e do Brasil. Os males que o atingem incluem toda a escala daquilo que as sociedades reservam às populações historicamente excluídas: desemprego, alto índice de analfabetismo, pobreza *etc.* Analogamente, no plano das ideias e das representações, o Serro também enfrenta seus infortúnios. Dois deles são recorrentes: de um lado estão os diagnósticos, muitas vezes trágicos, que naturalizam processos e situações que são, sobretudo, histórico-sociais; e de outro, os programas, projetos e planos voltados ao desenvolvimento regional que, via de regra, se inclinam ao fracasso.

Com base nos indicadores econômicos e sociais das últimas décadas, propostas ‘desenvolvimentistas’ vêm sendo apresentadas pelo governo do estado de Minas Gerais como forma de recuperar a economia dessa região. Todavia, “nota-se que a impermeabilidade do Alto Jequitinhonha a essas políticas deve-se em grande parte à sua formulação genérica, que tem desconsiderado as singularidades da história e do ambiente [...]” (RIBEIRO *et. al.*, 2004, p. 01). Não é por falta de planos, diagnósticos, legislações ou de instituições que essa região tem se mantido pobre economicamente. Observa-se um traço comum aos projetos dirigidos para o desenvolvimento do Vale nas últimas décadas, que tendem a legitimar a aceitação e naturalização da pobreza no cotidiano.

A constante precariedade dessa região no decorrer dos anos não é, contudo, fruto de imobilismos. Algumas mudanças ocorreram no quadro econômico: somaram-se às atividades tradicionais – agricultura de subsistência e garimpo-mineração –, o surgimento e/ou aumento da atividade turística, sobretudo a contar da década de 1990 e início do século XXI; e, mais recentemente, os altos investimentos de grandes empresas na área de mineração, principalmente de ferro. Apesar disso, essas mudanças não alteraram, senão que reforçaram, traços característicos da economia da região: a concentração fundiária aumentou e as atividades implantadas são pouco demandantes de mão de obra e/ou excludentes. Algumas dessas atividades exigem qualificação e investimentos que demandam tempo e recursos financeiros. Daí que se mantiveram os mesmos processos de exclusão social.

No campo do desenvolvimento, ao analisar comparativamente os modelos de desenvolvimento regional no Brasil, especialmente suas repercussões em Minas Gerais, Dulci (2000) aponta para uma diferença quanto ao padrão referente ao esquema centro-periferia. Neste caso, o desenvolvimento do centro decorre da dinâmica do mercado, ao passo que na periferia, dada sua fragilidade, depende de iniciativa externa – mais precisamente do governo, movido tipicamente por razões estratégicas. Entre os dois polos configura-se uma situação intermediária, que se caracteriza pela possibilidade de combinação dessas duas lógicas. Esse ajuste, segundo esse autor, foi o que ocorreu em Minas Gerais no século XX, isto é, houve um esforço próprio para superar a precariedade econômica regional, envolvendo o conjunto das elites, que, bem articuladas, tinham amplo domínio sobre a população. Assim, “o consenso estratégico que se estabeleceu em torno do projeto desenvolvimentista é uma evidência muito forte da interação entre as duas esferas e dos respectivos grupos de interesse” (DULCI, 2000, p. 640). Relacionado a isso, o autor assinala ainda a política de clientela que, por sua vez, “foi o instrumento decisivo de controle político que permitiu ao Governo Estadual e às elites a ele associadas ampla margem de liberdade para levar adiante seu projeto de modernização ‘pelo alto’” (DULCI, 2000, p. 641). Portanto, essa foi, historicamente, a principal base de sustentação das políticas destinadas a superar ou pelo menos minimizar a defasagem da economia mineira em face das áreas mais prósperas do país. Com efeito, as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da região na qual o Serro está inserido também se valeram, fundamentalmente, dessa lógica.

No âmbito do turismo, as políticas e os discursos legitimadores não se deram às margens desse contexto. A interpretação das políticas empreendidas por diferentes governos em relação ao turismo permite observar que ao longo dos anos esse campo vem sendo alvo de ações específicas, públicas ou privadas. Historicamente, as políticas públicas de turismo, como instrumentos de planejamento que são, refletem didaticamente as ideologias a elas subjacentes. Como fenômeno construído, o turismo desponta, portanto, com base na concepção político-econômica vigente. De modo geral, seja no discurso ou empiricamente, não importa se as territorialidades pré-estabelecidas remetem à outra forma de organização socioespacial, o modelo planejado com base na concepção externa é sempre hegemônico. Ao supor que o turismo é uma atividade da qual não se pode abrir mão, a análise dos governos se centra essencialmente em seu planejamento e na sua implantação em detrimento de um verdadeiro debate político e ideológico sobre seus impactos. Apenas a questão ideológica, no entanto, não responde pela intervenção no campo do turismo ou em qualquer outro setor, mas

sim, a quem se beneficia com a política turística de governo (SCHENKEL e GARCÍA, 2015). Assim, muito embora a bibliografia que associa turismo e desenvolvimento já tenha se tornado bem diversificada, nota-se que grande parte dessa literatura curva-se diante da complexidade do que pretende interpretar.

Em escala nacional, a década de 1990 foi especialmente importante dada a redescoberta do turismo como importante atividade econômica pelo Estado brasileiro. Após anos na marginalidade da administração pública, o turismo ganha lugar de destaque no planejamento governamental, processo que culmina em 2003, com a criação do Ministério do Turismo. Durante esse período, ressalta-se a intensificação do papel do Estado na indução dessa atividade. Regionalmente, no âmbito do Estado de Minas Gerais, o governo também atribui ao turismo importância econômica, visto como ferramenta capaz de reduzir as desigualdades, principalmente por meio da redução da pobreza.

Nesse quadro, nota-se que a referência ao turismo como campo privilegiado para a promoção do desenvolvimento tornou-se quase um lugar comum, sobretudo em anos recentes. Menos frequente, porém, tem sido a reflexão sobre os motivos pelos quais o turismo assume tal feição. Da mesma maneira, poucas são as análises de políticas públicas em que o foco não recaia, necessariamente, sobre o fator econômico. Assim, esta tese serve ao propósito de articular passado e presente, tendo como referência o Programa Turismo Solidário (PTS) – uma política pública do Estado de Minas Gerais, concebida em 2003 e vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. Ao recuperar a visão do Estado e colocar em evidência as premissas teóricas e empíricas que fundamentaram o PTS, este trabalho busca compreender as razões que explicam os (in)sucessos dessa política. A hipótese central desta tese é a de que o êxito da política implicaria, necessariamente, cooperação, isto é, uma ação coordenada entre os atores envolvidos com o Programa. Daí, a necessidade de compreender a forma de articulação e de organização das famílias que optaram por aderir ao Programa e, ao mesmo tempo, deslindar o modo pelo qual os atores locais vinham conduzindo a atividade turística: seria de forma atomizada ou integrada?

Ainda que o recorte geográfico seja o município do Serro, o foco das análises se volta, especificamente, aos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e ao povoado de Capivari. Ao levar em conta a complexidade da região na qual o Serro está inserido, nota-se que a escolha desse município não foi casual: de um lado, tem-se o estímulo ao desenvolvimento, principalmente por meio de investimentos no âmbito do turismo, por outro,

encontram-se condições muitas vezes precárias de vida das comunidades, que ainda sofrem com a carência de disposições sociais básicas, como saúde e educação. Diante disso, esta tese busca discutir a inserção do PTS nesse contexto por serem, também, esses os locais onde primeiro o Programa se instalou.

Na tentativa de avançar nas discussões no campo do turismo, indo além de alguns poucos consensos já delineados, esta tese se serve de algumas contribuições importantes. Em primeiro lugar, ela é um dos poucos trabalhos de escrutínio das políticas públicas de turismo em Minas Gerais e no Brasil cujo lastro é o arcabouço teórico e metodológico da análise de redes sociais. Habitualmente, apoiando-se em estatísticas e indicadores macroeconômicos, os estudos do turismo se fundam na primazia da perspectiva econômica. Em segundo lugar, propõe uma reflexão teórica e empírica sobre um Programa construído em função de uma intervenção estatal cuja aderência à realidade local aqui estudada pode e deve ser questionada.

Ora, o Programa Turismo Solidário assumiu importância no âmbito da política setorial de turismo em Minas Gerais, em especial por ser ela própria um instrumento norteador de um processo de desenvolvimento que abarca tanto o setor público quanto o privado, além de parte da população onde o Programa se desenvolveu. Assim, em contraste com os enfoques economicistas, que analisam o fenômeno do otimismo que emerge da concepção de turismo como “motor para o desenvolvimento”, esta tese propõe uma análise da política que deixa claro os conflitos e interesses que toda política pública encerra.

A escolha do PTS como objeto de avaliação se deve ao fato de ser o maior programa em escala de um tipo de turismo que se diz ‘alternativo’, e que foi pensado em um momento específico em que o turismo reassumia um papel importante no País. Ressalta-se ainda que são poucos os estudos destinados a abordar e entender a complexidade que envolve a atividade turística no âmbito desse programa e suas relações com o desenvolvimento socioeconômico. Pouco se estudou os problemas gerados por essa atividade e suas possíveis consequências, sejam elas positivas ou não, sobretudo para a população local. Muita ênfase foi dada ao papel dos turistas, ou seja, o que o turista pode ganhar ou oferecer à população, de acordo com a disponibilidade de tempo e recursos e o envolvimento de cada um deles. Entretanto, ainda têm sido escassos os estudos sobre a real efetividade dessa iniciativa, principalmente quando se leva em conta o alto investimento público destinado ao Programa, que até então não tinha sido avaliado a contento no tocante aos avanços e retrocessos.

Da perspectiva teórico-metodológica, os conceitos de rede social e Análise de Redes Sociais, tais como tratados por Granovetter (1973; 1985), Burt (1992; 2001) e Lin (1999; 2001), foram acionados para explicar a vinculação entre capital social e o fenômeno da ação coletiva aqui estudada.

A vantagem desse esforço metodológico encontra-se na possibilidade de se trabalhar um corpus “oral” e de relacioná-lo de forma produtiva, percebendo, por meio dos relatórios e dos sociogramas emitidos pelo software utilizado (UCINET), a complexidade das numerosas relações que uma dada rede pode comportar. Em linhas gerais, os procedimentos aqui adotados revelam a tentativa de uma análise estrutural, com destaque para as relações sociais e as posições ocupadas pelos atores no âmbito do Programa Turismo Solidário. Assim, procurou-se definir os parâmetros estruturais que possibilitassem a compreensão e a análise objetiva do PTS. Deve-se ter em mente que a análise estrutural privilegia as relações entre posições na estrutura social, e não o conteúdo dessas posições.

As medidas e índices utilizados neste estudo encontram lastro, principalmente, na Análise de Redes Sociais. As medidas de capital social selecionadas buscam avaliar formalmente a natureza, a qualidade, a intensidade das relações entre as posições e os atores de uma rede. Assim, com base na análise estrutural no âmbito do PTS, torna-se possível compreender o papel desempenhado por cada ator na rede e a maneira pela qual a posição ocupada por eles influencia na condução da política no município serrano.

A tese está dividida em cinco capítulos, cujo encadeamento busca a complementariedade e o diálogo entre eles. Juntos apresentam-se como um exercício teórico e reflexivo sobre o problema de pesquisa exposto que, ainda que tratados nos âmbitos da geografia e do turismo, está em permanente contato com outras áreas do conhecimento.

O primeiro capítulo da tese, orientado para uma leitura Geo-história do município do Serro, tem o intuito de refletir sobre o encontro de interesses e os vínculos entre a geografia e a história na conformação socioespacial desse município. Ao colocar em evidência os momentos-chave desse processo, espaço e tempo se articulam como elementos centrais e estruturadores. Assim, este capítulo busca contar a história serrana, com foco nos períodos históricos marcados pela sua gênese e ascensão, seu declínio econômico e social - e seu consequente isolamento -, até a conformação de um quadro em que se nota o surgimento de políticas públicas orientadas, sobretudo, para recuperar a econômica do município, entre elas o próprio turismo.

O segundo capítulo trata de evidenciar a principal ação do Estado no campo do turismo destinada, exclusivamente, à região na qual o Serro se situa – o Vale do Jequitinhonha. Entendido como uma política pública, o Programa Turismo Solidário é apresentado e debatido criticamente, ao colocar em evidência as bases teóricas sob as quais ele se apoiou. Para isso, a narrativa empreendida lança luz sobre as premissas teóricas do debate que se estabelece tanto em torno do conceito de desenvolvimento quanto das concepções referentes ao conceito de solidariedade.

Considerando que o êxito dessa política implica uma ação coordenada entre os atores envolvidos, isto é, cooperação, e que essa cooperação se revela pela inserção estrutural do ator na rede, logo, o terceiro capítulo, de cunho teórico-metodológico, lida com a noção de Capital Social e de sua vinculação com a Ação Coletiva baseado no aporte da Análise de Redes Sociais. Sobre o capital social, a ênfase recai sobre seu conceito clássico, baseado em Coleman (1988/1990) e Putnam (1996), e interacionista, que revela a perspectiva desse conceito à luz da Análise de Redes Sociais que tem como expoentes autores como Burt (1992/2001), Granovetter (1973/1985), Lin (2001), entre outros.

O quarto capítulo, de natureza metodológica, cumpre a função de detalhar as principais etapas metodológicas da pesquisa, a saber: apresenta as fontes e os critérios de amostragem, que dizem respeito às famílias envolvidas com a política em questão, identificadas com base no material de divulgação do PTS e em trabalhos de campo realizados nas localidades estudadas. A partir daí, são apresentados os procedimentos da pesquisa e a coleta de dados. Assim, são reveladas as etapas de construção da base de dados tendo como referência a ARS, que servem de suporte às análises empreendidas no capítulo seguinte.

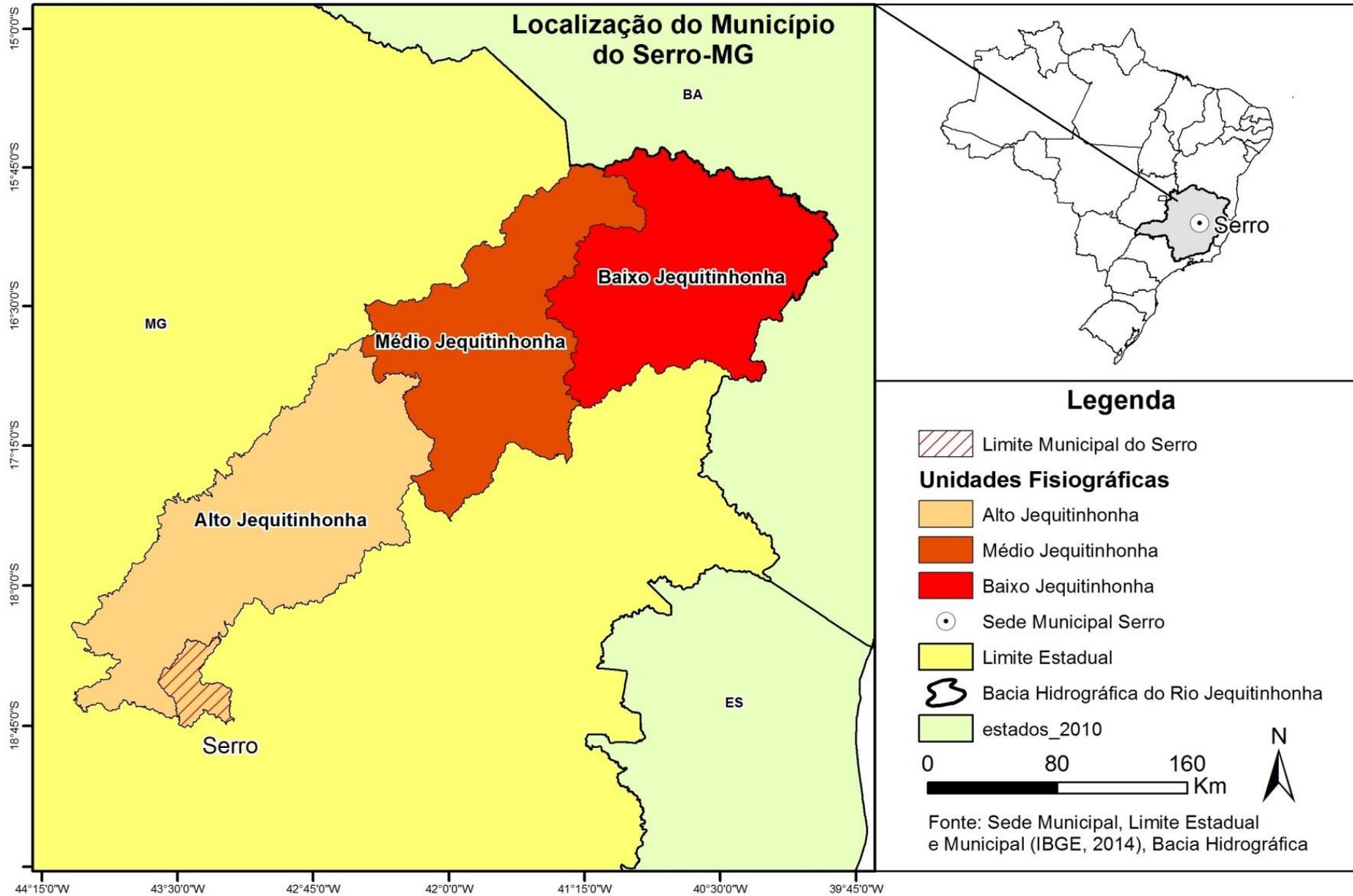
Finalmente, o quinto capítulo, de natureza essencialmente empírica, trata de evidenciar as análises dos dados coletados em campo, quando, enfim, se revelam os resultados da pesquisa. É nesse momento que as análises sobre o PTS são aprofundadas buscando responder aos principais objetivos da tese, bem como refletir sobre a principal hipótese delineada. Já as considerações finais se ocupam, essencialmente, de debater criticamente os resultados da política estudada e seus efeitos no município em questão, alicerçadas no aprofundamento do debate e das reflexões previamente empreendidas.

UMA LEITURA GEO-HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DO SERRO - MINAS GERAIS

Território complexo, heterogêneo e múltiplo, o município do Serro é resultado de uma dinâmica histórica e geográfica que tem sua gênese na descoberta do ouro, no início do século XVIII. Desde as primeiras incursões garimpeiras, esse território proveu com recursos próprios um dos mais importantes ciclos econômicos e sociais da região das Minas Gerais e também do Brasil. No entanto, três séculos de mineração não foram suficientes para garantir a prosperidade da região. Esgotadas (ou quase) as jazidas, grande parte de sua população é hoje desprovida de outras fontes de renda que não a agricultura de subsistência e o apoio assistencialista do Estado. Palco também de questões contemporâneas, esse território propicia um encontro, nitidamente contrastado, entre o passado colonial e o presente capitalista; entre as condições, muitas vezes precárias, da vida da comunidade e o estímulo ao desenvolvimento, sobretudo econômico.

No período colonial, o Serro foi um importante centro administrativo e seu aglomerado urbano se consolidou não apenas por causa da mineração, mas também pelo desenvolvimento da agropecuária e de uma tradição na distribuição de bens a outras regiões por meio do comércio de tropas, sobretudo para suprir o Distrito Diamantino. Todavia, a decadência da mineração no século XIX contribuiu fortemente para o declínio econômico da cidade, agravado, posteriormente, pela sua exclusão no projeto da rede ferroviária. Já na República, o Serro, de difícil acesso, manteve-se isolado dos novos centros de decisões e entrou, então, em processo de estagnação econômica e social. Se por um lado, essa estagnação prejudicou o desenvolvimento da cidade, por outro, preservou sua imagem urbanística e a arquitetura das edificações setecentistas, que até recentemente permaneceu bem conservada em relação à sua imagem tradicional (BARBOSA e BORTOLUCCI, 2005). Além disso, contemporaneamente, estando o município localizado na porção meridional da cadeia do Espinhaço, as características paisagísticas e naturais do Serro tornaram-se pano de fundo para políticas, programas e projetos que contemplam o turismo, sobretudo, como ferramenta para recuperar a economia do município.

Figura 1: Mapa de localização geográfica do Serro / Minas Gerais



Elaboração: Maria Flávia Pires Barbosa e Eric Oliveira Pereira, 2018.

Com inspiração nos marcos orientadores da Geo-história, este capítulo tem como foco o encontro de interesses e os vínculos entre a geografia e a história na conformação socioespacial do município do Serro. Ao colocar em evidência os momentos-chave desse processo, espaço e tempo se articulam aqui como elementos centrais e estruturantes.

Segundo Carneiro (2013), a linha de investigação da Geo-história busca incluir a dimensão temporal nos estudos geográficos, sobretudo por meio de dois planos de abordagem: o primeiro deles visa elucidar as formações sociais passadas, por meio de categorias geográficas, como espaço, território, região e paisagem; o segundo apoia-se na interpretação do ordenamento espacial presente com base no recuo a épocas pretéritas, levando em conta a importância explicativa que as categorias geográficas possam assumir. Os estudos nessa linha contribuem, portanto, para abrandar a rigidez da narrativa temporal e para minimizar o historicismo e o aniquilamento do espaço pelo tempo (CARNEIRO, 2013). Como afirma Soares (2013), por uma espécie de lógica imperativa, o pressuposto de que a geografia do mundo tem muito a dizer sobre o que acontece na história orienta o olhar com relação às reflexões aqui apresentadas. É preciso, assim, “lapidar a sensibilidade geográfica para tirar proveito da história “espacializada”, da história que se volta à diversidade, às singularidades, à distribuição territorial dos fenômenos e à forma pela qual esses mesmos fenômenos se combinam” (SOARES, 2013, p. 38). Nesse sentido, a espacialidade assume uma importância categórica, pois é ela o elemento particularizador dos fenômenos históricos (MORAES, 2000).

Sobre a Geo-história, Philo (1996) centra foco no debate entre Geografia e História, mais precisamente sobre a Geografia Histórica e a História Geográfica, e tece algumas críticas com relação ao distanciamento entre essas duas disciplinas. Como afirma esse autor, ao passo que a Geografia Histórica acenou para o estudo de objetos materiais de paisagens passadas, a História Geográfica, por sua vez, ficou a cargo dos acontecimentos, entidades e estruturas mais imateriais, pertencendo, portanto, ao campo da história.

[...] desde que os pesquisadores ancorassem seus estudos nos objetos materiais de paisagens do passado (e com isso investigassem onde estavam localizados esses objetos, e como eram combinados), o resultado era Geografia histórica propriamente dita; mas, se desviassem sua atenção para acontecimentos, entidades e estruturas mais imateriais da história, e se talvez quisessem dizer algo a respeito da geografia por trás da história, o resultado então, seria a história geográfica que pertencia à história e não à geografia (PHILO, 1996, p. 276).

Para esse autor, “manobras como essa excluía, de fato, muitos estudos mais antigos [...] do corpo geográfico, e ao proceder assim também exageraram a distância disciplinar entre os geógrafos e os escritos de historiadores” (PHILO, 1996, p. 276).

Essas oposições entre História e Geografia, entre História Geográfica e Geografia Histórica, outrora levadas a cabo, ajudam a entender o que acontece no campo da Geografia histórica nos dias atuais. O que se faz passar por Geografia Histórica guarda os marcos do rompimento analítico entre a História, vista como a ciência do tempo, e a Geografia, entendida como a ciência do espaço, porém, remete ao que seria um empreendimento conciliador. Assim, a Geografia e a História ainda se mantiveram em campos distintos, muito embora essa cisão tenha adquirido traços mais sutis (SOARES, 2013). Ao falar de Geografia histórica, Philo (1996) remete ao fato de que “a complexa geografia do mundo está estreitamente ligada com o que acontece em sua história” (PHILO, 1996, p. 270). A importância desse campo é atribuir uma “sensibilidade geográfica” aos estudos dos fenômenos do passado – econômicos, políticos e sociais –, que são a própria essência da história. Logo, sustentar essa sensibilidade em face de um “historicismo” arraigado é tarefa vital.

Carneiro (2013) enfatiza, contudo, que até meados da década de 1970, a ênfase no quadro analítico macroeconômico dominou a historiografia que se dedicou a estudar o Brasil Colônia, de tal modo que grande parte desses estudos não levou em conta a dimensão espacial. Se por um lado houve uma importante sistematização sobre a condição colonial e sua articulação com o mercado externo, com foco no modelo latifundiário, escravista e monocultor, por outro lado, essa abordagem econômica dificultou o entendimento das particularidades do Brasil colonial, consideradas apenas como reflexo da conjuntura externa. Para a historiografia tradicional é como se no Brasil daquela época não existissem nem os interesses políticos e sociais específicos nem elementos físicos particulares que rearticulassem parte daquilo que era demandado por Portugal. Contudo, no âmbito das relações de produção e de trabalho, por exemplo, houve a formação de uma elite mercantil colonial dotada de autonomia e de interesses próprios, além da incorporação de excedente por parte de setores do mercado fixados na Colônia, exemplos que ilustram a presença de singularidades da realidade brasileira naquele período. “Daí, a necessidade de se incorporar e analisar os processos espaciais e os elementos territoriais responsáveis por influenciar as temporalidades e os eventos e modelar e organizar o espaço no passado, geralmente tomado como simples palco dos acontecimentos históricos, dado fixo ou base material” (CARNEIRO, 2013, p. 11).

Para isso, o território precisa ser interpretado. A compreensão da genealogia dos processos socioeconômicos que ocorrem em determinado território torna-se importante e implica, fundamentalmente, aquilo que Reis (2005) denomina de uma epistemologia do território, isto é, a sua interpretação.

Essa interpretação territorialista é, em si mesma, uma leitura sobre a natureza das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia, um entendimento sobre o modo como se alcança a coordenação dos processos coletivos, sobre o papel desempenhado pelos atores neles intervenientes (a sua ação volitiva e as possibilidades de ela se exercer efetivamente) e sobre as relações (hierárquicas ou não) entre atores e processos de diferentes escalas espaciais (REIS, 2005, p. 3).

Sob essa lógica, é necessário pressupor que existem tensões estruturais entre os processos de ordem vasta e de ordem local e que, por essa razão, cabe rejeitar a ideia de que os territórios sejam apenas subprodutos das dinâmicas de ordem vasta e entender que as sociedades são estruturalmente polimórficas. É nessa tensão, portanto, que o território desponta como utensílio cognitivo relevante para o entendimento dos processos coletivos (REIS, 2005). Como dimensão epistemológica, “o território e suas relações heteronômicas constituem os marcos nos quais a questão do poder e as relações desiguais se inscrevem” (SOARES, 2013, p. 41).

Do esforço de reunir o referencial teórico sobre a Geo-História, Soares (2013) registra os principais marcos orientadores de estudos que se pretendem genuinamente geo-históricos, a saber: 1) os lugares possuem participação irredutível na consecução de resultantes temporais, fazendo, portanto, uma diferença importante na dinâmica histórica; 2) é fundamental um olhar sobre as diferenças e singularidades, é necessário dar voz à história “especializada” de modo a retirar da geografia do passado os elementos que explicam os eventos históricos; 3) não é possível perceber as articulações entre tempo e espaço se uma “sensibilidade geográfica” não for introduzida no estudo dos fenômenos do passado; 4) é preciso considerar que os fatos históricos são também resultantes de fatores aleatórios – psicológicos, culturais, sociais, políticos, econômicos –, portanto, a incerteza e fatos inesperados fazem parte do mundo e influenciam a constituição dos fatos; 5) o que a Geo-história pretende é, por essência, a compreensão da genealogia dos processos, isto é, entender o papel do território nas dinâmicas espaço-temporais. 6) é preciso admitir que o território possui alto grau de volatilidade, isto é, seu papel vai muito além de reproduzir as demandas de ordem vasta, uma vez que ele apresenta condições e valia que lhes são próprias, capazes, portanto, de impor dinâmicas e influenciar a estruturação das sociedades; e 7) os processos de ordem vasta e de ordem local, isto é, as verticalidades (estruturas externas) e as

horizontalidades (estruturas internas) se articulam de forma tensional. Essa tensão entre as diferentes escalas gera espaços estruturais de autonomia e de singularidades em face das estruturas mais amplas. Logo, o que a Geo-história propõe analisar é a natureza da relação entre espaço e sociedade na estrutura do devir (SOARES, 2013).

No caso de Minas Gerais, por exemplo, do diálogo/tensão entre a ordem vasta e a ordem local, isto é, entre os interesses da Metrópole e do espaço Colonial, surgiram novas territorialidades e uma identidade espacial específica da Colônia. Para Straforini (2009), o descobrimento das minas e o conseqüente processo de interiorização e de afirmação do Estado metropolitano nas Minas, foi o evento geográfico que impôs essa nova configuração territorial no interior da Colônia. Para esse autor, o entendimento da forma pela qual esse evento se materializou espacialmente requer, necessariamente, uma análise que vá além da dimensão puramente econômica de produção e contemple as políticas e as bases normativas de controle territorial que deram sustentação a essa nova conformação.

A superação do entendimento da formação territorial do Brasil como resultado de tratados fronteiriços ou de leituras economicistas que fragmentavam o território em unidades produtivas isoladas é o que faz Straforini (2009) ao sustentar que o entendimento desse processo não pode ser visto apenas como uma condição exclusiva pertencente às necessidades do “Sistema Colonial”. É necessário levar em conta um processo mais dinâmico e complexo que o próprio autor denomina de *alteridade territorial*. A análise espacial do processo de formação econômica e social revela não apenas a ordem mais geral, mas a forma pela qual essa ordem opera e se transforma. Nessa leitura, os interesses da Metrópole e da Colônia não se opõem, mas se complementam dialeticamente. Assim, “a alteridade territorial instalada na América Portuguesa é o resultado desse conflito permanente e dialético entre verticalidades e horizontalidades, de um tempo hegemônico e de um tempo não hegemônico, dos interesses dos homens coloniais e, ao mesmo tempo, da Metrópole” (STRAFORINI, 2009, p. 5).

Foi, portanto, a mineração do ouro e de diamante que materializou no território brasileiro o conflito entre as lógicas verticais e horizontais, ou seja, entre os interesses metropolitanos e os interesses dos homens coloniais. Foi essa atividade econômica que imprimiu novas lógicas político-sociais e novas dinâmicas comerciais entre a Metrópole e a Colônia. Porém, “não com o objetivo de marcar uma posição de um em relação ao outro, mas, num conflito cuja essência foi a complementaridade” (STRAFORINI, 2009, p. 7).

Com efeito, conforme mostra Carneiro (2013), os colonos sabiam de suas obrigações, mas sabiam também da possibilidade de impor limites à ação metropolitana. Muitas vezes, as determinações da Coroa se baseavam nos usos e costumes locais, e não apenas em princípios jurídicos estabelecidos. Nesse sentido, embora os aspectos políticos importantes da Colônia ficassem sob controle metropolitano, esse controle estava longe de se manifestar em sua plenitude por uma série de razões, entre elas: o pequeno número de funcionários régios, a existência de vias de difícil circulação, a violência e redes de poder criadas pelos colonos, a distância da Metrópole etc. logo, “esses e outros fatores tornaram a prática da política dependente do cotidiano e das características internas da Colônia, gerando entraves à aplicação efetiva das leis conforme os desejos emanados dos dirigentes metropolitanos” (CARNEIRO, 2013, p. 8). Assim, ao longo do século XVIII, houve, além da consolidação do poder real nas Minas, a ocorrência de ameaças à dominação monárquica. Logo, a complexidade da região tornava difícil o controle efetivo do território.

1.1. A conformação histórica: a descoberta do ouro e do diamante e as primeiras incursões nas Minas Gerais

Em fins do século XVII e início do XVIII, a descoberta de metais preciosos como o ouro e o diamante contribuiu de forma expressiva para o processo de interiorização do território brasileiro. A necessidade de ocupação e defesa de todo o território pertencente a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, o que obrigava a Metrópole a dar início ao processo de povoamento em pontos distintos da Colônia; a dispersão das fazendas de gado no sertão do nordeste, principalmente Bahia e Pernambuco; e o bandeirismo – “preador de índios e prospector de metais e pedras preciosas” – abriram caminho para a exploração das minas e contribuiu fortemente para a formação de núcleos definitivos nos territórios que hoje se conhece por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (PRADO JUNIOR, 2007).

Embora a descoberta das terras americanas tenha sido, a princípio, considerada um episódio secundário até mesmo para Portugal, já que, apesar de serem grandes conquistadores de terras, os portugueses “... não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (FREI VICENTE DE SALVADOR, 2010, p. 8), “... a lenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre a Europa e suscita um enorme interesse pelas novas terras” (FURTADO, 2007, p. 26). Essa “miragem do ouro” que existia no interior do Brasil pesou, sobremaneira, na decisão de realizar um esforço para conservar o território. Diante disso, as intenções de Portugal e Espanha, considerados os “proprietários”

dessas terras, opuseram-se fortemente aos interesses das demais nações europeias. Logo, a ocupação da América deixou de ser uma questão meramente comercial, e passou a contar, também, com importantes fatores políticos.

Segundo Furtado (2007), os traços mais relevantes do primeiro século da história americana estão ligados, portanto, a essas lutas em torno de terras até então de escassa ou nenhuma utilização. O início da ocupação econômica do território brasileiro possui, portanto, uma relação direta com a pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias. Para garantir a defesa do novo território, uma das primeiras medidas políticas tomadas por Portugal foi a utilização econômica da terra, sobretudo com a produção de açúcar no litoral do nordeste.

Contudo, com o fim do monopólio português na indústria açucareira, em virtude do desenvolvimento de uma indústria concorrente e de grande escala na região do Caribe, e daí o declínio do setor agrícola brasileiro, já que “era mais ou menos evidente que da agricultura tropical não se podia esperar outro milagre similar ao do açúcar” (FURTADO, 2007, p. 117), associado ainda aos altos gastos de manutenção da extensa Colônia sul-americana, a única saída para Portugal seria a busca por metais preciosos. Segundo Furtado (2007), a pobreza e prostração em que se encontravam tanto a Metrópole quanto a Colônia explicam a rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro no início do século XVIII. Abriu-se um ciclo migratório novo da Europa para a Colônia. Além disso, migraram também “os homens do Planalto de Piratininga” e uma mão de obra, sobretudo escrava, vinda do Nordeste brasileiro. É com esse grande fluxo de pessoas e mercadorias que tem início a ocupação das terras de mineração.

Com relação ao povoamento, diferente do que ocorreu com o avanço da pecuária pelo interior da Colônia, ou mesmo com o setor agrícola no litoral, ambos na região nordeste, a mineração no centro-sul “impele o Homem num arranco brusco, do litoral para o coração do continente” (PRADO JUNIOR, 2007, p. 55). As ligações entre os núcleos mineradores que se formavam e seus respectivos pontos de partida, no litoral, eram praticamente inexistentes.

[...] Os núcleos que se formam em torno das explorações do centro de Minas Gerais, que são cronologicamente as primeiras e ficarão sendo definitivamente as principais, aqueles núcleos se destacam da origem de onde tinham partido os descobridores e as primeiras levas de povoadores, e que é São Paulo; destacam-se também do segundo centro de irradiação do povoamento que as ocupou, a Bahia; e vão convergir para o Rio de Janeiro, cujas comunicações com as minas só se estabelecem nos primeiros anos do século XVIII, quando elas já estavam bastante povoadas. As vias paulistas e baianas, apesar da prioridade, serão relegadas a um plano secundário (PRADO JUNIOR, 2007, p. 55).

Essa diferença na forma pela qual se deu o processo de interiorização no Centro-sul e no Nordeste brasileiros definiu as distintas estruturas de povoamento dessas regiões. Na primeira, passado o auge da mineração, quando diminuíram consideravelmente as descobertas de novas minas e, conseqüentemente, ocorreu a diminuição do fluxo de migrações e deslocamentos, o que se viu foram núcleos separados e isolados uns dos outros. Esses núcleos formavam o que hoje constitui o território que abrange os estados de Minas Gerais, Goiás, parte do Mato Grosso e uma menor parte da Bahia.

Em Minas Gerais, o centro de condensação está localizado numa faixa que se estende de sul a norte, da bacia do rio Grande às proximidades das nascentes do Jequitinhonha [...]. Ela corresponde à Serra do Espinhaço, e geologicamente, a uma formação peculiar do terreno, as séries de Minas e Itacolomi, onde se verificaram os principais afloramentos de ouro no país. Este fato explica suficientemente a concentração aí do povoamento, multiplicando-se as aglomerações, as vezes bem próximas umas das outras, e cujas principais são: as vilas de São João e São José Del-Rei (Tiradentes), Vila Rica (Ouro Preto); cidade de Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe (Serro) e Arraial do Tijuco (Diamantina), onde, como se sabe, exploraram-se os diamantes (PRADO JUNIOR, 2007, p. 57).

De acordo com Resende (2007), a descoberta do ouro em larga escala em Minas Gerais se deu entre os anos de 1697 a 1704, por expedições dos paulistas – de passagem para as capitanias do Norte. Durante esse período são descobertas as minas do Sertão dos Cataguases, do Caeté, do rio das Velhas – Sabarabuçu, do Serro do Frio e do Rio das Mortes. Essas minas constituem os núcleos primários de irradiação do processo de territorialização de Minas Gerais e, conseqüentemente, polarizaram a população. Dessa maneira, o território mineiro foi sendo progressivamente construído graças a ocorrência do ouro no entorno do Caminho Geral do Sertão; território esse que se alarga, também, em decorrência de outras razões, entre elas: a existência de uma atividade comercial intensa, com grande movimentação de tropas e tropeiros; o contínuo combate aos quilombolas, que se tornou sistematizado a partir da organização de expedições pelo sertão; e o surgimento de novas fronteiras agrícolas em terras férteis, muitas delas tomadas dos próprios quilombolas (RESENDE, 2007).

Segundo Moraes (2007), a historiografia do período colonial tem apontado, com frequência, para o caráter predominantemente urbano do processo de povoamento das Minas Gerais, considerado distinto do que ocorreu em outras capitanias. Para essa autora, a descoberta do ouro em Minas representou o “elo” que faltava para a articulação do grande território da Colônia, uma vez que a inserção de uma nova atividade – a mineração – desencadeou mudanças significativas nas estruturas político-administrativa, econômica e territorial da América Portuguesa.

Alguns fatores contribuíram para que esse processo de urbanização fosse mais efetivo nas Minas Gerais. Entre eles, estaria o desenvolvimento, já no início do século XVIII, dos assentamentos humanos – formados por pessoas vindas de todas as partes da Colônia e do Reino. Nesse caso, ao contrário do que acontecia nas outras áreas do Brasil, nas quais a concessão de grandes extensões de terra por meio de sesmarias foi predominante, o que ocorreu nas Minas Gerais foi a concessão de estreitas faixas de terras das datas de mineração (CUNHA e MONTE-MÓR, 2007). Ainda, a descoberta do ouro e das pedras preciosas também contribuiu para o desenvolvimento de atividades mercantis complementares, na medida em que serviam para abastecer as áreas mineradoras, como, por exemplo, o comércio de gado, de escravos e de comestíveis. “Este último, mantido em grande parte por negros e índios com as oitavas de ouro que escondem ou catam para si nos dias santos e nas últimas horas do dia” (RESENDE, 2007, p. 29). Contudo, o que de fato diferenciou o processo de urbanização em Minas Gerais foi seu impacto na estrutura econômica e territorial da Colônia, sobretudo “com o deslocamento do eixo econômico-administrativo para o Centro-sul e o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna” (MORAES, 2007, p. 65).

Nesse sentido, destaca-se que o sistema de circulação também assumiu uma importância significativa no processo de interiorização da Metrópole e, conseqüentemente, no processo de territorialização de Minas Gerais, ao permitir que a própria mineração se realizasse no território da colônia. Como afirma Straforini (2009), a mineração assume um caráter geográfico, indo além de seu papel exclusivamente econômico. Assim, para compreender o sistema de circulação que se instalou no território colonial é fundamental entender as forças políticas, econômicas e sociais que atuaram ao longo do século XVIII, pois sem a análise dessas correntes migratórias internas, como bem aponta Prado Junior (2007), “ter-se-ia uma pálida ideia apenas do povoamento brasileiro” (p. 72).

As intenções políticas da época concorriam, por meio da criação de um novo caminho que ligasse diretamente o Rio às Minas Gerais, na direção de manter o território controlado e normatizado segundo os interesses da Coroa e de diminuir o espectro de poder dos paulistas, que tiravam grandes vantagens com o Caminho Geral do Sertão e com o Caminho Velho de Parati (STRAFORINI, 2009). Todavia, em razão dos compromissos assumidos pela Coroa para com os paulistas, cujo jogo de poder instalado nas minas garantia a eles certos privilégios, o governo teve de dar algumas garantias aos moradores das vilas das capitâneas de

São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente por meio de doações de terras ao longo de todo o caminho novo. Dessa forma,

O Caminho Novo representou a sustentação material de um sistema fisco normativo que se instalara, transformando os sertões auríferos em um território aurífero, ou ainda, em um território usado. Para que a política fiscal se efetivasse não bastava apenas a existência de um caminho que diminuísse o espaço e tempo de viagem, mas dotá-los de seus elementos que representavam a presença do fisco, da Igreja e da administração (STRAFORINI, 2009, p. 2).

Importante assinalar que as áreas mineradoras estavam sob a jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro até o ano de 1709. Nessa data, com o intuito de estabelecer maior controle sobre a região das minas, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Todavia, a ocorrência de uma série de insurreições nos anos seguintes impôs a criação, em 1720, da Capitania das Minas Gerais. Concomitante ao aumento demográfico na região se observa, em virtude desses fatos, um esforço de instituir maior controle administrativo metropolitano, o que marca mais fortemente a presença da Coroa “na figura do governador e de todo um complexo aparato administrativo, judiciário e militar necessário para impor ordem àqueles sertões” (MORAES, 2007, p. 76).

Assim, para Resende (2007), a produção do território mineiro, processo que se inicia no século XVII e vai até o século XIX, tem um caráter peculiar no conjunto da história da América Portuguesa, já que foi orientado, em especial, pela supervisão permanente do controle oficial e pela disputa por terras. De acordo com essa autora, a configuração de uma identidade territorial de Minas Gerais é resultante do domínio sobre o “espaço das minas”, isto é, além das lavras de ouro e diamante, também de todo o seu entorno – agrícola e comercial, social e cultural. “Na gestão desse espaço, que se irá articulando como território das minas, é a mineração que preside as decisões do poder público que delimitam espaços de poder – administrativo, militar e religioso –, segundo os interesses políticos e estratégicos conjunturais em que são definidos” (RESENDE, 2007, p.19).

1.1.1. A formação territorial do Serro/Minas Gerais: gênese e ascensão

Uma das primeiras regiões a ser ocupada em Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha, que se formou com a descoberta do ouro e, posteriormente, do diamante, encontra no Serro sua gênese. Nesse município – que constitui a origem do processo histórico que consolidou essa região inserida no médio Espinhaço – foram descobertas as primeiras minas de ouro, no início do século XVIII, atraindo grande quantidade de aventureiros de todos os pontos da

Capitania de Minas. O povoamento do Vale iniciou-se pelo Serro, por volta de 1700, e estendeu-se posteriormente para Diamantina, em 1713. Segundo Pereira (2006), grande parte das cidades formadas até a segunda metade do século XVIII localizava-se no Alto Jequitinhonha e dedicavam-se fortemente à mineração.

De acordo com Souza (1999), o Serro era um vasto território, descoberto pelos bandeirantes paulistas que vieram as Minas Gerais em busca de ouro e pedras preciosas. Foram os paulistas de Taubaté, que no final do século XVII, descobriram as ricas minas de Cataguases, denominada Minas de Ouro, conforme documentos mais antigos. Dois centros principais foram estabelecidos ali: Mariana e Sabará. Do território de Sabará saiu a expedição dos bandeirantes que chegaram ao lugar onde atualmente se localiza o município do Serro, ao qual os índios davam o nome de Ivituruí, que na linguagem gentílica significa região fria e penhascosa.

De acordo com alguns historiadores, essa primeira expedição a chegar às terras do atual município do Serro foi liderada por Antônio Ferreira Soares, acompanhado de seu filho João Ferreira Soares, do escrivão Manuel Correia, do procurador régio Baltazar Lemos de Moraes Navarro e de Lourenço Carlos Mascarenhas, além de muitos escravos (IBGE). Todavia, também há relatos, segundo Rocha (1995), de que seria Gaspar Soares, natural de São Paulo, o descobridor dessa região. Atravessando os sertões ao norte de São Paulo, essa expedição, acompanhada por Antônio Rodrigues Arzão e Lucas de Freitas, desbravou a região e fundou diversos povoados, entre eles: Morro do Gaspar Soares (atual Morro do Pilar), Conceição (cidade de Conceição do Mato Dentro), Vila do Príncipe (hoje Serro), seus distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, o Arraial do Tijuco (cidade de Diamantina)*etc.* O registro da descoberta de ouro no município do Serro está no Livro de Receita da Fazenda Real das Minas do Serro Frio e Tucambira, aberto no mesmo dia do descobrimento – 14 de março de 1702. Nessa data, a região recebeu o nome de Minas de Santo Antônio do Bom Retiro do Serro do Frio. Logo depois passou a se chamar Arraial do Ribeirão das Lavras Velhas em razão da descoberta das minas novas (SOUZA, 1999).

Com a chegada dos desbravadores, deu-se início à vida administrativa: “lançaram-se os quintos, as arrematações de datas mineiras e os dízimos, ficando a Pousada como centro administrativo” (SOUZA, 1999, p. 26). Com o passar do tempo, a população da região foi crescendo – mineiros, negociantes, boiadeiros, mascates, contrabandistas, negreiros e prostitutas chegavam e saíam a todo o momento. Essa região das Minas do Ouro tornou-se a

capital desse território. Em virtude do seu crescimento, o Arraial foi elevado à categoria de Vila em 29 de janeiro de 1714, com o nome de Vila do Príncipe.

De acordo com Bessa (2011), à medida que a ocupação das áreas mineradoras se intensificava, surgia a necessidade de criação de unidades político-administrativas cada vez menores – as Comarcas –, cujo intuito era, principalmente, o de facilitar o controle e a fiscalização. As quatro primeiras Comarcas da Capitania de Minas Gerais foram as do Rio das Velhas (ou Sabará), Rio das Mortes, Vila Rica e Serro do Frio, todas elas criadas em 1714.

Ali (*Comarca do Serro do Frio*) foram instaladas uma Câmara Municipal, a Ouvidoria – que tinha competência judiciária e a Intendência do Ouro, que organizava a distribuição das lavras auríferas, e a cobrança dos quintos, o principal imposto que incidia sobre as riquezas metálicas, e que correspondia a aproximadamente um quinto da produção (FURTADO, 2003, p. 29).

Essa Comarca, cuja sede foi estabelecida na Vila do Príncipe, dividia-se, segundo relato de viagem de Saint-Hilaire (2000), em dois termos – o do Serro do Frio propriamente dito, onde residiam o principal magistrado da Comarca (ouvidor) e os funcionários do governo, e o de Minas Novas. (Figura 2).

A comarca do Serro do Frio é ainda sede de uma paróquia que tem trinta léguas de comprimento, e compreende onze sucursais e uma população de cerca de trinta mil almas. Certamente que se achará essa população enorme para o interior do Brasil; mas é preciso refletir que a do Tijuco está incluída, e essa vila é a mais importante da província depois da Vila Rica (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 141).

Figura 2: Delimitação aproximada da Comarca do Serro do Frio e trajeto de acesso à região diamantina



Fonte: ARNDT, 2007.

Segundo Souza (1999), a criação da Comarca do Serro do Frio, desvinculada da Comarca de Sabará, deixou o Serro administrativa e juridicamente independente. Assim, além de importante centro de mineração, o Serro tornou-se sede da administração e justiça e cresceu “entrelaçado com a burocracia colonial, ensejando a atividade de bacharéis e políticos que fizeram a glória da cidade e sua rivalidade com Diamantina antiga, por sua vez mais voltada para a atividade econômica” (BRANT e MOTA, 1999, p. 144). Tal fato incentivou o crescimento da população, da agricultura e do comércio e já em 06 de março de 1836, a Vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro do Frio, foi elevada a categoria de Cidade do Serro. Pela importância histórica, seu conjunto arquitetônico e urbanístico foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938.

1.1.1.1. A atividade garimpeira e o ordenamento territorial

Com a descoberta dos diamantes nos ribeirões próximos ao Arraial do Tijuco e em outros tributários do rio Jequitinhonha – local onde já se havia iniciado a exploração aurífera –, houve um aumento ainda mais expressivo do fluxo migratório para a região do Serro do Frio. Importante destacar que não há consenso sobre onde e quando foram encontrados os primeiros diamantes. Essa incerteza explica-se pelo fato de que os mineiros apenas se ocupavam com a extração do ouro e não conheciam ainda o diamante.

Sucedia que na mineração do ouro, nos leitos dos córregos, encontravam certas pedras pequenas, cujo brilho e cristalização lhes atraía a atenção; mas não lhes conhecendo outra utilidade, eram guardadas como simples objeto de curiosidade e serviam de tentos para marcar jogos. Considerado assim como objeto de nenhum valor, fácil fora perder-se a memória do lugar em que se achara o primeiro diamante (SANTOS, 1976, p.49).

Tão difícil quanto determinar a data e o local exatos onde se descobriu o diamante é dizer quem foi o primeiro descobridor. Alguns pesquisadores apontam o nome de Bernardo de Fonseca Lobo, que oficializou seu achado à Coroa Portuguesa em 1729. Contudo, há registros que datam de 1715, referentes à descoberta de diamantes, por Francisco Machado da Silva. Naquela época, como os mineiros não sabiam que as brilhantes pedras eram preciosas, dois comerciantes baianos, frei Elói Mendes e Francisco Santiago, que já conheciam regiões diamantíferas, começaram a adquirir grandes quantidades de diamantes, levando-as para Salvador. De lá, as pedras eram enviadas para a Índia, onde eram lapidadas e transportadas para a venda em Lisboa e outras cidades europeias, como se fossem indianas. A intensa movimentação fez com que Fonseca Lobo desconfiasse e comunicasse a descoberta ao

governador das Minas. Como remuneração a esse serviço, ele foi nomeado tabelião e Capitão-mor da Vila do Príncipe (SANTOS, 1976).

Como afirma Martins (2000), esse enclave diamantífero era o primeiro descoberto no Ocidente, cujas pedras eram consideradas de qualidade superior às que eram encontradas no Oriente. Assim, como forma de controlar e, ao mesmo tempo, diminuir a produção de diamantes, em razão da elevada sensibilidade do preço em relação à oferta-demanda, a Coroa promulgou, em 1730, o primeiro regimento para os diamantes, que se tornaram propriedade real. Além disso, a exportação de diamantes para a Europa poderia ser feita apenas em navios portugueses, e cada pedra pagaria frete correspondente a 1% de seu valor.

Todavia, o excesso de oferta desse mineral no mercado internacional fez com que seu preço despencasse. Diante disso, em 1734 a Metrópole demarcou o Distrito Diamantino, que foi o centro de gravidade do norte mineiro até as primeiras décadas do século XX. Após a demarcação, a política administrativa portuguesa estabeleceu um quadrilátero que circundava o Tijuco e nele incluía, como destaca Furtado (2007), além do Arraial do Tijuco, povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro, entre outros. Esses eram, portanto, os locais onde era permitida, no Brasil, a extração de diamantes. Administrado por um intendente, a sede do Distrito Diamantino era o Arraial do Tijuco, contudo, administrativamente, essa região continuou vinculada à Vila do Príncipe, capital da Comarca do Serro do Frio (BESSA, 2011).

Após a criação do Distrito, a contínua queda no preço das pedras, que havia diminuído em três quartos nos países europeus, forçou a Coroa a tomar medidas ainda mais drásticas que limitassem a extração e, sobretudo, o contrabando de diamantes. Desse modo, entre 1734 e 1739 o governo português suspendeu a exploração das lavras diamantíferas em todo o território colonial (MARTINS, 2000). A mineração de diamantes na região somente foi retomada em 1739, sob o regime de contratos. Conforme aponta Martins (2000), apenas aos contratadores era dado o direito de minerar diamantes e de manter lavras ou garimpos nas terras do Distrito Diamantino, onde não se podia entrar sem autorização especial das autoridades coloniais. De 1743 e 1753, visando novamente combater o contínuo contrabando de pedras preciosas, a Coroa Portuguesa realizou novas demarcações do Distrito Diamantino (FURTADO, 1991). A persistência do contrabando fez com que, em 1771, Marquês de Pombal criasse o monopólio real dos diamantes. Surgiu, então, a Real Extração dos Diamantes e o Livro da Capa Verde – “conjunto de determinações que visavam regular a vida na região das terras diamantíferas” (MARTINS, 2000, p. 283). Dessa forma, a exploração dos

diamantes passou a ser feita diretamente pela Coroa. Esse sistema utilizava trabalho de terceiros, pelos quais a Coroa pagava aos seus proprietários juros de 12% ao ano pelo empréstimo (BESSA, 2011).

Embora se acreditasse que a Demarcação Diamantina se tornou um “estado dentro do Estado”, em razão das rígidas determinações impostas pelo Livro da Capa Verde, pesquisas historiográficas mais recentes revelaram que, na verdade, todos os parágrafos do Regimento Diamantino vigoravam para as áreas auríferas, com a diferença de que não se apresentavam sistematizados como no Livro da Capa Verde, mas em bandos esparsos (MARTINS, 2000, 283).

No entanto, conforme mostra Martins (2000), a política repressiva aplicada dentro dos limites do Distrito não era indiscriminada, isto é, as restrições e punições mais pesadas recaíam, sobretudo, para garimpeiros, escravos e negros libertos. As pessoas da elite gozavam de certos privilégios, de modo que, geralmente, não eram molestadas pelas autoridades da Real Intendência dos Diamantes. O descontrole das autoridades locais, em razão de rivalidades e troca de acusações entre os grupos divergentes, permitiu que as classes dominantes da época encontrassem formas de aproveitar das riquezas coloniais. “Já o homem comum e principalmente os escravos eram alvos mais fáceis da repressão e constituíam apenas o primeiro elo da cadeia de descaminhos e era evidentemente o mais fraco deles” (FURTADO, 1991, p. 15). Assim, o Regimento surgiu, sobretudo, para consolidar as leis anteriores, não apenas para o distrito, mas também para o restante da Capitania, bem como para revogar as leis contrárias às disposições reais (FURTADO, 1991).

Não obstante, a despeito da intensa fiscalização por parte da Coroa, sobretudo após a demarcação do Distrito Diamantino, novas descobertas ao longo do século XVIII expandiram ainda mais a ocupação do território. Conforme registra Ferreira (1998), durante todo esse tempo a região cresceu consideravelmente, pela demarcação, a cada momento, de novas terras. Cada vez que uma jazida era descoberta, afluíam para lá senhores de escravos interessados em receber uma “data”. Assim, durante todo o século XVIII e início do XIX, como aponta Martins (2000), havia grande produção de ouro e diamantes em terras e córregos vizinhos ao Tijuco.

Todo esse aparato administrativo organizado para a Real Extração deixou o Distrito Diamantino ainda mais isolado do resto do país. Somente aos poucos o monopólio da Metrópole exercido sobre a região diamantífera vai deixando de acontecer, sobretudo em razão das dificuldades encontradas em submeter tanto a produção quando a vida local aos limites impostos pela legislação (FURTADO, 2007). A Real Extração foi extinta em 1845, e mais tarde, em 1882, por lei do governo brasileiro, extingue-se definitivamente o Distrito

Diamantino. Daí, os garimpeiros aproveitaram a situação e voltaram a escavar por toda parte. Desorganizadas, as autoridades da Real Extração não conseguiram mais impedir a atividade garimpeira.

Esse *boom* da mineração no antigo Distrito Diamantino durou até a década de 1860, “quando a entrada do diamante sul-africano no mercado internacional provocou grande baixa nos preços das pedras preciosas, lançando a região em nova crise” (MARTINS, 2000, p. 285). Assim, “a indústria mineradora no Brasil nunca foi além, na verdade, desta aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante” (PRADO JUNIOR, 2007, p. 73). No século XIX, a mineração no Brasil, que durante 100 anos se desenvolveu de forma muito intensa, entra, então, em decadência e colapso.

1.1.1.2. O ambiente rustico serrano e o abastecimento alimentar no período colonial

Ainda no período colonial, para além da mineração, primordial no processo de colonização e formação do território de Minas Gerais, essa região também viu surgir atividades agrícolas em seu interior. Fator importante para a economia da região, essa atividade também garantiu seu abastecimento e desenvolvimento. No entorno do Arraial do Tijuco havia muitas áreas especializadas na lavoura e na criação de gado. Embora a cultura de gêneros agrícolas fosse incentivada pela Metrópole para atender ao incremento do comércio português, essa tentativa da Coroa não deu certo, visto que houve um aumento na produção de alimentos básicos voltados, sobretudo, para o mercado interno (MENESES, 2007).

Embora a sociedade dessa região fosse formada, principalmente, por estrangeiros, em sua maioria portugueses e africanos, além de poucos nativos e imigrantes que vinham de outras partes da colônia, o maior responsável pela sobrevivência alimentar da vida das cidades foi o estrato social intermediário, constituído por artesãos, militares, profissionais liberais e contratadores (BESSA, 2011). Segundo Meneses (2000), ainda na segunda metade do século XVIII, instalaram-se no Serro os produtores de alimentos, que tinham suas origens e atividades marcadas pela diversidade, isto é, não eram exclusivamente agricultores ou lavradores. Em geral, esses produtores possuíam outra atividade ocupacional, como a de funcionários da administração colonial, comerciantes e mineradores, mas viam na agricultura uma possibilidade de ganhar a vida.

O entendimento dessa produção alimentícia implica, de antemão, uma reflexão sobre a posse da terra, fator essencial para que a produção aconteça (MENESES, 2000; 2007). Para a

historiografia mais recente, tanto a mineração quanto a agricultura de abastecimento alimentar são vistas como forma de acesso à riqueza, como alternativa econômica em relação às necessidades de sobrevivência das populações crescentes das áreas mineradoras, além de fator de ascensão social de homens livres e forros. Na região estudada, mesmo antes da diminuição da produção mineral, a diversificação da economia se dava, principalmente, em direção à produção agrícola e ao comércio.

Desde o início da colonização, a necessidade de ocupação territorial e a produção de bens exportáveis estiveram ligadas à preocupação de que as terras doadas fossem verdadeiramente utilizadas pelos seus proprietários para a produção. Desde 1699 a distribuição das terras não era mais feita de forma gratuita para todos. Passou-se a cobrar o foro e o comprador deveria comprovar sua capacidade de cultivar a terra por meio da posse de escravos e de animais para a atividade agrícola (MENESES, 2000). Já no final do século XVIII, a análise da produção de alimentos feita por Meneses (2000) sugere um dinamismo na economia da região do Serro. Para esse autor, a atividade mineradora dividia espaço e mão de obra com a agricultura, pecuária e atividades manufatureiras. Dessa forma, “a economia regional era dinâmica e complexa e não se limitava à produção diamantífera” (FURTADO, 1996, p. 115).

No Serro do Frio, a produção de alimentos e de outros produtos agrícolas necessários à manutenção da vida de seus habitantes foi importante e possibilitou um abastecimento alimentar regular e sem nenhuma crise séria mensurável. O mercado interno foi altamente complexo e estável e a produção agropecuária tinha uma dinâmica interna particular e incorporou outros segmentos da sociedade além de senhores e escravos (MENESES, 2000).

No caso da Comarca do Serro, essa produção agrícola não era marginal à plantation agroexportadora e dela se distanciava, até mesmo, sob o ponto de vista geográfico. Objetivava o abastecimento de uma sociedade de base econômica diversificada e marcadamente urbana, refletindo uma iniciativa eficaz por parte dos produtores e comerciantes em suprir esse abastecimento. Vista assim, essa agricultura produtora de alimentos, certamente participou de forma importante do processo endógeno de acumulação, vinculando-se à economia mineral exportadora, de forma a dividir com ela o espaço geográfico, os investimentos e a mão de obra escrava (MENESES, 2000, p. 144).

Assim, “nem só de ouro, diamante e pedras preciosas viveu o município” (FERREIRA, 1998, p. 83). A região do Serro é, também, pecuarista e agrícola – cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz, café, manteiga, queijo, cachaça e vinho são algumas das produções do município.

Importante ressaltar ainda que, sobretudo após o período que representou o auge econômico da região, marcado pela mineração, o comércio e a indústria surgiram como importantes atividades econômicas. A população que se aglomerou, ainda mais densamente no Distrito Diamantino, formou um mercado consumidor vigoroso que “expandiu o setor mercantil e o tornou altamente rentável” (FURTADO, 2003, p. 75). Para Monte-Mór (2001), o comércio teve em Minas Gerais uma função importante tanto na consolidação urbana quanto na distribuição da riqueza. Assim, essas atividades também foram importantes para a economia mineira e contribuíram para garantir a permanência de uma urbanidade mesmo depois do colapso quase total das minas (MONTE-MÓR, 2001).

1.1.2. Os descaminhos do Serro: declínio e isolamento

Como revela a história do Serro, a mineração e a atividade agrícola foram, portanto, as principais atividades que permitiram a ocupação desse território e imprimiram suas marcas na configuração econômica e sociocultural do município. Mesmo que de modo residual, sobretudo com relação à mineração, são elas que definem, hoje, o *modus vivendi* da maior parte da população (SOUZA, 2010, p. 25).

No decorrer do século XIX, a queda da atividade mineradora acarretou, como era de se esperar, uma redução no ritmo de crescimento econômico de Minas Gerais. Ao quase esgotamento das jazidas de ouro de aluvião e das minas de diamantes somou-se a falta de tecnologia mais adequada para a obtenção das pedras preciosas (SOUZA, 2010), fatores que provocaram um fluxo migratório importante de parte da população concentrada na área mineradora do Alto Jequitinhonha, principalmente para as proximidades de Minas Novas – na divisa do Alto e Médio Jequitinhonha – que se tornara um novo centro garimpeiro.

O declínio da atividade garimpeira promoveu dois processos nessa região, e também no Serro: um deles, ligado ao esvaziamento demográfico das áreas urbanas onde, originalmente, desenvolvia-se a mineração; e o outro, relacionado à reorganização produtiva da região, com o fortalecimento, sobretudo, da atividade agrícola. A precariedade de acesso aos recursos financeiros e técnicos em fins do século XIX e início do XX dificultou uma produção agrícola em larga escala, contribuindo, assim, para o predomínio das lavouras de subsistência.

Em fins do século XIX e início do XX, a situação econômica da região era agravada pelas mudanças econômicas pelas quais o Brasil passava durante esse período. De acordo com

Martins (2000) a expansão da cafeicultura e sua posterior industrialização geraram uma reestruturação econômica do espaço brasileiro, concentrando a força produtiva no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Logo, as regiões distantes desse centro, como o próprio Vale do Jequitinhonha, mantiveram-se isoladas de investimentos públicos e privados. Diante disso, originaram-se novas frentes migratórias, dessa vez para o norte de São Paulo e do Paraná, para o sul de Minas e Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Goiás, que absorveram grande quantidade da mão de obra de trabalhadores das regiões das minas, destinada às lavouras de café.

A crise da mineração, cujo declínio definitivo se deu ainda por volta de 1860, despertou alternativas diferentes nos dois principais polos da região – Serro e Diamantina. O Serro permaneceu concentrado na agricultura e se especializou ainda mais fortemente no abastecimento do crescente mercado regional. Tal vocação ocupou no campo, gradativamente, parte de uma mão de obra que se tornou ociosa com o fim da mineração. Já Diamantina, que acolheu a vanguarda liberal do Serro, e cujas terras inférteis contribuíram para a formação de uma economia voltada para a indústria e comércio, voltou-se para a indústria de lapidação, siderurgia, metalurgia, indústria têxtil, entre outros.

Em meio à crise minerária, as elites locais apoiaram a formulação de um projeto de industrialização do Norte de Minas Gerais. Existia um forte apelo à intervenção estatal no fomento das novas atividades econômicas e um direcionamento das ações para o fortalecimento do crescente mercado regional, “cujas necessidades seriam satisfeitas pela indústria de Diamantina, protegida da concorrência externa pelo relativo isolamento geográfico da região” (MARTINS, 2000, p. 286).

Em Diamantina houve um surto industrial expressivo, iniciado em 1870, visto que a mineração garantiu um acúmulo de capitais necessários à montagem de indústrias leves, como as fábricas de tecido, que utilizavam como matéria-prima o algodão plantado no Serro e em outras regiões próximas. Segundo Bessa (2011), esse investimento industrial, com base na mecanização das atividades industriais e da inserção da mulher no mercado de trabalho, foi impulsionado, principalmente, pela abolição da escravatura e pela Proclamação da República, que provocaram um esvaziamento dos centros urbanos da região.

De acordo com Bessa (2011), como forma de garantir o escoamento da produção local, as elites do Serro e Diamantina entraram em disputa pela construção de uma ferrovia que ligasse a região à nova capital, Belo Horizonte. Para as elites diamantinenses, a luta pelos

trilhos ferroviários fazia parte do plano de se afirmar como importante mercado consumidor regional, além de principal ponto de distribuição de mercadorias (MARTINS, 2000). Nessa disputa vence Diamantina e o Serro busca na agropecuária sua sobrevivência. Como consequência da implantação dessa ferrovia, em 1914, toda a região do entorno do antigo caminho Vila do Príncipe-Tijuco cai no esquecimento e abandono (BESSA, 2011).

Contudo, a permanência de outras estradas-tronco na região favoreceu a continuidade das atividades das tropas no entorno de Diamantina. Essa continuidade é entendida como a persistência de um antigo sistema colonial de circulação. Assim, o Vale do Jequitinhonha, nas décadas de 1920 e 1930, “ainda era um encravamento histórico-geográfico, um espaço-tempo parcialmente comunicante que se desligava das estruturas fundamentais do passado muito lentamente” (MARTINS, 2000, p. 296).

No entanto, sobretudo, a contar da década de 1940, o impulso econômico dessa região, mais especificamente em Diamantina, enfraqueceu e muitas pequenas indústrias locais fecharam as portas (BESSA, 2011). As dificuldades de transporte representavam um importante empecilho para a expansão da economia da região. Como aponta Martins (2000), as tropas de comércio foram desaparecendo a começar dos anos 1940, quando foram construídas estradas de rodagem na região. Essas rodovias representaram um duro golpe para a economia do Vale, já que minaram a primazia de Diamantina como entreposto comercial.

Nos anos 1950, foram construídas a BR-116 (Rio-Bahia) e a BR-357 (Diamantina-Salto da Divisa), que cruzaram o nordeste mineiro, passando por Araçuaí e Itaobim. Para Martins (2000), essas estradas permitiram o escoamento e circulação da produção de uma ampla área que, até então, dependia do mercado Diamantinense e de suas tropas de muares. Tais rodovias provocaram a abertura do Norte e Nordeste de Minas Gerais para os mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo e, desse modo, as indústrias do Alto Jequitinhonha tiveram de enfrentar a concorrência dos produtos vindos de outros estados e, por essa razão, acabaram sucumbindo.

Para Bessa (2011), além da instalação das rodovias, a ordem política nacional vigente naquela época também foi fator que desencadeou o declínio econômico da região. “Na Era Vargas, os canais políticos tradicionais de representação – os parlamentos – foram substituídos por mecanismos de representação corporativa e por círculos de tecnoburocratas. As elites norte-mineiras estavam despreparadas para esse novo cenário” (MARTINS, 2000, p. 302). Essa perda de poder político condenou o Vale a permanecer fora dos planos de

modernização da economia durante os anos 1940, 1950 e 1960, tanto na esfera federal quanto estadual. Essa região ficou, então, relegada à condição de área economicamente deprimida.

1.2. Do passado ao presente: a dinâmica Geo-histórica e as políticas compensatórias de desenvolvimento

Do ponto de vista ambiental, passados mais de três séculos de uma acentuada exploração do território do Serro, os resultados de toda essa dinâmica histórico-geográfica são uma visível fragmentação de seu bioma e a criação de muitas Unidades de Conservação na região, que contribuíram para transformar a Cadeia do Espinhaço em uma Reserva da Biosfera. Isso significa que esse território abriga importantes áreas naturais de Minas Gerais e também do Brasil. É a ela que se recorre, também, quando se busca entender a fragilidade desse ambiente e os impactos dos extrativismos vegetal e mineral, ainda presentes na região, e suas repercussões ambientais e sociais.

Conhecida como a ‘espinha dorsal’ do Brasil, a Serra do Espinhaço é considerada uma das formações geológicas e geomorfológicas mais importantes do país. Se estende por aproximadamente 1.200 km, no sentido norte-sul e abrange parte considerável dos territórios de Minas Gerais e da Bahia. (Figura 3). Com altitudes que ultrapassam os 1.800 metros, seu ponto culminante é o Pico do Itambé, localizado no município de Santo Antônio do Itambé, que alcança 2.062 metros de altitude. Segundo Gontijo (2008), a Serra do Espinhaço é um importante divisor de águas do Brasil e separa as bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce – abrigando nascentes e mananciais de água importantes para o país e para Minas Gerais. Abriga ainda quatro importantes biomas brasileiros: o Cerrado, os Campos Rupestres, a Caatinga e a Mata Atlântica. Dada sua abrangência e complexidade geológica, geomorfológica e às especificidades sociais, econômicas e culturais que aí tomaram forma ao longo de mais de três séculos, a Serra do Espinhaço também pode ser compreendida, conforme mostra Gontijo (2008),

Como uma espécie de marca de fantasia, o que inclusive cai bem quando consideramos a crescente popularização do termo. Essa ideia parece, no nosso entender, estar na base da recente delimitação do que passou a ser concebido e conhecido como “Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço” (RBSE) de forte apelo de marketing, que lança a Cadeia do Espinhaço enquanto importante patrimônio ecossistêmico a ser olhado e cuidado com o carinho que merece, a RBSE acabou por englobar mais espaços ao espinhaço mineiro. Este foi, especialmente, o caso de todo o quadrilátero ferrífero, o que resgata de alguma forma as ideias originais de Eschwege e Derby embora um “pecado geológico”, trata-se mais da materialização espacial de uma, boa, ideia conservacionista – quanto mais áreas

estiverem incorporadas a nossa RBSE, mais chances teremos de proteger nossa biota (GONTIJO, 2008, p. 8)

Assim, por abrigar importantes áreas naturais, sua conservação e sustentabilidade têm sido o objetivo de instituições internacionais, do Estado brasileiro e de organizações sociais. Em primeira instância, ligada às propostas da comunidade internacional desde 2005, toda essa região faz parte da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE). Criadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), as Reservas da Biosfera fazem parte do programa “O Homem e a Biosfera” (MAB) – projeto que integra o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), além de diferentes agências internacionais de desenvolvimento. Formadas por um conjunto representativo de ecossistemas da região na qual se insere, as Reservas têm, entre suas principais funções: (1) contribuir para a conservação da biodiversidade, incluindo os ecossistemas, espécies e variedades, bem como as paisagens onde se inserem; (2) fomentar o desenvolvimento econômico que seja sustentável do ponto de vista sociocultural e ecológico; (3) criar condições logísticas para a efetivação de projetos demonstrativos para a produção e difusão do conhecimento e para a educação ambiental, bem como para as pesquisas científicas e o monitoramento nos campos de conservação e do desenvolvimento sustentável (UNESCO).

De acordo com Braga *et al.* (2016), a RBSE é hoje uma das sete Reservas da Biosfera do Brasil. Compreende uma área de 3.070.000 hectares e, conforme dados da Fundação Biodiversitas (2009), integra as serras de Ouro Preto e Ouro Branco, na região centro-sul do estado de Minas Gerais, abrangendo também as serras do Caraça, Catas Altas e Barão de Cocais. Nas proximidades de Belo Horizonte estão as Serras da Piedade, Moeda, Curral e Cipó. A Serra do Cabral encontra-se na região do Alto São Francisco; já Diamantina, Serro e Santo Antônio do Itambé localizam-se na região do Alto Jequitinhonha.

Da perspectiva ambiental, a RBSE é considerada uma das regiões mais ricas e diversas do mundo. Além de possuir relevância hídrica para o país, os ecossistemas que a compõem são extremamente frágeis, com espécies endêmicas e ameaçadas de extinção como, por exemplo, os campos rupestres. Localizadas em sua Zona de Amortecimento¹, estão as principais cidades históricas de Minas Gerais como, entre outras, Ouro Preto, Diamantina e Serro –

¹Zonas de Amortecimento são áreas estabelecidas no entorno das zonas núcleo, ou entre elas, tem por objetivos simultâneos minimizar o impacto sobre estes núcleos e promover a qualidade de vida das populações da área, especialmente as comunidades tradicionais. Em geral correspondem as áreas de mananciais, APAS, áreas tombadas e outras regiões de interesse sócio ambiental. (<http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp>: Acesso em fevereiro de 2018).

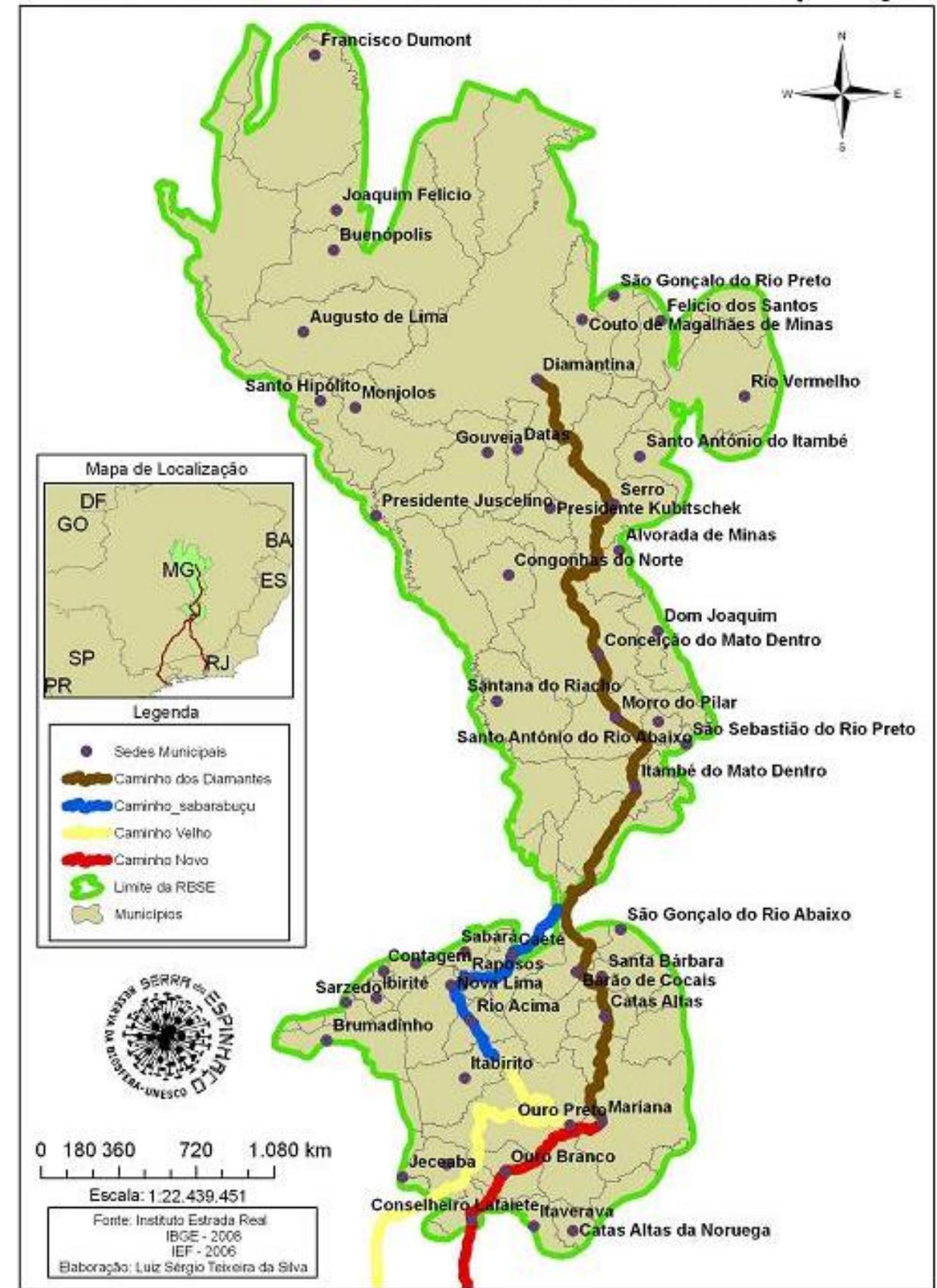
todas essas declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade. “Nesse sentido, o interesse pela sua conservação se justifica não apenas pela sua importância biológica, mas também diante da importância da conservação de seu patrimônio histórico e paisagístico, além da necessidade de garantir a subsistência e permanência de seus moradores²” (BRAGA *et. al*, 2016, p. 550, tradução nossa).

A porção norte da Reserva do Espinhaço, ainda segundo Braga *et. al* (2016), integra toda a região onde, durante os séculos XVIII e XIX, foi o Distrito Diamantino. Com um importante acervo cultural e arquitetônico, em meio a uma paisagem montanhosa e muito rica quanto aos recursos naturais e paisagísticos, em parte resguardados pelo isolamento econômico e geográfico, essa região vem sendo palco de grande atratividade turística ao longo das últimas décadas. É nessa região também que estão as maiores altitudes de toda a Serra do Espinhaço: 2.062m no Pico do Itambé, 1.759m na Serra da Bicha e 1.628m a oeste de Serra Azul de Minas. E ainda é onde se encontram os campos rupestres de altitude e as sempre-vivas, além de grande quantidade de quedas d’água, formadas pela combinação entre a formação do relevo e o sistema de drenagem.

Ressalta-se que paralelamente às Unidades de Conservação (UC) existentes no Brasil, já previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Reservas da Biosfera são formas complementares de proteção da biodiversidade. Sua ênfase recai na importância internacional de determinada área. Apesar desse caráter internacional, a jurisdição das Reservas da Biosfera fica a cargo dos próprios países em que elas se encontram.

² In this sense, interest in conservation is justified not only by its biological importance, but also on the importance of conservation of its historic and scenic heritage, and the need to ensure the survival and permanence of its residents.

Figura 3: Mapa da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço - RBSE



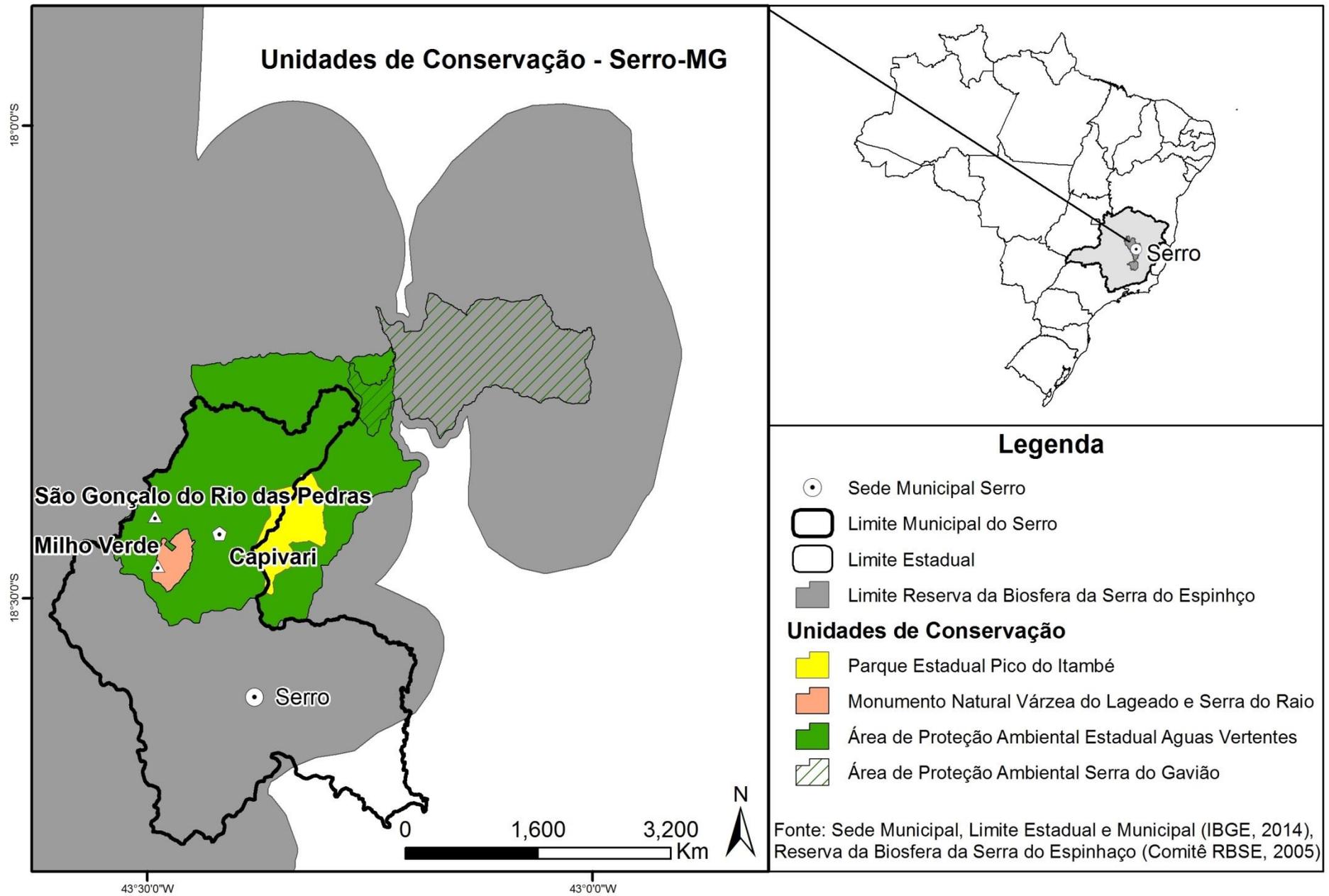
Fonte: <http://rbse-unesco.blogspot.com.br/>

Já na segunda estância de conservação, a estratégia para conservação se consolida em âmbito nacional, principalmente na criação de Unidade de Conservação. Essa forma de organização territorial tem sido admitida com o intuito de minimizar as pressões antrópicas – relacionadas, por exemplo, ao turismo e à mineração. A RBSE abrange 17 Unidades de Conservação de Proteção Integral e 36 Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Conforme mostra a figura 4, no município do Serro situam-se quatro dessas UC's, a saber: Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI), Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio, Área de Proteção Ambiental (APA) das Águas Vertentes e Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Gavião, todas elas geridas em âmbito estadual, pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG).

Em ambas as instâncias de conservação – em escala internacional ou nacional – dialogam objetivos complementares de proteção ambiental e de conservação das características ligadas à beleza cênica e paisagística, da diversidade histórico-cultural e patrimonial. Valendo-se de tais características, propostas ligadas ao turismo encontram palco fértil à proliferação; todavia, as dificuldades para a efetiva implantação dessas Unidades levam ao aumento do fluxo descontrolado e, cada vez mais crescente, de turistas para essa região. Cabe reconhecer que o turismo, em muitas localidades situadas na Cadeia do Espinhaço, é eminentemente de massa, pouco voltado para a valorização do patrimônio ambiental e histórico-cultural. Nesse cenário, o turismo, juntamente com a mineração, é hoje uma das principais atividades econômicas da região.

Contudo, mesmo diante de um passado de opulência material, que durante três séculos foi responsável por um importante ciclo econômico para as Minas Gerais e para o Brasil e, ainda, mesmo em face de um cenário composto de importantes áreas naturais e de grande beleza cênica, grande parte da população que atualmente vive nessa região, incluindo o próprio município do Serro, por uma ironia perversa, padece de melhores condições de vida. Isso confirma que, além da mineração ser uma atividade insustentável, uma vez que depende da extração de recursos naturais não-renováveis, em muitos casos, ela é associada ao ciclo boom-colapso, isto é, após uma fase de elevada atividade econômica, seu fim significa, via de regra, a decadência econômica e social da região.

Figura 4: Mapa das Unidades de Conservação - RBSE - Serro / Minas Gerais



Elaboração: Maria Flávia Pires Barbosa e Eric Oliveira Pereira, 2018.

A formação Geo-histórica desse município percorre, assim, uma trajetória em que se revelam realidades econômicas e sociais distintas ao longo dos anos. De uma prosperidade que perdurou quase dois séculos, resultado da descoberta de ouro e diamante no início do século XVIII, até o declínio econômico, consequência, principalmente, de uma exploração intensiva das riquezas minerais, que provocou, no século XIX, uma exaustão gradativa das minas na região, essa região vive hoje ao abrigo de suas próprias contradições. Embora turisticamente atraente graças a seu legado histórico e suas belezas naturais, o município do Serro herdou também condições econômicas e sociais precárias. A resultante de todo esse processo de exploração e “desenvolvimento”, refletida nos indicadores econômicos e sociais do município, deixa clara, portanto, a ausência de benefícios para sua população. Não sem razão, essa região vem sendo palco de ações deliberadas do Estado ou da iniciativa privada, que visam, sobretudo, a recuperação da economia do município.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), a população total do município do Serro é de 20.835 habitantes. Economicamente, nem mesmo seu histórico de opulência, resultado de um intenso processo de extração de ouro e diamante, conseguiu propiciar, nos dias atuais, uma economia diversificada e forte no Serro. O município está, em sua maior parte, ocupado por atividades econômicas pouco produtivas e de baixa rentabilidade, com predominância da agropecuária e, com destaque maior, para a agricultura de subsistência. O uso e ocupação do solo hoje se dividem, conforme dados do censo agropecuário do IBGE (2006), entre lavouras permanentes (banana, café) e lavouras temporárias (cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho); matas e/ou florestas (naturais, plantadas, destinadas a preservação permanente, reserva legal); e o predomínio de pastagens (naturais, plantadas).

A produção do queijo tem um papel importante para a economia do Serro, sendo esse um dos poucos produtos que consegue chegar ao mercado consumidor externo ao município. Logo, a economia agropecuária é voltada, sobretudo, para a produção de leite e para a subsistência de modo a abastecer a população local. Atualmente, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários é constituída por proprietários individuais - são 1.508 unidades, cobrindo uma área de aproximadamente 36 mil hectares (IBGE, 2006). Aproximadamente 20% da população ocupa-se de atividades produtivas no campo. A produção de cana-de-açúcar é o cultivo mais representativo, ocupando uma área considerável no município. Esse produto é matéria-prima para a produção de cachaça, muito comum nas áreas rurais de Minas Gerais, incluindo o Serro. Em se tratando da pecuária, há a predominância muito expressiva do gado bovino, em especial o voltado para a produção de

leite e derivados. É possível ainda perceber a presença do gado de corte destinado a abastecer o município e áreas do entorno.

Todos esses aspectos de natureza econômica revelam a ligação com os usos tradicionais do solo e com a história do campo em Minas Gerais; a vocação do município para a produção agropecuária, que durante muitos anos exerceu um papel de suporte à principal atividade econômica da região: a mineração. Grande número dessas propriedades é ainda de caráter familiar, nas quais o número de trabalhadores com vínculos familiares supera em seis vezes o número de trabalhadores sem esse vínculo, conforme dados do IBGE (2006).

A resultante dessa baixa produtividade, como já era de se esperar e confirmada pelos dados do IBGE, é a baixa renda da maior parte da população, conforme mostra o gráfico 1. 63% da população com mais de 10 anos de idade, que corresponde a um total de 17.267 habitantes, possuem algum tipo de renda mensal, de acordo com dados do censo demográfico de IBGE (2010). A maioria da população (39%), contudo, tem uma renda mensal que varia entre ½ e 2 salários mínimos, e uma parcela importante possui renda de até ½ salário mínimo (17%). Somente uma pequena parcela da população do Serro detém uma renda que varia de 15 até mais de 30 salários mínimos (0,61%). Ao mesmo tempo, 36% da população não possuem rendimento mensal, o que revela o quadro de desigualdade econômica do município. A população que recebe os maiores salários é composta, em grande parte, por funcionários da administração pública.

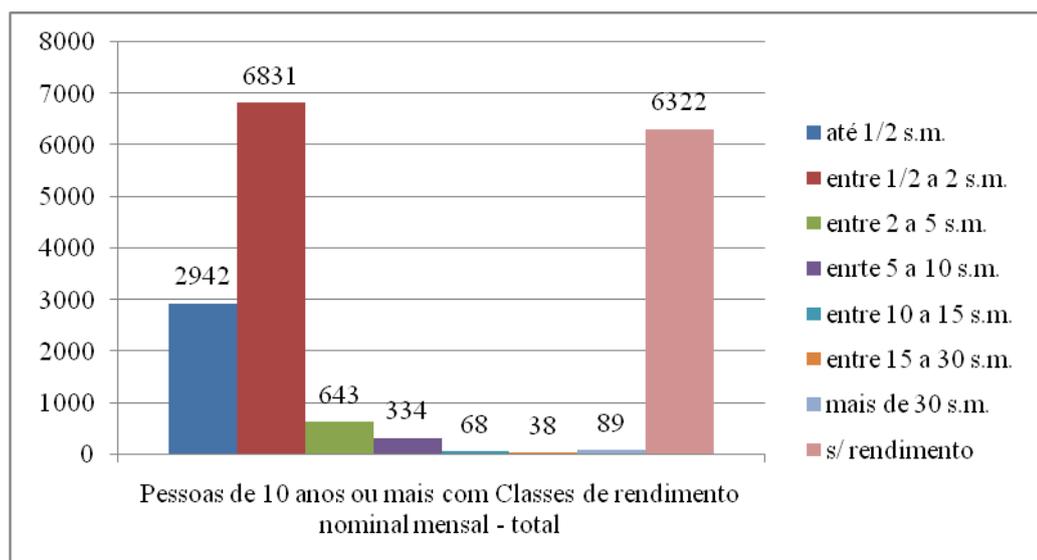


Gráfico 1: Pessoas de mais de 10 anos – rendimento mensal total
Fonte dos dados: IBGE, 2010.

O contexto sociodemográfico também pode ser entendido com base em indicadores sociais. Entre os anos 2000 e 2010, o comportamento da taxa de analfabetismo, que revela o percentual da população incapaz de ler e escrever informações simples, comporta decremento: houve, no Serro uma redução dessa taxa, que passou de 27,3% entre as pessoas maiores de 15 anos, em 2000, para 19%, em 2010. No entanto, a comparação da taxa brasileira de analfabetismo, que era de 9,4% em 2010 (IBGE, 2010), com a taxa de analfabetismo do Serro para mesmo ano põe em evidência expressiva diferença de quase 10%.

Sobre a educação no município do Serro, pode-se dizer, também com base nos dados do IBGE (2015), que existem ao todo 5.094 alunos matriculados, distribuídos entre escolas de ensino pré-escolar, fundamental e médio, sendo que a maior parte das escolas, aproximadamente 90%, é pública. Das crianças em idade pré-escolar, cerca de 48% delas estão matriculadas; no ensino fundamental, 97% das crianças com idade entre 7 e 14 anos estão matriculadas e 87% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos estão matriculados nas escolas de ensino médio. A situação no município ainda é, contudo, crítica no tocante à educação, principalmente quando se trata do tempo de estudo, como registra o gráfico 2. Segundo dados do IBGE (2015), da população residente com mais de 10 anos de idade, 2.377 (13,5%) possuem ensino fundamental completo; 1.990 (12%) ensino médio completo; 789 (4,5%) possuem ensino superior completo; e uma parcela significativa, isto é, 11.979 (69%) dessa população não possui instrução ou possui ensino fundamental incompleto. (Gráfico 2).

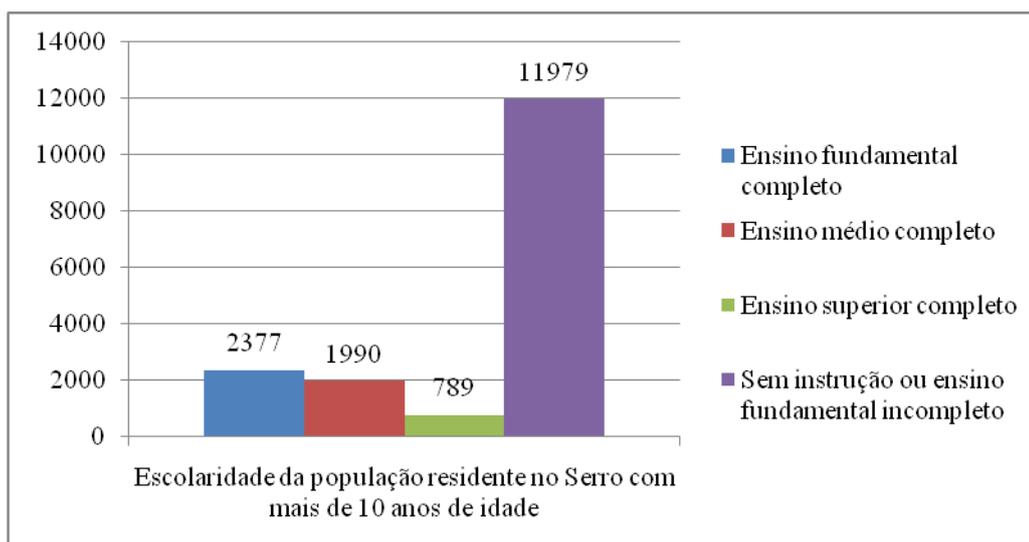


Gráfico 2: Escolaridade da população residente no Serro com mais de 10 anos de idade.
Fonte dos dados: IBGE (2015).

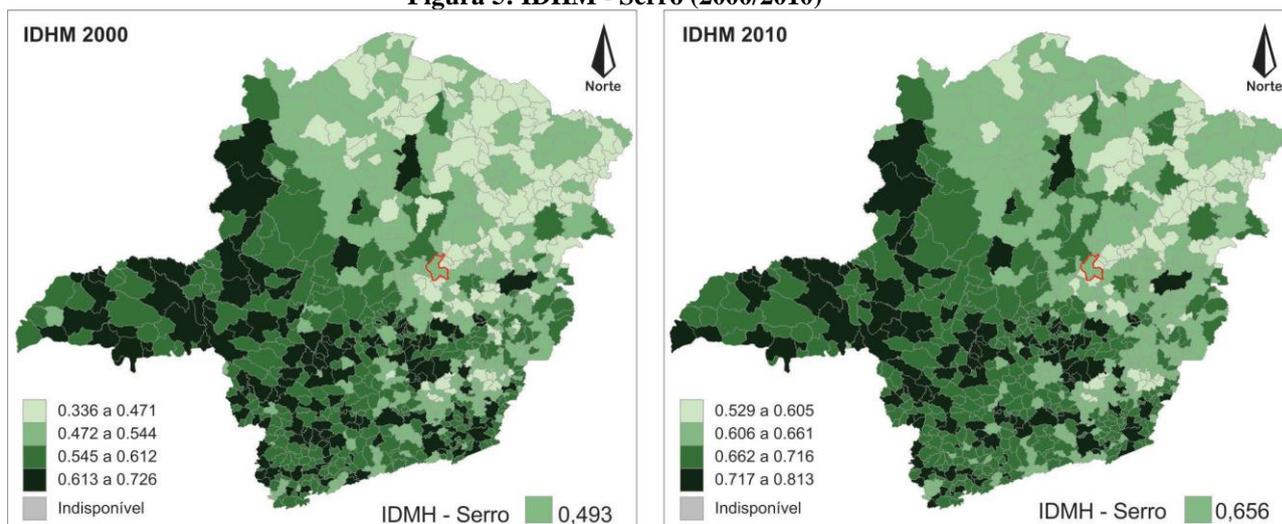
Quando comparado com o ano de 2000, percebe-se que proporcionalmente houve um aumento no número de pessoas que completaram os ensinos fundamental, médio e superior.

Todavia, houve, também proporcionalmente, um aumento significativo no número de pessoas sem instrução formal ou com o ensino fundamental incompleto. Um olhar sobre o panorama geral da educação no município revela com clareza sua situação crítica. Por exemplo, do total da população residente com mais de 10 anos de idade, em 2010, aprox. 70% tem menos de 4 anos de estudo, isto é, grande parcela dos moradores possui pouca ou nenhuma instrução formal.

De acordo com dados do IBGE, o Serro dispõe de uma infraestrutura de saneamento básico ainda muito incipiente. Das moradias residenciais existentes no município, 55% contam com abastecimento de água. Já no que diz respeito à infraestrutura voltada para a área da saúde, o município conta hoje com 17 estabelecimentos de saúde, sendo 13 públicos municipais e 4 privados, o que responde por um número de 56 leitos. Contudo, o município não conta com procedimentos complexos, tendo o morador que procurar cidades mais próximas como Diamantina, ou mesmo Belo Horizonte, para esses tipos de atendimentos.

Uma síntese das condições socioeconômicas da população é dada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No Serro, embora tenha havido melhora ao longo dos últimos anos nesse índice, que passou de 0,493 (2000) para 0,656 (2010), situa-se ele ainda abaixo da média do Brasil (0,727) e do Estado de Minas Gerais (0,731)³. (Figura 5). Esse quadro de fragmentação econômica e social do município revela, portanto, a dificuldade de alcance de políticas públicas estatais.

Figura 5: IDHM - Serro (2000/2010)



Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

³ Fonte dos dados: Atlas Brasil 2013 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Nas últimas décadas, o fraco desempenho do município do Serro diante das tentativas de elevar os indicadores sociais e econômicos impulsionou a elaboração de programas e projetos orientados para a promoção do desenvolvimento. O objetivo declarado desses programas, empreendidos ora pelo Estado ora pela iniciativa privada, tem sido a busca pelo desenvolvimento econômico, como forma de diminuir a distância entre o Serro e os demais municípios de Minas Gerais e, assim, integrar a região ao conjunto do estado. De modo genérico, no entanto, como *modus operandi* usual, esses programas e projetos de desenvolvimento são concebidos e implementados “a partir de cima”, com base em políticas traçadas pelo poder público, sem a participação efetiva das comunidades afetadas por essas políticas.

Ressalta-se ainda que, ao longo dos anos, as avaliações de êxitos e fracassos desses projetos passaram a incorporar, também, indicadores sociais e econômicos. Apesar da eficácia e confiabilidade de tais indicadores, grande parte dos programas formulados não se aprofunda nos processos históricos que conferem particularidade e identidade própria ao município. Talvez por isso, os poucos exemplos de sucesso acabam sendo aterrados pela avalanche de fracassos. Os conflitos entre as matrizes teóricas de modelos de desenvolvimento excludentes adotados encobrem, na prática, as graves consequências geradas pela falta de resultados expressivos para a vida dos próprios moradores. Em face disso, os governos mineiros têm elaborado, ao longo dos últimos anos, projetos de cunho ‘desenvolvimentistas’ para essa região. O turismo não escapou dessa lógica e, hoje, vem sendo usado como ferramenta para a promoção do desenvolvimento local. Menos frequente, porém, tem sido as avaliações dessas políticas. Em âmbito regional, uma das propostas oferecidas aos moradores do Serro foi o Programa Turismo Solidário que vem sendo apresentado como forma alternativa de turismo; daí, a importância de avaliar e debater esse Programa, o que se fará nos capítulos que seguem.

TURISMO SOLIDÁRIO, DESENVOLVIMENTO E SOLIDARIEDADE

Uma reflexão sobre o turismo permite observar que, via de regra, essa atividade vem sendo alvo de ações específicas, sejam elas públicas ou privadas. Do que se sabe, do turismo de massa ao chamado turismo ‘alternativo’, as políticas públicas incorporaram, ao longo dos anos e em diferentes escalas, elementos que evidenciam a relação entre a ideologia política dominante e as diferentes iniciativas desenvolvidas nesse campo.

À luz dessa afirmação, Schenkel e Garcia (2015) apontam que o turismo é um fenômeno construído, que surge tendo como eixo teórico a concepção político-econômica hegemônica em cada momento histórico. Por essa razão, não há como analisar a intervenção estatal ou uma política de turismo específica sem uma relação direta com o paradigma vigente. Hall (2011) sugere que, de modo geral, as formas como as políticas de turismo são desenhadas têm embutidos os fundamentos teóricos sobre o papel do Estado, os instrumentos políticos utilizados e a definição dos problemas a serem resolvidos. Logo, para uma melhor compreensão dos processos decorrentes da política e de seus resultados, torna-se fundamental não descontextualizar a análise. De tal forma, o empírico não deve se dissociar dos elementos teóricos (SCHENKEL e GARCIA, 2015).

Assim sendo, tendo por foco a análise do Programa Turismo Solidário e suas repercussões sociais e espaciais, voltadas ao município do Serro/Minas Gerais, buscou-se definir neste capítulo a sua natureza primeira, colocando em evidência os pressupostos teóricos que o fundamentaram. A própria escolha da forma pela qual o Programa foi idealizado e das bases teóricas e empíricas que o sustentaram são, elas próprias, reveladoras da visão do Estado sobre o processo de desenvolvimento que pretende.

As possíveis reflexões geradas em torno da ideia do PTS permitem, portanto, que se possa melhor compreender essa política à luz do que poderia ser sua base de sustentação teórica e prática em associação com o contexto político-econômico em que ela foi criada. Buscar entender seus desdobramentos requer ainda recuperar a análise da sua evolução ao longo dos últimos anos. Assim, além de apresentar e discutir os aspectos teórico-conceituais que versam sobre o turismo solidário e sobre o próprio Programa, procurou-se lançar luz sobre as correntes teóricas no campo do desenvolvimento que serviram de base para a elaboração da proposta. De modo semelhante, refletiu-se sobre o conceito de solidariedade,

com o intuito de compreender os diferentes matizes conceituais que também serviram de alicerce à proposta em questão.

Em síntese, um exame mais atento dessa política explica, de um lado, o papel do Estado e a sua relação com o turismo, via de regra, interpretado como fator de desenvolvimento, e, por outro, revela a ideologia dominante e a relação da atividade com os grupos sociais em questão. Nota-se, de antemão, que a falta de um planejamento mais consistente, ou uma teorização mais robusta sobre o tema, tiveram grande efeito na carência de resultados mais satisfatórios da política aqui estudada.

2.1. Sobre o Turismo Solidário: suas bases teóricas e empíricas

Diante de um mercado turístico globalizado, capaz de atrair bens e gerar divisas, a caracterização do turismo como setor predominantemente econômico implicou o distanciamento de sua compreensão como um fenômeno social. O desafio hoje se traduz em certa incapacidade de conceber propostas criativas sobre um tipo de turismo que leve em conta a dimensão social e o caráter local como elementos centrais no processo de planejamento da atividade turística. Logo, se o turismo é um fenômeno global e irreversível, é preciso compreender o que há de particular nas diferentes formas de experiência turística praticadas localmente.

A importância que o turismo assume globalmente, refletida nas estatísticas e indicadores da Organização Mundial do Turismo (OMT) e no aumento do fluxo de turistas mesmo em tempos de crise econômica poderia, em muitos casos, gerar uma “falsa ilusão de riqueza” (MATEOS, 2010). Nesse contexto, frequentemente o turismo é apresentado como uma das principais vias para se alcançar crescimento e desenvolvimento econômicos. O que a experiência indica, todavia, é que o setor não necessariamente contribui para isso. Ademais, os impactos de seu crescimento podem gerar resultados adversos para as populações envolvidas, especialmente para as mais desfavorecidas. Como qualquer outro setor capaz de gerar benefícios econômicos, o turismo está sujeito às contradições geradas pelos distintos grupos sociais envolvidos. A relação entre turismo e desenvolvimento torna-se, portanto, mais complexa do que habitualmente se revela. Para analisá-la, é necessário levar em conta a dimensão do conflito social inerente ao crescimento dessa atividade (CAÑADA e GASCÓN, 2007).

Para Mateos (2010), os países que se abrem à atividade turística são cada vez mais numerosos e, assim, tanto sua oferta quanto sua demanda têm aumentado constantemente. Em nível nacional, os países têm se ocupado em diversificar sua oferta pela seleção de novos lugares turísticos. Porém, são as regiões da Europa e da América do Norte as que mais se beneficiam das entradas de divisas do turismo mundial, fato que confirma, de antemão, a capacidade que tem o turismo de ampliar as desigualdades em âmbito internacional. A globalização da economia tende a aumentar essa tendência, intensificando a diferença tanto entre os países pobres e ricos quanto dentro dos próprios países. Como há alta concentração de grandes empresas do setor nos países emissores, e como são elas que possuem a quase totalidade dos empregos nessa área, ao impor suas condições aos países receptores, não resta a estes países outra opção a não ser a de ceder aos interesses das empresas para garantir o fluxo turístico.

Diante desse contexto turístico mundial, que pesa sobre as populações, sobretudo aquelas dos países em desenvolvimento, os aspectos negativos do turismo e da distribuição desigual de sua renda gerada internacionalmente, vem surgindo, desde meados da década de 1990, enfoques ditos alternativos que buscam, em tese, promover a atividade turística como ferramenta capaz de beneficiar, em especial, as populações das regiões receptoras. Entre essas alternativas, destaca-se aqui o chamado ‘turismo solidário’, objeto de reflexão deste capítulo.

Esses enfoques alternativos surgem, principalmente, como resposta às crises globais que caracterizam a realidade mundial atual, tais como pobreza, desemprego, homogeneização cultural e perda de identidades locais, problemas ambientais e tensões entre o global e o local com relação à tomada de decisões (PINGEL, 2007). Para essa autora, esse movimento foi potencializado pelo protagonismo das organizações e movimentos sociais que lutam contra o sistema hegemônico, fazendo emergir a necessidade de incutir na prática turística conceitos e ideais de sustentabilidade que poucas vezes foram aplicados em experiências concretas cotidianas. As origens dessas formas de turismo encontram-se, então, no paradigma do desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, em suas conferências e documentos. Além disso, grandes projetos de cunho internacional passaram a considerar, tanto na elaboração quanto na implementação dessas iniciativas, o critério da existência de capital social como fundamentais para o êxito das ações e projetos no campo do turismo.

Conceitualmente, o ‘turismo solidário’ pode ser caracterizado como uma atividade que busca reforçar e valorizar as identidades e culturas locais, fortalecendo a participação da comunidade e incitando o entendimento, conhecimento e aprendizagem mútua entre turistas e

residentes. É uma forma de turismo em que os processos de desenvolvimento se realizam principalmente em benefício das populações diretamente afetadas (GUZMÁN, TORRE e NAVARRO, 2007). Para esses autores, o turismo solidário se apoia essencialmente em duas premissas: reduzir ao mínimo o impacto negativo que a atividade turística exerce sobre o entorno; e fortalecer as sociedades locais, por meio de dinâmicas econômicas autônomas. Isso implica, ao mesmo tempo, na existência de uma relação muito estreita entre turistas e os membros da comunidade local, e que os turistas desempenhem algum tipo de trabalho dentro da própria comunidade. Portanto, dois elementos chaves caracterizam esse tipo de turismo. Um deles é a hospitalidade, isto é, a inter-relação entre pessoas de diferentes lugares, aspecto completamente distinto do que existe no turismo tradicional. O outro elemento, muito caro ao turismo solidário, em especial quando se tem em conta o turista, é a solidariedade, pois a pessoa que visita esses lugares o faz com um ingrediente importante de ajuda à comunidade (GUZMÁN, TORRE e NAVARRO, 2007).

Para Gascón (2009), as bases dessa forma de turismo estão relacionadas com a aproximação entre as organizações sociais e o setor turístico, sobretudo na Europa. As viagens em que a solidariedade era a principal motivação do viajante surgiram na Espanha no começo da década de 1980. Eram, principalmente, movimentos de apoio revolucionários ou de resistência, que ficaram conhecidos como “brigadas de solidariedade”. O objetivo principal das organizações responsáveis pela sua criação era estritamente político e revolucionário e o ativismo dos participantes incluía, em grande medida, o desejo pessoal de conhecer a cultura do país e seus problemas sociais.

Já na década de 1990, Gascón (2009) afirma que um novo movimento surgiu, afastando-se do caráter político que serviu de inspiração na década anterior. Para obter uma base social e receitas próprias, a estratégia das organizações sociais que atuavam nessa época foi a criação de comunidades e grupos de interesse nos países do sul que recebiam turistas e geriam a atividade. Esse esvaziamento político e, sobretudo, revolucionário do movimento fez abrir as portas para que numerosas organizações e agências de viagens vissem nessa prática uma forma de diversificar a receita com a criação de diferentes projetos de cooperação.

O caráter revolucionário cedeu lugar, então, a aspectos ligados à cooperação entre os países Europeus para o desenvolvimento dos países do Sul, em um cenário em que as crises globais impulsionaram a conformação do paradigma do desenvolvimento sustentável e sua aplicação no campo do turismo (PINGEL, 2007).

Nesse novo contexto, a França aparece como o país pioneiro propulsor do turismo solidário. Como afirma González (2007), em 1998 o governo francês iniciou trabalhos no âmbito do turismo e desenvolvimento sustentável em países do Sul. Nesse mesmo ano se estabeleceu, por meio do Ministério de Assuntos Exteriores e o Ministério Delegado de Turismo, a rede ‘Turismo e Desenvolvimento’, destinada a facilitar as ações de cooperação internacional para o turismo. Segundo essa autora, foi a França o país a cunhar pela primeira vez o termo turismo solidário, durante a mesa redonda sobre o tema ‘Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável’ organizada pelo Grupo de Investigação e Intercâmbio Tecnológico (GRET), na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo/África do Sul, em 2002.

Paralelamente, nesse mesmo ano, a União das Associações de Turismo e de Atividades ao ar livre (UNAT) lançou um folheto denominado ‘Outras Viagens’, financiado pelo Ministério de Assuntos Exteriores da França, que agrupava as ofertas de turismo solidário das organizações francesas (GONZÁLEZ, 2007).

Durante a mesa redonda sobre o tema ‘Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável’ realizada em Johannesburgo, em 2002, nasceu a ideia de realizar um Fórum Internacional de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável. Assim, em 2004 os ministérios franceses de Assuntos Exteriores e Delegado de Turismo, a UNAT e as coletividades territoriais da região de Provence-Alpes-Côte d’Azur se associaram com o objetivo de organizar o I Fórum Internacional de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável (FITS, 2004, em Marsella/França). O evento contou com a participação de 315 delegados de 74 países do mundo e, ao fim, o governo de Chiapas, no México, se apresentou como anfitrião para o Fórum seguinte (PINGEL, 2007).

Durante o Fórum ocorrido na França, o turismo solidário foi definido como um movimento social que tem por objetivo a busca pelo desenvolvimento local com foco na atividade turística. Isso implicava, em primeiro lugar, o envolvimento da comunidade local para que o crescimento turístico fosse duradouro. Concomitante a essa definição, admitiu-se como premissas a necessidade de estabelecer relações estáveis entre todos os envolvidos no processo e a conveniência de informar e sensibilizar os turistas, antes mesmo da viagem, a respeito dos lugares que fossem visitar (GUZMÁN, TORRE e NAVARRO, 2007).

Segundo esses mesmos autores, o aspecto fundamental que guiou os debates nesse primeiro Fórum estava relacionado ao impacto do turismo no território e no processo de

desenvolvimento. Nesse sentido, considerou-se que tal atividade deveria buscar a valorização da identidade do próprio território e a proteção do patrimônio local. Para isso, seria necessário que o turismo não se convertesse em atividade exclusiva, e sim que fosse complementar a outras atividades econômicas.

Em 2006, no II Fórum Internacional ocorrido em Chiapas/México, por aprovação conjunta dos governos mexicano e francês, o FITS 2006 ampliou o tema do Fórum de Marsella incorporando ao turismo solidário o tema de comércio justo. O objetivo passou, então, a ser o de contribuir para fortalecer o movimento internacional em favor de um comércio mais justo, tanto para os serviços, em especial no setor de turismo, como para os produtores agrícolas e artesanais. Esse Fórum buscou mais vínculos entre produtores e consumidores dos países do Norte e do Sul, visando estabelecer relações mais consistentes entre os grupos que propunham alternativas ao modelo dominante de comércio e entre as organizações que os sustentavam (PINGEL, 2007).

Nesse Fórum se aprovou um Plano Internacional de Ação de turismo solidário para o período de 2006-2010. Segundo Guzmán, Torre e Navarro (2007), os objetivos principais desse Plano eram: - o reforço das redes nacionais e internacionais de turismo solidário por meio do estabelecimento de um grupo de atores por países e/ou áreas geográficas que busque delimitar todas as partes interessadas nesse campo; - a sensibilização para o turismo solidário através da participação em atividades para sua promoção e difusão; - articulação das medidas necessárias para financiar os diferentes projetos; - o reforço da comercialização do produto mediante a definição do mercado onde se vai vendê-lo; e, por fim, - a articulação de medidas para avaliar e medir os impactos provocados pelo turismo solidário em cada uma das áreas geográficas receptoras.

No contexto latino-americano, o turismo solidário surgiu no bojo de um movimento conceitual maior, denominado turismo de base comunitária, cujos princípios básicos são muito semelhantes aos defendidos nos dois fóruns internacionais de turismo solidário, como, por exemplo: a busca por um desenvolvimento local que resultasse da demanda direta dos grupos sociais residentes nos locais onde ocorresse a atividade turística; participação social direta no planejamento e na implementação dos projetos turísticos; maior controle sobre os impactos sociais e ambientais; e a geração de benefícios diretos para a população envolvida (IRVING, 2009). Ambas as formas de turismo associar-se-iam, sobretudo, a lugares de forte apelo paisagístico e atrativos culturais únicos. Assim, diversas comunidades, pequenos núcleos familiares, cooperativas e associações contribuiriam para o aumento da oferta

turística em âmbito local, em resposta às novas tendências da demanda mundial (MALDONADO, 2009). As primeiras incursões dessas pequenas comunidades no âmbito do turismo de base comunitária são datadas de meados dos anos 1980 e, segundo Maldonado (2009), diferentes fatores de ordem econômica, social, cultural e política explicam sua origem.

O primeiro fator diz respeito às pressões mundiais do mercado turístico sobre os patrimônios naturais e culturais de pequenas comunidades rurais. Entidades públicas, empresas privadas e ONGs, incentivadas por bancos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), juntaram-se em um esforço para encorajar esses pequenos grupos comunitários latino-americanos a receber turistas em seus territórios por considerarem ser o turismo uma opção viável para a preservação dos recursos e, ainda, pelo fato de o turismo nessas regiões contribuir para a diversificação da oferta nacional.

O segundo fator explicativo, como afirma Maldonado (2009), está ligado às necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria dessas comunidades que buscam superar uma situação crônica de pobreza, concentrada, em grande medida, nas áreas rurais. A superação da pobreza tem sido a motivação principal de milhares de comunidades que têm buscado fontes alternativas de renda. Uma das opções tem sido a dinamização das atividades não-agrícolas, entre elas está o turismo. Outro fator que explica o surgimento dessa forma de turismo é o papel que desempenham as pequenas e médias empresas para o desenvolvimento econômico local e para a ampliação da oferta turística nacional. Como aponta Maldonado (2009), “o setor do turismo cobre uma ampla gama de pequenos negócios que se encontram na base piramidal, configurando segmentos especializados” (p. 27).

Por fim, segundo esse autor, as estratégias políticas de pequenos grupos comunitários rurais voltadas à preservação de seus territórios – parte essencial do patrimônio e base material da cultura dessas comunidades – também estão ligadas à origem do turismo comunitário.

A prática desse tipo de turismo evidencia o esforço para a configuração de políticas públicas de turismo em diversos países latino-americanos. Contudo, Maldonado (2009) afirma que ainda há muito o que fazer para que essa forma de experiência turística encontre um ambiente propício ao seu desenvolvimento. Na América Latina, Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, Equador e Bolívia são casos ilustrativos de países nos quais essa prática turística encontra bases mais fortalecidas.

Na Guatemala, embora não existam políticas públicas voltadas exclusivamente para esse tipo de turismo, a forte atuação do Instituto Guatemalteco de Turismo (INGUAT) tem contribuído para a melhora na comunicação com as comunidades organizadas em torno da Federação Nacional de Turismo Comunitário da Guatemala; no apoio para o desenvolvimento de projetos e na gestão de fundos; na coordenação de ações com as instituições do governo e as ONGs; e no apoio à realização de eventos. Ademais, a criação da Secretaria de Turismo Comunitário em 2008, “um órgão de coordenação destinado a integrar os esforços de três atores fundamentais: os setores público, privado e comunitário, apoiados pela cooperação internacional” (MALDONADO, 2009, p. 38), também contribuiu para o fortalecimento e crescimento dessa prática. Entre as linhas de ação impulsionadas para a sustentabilidade dos serviços comunitários dos destinos estão: formação de guias de turismo comunitário em cinco comunidades; oficinas de marketing; serviço ao cliente e gastronomia internacional; e formação de 20 profissionais no planejamento da atividade turística e elaboração de planos de negócios, com metodologia da Organização Internacional do Turismo.

Na Costa Rica, o turismo comunitário tornou-se fortemente enraizado em virtude da atuação da base cooperativa e dos grupos familiares, que possuem importantes ligações com a população local através de parcerias que trabalham no âmbito da educação ambiental e conservação da biodiversidade. Grande parte dos projetos tem sido impulsionada por organizações da sociedade civil, financiadas por doações de cooperação internacional, principalmente através do PNUD, com o Fundo para o Meio Ambiente (FMAM). Segundo aponta Maldonado (2009), o Plano Nacional de desenvolvimento sustentável do Turismo do Instituto de Turismo Costarricense (ICT) reconheceu o turismo comunitário como um dos quatro eixos estratégicos para o desenvolvimento turístico. A declaração desse tipo de turismo como de interesse público para o país, formalizado através de um decreto, permitiu que pequenos empreendimentos saíssem da informalidade e pudessem ter acesso a recursos técnicos e financeiros. Isso permitiu a incorporação desses empreendimentos às ações de promoção e comercialização conduzidas pelo ICT. No país, uma lei de incentivo ao turismo comunitário foi aprovada pela Comissão Permanente Especial de Turismo da Assembleia Legislativa, em 2009, propondo incentivar o crescimento das atividades já existentes, além do surgimento de novas, com o intuito de gerar rendas familiares extras e contribuir para a diminuição da pobreza, sobretudo, rural (MALDONADO, 2009).

Ainda de acordo com Maldonado (2009), na Nicarágua, a política de promoção do turismo comunitário surgiu de um processo de diálogo de dois anos (2008/2009) entre o

principal organismo público de turismo do país e a Rede Nicaraguense de Turismo Rural (RENITURAL), com o objetivo de dinamizar o setor.

No Equador, diversos instrumentos legais reconhecem os direitos das comunidades rurais turísticas.

A Lei de Turismo de 2002, por exemplo, consagra o direito das iniciativas comunitárias indígenas, rurais, campestres e afro-equatorianas a participar do turismo como prestadores de serviços, a fazer parte do Conselho Consultivo de Turismo, um órgão de assessoramento do Ministério do Turismo que coordena as ações entre os setores público, privado e comunitário. A regulamentação das atividades turísticas nas Áreas Naturais Protegidas reconhece a participação das comunidades na preservação e conservação dos ecossistemas, graças às suas práticas ancestrais (MALDONADO, 2009, p. 39).

Na Bolívia, o Plano Nacional de Turismo dá ênfase ao turismo comunitário no contexto da democratização dos benefícios do turismo, por meio da incorporação das comunidades rurais, urbanas e indígenas no planejamento e gestão da atividade com foco na perspectiva territorial. Como coloca Maldonado (2009), o universo do programa bolivariano abrange 15.000 comunidades rurais e urbanas, com formas de organização tradicional e não-tradicional. As características do programa são: “a propriedade coletiva da terra e de seus recursos; a gestão de uma organização territorial estabelecida; e um sistema democrático participativo nas tomadas de decisão e a distribuição de benefícios e deveres” (MALDONADO, 2009, p. 41).

O objetivo principal do programa consiste em eliminar a pobreza por meio de uma estratégia ampla de geração de emprego e renda que contempla a articulação entre os setores públicos e privados. Para tanto, foram definidos dois focos: o fortalecimento dos destinos comunitários consolidados ou em vias de consolidação; e a criação da oferta turística indígena e comunitária em regiões com altos índices de pobreza. Para Maldonado (2009), a complexidade relativa à criação de oferta turística em regiões de pobreza extrema requer uma ação simultânea de programas de proteção social, construção de infraestrutura e investimento privado e público.

Diante desse cenário latino-americano, em que os setores público e privado, além de instituições e organizações da sociedade civil, articulam-se com o intuito de refletir e promover formas de turismo alternativas ao chamado ‘turismo de massa’, o grande desafio dessas comunidades onde o turismo é pensado, sobretudo, como meio para alcançar o desenvolvimento, consiste na criação de estruturas e formas de pressão política que lhes permitam decidir sobre os aspectos econômicos e institucionais que afetam as condições de

vida dessas comunidades. O primeiro imperativo para enfrentar o desafio é incentivar processos associativos; o segundo é fortalecer a capacidade de autogestão dessas comunidades (MALDONADO, 2009).

Nesse sentido, a formação de redes regionais, nacionais e internacionais de iniciativas ligadas ao campo do turismo permite a troca de informações sobre as distintas experiências e contribui para seu fortalecimento. Entre essas redes, Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009) destacam a ‘Rede de Turismo Comunitário da América Latina’ (REDTURS), que reúne iniciativas de 12 países do continente.

No caso brasileiro, esses autores sustentam que o pioneirismo e a forte articulação da ‘Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário’ (TURISOL) e da ‘Rede Cearense de Turismo Solidário e Comunitário’ (Rede TUCUM) são fundamentais para o desenvolvimento das ações voltadas a essas iniciativas ditas alternativas.

Ressalta-se, contudo, que no Brasil a discussão sobre essas iniciativas relacionadas à atividade turística é bem recente e se manteve periférica tanto no meio acadêmico quanto político até finais da década de 1990. Foram poucos os pesquisadores que se dedicaram a esse campo de investigação, sendo também poucas as iniciativas capazes de motivar pesquisas e políticas públicas. Foi a partir dessa década que um grupo de pesquisadores de diferentes instituições e regiões do país formou um movimento coletivo cuja intenção era a de lançar luz sobre essa discussão, no âmbito dos Encontros de Turismo de Base Local – ENTBL (IRVING, 2009).

No campo das políticas públicas, por sua vez, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) construíram, respectivamente, espaços para o fomento a grupos de base comunitária no entorno e/ou no interior de Unidades de Conservação e a grupos vinculados ao Programa de Agricultura Familiar (PRONAF) (BURSZTYN, BARTHOLO E DELAMARO, 2009). Todavia, importa dizer que essas ações isoladas ainda estavam longe de se constituírem em política pública de estruturação e estímulo ao turismo comunitário.

Foi apenas em 2008 que o Ministério do Turismo, por meio do Edital 01/2008, passou a reconhecer as atividades ligadas ao turismo de base comunitária e a alocar recursos para iniciativas voltadas a esse fim. De um total de 500 projetos submetidos, foram selecionados 50 que receberam apoio governamental, na tentativa de dar início a um novo ciclo de

desenvolvimento turístico no país, com mais espaço para o fortalecimento de organizações comunitárias.

Em Minas Gerais, a iniciativa mais incisiva com relação ao tema foi o investimento do governo do Estado no Programa Turismo Solidário. Vale ressaltar que esse Programa surge em um contexto nacional e regional no qual o turismo reassume um papel importante como ferramenta de estímulo ao desenvolvimento. O reconhecimento do turismo como importante força econômica ganhou forma, com base em uma mudança de foco do discurso e na criação de um Ministério próprio, que deu ao turismo um status importante no campo econômico. Com efeito, o turismo entrou definitivamente no debate sobre crescimento/desenvolvimento econômico e passou a ser considerado como elemento fundamental das políticas de desenvolvimento. Sob essa perspectiva, apresenta-se a seguir uma reflexão sobre a essência do Programa Turismo Solidário voltada às bases teóricas que o sustentaram e a sua aplicação prática no município do Serro/Minas Gerais.

2.1.1. A anatomia do Programa Turismo Solidário no Serro/Minas Gerais

O município do Serro, localizado em uma das regiões mais pobres e complexas do país, abriga uma população que vem experimentando um processo de exclusão social e econômica. Conforme apontam Ribeiro et al. (2004), ao longo de sua história, tem sido palco de propostas compensatórias ou “desenvolvimentistas”, geralmente formuladas pelos sucessivos governos do estado de Minas Gerais, que tentam, a qualquer preço, integrar toda essa região ao conjunto do estado. Não obstante, mesmo diante desses esforços, os índices sociais e econômicos do Serro pouco têm se alterado ao longo das últimas décadas.

Dessa forma, sendo o Programa Turismo Solidário, e seus desdobramentos, objeto basilar da reflexão que aqui se desenvolve, é imprescindível apresentá-lo e debetê-lo criticamente. A essência do Programa, a visão do Estado sobre ele, bem como as repercussões sociais e espaciais sobre as comunidades, são elementos que precisam ser desnudados. O Programa consiste em opção do governo, isto é, em opção política que tem por foco a elaboração de projetos voltados aos municípios inseridos no Vale do Jequitinhonha. Nesse sentido, por ser uma iniciativa com reflexos importantes no contexto das comunidades envolvidas, ela pode e deve ser objeto de avaliação crítica.

As reflexões sugeridas nesse trabalho estão fortemente inspiradas em questões que problematizam as condições de emergência e a base que sustenta esse Programa: como, por

que e para quem o Programa Turismo Solidário foi construído? Como ele ganhou legitimidade? Quais as instituições que o respaldaram? Quais as visões e discursos que embasaram a proposta? Olhar diretamente para essa política sem olhar para o campo de tensões onde ela estava inserida, e as expectativas que se constroem sobre ela, sobretudo das populações envolvidas, não contribui para tornar mais claros os limites e as contradições dessa iniciativa e das ações tomadas pelo Estado.

Idealizado em 2003, o Programa Turismo Solidário foi uma iniciativa do governo do estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas Gerais (SEDVAN), órgão vinculado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). O IDENE tinha como principais objetivos à época: a articulação de agentes econômicos, sociais e institucionais e a implantação de programas e projetos que contemplassem a gestão participativa e assegurassem o processo de desenvolvimento econômico e social nas regiões mineiras com baixos índices de desenvolvimento humano, como no caso da região do Serro. Para o início do Programa, firmou-se uma parceria entre a SEDVAN, o Ministério do Turismo, a Fundação Banco do Brasil e o SEBRAE/MG.

Nesse contexto, o Programa Turismo Solidário surgiu com a proposta de conduzir uma “forma inovadora de turismo” na região na qual ele se desenvolveu. A ideia principal seria buscar uma alternativa de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha, com foco na atividade turística, de modo a preservar a tradição cultural ainda presente na região.

Essa iniciativa foi pensada logo após a mudança de governo do estado de Minas Gerais, em um momento no qual, segundo o dossiê de apresentação do Programa, observou-se o início de uma nova vertente de implantação de políticas públicas, dessa vez, supostamente voltada para a melhoria dos índices sociais e econômicos e para o aumento do capital humano e social. O documento que apresenta institucionalmente o Programa chama a atenção para as principais funções de seus parceiros e destaca a forma como cada um deles entende o Turismo Solidário.

Para a própria SEDVAN, o Turismo Solidário mostra-se como possibilidade de amadurecimento social e crescimento econômico; consistiria em uma nova proposta, pois a intenção seria a de contraposição ao modelo de desenvolvimento centralizado e excludente. Em tese, a forma de organização da comunidade no âmbito do turismo privilegiaria a inclusão social por meio da igualdade de oportunidades e transformação social, com foco, sobretudo,

na geração de trabalho e renda. Assim, cada comunidade envolvida seria a responsável pela melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, pela conservação ambiental e pela valorização do patrimônio cultural. Por sua vez, o IDENE entende o Turismo Solidário consoante o pressuposto de que existe um turista solidário disposto à troca de experiências e de habilidades. O principal objetivo seria estimular o fluxo turístico para a região e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais. Já o Ministério do Turismo caracteriza o Turismo Solidário como agente de transformação social. O papel do Ministério, juntamente com o Banco do Brasil, seria o de investir recursos financeiros em ações de sensibilização e capacitação das comunidades locais e dos agentes e operadores de viagem. Por fim, o SEBRAE/MG concebe o Turismo Solidário como uma forma de unir turistas e comunidade, de modo a proporcionar aprendizagem mútua, gerar riquezas, promover a cidadania, compartilhar modos de vida distintos e, assim, promover o desenvolvimento socioeconômico.

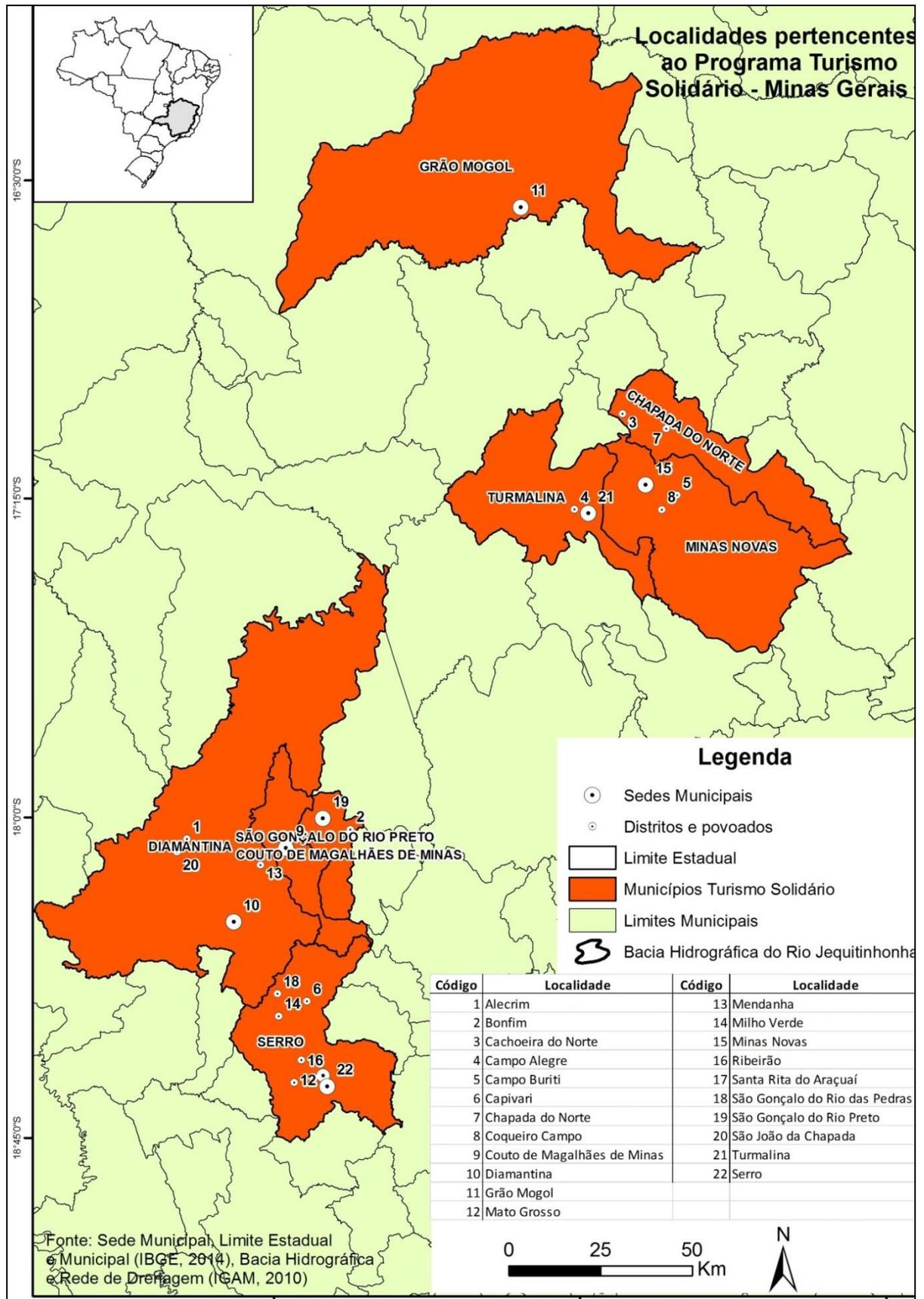
Dito isso, a primeira fase do Programa se caracterizou como o momento de idealização da proposta. A ideia foi concebida com foco na tentativa de desenvolver a parte cultural da região norte e nordeste de Minas Gerais. Na perspectiva do IDENE, o PTS teria como objetivo principal envolver a comunidade em todo o processo, criando um turismo mais participativo e que garantisse benefícios para todos os envolvidos. Após a idealização da proposta, foram buscadas outras experiências, nacionais e internacionais, que pudessem balizar a elaboração da proposta de Turismo Solidário em Minas.

Na etapa seguinte foi formulada a metodologia da proposta. Para isso, buscaram-se parcerias e o apoio de instituições e consultores externos. O SEBRAE/MG ofereceu apoio técnico e o Ministério do Turismo e a Fundação Banco do Brasil apoiaram com recursos financeiros. Os consultores contratados participaram ativamente da concepção da ideia e da elaboração do texto de apresentação institucional do Programa. Segundo esse documento, o Turismo Solidário seria “uma inovadora forma de fazer turismo, que se apresentou como uma alternativa ao desafio de promover desenvolvimento territorial, bem como melhorar os índices sociais, promover o desenvolvimento econômico e aumentar o capital humano e social das regiões”. A inovação da proposta estaria relacionada ao fato de que o desenvolvimento esperado dar-se-ia em razão do aumento do fluxo turístico e da possível geração de emprego e renda. A ideia seria a de oferecer um contraponto ao chamado “turismo convencional”, apoiando-se, assim, no princípio de que “mulheres e homens ainda se voltam para a solidariedade e o humanismo”.

Após a concepção da proposta e de sua estruturação metodológica, foi desenvolvido um diagnóstico pelo SEBRAE/MG – braço operacional do Programa. Com base no levantamento dos atrativos turísticos e de informações relevantes sobre demanda e oferta turísticas de toda a região, identificaram-se os lugares potenciais para a implantação do projeto. Em tese, a escolha das localidades atendeu a critérios técnicos, ou seja, os municípios escolhidos possuíam baixo IDH e alto potencial turístico, com base na consultoria do SEBRAE. Em 2004, o Programa foi apresentado pelo IDENE e SEBRAE/MG e, a partir desses encontros, apoiados pelas prefeituras, cabia aos municípios aceitar ou não a proposta. Em alguns casos, houve negativas como, por exemplo, o distrito de Conselheiro Mata, pertencente ao município de Diamantina. Naquela ocasião, contudo, a maior parte das localidades aceitou a proposta.

Assim, no projeto inicial foram selecionadas, conforme mostra a figura 6, vinte e duas localidades, entre sedes municipais, distritos e povoados, todas localizadas nas regiões norte e nordeste de Minas Gerais, a saber: Alecrim, Bonfim, Cachoeira do Norte, Campo Alegre, Campo Buriti/Coqueiro Campo, Capivari, Chapada do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Grão Mogol, Mato Grosso/Ribeirão, Mendanha, Minas Novas, Santa Rita do Araçuaí, São Gonçalo do Rio das Pedras, São Gonçalo do Rio Preto, São João da Chapada, Serro, Turmalina.

Figura 6: Mapa dos municípios, distritos e povoados que fazem parte do Programa Turismo Solidário em Minas Gerais



Elaboração: Maria Flávia Pires Barbosa e Eric Oliveira Pereira, 2018.

No município do Serro, as localidades escolhidas foram os distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e o povoado de Capivari, além dos povoados de Ribeirão e Mato Grosso e a sede municipal. Nos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde, o Programa funcionou como uma espécie de observatório, uma vez que já existia nessas localidades um turismo tradicional e uma infraestrutura de pousadas, restaurantes *etc.* Como não se sabia ao certo de que maneira o Programa funcionaria na prática, a opção foi iniciar em locais com um fluxo turístico já existente.

Passados alguns meses desse contato inicial, já em setembro de 2005, iniciou-se a capacitação dos receptivos familiares com o apoio de técnicos do SEBRAE/MG, em parceria com a SEDVAN. A ideia desses receptivos familiares é a de que os turistas ficassem hospedados nas casas dos moradores, como forma de promover um contato mais direto entre comunidade e turistas. A capacitação consistiu em oferecer aos moradores cursos sobre a estruturação dos receptivos familiares e hospitalidade, empreendedorismo e atendimento ao cliente, operacionalização e comercialização de produtos turísticos, formação de condutores locais, boas práticas quanto a produção de alimentos, entre outros. Depois dessa capacitação, formaram-se alguns grupos gestores de pessoas envolvidas com o Programa, cujos presidente e vice-presidente de cada grupo foram escolhidos por meio de eleições entre seus próprios membros.

No ano de 2006 foram promovidas algumas visitas de “bolsistas solidários”, isto é, um grupo de 48 estudantes de graduação de áreas distintas do conhecimento visitaram diversas localidades que faziam parte do Programa. O objetivo que pautou essas visitas foi o de avaliar as ações da SEDVAN e as prováveis potencialidades e lacunas de cada local visitado, de acordo com o olhar dos visitantes. O resultado dessas ações foi apresentado aos grupos gestores das comunidades visitadas no 1º Seminário promovido pelo Programa, em dezembro de 2006.

Paralelamente ao que vinha acontecendo localmente, isto é, na esfera das próprias comunidades envolvidas, em 2007 houve a elaboração e lançamento do Portal Turismo Solidário. A intenção era de que esse *website* permitisse uma melhor divulgação do Programa e, assim, possibilitasse uma aproximação mais efetiva entre os turistas solidários e as comunidades receptoras. Esse site seria, teoricamente, o instrumento de auxílio aos turistas que poderiam escolher as localidades, buscar informações mais precisas, conhecer a casa na qual iriam se hospedar e realizar as reservas.

Juntamente com o Portal, em 2007 foram confeccionados os materiais de divulgação do Programa Turismo Solidário. Todo o material foi elaborado em português e inglês, numa tentativa de acolher as pretensões da gerência do Programa de atender um possível fluxo turístico internacional. Também foram realizadas algumas *famtur* e *fampress* – viagens de familiarização oferecidas às agências/ operadoras de turismo e à imprensa com o objetivo de que os meios de comunicação divulgassem a ideia e de que as empresas comercializassem o produto. Essas viagens foram realizadas no Alto Jequitinhonha, incluindo municípios como Serro e Diamantina, e no Baixo Jequitinhonha – Turmalina, Minas Novas e Chapada do Norte.

Todavia, pelo fato de o Programa ser uma iniciativa governamental, o IDENE não estava apto a comercializá-lo e o Estado não definiu a forma como isso se daria. Vale afirmar que houve um envolvimento das famílias, abrindo-se uma suposta possibilidade de o turismo ser um eixo de desenvolvimento econômico para a região. Contudo, na formatação do projeto havia a dificuldade referente à comercialização. Embora houvesse algumas operadoras interessadas em operacionalizar o produto, não havia como colocar uma iniciativa pública diretamente nas mãos de uma empresa privada. Houve ainda uma tentativa de trabalhar conjuntamente com a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR/MG), com o intuito de promover o PTS. Depois de algumas tratativas em que a SETUR e o IDENE manifestaram interesse em gerir o Programa, coube ao IDENE continuar a gestão e o acompanhamento e à SETUR caberia a promoção do Programa. Na tentativa de solucionar a questão da comercialização, foram desenvolvidos produtos que pudessem ser, de fato, comercializados. Assim, lançou-se um ‘catálogo dos produtos’, onde eram divulgados os próprios receptivos familiares, o artesanato produzido pelas comunidades, a culinária local, os serviços de guias turísticos, entre outros produtos. Além desse catálogo, foram feitas diversas ‘ações sociais’ em todas as localidades envolvidas no Programa, por meio do Instituto Brasil Solidário. Essas ações, que ocorreram nas áreas de educação, meio ambiente, odontologia *etc.*, eram pagas em parte com o recurso da Vale, isto é, as hospedagens eram pagas com esse recurso, já as ações eram voluntárias por parte do participante.

Ainda, houve uma tentativa de parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em que o curso de turismo, por meio da empresa júnior, assumiria a responsabilidade pela comercialização. Porém, diante de problemas legais, a Universidade também não pôde assumir esse papel. A comercialização do Programa foi, portanto, um dos grandes desafios do PTS.

Em 2013, institucionalmente o Programa teve fim. Naquela época, o Programa se sustentava quase que exclusivamente com o recurso da Vale. O Estado de Minas Gerais já não mais investia financeiramente, e o que era repassado para o IDENE era apenas a contrapartida do recurso que vinha do Ministério do Turismo. Assim, mesmo com a mudança na equipe da Secretaria de Turismo, em 2013, que aceitou a coparticipação com relação à operação do Programa, já não havia mais recurso financeiro e mesmo com o catálogo de produtos pronto, o PTS não teve continuidade.

Diante desse cenário, pode-se dizer que, ao menos teoricamente, o Programa Turismo Solidário tinha como premissa essencial o apelo à solidariedade, sobretudo por parte dos turistas, e buscou se constituir como forma de ação coletiva que se ancorava em torno de algumas demandas pontuais: aumentar o fluxo de turistas, principalmente de um turista que estivesse apto a vivenciar a realidade local; promover o desenvolvimento por meio da geração de renda; e, em uma escala mais ampla, ser um contraponto ao modelo de turismo de massa, que colocasse em evidência o conflito social existente nos modelos tradicionais de desenvolvimento turístico.

Em virtude da complexidade que o entendimento do PTS carrega, vale refletir sobre sua essência e sobre as bases teóricas e empíricas sobre as quais ele se assentou. Discutir sua relação com o processo de desenvolvimento e sua articulação com um conceito que lhe é caro, qual seja, o conceito de solidariedade é, portanto, indispensável.

2.2. O Programa Turismo Solidário e sua relação com o Desenvolvimento

Os anos de 2003 e 2013 marcam, respectivamente, o início e o fim institucional do Programa Turismo Solidário. Propõe-se aqui fazer um balanço crítico, não apenas das comunidades envolvidas e afetadas por essa iniciativa, mas também uma reflexão sobre o quadro geral referente aos objetivos do Programa e, fundamentalmente, sobre seus resultados efetivos. Assim, a narrativa empreendida aqui lança luz sobre as premissas teóricas do debate que se estabelece em torno do conceito de desenvolvimento, mais precisamente sobre as teorias que serviram de sustentação ao Programa em questão.

Em geral, desenvolvimento é interpretado como sinônimo de transformação, progresso e crescimento econômico. Todavia, como aponta Ribeiro (2005), um entendimento mais robusto do tema passa, fundamentalmente, pela crítica ao campo maior de suas atividades,

isto é, “é necessário conhecer o sistema de crenças que subjaz a essa devoção assim como as características do campo de poder que a sustenta” (p. 110).

O campo do desenvolvimento é formado por atores representantes de vários segmentos da sociedade: as elites locais e líderes de movimentos sociais; empresários privados e o corpo de funcionários e de políticos nos diferentes níveis de governo; as corporações nacionais, internacionais e transnacionais, entre outros. Logo, a estrutura e a dinâmica de cada campo do desenvolvimento estão marcadas pela disputa de poder e pelos diferentes interesses articulados no decorrer dos processos históricos. Desenvolvimento, portanto, “abarcas diferentes visões e posições políticas variando do interesse em acumulação de poder econômico e político a uma ênfase em redistribuição e igualdade. Em consequência, lutas de poder são comuns entre atores, internamente às instituições e entre elas” (RIBEIRO, 2005, p. 111).

O conceito surgiu no período pós Segunda Guerra Mundial, associado a um sistema de crenças que envolviam direcionamentos sobre o futuro em escala global. Apresentando-se como nação hegemônica, os EUA introduziram esse conceito fazendo um apelo para que todas as nações, sobretudo as pobres, caminhassem em direção à superação de suas pobrezaas. A partir daí o desenvolvimento tornou-se um dos discursos mais inclusivos tanto no senso comum quanto na literatura especializada, estando embutido também nas políticas nacionais de todos os países (RIBEIRO, 2005).

Para Ribeiro (2005), “a plasticidade do discurso sobre o desenvolvimento é central para assegurar sua viabilidade continuada” (p. 116), já que a amplitude do termo é o que permite suas diferentes apropriações e leituras frequentemente divergentes. Por consequência, segundo esse autor, as muitas tentativas de reformulação desse conceito são expressas em seus numerosos adjetivos: industrial, capitalista, desigual, dependente, sustentável, comunitário, humano. Tais variações refletem, por um lado, as lutas por hegemonia internamente ao campo do desenvolvimento, protagonizadas pelos diferentes grupos de poder, e por outro, os diferentes momentos de integração do sistema capitalista mundial.

Essa integração do sistema capitalista, como bem coloca Ribeiro (2005), demandou ideologias que pudessem tanto dar conta de explicar as posições desiguais entre países quanto de fazer os países mais pobres acreditarem que haveria uma solução para sua situação de "atraso". Não sem motivo, a terminologia do desenvolvimento envolve normalmente o uso de metáforas que fazem menção a formas ou espaços hierarquizados:

“desenvolvimento/subdesenvolvimento; adiantado/atrasado; primeiro mundo/terceiro mundo”. O uso instrumental dessa hierarquia caminha, portanto, na direção de fazer crer na existência de um ponto que pode ser atingido, cuja receita é mantida pelos Estados-nações que servem de referência para um “futuro melhor”.

No campo do turismo, entre os anos de 1950 e 1960 do século XX, o aumento do fluxo turístico gerado pelo chamado “turismo de massa” fez com que muitos países ocidentais deixassem de perceber o turismo como uma atividade econômica secundária – a crise do período pós-guerra obrigou alguns países a aumentar suas rendas em curto prazo, sobretudo os países do sul europeu, enquanto os países do norte e os EUA descobriram o turismo como grande oportunidade de negócios. De tal sorte, o turismo se converteu em importante ferramenta política e econômica (SCHENKEL e GÁRCIA, 2015). Não sem razão, naquela ocasião, em alguns países se estabeleceu uma premissa que levou à descrição do turismo como um “passaporte para o desenvolvimento” (LIEDTKE e MANNOCCHI, 2012). Regida por essa concepção, na década de 1980, uma publicação da Organização Mundial de Turismo (OMT) sublinhava as responsabilidades que caberiam ao Estado com relação a essa atividade, afirmando que “o Estado deve conceder ao turismo o lugar e a prioridade que merece o conjunto da atividade econômica e social [...]” (OMT, 1983, p. 4). Destarte, o Estado se converteu em garantia de investimento estrangeiro e também em um promotor turístico (SCHENKEL e GÁRCIA, 2015).

A clara política de intervenção estatal no turismo não sofreu mudanças profundas até o início dos anos 1990. A partir dessa década, contudo, irrompe um modelo que favorece outros processos como a flexibilização da produção e a segmentação da demanda, frutos de um processo de ampliação da globalização. Com isso, o Estado diminui a intervenção sobre a atividade em favor da iniciativa privada, e o setor turístico se conforma como fator de crescimento em que predomina sua função econômica. Nesse contexto, em escala global, a orientação da política de turismo passou a encontrar seu referencial nas recomendações dos organismos internacionais, como a OMT e o BDI, por exemplo, e o planejamento mais sistemático da atividade vai, ao longo da década de 1990, cedendo lugar ao planejamento por produtos turísticos (SCHENKEL e GÁRCIA, 2015).

No Brasil, por sua vez, a consolidação do turismo como política de Estado possui um histórico ainda muito recente. Políticas em áreas como habitação, saúde, educação, economia *etc.* são tradicionalmente discutidas e implementadas no âmbito governamental. Todavia, as

políticas públicas direcionadas ao campo do turismo surgiram de maneira mais sistemática apenas nas últimas três décadas.

Ao passo que a sociedade se conscientiza de seus desafios urgentes, as políticas em áreas antes consideradas marginais tomam corpo e se articulam com outras. A atividade turística alcançou uma complexidade tal que seria impossível submetê-la a análise sem buscar sua articulação com outros campos e setores, como saneamento básico, meio ambiente, transporte, segurança, saúde, educação *etc.*

A reboque de seu reconhecimento como uma das mais importantes atividades econômicas no mundo, foi a partir da década de 1990 que as administrações públicas brasileiras demonstraram forte interesse pelo desenvolvimento do turismo. Na esfera federal, esse aprofundamento da ação pública traduziu-se em políticas consolidadas na forma de planos e programas de governo. Após anos à margem dos interesses da administração pública, o turismo passou, enfim, a ocupar um papel relevante no âmbito das políticas públicas, o que culminou com a criação do Ministério do Turismo, em 2003 (CRUZ, 2006). No estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Turismo, a primeira destinada a tratar exclusivamente de turismo, foi criada em 1999, prometendo a construção de uma política sustentada na descentralização e regionalização, cuja organização se dá, ainda hoje, por meio dos circuitos turísticos.

Foi também a partir da década de 1990 que, no Brasil, o turismo passou a ser visto como atividade capaz de contribuir para a promoção do desenvolvimento e, conseqüentemente, como ferramenta importante para minimizar as desigualdades regionais. Nessa perspectiva, os governos passaram a enxergar a atividade turística como uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico, aumentando sua prioridade, sobretudo, em locais menos favorecidos economicamente.

Ante o exposto, fica evidente que reconhecer o turismo como chave para o desenvolvimento é uma opção política, que inclui, segundo Richter (1983), ações, não-ações, decisões e não-decisões de governo, pois todas elas implicam uma escolha deliberada entre alternativas. Essa noção de que a política de turismo necessariamente envolve escolhas é reveladora de que ela é muito mais do que aquilo que os governos fazem. O “fazer política” de turismo é influenciado pelos contextos econômicos, sociais e culturais e pela estrutura formal de governo. Por envolver concepções político-ideológicas distintas, o turismo como caminho para o desenvolvimento requer um debate sobre que tipo de agenda a seguir e sobre

quais os atores envolvidos ou afetados direta e indiretamente pelas escolhas e decisões tomadas. Em síntese, a natureza do envolvimento do Estado e das políticas elaboradas para o turismo depende tanto das estruturas políticas e econômicas como da ideologia política prevalecente. Daí, a necessidade de identificar as bases ideológicas sobre as quais se assentam as políticas.

Por ser a promoção do desenvolvimento o objetivo primeiro do PTS, um olhar mais atento para essa proposta pode oferecer algumas pistas que ajudam a entender as bases teóricas nas quais ela se assentou. Nesse sentido, apontam-se aqui ao menos três correntes sobre o desenvolvimento que, articuladas entre si, serviram de sustentação a essa iniciativa do Governo de Minas Gerais.

2.2.1. O Programa Turismo Solidário e as teorias intervencionistas

Em primeiro plano, sendo o Programa Turismo Solidário uma iniciativa do próprio Estado, destacam-se claramente as teorias do desenvolvimento que se voltam às práticas ditas intervencionistas, cujas raízes teóricas foram fornecidas, segundo Soares (2009), pela revolução Keynesiana no campo do pensamento econômico e pela experiência dos países em desenvolvimento durante a Grande Depressão, ocorrida na década de 1930. Cabe ressaltar que a obra de Keynes, além de ser considerada uma das fundadoras da macroeconomia, tornou-se uma das grandes influências para as teorias desenvolvimentistas heterodoxas do período pós-guerra.

Keynes exerceu grande influência na renovação das teorias clássicas, uma vez que a crescente desigualdade entre os países, além da grave crise de 1929, revelou a fragilidade das teorias econômicas até então vigentes, pautadas, sobretudo, nos pressupostos marginalistas.

Grosso modo, a teoria econômica de Keynes funda-se em uma deliberada intervenção do Estado na economia de modo a garantir o pleno emprego sem negligenciar, contudo, a estabilidade monetária e os equilíbrios orçamentário e externo. Dessa maneira, tornava-se imprescindível a elaboração de uma análise mais abrangente, cujo foco se adaptasse à principal problemática contemporânea capitalista – o desemprego (SOARES, 2009). À exceção de Marx, grande parte dos economistas não caracterizava o desemprego como sendo um dos problemas centrais da atividade econômica. Para Marx, as crises econômicas seriam cada vez mais severas, provocando um número cada vez maior de trabalhadores desempregados. Tais crises, segundo a hipótese marxista, seriam provocadas pela

superprodução, isto é, pelo excesso de produção em relação à demanda. Como contraponto, a teoria Keynesiana aponta o subconsumo como o principal fator responsável pelas crises, fruto do insuficiente poder de compra da população.

As divergências entre ambas as teorias se ancoram, essencialmente, em torno desse aspecto. O que as une, todavia, é o fundamento de que a economia de mercado é intrinsecamente instável. Para Soares (2009), seria "[...] necessário, portanto, para a felicidade do gênero humano, que ela, a economia de mercado fosse, na opinião dos marxistas, abolida ou, conforme os Keynesianos, reformada e estritamente controlada pelo Estado" (SOARES, 2009, p. 26).

Mas, para Keynes, como esse controle deveria ser empreendido? Referência empírica das teorias Keynesianas, a Grande Depressão de 1929 colocou em xeque tanto a crença de que a economia de mercado encontrava naturalmente seu equilíbrio quanto o princípio de que a oferta cria sua própria demanda. Com efeito, as bases de sustentação da teoria Keynesiana do desemprego surgiram diante dessa quebra de confiança na autossuficiência dos mecanismos reguladores do mercado. Assim, o que mede o desenvolvimento, na perspectiva Keynesiana, é a renda que os indivíduos detêm, ou seja, altas rendas individuais constituem indicativo de que a economia está bem. Logo, o que confere dinamismo e vitalidade à economia é o fluxo de renda e a transferência de dinheiro de mão em mão. O problema seria a interrupção desse fluxo. A lição deixada por Keynes é a de que o sucesso econômico requer, portanto, uma sincronia entre poupança e investimento (SOARES, 2009).

De modo correspondente, as contribuições surgidas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com a chamada teoria da dependência, também forneceram subsídios teóricos fundamentais para orientar as ações dos governos nacionais em países em desenvolvimento na busca da superação de seus entraves, sobretudo, através da industrialização.

As teorias cepalinas, ou estruturalistas, opuseram-se diretamente ao modelo de desenvolvimento econômico neoclássico. Incorporando uma visão estrutural e histórica do capitalismo, a CEPAL se desenvolveu como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazos dos países latino-americanos.

De acordo com Bielschowsky (2000), as ideias cepalinas tiveram como precursor o economista Raúl Prebisch (1949), que contou com contribuições importantes dos principais

historiadores econômicos da América Latina⁴. Esses autores estruturalistas argumentaram contra a teoria convencional do mercado internacional ao expor que a divisão do trabalho em escala global gera benefícios muito maiores aos chamados “países centrais” do que para os ditos “países periféricos”.

Dessa forma, a CEPAL propôs políticas cuja intenção era superar essa estrutura hegemônica, de modo a alcançar a industrialização e, assim, promover o desenvolvimento. Logo, de forma análoga ao questionamento feito por Keynes ao corpo central da teoria clássica, a corrente teórica estruturalista buscou reformular a teoria convencional neoclássica de desenvolvimento (NETO, 2013).

Cabe ressaltar que Keynes não se opôs somente à concepção do capitalismo liberal, regulado pelo mercado, mas também contestou a tradição marxista de que as contradições inerentes ao capitalismo iriam levá-lo a um fim inevitável. Ora, os estruturalistas latino-americanos defendiam uma concepção semelhante, pois sustentavam que o desenvolvimento não é algo dado, natural. Nessa perspectiva, a existência de estruturas que pudessem coibir o processo de desenvolvimento, via industrialização, poderia ser superada com a intervenção de um Estado desenvolvimentista. Na visão cepalina, o Estado ganha, então, um papel central na industrialização e, conseqüentemente, no processo de desenvolvimento (RODRIGUEZ, 2009).

As teorias da CEPAL tiveram seu auge nos anos de 1950 quando suas proposições foram aplicadas em diversos países da América Latina. Naquela época, a inclinação cepalina pelas tendências históricas já era bem conhecida. De acordo com Rodriguez (2009), “Prebisch recusou-se a tratar como anomalia o que foi percebendo como um modo de ser” (p.79). Assim, Prebisch defendia a concepção de que as economias subdesenvolvidas não são simplesmente “atrasadas”, como muitos acreditavam. Esse adjetivo era muitas vezes atribuído às economias que se mantinham sem grandes mudanças, ou devido ao peso de certos fatores extra econômicos ou, então, em razão do peso de estarem ligadas a uma precariedade da estrutura social e/ou institucional, ou ainda à raça ou à religião. Ao contrário, como afirma Rodriguez (2009),

o subdesenvolvimento é visto como um modo de ser específico de certas economias, que como tal merece um esforço de teorização também específico. Justamente, tal

⁴ Foram da CEPAL ou estiveram sob seu raio direto de influência autores de livros clássicos de história econômica dos países da região, como Aníbal Pinto e seu “Chile: um caso de desarrollo frustrado” (1956); Celso Furtado (1959) e seu “Formação econômica do Brasil” e; Aldo Ferrer (1979) e seu “La Economía Argentina”. **BIELSCHOWSKY**, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro. Ed: Record, 2000.

esforço se torna possível pelo estabelecimento de uma visão geral desse objeto de estudo (RODRIGUEZ, 2009, p.79).

Dessa forma, a teoria cepalina contrapõe-se à ideia hegemônica de que o desenvolvimento econômico se expressa no aumento do bem-estar material, normalmente refletido na alta do ganho real por habitante, e condicionado pelo incremento da produtividade do trabalho. Assim, essa teoria avança ao enxergar o desenvolvimento como algo que vai muito além de um processo de acumulação de capital vinculado ao progresso técnico, “mediante o qual se obtém a elevação gradual da densidade de capital e o aumento da produtividade do trabalho e do nível médio de vida” (RODRIGUEZ, 2009, p. 79). Para esse autor, a teoria cepalina exhibe, então, uma acentuada diferença em relação às teorias correntes do crescimento a longo prazo, pois não procura captar o processo de acumulação e avanço técnico de uma economia capitalista modelo, considerada isoladamente. Na realidade, ela busca mostrar como a propagação de técnicas capitalistas de produção age no âmbito de um sistema econômico mundial composto por centro e periferia.

Essa concepção cepalina serviu, primeiramente, de base ao argumento de que a conformação desse sistema econômico determinava um padrão específico de inserção dos países periféricos na economia mundial, como produtora de bens e serviços com demanda internacional pouco dinâmica, importadora de bens e serviços com demanda doméstica em rápida expansão, e absorvedora de padrões de consumo e tecnologias adequadas ao centro, mas frequentemente inadequadas à disponibilidade de recursos e ao nível de renda da periferia (RODRIGUEZ, 2009).

Segundo, prestou-se à ideia de que a estrutura socioeconômica periférica determina um modo próprio de industrializar-se, de introduzir o progresso técnico e crescer, e um modo próprio de absorver a força de trabalho e distribuir a renda. Ou seja, em suas características centrais, o processo de crescimento, emprego e distribuição de renda na periferia seria distinto do que ocorre nos países centrais (BIELSCHOWSKY, 2000, p.22). Nesse sentido, para os estudiosos da CEPAL,

o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não seria uma “etapa” de um processo universal de desenvolvimento, mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se sequências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico (BIELSCHOWSKY, 2000, p.22).

Em síntese, Reis (2009) arrola três pontos comuns entre a teoria Keynesiana e a Cepalina: a) ambas as teorias criticam de modo contundente as teorias econômicas clássica e neoclássica, intrínsecas ao projeto liberal-conservador; b) ambas atribuem ao Estado um papel central para a promoção do desenvolvimento, seja o desenvolvimento entendido enquanto

bem-estar social ou como industrialização; e c) em torno de ambas as teorias há espaço para o entendimento do desenvolvimento como um processo de transformação da ordem social. Todavia, Reis (2009) também assinala uma diferença entre elas: enquanto o foco da CEPAL está nas relações entre países, a teoria Keynesiana evidencia as relações entre consumidores e empresas no interior dos próprios Estados Nacionais.

Valendo-se de tais teorias, fica clara a influência que elas tiveram na formulação das políticas públicas de turismo no Brasil. De modo resumido, até a década de 1970, as principais ações do Estado brasileiro foram pontuais e limitadas a aspectos parciais da atividade turística, muito embora tenham sido importantes como base para a formulação das políticas públicas atuais (BENI, 2006; TRIGO, 2005). Uma delas, no âmbito federal, diz respeito à definição da Política Nacional de Turismo e à criação do Conselho Nacional de Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), em 1966. Todavia, esse primeiro esforço do Estado restringiu-se a aspectos isolados da atividade, privilegiando historicamente o setor hoteleiro.

Entre as décadas de 1970 e 1990, em razão da pouca capacidade do Estado de gerir a atividade turística, além da série de crises econômicas e inflacionárias ocorridas no Brasil, que impactaram diretamente o setor, o turismo brasileiro viveu, de modo geral, um período de estagnação. O ponto de inflexão dessa época foi a criação do Sistema Nacional de Turismo, quando há, pela primeira vez na história do Brasil, uma organização do Estado para a gestão pública do turismo em escala federal (CRUZ, 2006).

Contudo, como já dito, foi a partir da década de 1990 que o turismo passou a ser visto como atividade capaz de contribuir para a promoção do desenvolvimento. A diversificação e distribuição da infraestrutura, até então altamente concentrada no sul e sudeste brasileiros, foram os fundamentos do então lançado Plano Nacional de Turismo, em 1992. Para isso, foi prevista a criação de polos integrados de turismo em novas áreas, associados à expansão da infraestrutura, como estradas e aeroportos, por exemplo. O que se esperava com essa política era ampliar a receita cambial e colocar o turismo entre os principais produtos de exportação do país (BECKER, 1996). Foi no âmbito dessas políticas que se intensificou, assim, o crescente papel indutor do Estado brasileiro no setor do turismo. Programas como o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR) são expressões materiais desse processo (CRUZ, 2005).

Mais recentemente, houve a criação do Ministério do Turismo, em 2003, e pela primeira vez, uma maior sistematização das políticas públicas nessa área, com a elaboração do Plano Nacional de Turismo 2003-2007 e do Plano Nacional de Turismo 2007-2010.

Importante ressaltar, como aponta Ouriques (2005), que grande parte da bibliografia atual sobre o turismo ainda revela a existência de um pensamento hegemônico sobre a atividade que a associa à ideia de “passaporte para o desenvolvimento”, especialmente em países considerados periféricos no sistema capitalista mundial. No entanto, esse autor argumenta que, muito embora a introdução do turismo em países em desenvolvimento tenha gerado algumas “ilhas de prosperidade”, ao criar um circuito de consumo e produção, os benefícios restringiram-se somente a uma pequena parcela dos atores envolvidos. Ademais, para os trabalhadores considerados na “linha de frente” do turismo, como guias, garçons, camareiros, faxineiros, entre outros, o investimento no turismo significou apenas a mudança e/ou diminuição das atividades econômicas tradicionais, por outras, direta ou indiretamente turísticas. “Ao mesmo tempo, as condições estruturais de vida pouco se modificaram, isto é, de modo geral os residentes não se beneficiaram e não se beneficiam do “progresso” que o turismo promete” (OURIQUES, 2005, p. 96).

Nesse contexto, ao traçar um paralelo entre as teorias ora discutidas, chamadas intervencionistas, e os caminhos traçados no campo das políticas públicas, é notório que, ainda que marginal no contexto político mais amplo, o Estado tem forte presença na área do turismo.

Ao refletir sobre as narrativas empreendidas especificamente no âmbito do Programa Turismo Solidário, tais teorias apontam na direção de reforçar a importância do Estado, em suas diferentes escalas. Sendo essa uma iniciativa governamental, não há como se esquivar do entendimento de que, nesse caso, o Estado age, primeiro, como um indutor público no campo do turismo, uma vez que ele próprio, nas suas diferentes escalas, é o idealizador e financiador da iniciativa, sobretudo por meio da própria concepção da ideia e do investimento financeiro em ações de sensibilização e capacitação das comunidades locais. Assim sendo, a política em questão atua como instrumento norteador de um processo de desenvolvimento que envolve necessariamente o setor público, além da sociedade local.

Pode-se dizer que o Programa Turismo Solidário deu às iniciativas de turismo que se dizem contrapor ao modelo de turismo hegemônico e massificado, em especial ao turismo solidário, uma visibilidade até então pouco alcançada por uma política de turismo no estado

de Minas Gerais, e também no Brasil. Novidade que durou, todavia, apenas o período de vigência do Programa, já que, ao menos regionalmente, não houve política que a substituísse. Nesse sentido, o Programa Turismo Solidário é o exemplo concreto do estabelecimento de uma relação entre as práticas turísticas e os pressupostos econômicos intervencionistas aqui colocados.

O Programa elegeu, entre suas estratégias políticas, a articulação entre o governo, a iniciativa privada e a população local. Naturalmente, não há como imaginar a gestão pública do turismo sem o permanente diálogo com o setor privado. Outrossim, não se pode conceber uma gestão eficiente do setor sem a articulação intragovernamental, isto é, sem que os diferentes setores públicos busquem, sincronicamente, o alcance das metas e objetivos que lhes são comuns, como demonstram as diferentes parcerias públicas no âmbito da política. Assim, o que se espera do Estado, ainda que minimamente, é a articulação da política de turismo com outras políticas setoriais que tangenciam, a todo o tempo, o desenvolvimento do setor; do mesmo modo, espera-se uma aderência da própria política com aquilo que a população envolvida idealiza. Em geral, a ausência dessa articulação responde, sobremaneira, sobre a ineficácia das ações e se traduz em prejuízos para as coletividades abrangidas.

Nesse contexto, as dificuldades do governo de promover as ditas propostas “alternativas” ao turismo de massa, entre elas o turismo solidário passam, em grande medida, pela quase total ausência de vínculo entre o que se espera da política, com base em seus princípios e práticas, com os principais pilares sobre os quais se apoiam as posições políticas, ideológicas e, conseqüentemente, as ações governamentais no âmbito geral e, especificamente, no setor do turismo.

De certo, por ser o turismo um setor da vida social, não se pode negligenciar a influência da ideologia política hegemônica no processo de formulação de políticas públicas. Nesse sentido, no plano do discurso, o Programa em questão representa um avanço do ponto de vista político-social ao propor, além da promoção do desenvolvimento, sobretudo por meio da geração de trabalho e renda, a inclusão social pelo turismo e a preocupação com as questões ambientais. Contudo, concebido regionalmente sob a lógica de um governo cujo projeto político se apoia em uma perspectiva neoliberal, que por sua vez, fez emergir e se consolidar o paradigma da descentralização da gestão, e, associado a isso, que colocou como foco prioritário da ação pública as escalas regional e local, na prática, o governo de Minas Gerais passou, gradativamente, a agir cada vez menos de forma participativa, restringindo sua atuação aos campos do fomento e da regulamentação da atividade, especialmente quando se

considera, no âmbito do Programa, seu apelo mercadológico ao colocar em evidência a importância do papel do turista para o sucesso da iniciativa.

Assim, muito embora o Programa tenha sido sustentado e financiado pelo governo, com foco na geração de trabalho e renda, o que justifica o diálogo com as perspectivas intervencionistas ora apresentadas, na prática, a perspectiva neoclássica do desenvolvimento também está presente nas bases teóricas e empíricas do Programa Turismo Solidário. Ressalta-se, nesse caso, que a questão ideológica, por si só, não se associa à intervenção do Estado em si mesma. Como afirma Scott (2011), até os governos mais conservadores apresentam práticas intervencionistas. O que importa entender, nesse caso, é a natureza da intervenção e a quem ela beneficia.

2.2.2. A perspectiva neoclássica do desenvolvimento e suas implicações no âmbito do Programa Turismo Solidário

Como dito, muito embora o Programa Turismo Solidário tenha sido idealizado e financiado pelo Estado, nas suas diferentes escalas, a perspectiva clássica, e mais precisamente, a neoclássica do desenvolvimento também está embutida em seu discurso e prática. Uma das fortes implicações a esse respeito se refere ao distanciamento da compreensão do turismo como fenômeno social para caracterizá-lo, sobretudo, como um setor econômico cujas características essenciais são atrair bens e serviços, além de uma demanda turística expressiva.

Ao passo que, no decurso do tempo, o argumento econômico era reforçado no âmbito do Programa, intensificava-se uma visão de turismo que se valia, em grande medida, de ações e valores de uma ideologia hegemônica cuja essência era, contraditoriamente e, ao menos em tese, combatida no espectro discursivo do Programa. Dito de outra forma, quanto mais se acentuava uma orientação fortemente econômica, mais difícil se tornava compreender o turismo como uma prática que permitia, grosso modo, observar as características da sociedade e também promovê-lo conforme as necessidades e características de cada local abrangido pela iniciativa.

Para definir os contornos da teoria neoclássica do desenvolvimento, é preciso, a priori, contrapor-lo à teoria clássica. Esta última assume uma perspectiva de longo prazo e centra-se, principalmente, na análise do sistema econômico no âmbito da produção e das relações sociais em uma sociedade estratificada. Por fazer abstração dos desequilíbrios e das flutuações

de curto prazo, as taxas de lucro calculadas em relação aos preços de oferta dos bens de capital são uniformes. Pressupõe-se, assim, que haja livre competição e os preços refletem as condições de reprodução da economia capitalista de mercado (PRADO, 2001; CAPANEGRA, 2015).

A teoria neoclássica tradicional emergiu em finais do século XIX e início do XX com um desvio de curso que a afastou progressivamente da corrente clássica. Embora ela tenha continuado a analisar a economia capitalista no mesmo padrão de longo prazo, a mudança fundamental desse novo curso de análise econômica se deu na teoria da repartição (PRADO, 2001). Isso quer dizer que o aspecto distintivo da teoria neoclássica é o tratamento simétrico dado às diversas parcelas de renda. Ao passo que na teoria clássica, o valor deriva da interpretação do trabalho incorporado aos bens, e o centro do desenvolvimento teórico é uma visão do lado da oferta, a teoria neoclássica, coloca ênfase na perspectiva da demanda, no consumidor e, de modo geral, no consumo. Esses temas passam a ser centrais nos estudos econômicos neoclássicos e sua importância se volta às unidades individuais, ao processo de tomada de decisões e na utilidade como expressão de valor (CAPANEGRA, 2015). De certo, as análises dos principais teóricos neoclássicos centravam-se, sobretudo, em um indivíduo isento de relações sociais, que buscava atender ao seu próprio interesse, sendo guiado, portanto, por suas preferências subjetivas (PRADO, 2001).

De modo simultâneo, essa teoria surgiu em diferentes países, cujas culturas econômicas guardam importantes diferenças entre si. Entre os autores pioneiros estão: Hermann Heinrich Gossen, na Alemanha; Carl Menger, na Áustria; Léon Walras, na Suíça; Stanley Jevons e Alfred Marshall, na Inglaterra.

Dado que a escola neoclássica não forma um corpo homogêneo, é difícil ordenar a teoria neoclássica valendo-se de apenas um único critério. Em um esforço de sistematização, Capanegra (2015) reúne os teóricos em três grandes grupos, classificados pela origem geográfica, distinguindo-se as escolas suíça, inglesa e austríaca:

- Grupo Walrasiano de Lausanne – com um importante aporte instrumental matemático;
- Grupo Marchaliano de Cambridge – que tem como premissa a combinação entre o marginalismo especulativo e o uso de provas empíricas;
- Grupo austríaco de Viena – que apresentam maior purismo marginalista.

Alinhado aos fins empreendidos nessa pesquisa, Capanegra (2015) sintetiza as principais características da tradição neoclássica, conforme abaixo:

1. O foco de análise está nos agentes do processo econômico, e são eles os responsáveis pelas tomadas de decisões. Como tais decisões dizem respeito a quando e como produzir e consumir, os agentes econômicos se dividem entre produtores e consumidores;
2. Ao passo que os agentes econômicos são produtores e consumidores, as relações econômicas se expressam em termos de oferta e demanda;
3. Na perspectiva neoclássica é essencial escolher entre alternativas, de acordo com desejos e metas dos agentes econômicos, ainda que haja certas restrições eventuais. Assim sendo, os neoclássicos não discutem a ordem social e acreditam que seja possível alcançar, a longo prazo, o equilíbrio geral e o pleno emprego;
4. As ações dos agentes guiam-se pela maximização, isto é, a maximização dos ganhos por parte dos produtores e a maximização da utilidade da parte dos consumidores.

Em síntese, não obstante tenha havido um esforço por parte dos estudiosos neoclássicos em criar um quadro teórico, é evidente que tal modelo apresenta forte apelo ideológico. Ele pressupõe a presença de um conjunto de instituições que funcionam por meio de ações de indivíduos em um meio que se ajusta automaticamente. No entanto, ressalta-se que muitos economistas neoclássicos não mantiveram uma postura rígida de *laissez faire* quanto às possibilidades de intervenção do Estado (CAPANEGRA, 2015).

Em referência ao exposto acima, Capanegra (2007) mostra que uma das primeiras alusões no campo do turismo em que é possível estabelecer uma relação entre os pressupostos econômicos neoclássicos e as bases teóricas do turismo data de fins do século XIX. Em 1884, durante as 1^{as} Jornadas de Delegados para o fomento do Turismo nos Alpes Austríacos, Joseph Stradner proferiu uma palestra em que centralizou suas análises nos turistas ou consumidores. Isso foi o início da construção de uma linha de investigação considerada hegemônica, tanto na academia quanto no pensamento e ação política, voltada, pois, para a análise da demanda turística.

Ainda segundo esse autor, outro aporte neoclássico ao estudo do turismo foi idealizado por Hermann von Schullern (1861-1931). Schullern considerava a chegada de turistas a um país como uma importante ferramenta geradora de riqueza e bem-estar, uma vez que o fluxo de turistas atrai divisas ao país receptor. Ambas as análises, segundo Capanegra (2007), foram captadas e defendidas pelos organismos internacionais que se ocupam do turismo – primeiro pela União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT), de 1925 a 1975, e

segundo, pela Organização Mundial de Turismo – e elevadas a critérios universalmente aceitos para analisar e/ou implementar qualquer processo de desenvolvimento turístico atual.

Assim, tanto Stradner quanto Schullern, ao instaurar os estudos econômicos sobre o turismo, em que se alinham uma matriz de pensamento que o entende como um eficaz instrumento de riqueza, equilíbrio e bem-estar, estabeleceram as bases das análises da demanda turística que até hoje se praticam e que são, essencialmente, neoclássicas.

Partindo dessa breve contextualização, Capanegra (2007) aponta para a existência de fenômenos que se desdobram e se inter-relacionam, entre eles, a internacionalização do turismo e o planejamento do desenvolvimento. Não sendo o turismo um fenômeno espontâneo, mas sim o resultado de uma vontade, impulsionada por um potente aparato internacional voltado à promoção, é possível afirmar que relevantes instituições econômicas internacionais (FMI, BM, BID, OMT *etc.*) atribuem valorosa importância aos fluxos turísticos, sobretudo internacionais. Como consequência, a difusão do turismo pelo mundo se dá com base em razões essencialmente econômicas (CAPANEGRA, 2007).

Ampliando esse argumento aos países em desenvolvimento, sustentava-se a ideia de que a chegada de turistas estrangeiros “reduziria o déficit estrutural de sua balança de pagamento equilibrando a economia e em médio e longo prazo provocando bem-estar” (CAPANEGRA, 2007, p. 5). Um argumento, segundo esse autor, fundamentalmente neoclássico. Essa lógica dominante transformou o turismo em elemento econômico relevante, principalmente porque o fundamento primeiro passou a ser a arrecadação monetária com foco no gasto diário da demanda.

Dito isso, fica evidente, no âmbito do Programa Turismo Solidário, a lógica uniforme e dominante quando da elaboração de políticas relacionadas ao desenvolvimento do turismo. Em geral, o foco potencial é, não sem razão, o estímulo ao fluxo turístico, como fica claro no discurso do Programa. Na prática, vincula-se o turismo à concepção mercadológica ao transformá-lo em produto e, ao mesmo tempo, negligencia o espaço, transformando-o, também, em produto de consumo.

2.2.3. O apelo ‘sustentável’ no discurso do Programa Turismo Solidário

O discurso do desenvolvimento sustentável permeou grande parte das discussões sobre o turismo solidário em diferentes países, incluindo o Brasil. De modo geral, a emergência

desse conceito no âmbito do turismo acompanhou o progresso dos modelos econômicos vigentes e a descoberta do chamado ‘turismo de natureza’ pelo mercado. Seja o desenvolvimento sustentável ou o turismo solidário, ambos foram tomados como formas ditas alternativas aos modelos hegemônicos à época de seus respectivos surgimentos.

Conceitualmente, entre os anos de 1960 e 1970 do século XX, as questões ambientais e os questionamentos acerca do modelo ocidental de civilização passaram a ter forte presença nos debates teóricos e políticos. O primeiro desses movimentos foi fundado em 1968 e, unindo autoridades políticas de diferentes países, recebeu o nome de Clube de Roma. *Os limites do crescimento*, documento elaborado a pedido dessa organização pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), apresentou um quadro ambiental bastante severo e concluiu que a degradação ambiental está associada ao crescimento populacional descontrolado e ao consequente uso indiscriminado dos recursos naturais. De modo a evitar o que seria “uma tragédia ecológica”, esse documento propunha o chamado crescimento zero (BESSA, 2011).

As reflexões e debates que se seguiram a essa publicação, em que, grosso modo, de um lado estavam os defensores do crescimento zero e de outro, aqueles que defendiam um crescimento sem limites, marcou a Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972. Esse encontro lançou luz sobre as bases para a estruturação de órgãos ambientais em diversos países, incluindo o Brasil. Posterior a esse movimento, outros eventos e comissões foram criados com o intuito de discutir as relações entre desenvolvimento e suas implicações sobre o meio ambiente. Entre essas comissões, faz-se uma menção especial à Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, conhecida como Comissão Brundtland, responsável por cunhar a expressão ‘desenvolvimento sustentável’:

Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. It contains within it two key concepts: the concept of ‘needs’, in particular the essential needs of the world’s poor, to which overriding priority should be given; and the idea of limitations imposed by the state of technology and social organization on the environment’s ability to meet present and future needs (UN Documents, 1987).

Em 1992, na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra – ampliou-se a ideia de desenvolvimento sustentável, que passou a ser entendido como a combinação entre tecnologia, meio ambiente e justiça social (BESSA, 2011).

Ao lançar luz sobre as questões ambientais, esse tema entrou definitivamente no debate público mundial. Não obstante, ao longo dos anos essa expressão tem ganhado diferentes contornos, a depender dos interesses em jogo.

Para Costa (2008), o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável se associa a uma mudança de enfoque na definição da problemática ambiental: “de visões eminentemente preservacionistas dos anos de 1960 e 1970, à associação entre crescimento econômico e preocupação ambiental” (COSTA, 2008, p. 80). Nessa perspectiva, essa autora elucida diferentes linhas de abordagem na relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Em primeiro lugar, esses temas eram vistos como questões separadas, muito embora já se preconizasse o compromisso simultâneo de preservação do meio ambiente e do uso racional dos recursos. Essa necessidade de se preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, utilizar racionalmente os recursos marcou profundamente o debate posterior, que enfatizou as diferenças quanto aos condicionantes impostos aos países dos chamados primeiro e terceiro mundo. Enquanto os países industrializados se desenvolveram, entre outros fatores, com base no uso de recursos naturais mundiais, atualmente, os países em processo de desenvolvimento têm a difícil tarefa de aliar desenvolvimento com o uso racional dos recursos, agora com vistas a buscar um desenvolvimento menos predatório e ambientalmente viável.

O segundo aspecto apontado pela autora diz respeito à diversidade de posições surgidas a partir da Conferência de Estocolmo, que contemplavam diferentes formas de analisar as relações entre desenvolvimento e meio ambiente. E, um terceiro aspecto, “refere-se à considerável parcela de responsabilidade atribuída à dinâmica demográfica quanto à desigualdade dos resultados da distribuição dos frutos do crescimento econômico e quanto à crescente pressão sobre os recursos naturais” (COSTA, 2008, p. 81). No entanto, o caráter simplista dessa abordagem perdeu sua capacidade de argumentação diante do declínio das taxas de fecundidade ao longo dos anos e da consequente diminuição da pressão do crescimento demográfico sobre os recursos naturais.

Para Costa (2008), a generalização do discurso sobre o desenvolvimento sustentável não representa uma inovação quanto às formulações feitas ainda em 1972, durante a Conferência de Estocolmo, mas reafirma a necessidade e a urgência de ações eficazes, o que significou um fortalecimento essencialmente político do termo. A definição do termo representa, portanto, o consenso possível, já que não entra no mérito dos modelos e alternativas de desenvolvimento ou das relações sociais e de poder neles contida, mas “ênfatisa o chamado compromisso intergeracional, ao procurar garantir a possibilidade do futuro” (COSTA, 2008, p. 82). Conforme atesta essa autora, embora tenha ficado claro que os requisitos explicitados sejam efetivamente necessários para a manutenção da vida na Terra, os

meios para se atingi-lo continuam uma incógnita, uma vez que são contrários às experiências históricas vividas pelos diversos países.

Ainda sob esse argumento, Luchiari (2002) reconhece um avanço, embora muito mais discursivo do que prático, entre um primeiro momento, em que prevalecia uma visão mais conservadora que se restringia à concepção mais econômica dos recursos naturais, e o período mais atual, no qual atributos de democracia, participação, equidade e cidadania foram incorporados às práticas e aos discursos da sustentabilidade. O Relatório Brundtland, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento pode ser considerado, segundo essa autora, um marco oficial do discurso mais conservador sobre a sustentabilidade.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, segundo Costa (2008), observa-se uma preocupação crescente com o papel das instituições e de suas relações com a sociedade. Nesse sentido, o discurso atual sobre desenvolvimento também tem buscado construir relações entre Estado, mercado e instituições civis. Dessa maneira, alguns estudos mais recentes, conforme dá a conhecer essa autora, buscam formular uma teoria institucional do desenvolvimento, configurando a chamada abordagem neo-institucional. “Metodologias participativas, estratégias comunitárias, participação da população são algumas das expressões a configurar o chamado discurso populista que, curiosamente, é compartilhado por instituições das mais variadas tonalidades do espectro teórico e político” (COSTA, 2008, p. 87). Essa convergência de discursos e as inúmeras possibilidades de alianças e conflitos, como bem expõe essa autora, traz um alerta aos discursos simplificadores. Assim, “torna-se central avaliar o novo papel do Estado, tanto na formulação e implementação de políticas socioambientais quanto na condição de elemento mediador e catalizador das instâncias de participação” (COSTA, 2008, p. 87).

De certo, a relação instituída entre desenvolvimento e meio ambiente, ao incorporar a dimensão ambiental e social, acabou por transformar a sustentabilidade, como apontam Sanchez e Moura (1999), em objeto de intervenção do mercado e das políticas públicas. Ora, o que se percebe é que o desenvolvimento sustentável permanece conceitualmente impreciso. Tomado como objeto de disputas – material e simbólica – analogamente ao que o termo desenvolvimento representa no campo econômico, o conceito de desenvolvimento sustentável permanece sendo uma utopia, ou um ponto de chegada a orientar as políticas que se apresentam à sociedade.

No campo do turismo, conforme mostra Luchiari (2002), uma reflexão mais sólida sobre a relação entre turismo e a perspectiva sustentável do desenvolvimento deve enfrentar a polêmica que existe entre as abordagens econômicas, políticas, ambientais e sociais. Na articulação entre turismo e meio ambiente, o primeiro “se configurou como uma ferramenta política, econômica e indutora de um movimento de revalorização estética das paisagens naturais e de formas culturais” (LUCIARI, 2002, p. 112), cuja intenção seria, grosso modo, transformar os lugares em mercadorias atrativas economicamente.

Em geral, no turismo, o discurso do desenvolvimento sustentável está associado ao conceito de capacidade de carga. O que significa que é preciso controlar o fluxo turístico nos atrativos de modo a preservá-los, garantindo sua exploração. Esse discurso tem sido usado, em muitas ocasiões, como forma de controle de acesso, tendo como pano de fundo a privatização de locais turísticos. Bessa (2011) aponta que a própria OMT, em seus discursos oficiais, apresenta uma noção imprecisa e inverídica do tema, com vistas a empenhar esforços em prol da satisfação do turista:

Temos que ter bem claro que a satisfação do turista ou consumidor vem com a qualidade do serviço prestado. Mas, o que conta, mesmo, é a qualidade percebida pelo consumidor, que se mede conforme o grau de satisfação obtida na atividade turística (OMT, 2001, p. 197).

[...]

Depois de várias décadas de rápido crescimento quantitativo, o turismo mundial encontra-se numa fase de profunda transformação. Os turistas, consumidores dessa indústria, ao mesmo tempo que cidadãos mais conscientizados sobre o meio ambiente, começaram a exigir condições diferentes na produção e na utilização dos serviços turísticos, pondo fim à expansão pouco controlada do turismo de massa. A constatação de que os consumidores preferem entornos bem conservados e atividades turísticas não predatórias e de que estão dispostos a pagar mais por isso, facilita a adoção de estratégias de sustentabilidade pela indústria turística e sua aliança mais sincera com os movimentos conservadores (OMT, 2001, p. 259).

Valendo-se dessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento sustentável foi levado em conta na formulação do Programa Turismo Solidário, a bem dizer, mais como instrumento retórico, reconhecido principalmente nos apelos à preservação ambiental e inclusão social das comunidades envolvidas. As localidades aqui estudadas estão situadas na área de abrangência da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e, não por coincidência, onde também se encontra uma grande concentração de áreas protegidas (parques nacionais, parques estaduais, áreas de proteção ambiental, entre outras). O forte apelo paisagístico da região, aliado à cultura local, a transformaram em ambiente muito propício ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, sobretudo as que servem de contraponto ao chamado turismo de massa. Nesse caso, o discurso do desenvolvimento sustentável cumpre o papel de ser a ‘resposta’ aos

desafios do crescimento do turismo na região, bem como de dispositivo retórico para a consecução dos objetivos do Programa Turismo Solidário de promover a inclusão das famílias envolvidas nessa iniciativa.

Além disso, o desenvolvimento sustentável, embora manifesto no campo do discurso, na prática, fragiliza-se ao colocar em evidência a perspectiva dos atores sociais hegemônicos, nesse caso, representados, via de regra, pelos formuladores da política e, em segundo plano, pelos próprios turistas, ao serem eles os responsáveis pela promoção do desenvolvimento nas localidades envolvidas. No campo empírico, notam-se dificuldades de o Programa buscar inscrever a sustentabilidade fora dos quadros da razão utilitária, sem que se concretize, de fato, o protagonismo da população local. Também, o esforço de manutenção da base material, nesse caso fazendo prevalecer a prática turística que a qualifica, e como já dito, uma base marcada por atributos paisagísticos caros ao turismo, justifica-se, em grande medida, pelo forte apelo econômico da atividade. Essa lógica, importante dizer, não leva em conta as características locais, que muitas vezes não encontram aderência ao que lhes é imposto. Ainda, para além da atuação política do Estado, iniciativas privadas também ocorrem na região, tendo como pressuposto uma prática dita solidária e sustentável da atividade turística, mas que, em última análise, encerra uma visão essencialmente econômica do espaço e do turismo.

2.3. Em que consiste a Solidariedade?

Solidariedade é um termo recorrente do imaginário social. Na linguagem cotidiana é utilizada como sinônimo de amparo, assistência, caridade, proteção. Compreendida genericamente nos discursos de diferentes saberes e mesmo na produção teórica e acadêmica, é possível, em determinados sentidos e tempos históricos, que tais termos se confundam. Etimologicamente, quando se fala em solidariedade, sempre tem-se como pano de fundo as palavras latinas *solidum* (totalidade, soma total, segurança) e *solidus* (sólido, maciço, inteiro) (ALMEIDA, 2007).

No campo das ciências sociais, mais precisamente na sociologia – disciplina em que esse conceito se desenvolveu mais robustamente, – os esforços de compreensão sugerem que, ao longo da história, as mudanças no sentido do conceito de solidariedade foram afetadas, sobretudo, por eventos socioeconômicos e pelo surgimento de novos conceitos como, por exemplo, o de capital social. Nota-se, assim, que o dinamismo da sociedade, e as diferentes

formas de compreendê-la, fizeram com que o tema ganhasse novos contornos como resultado próprio da dinâmica social.

Dado esse horizonte aberto de interpretações históricas sobre a solidariedade, o objetivo aqui não é o de traçar uma etimologia historiográfica dessa palavra. Todavia, uma leitura estruturante do conceito, ainda que breve, é necessária para refletir sobre seu significado, analisando-o, fundamentalmente, sob um aspecto principal: a compreensão de seu sentido na esfera política, associada, especialmente, a forma como a solidariedade foi pensada no âmbito do Programa Turismo Solidário.

Pode-se dizer que o Programa Turismo Solidário carrega em si um apelo explícito à solidariedade, sobretudo um apelo voltado aos turistas ‘engajados’, como forma de reduzir as desigualdades e contribuir para o desenvolvimento econômico das populações abrangidas pelo Programa. Ao mesmo tempo, a significativa mobilização das comunidades envolvidas à época – cujos sinais vitais, ainda que pontuais e levados a cabo apenas por alguns poucos moradores, continuam até os dias atuais – atesta por si mesmo a relevância do Programa no contexto local aqui estudado. No entanto, sua consistência teórica e o impacto de suas realizações no que diz respeito ao seu vínculo com a solidariedade precisam ser mais bem investigados.

A esse propósito, sugerem-se aqui ao menos dois matizes principais que se articulam em torno desse Programa: de um lado, voltado às famílias abrangidas pelo Programa, tem-se tanto a solidariedade implícita à ideia de um Estado como garantidor de direitos sociais quanto a noção de solidariedade em que tomam corpo os aspectos individual e voluntarista resultado da ascensão da perspectiva neoliberal; na outra ponta, tem-se a solidariedade dos turistas, vinculada à noção de ajuda, amparo, caridade, que encontra lastro também na moral cristã/familiar. Essas concepções, articuladas entre si, oferecem as bases de sustentação teórica do referido Programa. Nota-se que, estando essa discussão no campo do turismo solidário, tem-se, portanto, uma relação bastante complexa entre o mundo econômico e o princípio da solidariedade.

2.3.1. Solidariedade e Estado: a perspectiva solidária neoliberal

Do ponto de vista das famílias, sugere-se que a noção de solidariedade que ancorou a política em questão é fruto do entendimento do próprio Estado como garantidor de direitos sociais, vinculado à ideia de Estado de Bem Estar Social. Na prática, contudo, pode-se dizer que tomaram corpo as ações solidárias utilizadas como instrumento ideológico de enfrentamento da pobreza e, ao mesmo tempo, de subordinação passiva dos grupos sociais menos favorecidos.

A corrente teórica que garantiu a justificativa moral ao Estado de Bem-Estar Social, sobretudo nos países ocidentais desenvolvidos, baseia-se na doutrina do solidarismo – corrente republicana que predominou na política mundial durante grande parte do século XX (SILVA, 2011). Segundo esse autor, essa doutrina, desenvolvida na França por Léon Bougeois no século XIX, lança luz sobre a dádiva dos homens para com seus semelhantes e ancestrais. Essa teoria sustenta que aos indivíduos, formados tanto com base no trabalho de gerações anteriores, que lhes conferiram conhecimentos, práticas, entre outros atributos, quanto pela geração atual, que divide com eles a mesma sociedade, caberia a obrigação de participar de um contrato social que os unisse coletivamente.

Os resultados políticos dessa teoria, segundo Silva (2011), é a colocação do Estado em uma importante posição na redistribuição de ganhos e perdas sociais. Para esse mesmo autor, desde o final do século XIX existiam políticas nacionais voltadas a reduzir a grande desigualdade existente entre a população. O pano de fundo para a formulação dessas políticas era a difícil realidade das classes baixas na Europa, forçadas a migrar, principalmente para a América. O que parecia ser uma solução para os países emissores, que enfrentavam uma agitação social à época, tornou-se um problema, dadas suas dimensões continentais. Não sem razão, os governos da Alemanha, da Inglaterra e dos países escandinavos criaram formas de proteção e apoio social até então sem precedentes no mundo. Apesar dos esforços, somente após a Primeira Guerra Mundial essas inovações foram absorvidas em uma teoria econômica, cujo expoente principal foi Keynes, e apenas após a Segunda Guerra Mundial é que elas foram aplicadas de forma generalizada (SILVA, 2011).

No período pós-Guerras, a reconstrução dos países teve como um de seus principais fundamentos a centralização das decisões econômicas pelo Estado, que deveria assumir o papel de garantidor dos direitos fundamentais – conhecido como *welfare state*. Os princípios do *welfare state* estavam fundados na suposição de que o crescimento da economia era

resultado do consumo crescente e da igualdade entre os indivíduos, assim como na ordem criada a partir da solidariedade.

Conforme assinala Silva (2011), na medida em que o consumo aumenta, mais as indústrias são levadas a aumentar sua produção, obrigando-as a contratar mais trabalhadores. E quanto mais forem os lucros, maior é o crescimento da renda desses trabalhadores, o que leva a uma nova alta do consumo. Contudo, para esse autor, diante dos problemas na aplicação real desse modelo harmônico, “ainda são necessários argumentos morais para seu funcionamento, e é aí que entra a questão da solidariedade” (SILVA, 2011, p. 6).

Sob essa lógica, o Estado torna-se um vasto organismo de seguridade e, portanto, o princípio da assistência universal desempenhava um papel importante na expansão dos direitos sociais. O papel da assistência na intervenção social é um elemento importante que ajuda na compreensão do princípio fundador do Estado Social. Ao Estado, coube a responsabilidade de garantir à população os direitos sociais básicos, além de funcionar como um redistribuidor da renda. De acordo com Silva (2011), o princípio da ‘des-mercantilização’ era o que guiava as ações do Estado e, assim, o setor de assistência e caridade privadas torna-se marginal. Um dos indicadores de sucesso das políticas de seguridade era a capacidade do Estado de absorver a totalidade das classes mais baixas nos programas sociais.

Na sequência, uma nova ascensão do setor assistencial vinculado à iniciativa privada esteve essencialmente ligada às disputas em torno de um novo conceito de Estado, constituído durante as décadas de 1970 e 1980. Nessa época, as disputas em torno da noção mesma de Estado caminharam na direção de um pensamento de cunho liberal. Nessa mudança de sentido, percebem-se novas implicações no campo da solidariedade.

Primeiramente, com o dismantelamento do Estado Social e da solidariedade nacional, o conceito mesmo de solidariedade começa a perder sua posição central na análise social, principalmente em razão de seu desajuste em relação aos novos princípios dominantes. Ele será ainda utilizado em situações determinadas, mas predominantemente em um sentido individual e voluntarista. Em segundo lugar, diversas mudanças sociais, assim como um menor apoio por parte do Estado, aumentam a importância da família como apoio econômico e social dos indivíduos (SILVA, 2011, p. 6).

As sucessivas crises econômicas ocorridas a partir da década de 1970, que provocou uma precarização das condições de vida, fruto do encolhimento das garantias sociais e de uma dinâmica de des-coletivização e re-individualização, acarretou mudanças de sentido no conceito de solidariedade. Nas últimas décadas, esse conceito foi muito influenciado pela ideia de desenvolvimento pessoal, que colocou em evidência o caráter individual da felicidade

e a valorização do esforço pessoal para a melhora das capacidades individuais. A definição dos comportamentos adequados para a evolução qualitativa do ser humano (entre os quais o chamado ‘comportamento solidário’) faz parte deste contexto (SILVA, 2011).

Segundo Silva (2011), esse conceito de desenvolvimento pessoal, ligado à psicologia americana, desenvolveu-se ajustado ao conceito de neoliberalismo, cujo foco se volta aos direitos do indivíduo e à iniciativa pessoal. Essa onda “psicologizante” nas ciências sociais, ao enfatizar as capacidades individuais como definidoras do sucesso, acabou por retirar a questão das relações assimétricas de poder das discussões sociais, ao passo que a decadência da ideia de solidariedade nacional reforça esta tendência.

Diante desse cenário, não há responsabilidade coletiva (ou pública) sobre o destino dos indivíduos, o que naturalmente afeta as políticas sociais. Os problemas sociais seriam resolvidos não pela ação do Estado, mas por meio de programas voltados às comunidades menos favorecidas, geralmente a partir da ação de associações civis, organizações não-governamentais ou mesmo da iniciativa privada. Essa desresponsabilização, como afirma Silva (2011), esvazia o conceito de solidariedade, que reassume a forma de filantropia ou caridade, muitas vezes associada a questões morais e a autoestima.

2.3.2. A solidariedade que guia os turistas

Na outra ponta, uma observação importante no campo do discurso referente a esse Programa é a forma utilizada por seus idealizadores para incutir nos turistas um apelo solidário. Para tanto, um passo essencial foi lançar luz sobre a necessária construção de um perfil de turista mais ‘humano e solidário’, e que fosse corresponsável pela superação das desigualdades locais existentes e, ao mesmo tempo, pelo sucesso do Programa em si.

A simplicidade desta ideia está cravada no princípio de que mulheres e homens ainda se voltam para a solidariedade, voluntariado e humanismo. Ainda, se percebe que o ser humano, o turista solidário, está apto para transferir habilidades, conhecimentos ou interesses e participar como protagonista do processo de transformação regional (FIGUREIREDO *et. al.*, 2006).

Nota-se que o foco do Programa esteve, desde o início, fortemente ligado às ações dos turistas e à sua capacidade de contribuir social e economicamente com os moradores locais. Percebe-se aqui uma comunhão do termo solidariedade com o argumento ligado à obrigação moral ou ‘de ajudar’, que, por sua vez, encontra fundamentos teóricos e empíricos na doutrina cristã, sobretudo católica.

A solidariedade, nessa perspectiva, foi popularizada a partir da década de 1980, quando a doutrina social da Igreja Católica, por meio de uma das primeiras encíclicas do então papa João Paulo II, nitidamente constituída com base na solidariedade, a definiu como “a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos” (JOÃO PAULO II, 1989, *apud* ALMEIDA, 2007).

Nesse contexto, segundo Silva e Nascimento (2017), a solidariedade se estabeleceu tendo como princípio a valorização das relações humanas, se amparando no comprometimento de um cidadão ou cristão para com os outros; daí se compreende o sentido de fraternidade ou do ser fraterno (*fraternitas*) e do amor ao próximo (*caritas*).

No âmbito da Doutrina Social Católica, o homem era considerado imagem e semelhança de Deus, devendo buscar a união entre as pessoas em nome da paternidade divina (WHESTPHAL, 2008). Os fundamentos dessa doutrina se encontram, sobretudo, na revelação sobrenatural e no conhecimento social focado no ser humano, na subsidiariedade e na solidariedade (SILVA e NASCIMENTO, 2017). Tais fundamentos influenciaram o desenvolvimento da solidariedade como um princípio de Estado. Com base em um sistema social-ideológico, essa Doutrina defendia a ideia de que as mazelas decorrentes da economia capitalista deveriam ser modificadas por intermédio de ações reformistas, sendo todo membro social responsável pela realização da justiça social (WHESTPHAL, 2008). Segundo essa doutrina, a solidariedade como princípio ético baseia-se, portanto, naquilo que seria chamado de princípios de direito e de uma formação comunitária de caridade.

No contexto latino-americano, a Teologia da Libertação, criada na década de 1960, também ofereceu sustentação teórica a essa concepção de solidariedade. Com base no pensamento marxista, a solidariedade seria motivada pelos ideais do bem comum, com foco em duas dimensões: na irmandade em Cristo e na reciprocidade exercida entre os iguais (SILVA e NASCIMENTO, 2017). Diferente da Doutrina Social Católica, a Teologia da Libertação divergia sobre o entendimento da solidariedade como sendo um princípio de Estado. Essa distinção se ancorava, principalmente, nas distintas realidades socioeconômicas vividas pela Europa e América Latina.

Valendo-se dessas perspectivas, pode-se afirmar que as ações empreendidas no âmbito do Programa Turismo Solidário buscaram envolver turistas dispostos a contribuir para o processo de desenvolvimento das comunidades visitadas. Por meio de iniciativas como o

Sorriso Solidário, criado pelo Instituto Brasil Solidário em parceria com o IDENE e Estação Conhecimento, os turistas eram impelidos a ajudar a população, oferecendo, por exemplo, suas habilidades profissionais. Uma dessas ações, ocorrida em 2011, por exemplo, contou com visitantes das áreas de Odontologia, Meio Ambiente, Arte e Cultura. Os trabalhos envolveram serviços de odontologia, capacitações de professores da rede pública, alunos e líderes comunitários, além da “montagem de infraestrutura para que os futuros visitantes pudessem também atuar de forma solidária nas comunidades, levando outras iniciativas aos moradores locais e colocando em prática a efetiva promoção do Programa Turismo Solidário” (www.brasilsolidario.org.br).

Essas ações ditas ‘solidárias’, que também encontraram apoio no campo das emoções, contavam com a sensibilidade dos turistas, que os levaria a ter uma atitude de caridade para com o outro, em geral os menos favorecidos. Ao turista foi dada a capacidade de agir e decidir sobre o futuro de uma realidade até então desconhecida. Essa pretensa unilateralidade é o que confere, no entanto, certa fragilidade à interpretação do conceito de solidariedade, já que se esperava que apenas uma das partes, em geral aquela mais favorecida economicamente, deveria ser solidária à outra. Nota-se que o equívoco dessa concepção está, justamente, em colocar o significado da solidariedade tendo como foco prioritário os turistas. Ao incluir o adjetivo ‘solidário’, em tese, o Programa deveria ter colocado em evidência a dimensão social, cuja concepção solidária parte da premissa de que, para a redução das desigualdades ou para a promoção do desenvolvimento, as ações não podem ser individuais. Mas, ao contrário, é necessário considerar que as soluções de enfrentamento dos problemas devem ser essencialmente coletivas.

2.4. Breves considerações

Com efeito, a imposição de uma política de turismo que se diz inovadora, como almejavam os idealizadores do PTS, cujo mote era a promoção do desenvolvimento por meio de ações ditas solidárias, revelou as ambiguidades presentes no projeto público de turismo em questão. De modo geral, o Programa ora se apresentou como prática social, contrariando o caráter e o ritmo de tempo do chamado turismo de massa, ora se valeu da perspectiva fundamentalmente mercadológica da atividade, com foco em seus aspectos econômicos e na geração de renda aos envolvidos.

A relevância das considerações aqui empreendidas reside, portanto, em apontar que a política em questão, ao tomar corpo nas localidades estudadas, buscou se constituir, ao menos em tese, como uma forma de ação coletiva que apela à solidariedade e se conforma ao redor de uma demanda pontual, qual seja, a de ser um contraponto ao modelo de turismo hegemônico. Não sem razão, tal movimento colocou em evidência os conflitos sociais que inevitavelmente se apresentam frente aos desafios de se incutir no seio das comunidades uma mudança paradigmática no campo do turismo.

Dada a sua natureza política, fica evidente a importância de se debater sobre as relações de força por meio das quais se processam os conflitos e as alianças entre os sujeitos sociais afetados pelo Programa. Ao refletir sobre as bases teóricas e empíricas que embasaram a proposta, nota-se que na prática havia um desequilíbrio de forças nas relações de poder, em que alguns atores o exerciam enquanto outros se subordinavam a ele. Com frequência, interesses de grupos específicos, em detrimento das coletividades, estabeleceram suas prioridades e os caminhos de atuação. Sob essa lógica, o que se nota é que o exercício de poder dos atores envolvidos se deu, sobremaneira, pela capacidade de atuação e de articulação necessárias ao funcionamento do PTS. Essa capacidade interferiu muito no peso dos atores sobre os lugares.

Do que se viu, pressupõe-se que a mobilização local dos recursos e a articulação das competências humanas, além do reforço da solidariedade local, seriam fatores decisivos para o sucesso da iniciativa. Logo, uma análise do funcionamento das redes de relações sociais se torna aqui essencial de modo a entender a dinâmica do projeto de desenvolvimento que se pretendeu nas localidades em questão. Isso é o que será tratado nos capítulos que seguem.

ANÁLISE DE REDES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL: AÇÃO COLETIVA

Ao abrigo das reflexões sobre o Programa Turismo Solidário apontadas anteriormente, busca-se nos capítulos que se seguem colocar em evidência a importância das redes de relações sociais, e sua articulação com o conceito de capital social, para o entendimento das razões dos (in)sucessos da iniciativa em questão. A perspectiva relacional ora apresentada – fundamentada na Análise de Redes Sociais (ARS) e na Teoria dos Grafos, e que se apresenta tão somente como uma tentativa de se estabelecer outras abordagens relacionadas a essa política – confere algumas vantagens. A mais relevante delas é contribuir para o entendimento dos processos que organizam a estrutura interna das comunidades envolvidas com a política estudada, isto é, como funciona sua dinâmica e qual a influência disso na forma como a iniciativa é conduzida no município estudado.

Como afirma Marques (2006), os atores não atuam no vácuo, eles se situam em contextos específicos que, por sua vez, apresentam normas e formatos organizacionais distintos. Tratando-se de políticas públicas, a importância dessas normas legais e dos formatos institucional e organizacional é fundamental. Para esse autor, no campo da Análise de Redes Sociais, as relações entre os atores e suas posições ocupadas nas redes constituem-se em estruturas relacionais que constroem ou facilitam escolhas, dão mais ou menos acesso a informações, bens e instrumentos de poder, além de tornar mais ou menos prováveis alianças e coalizões estratégicas. Logo, a forma e a natureza das relações podem influenciar os resultados da política e, ademais, esse padrão de relação varia de contexto para contexto.

Com efeito, para entender os movimentos em rede aqui estudados, no esforço de construção da ponte entre a perspectiva “estruturalista” e a “subjetivista” de compreensão do mundo social, a análise estrutural apoiada na análise de redes sociais revela-se um recurso valioso.

Assim sendo, este capítulo apresenta alguns procedimentos de representação das estruturas relacionais, isto é, os principais conceitos e medidas que levam o nome de Análise de Redes Sociais. De natureza teórica e prática, este capítulo apresenta, portanto, os principais aspectos ligados aos conceitos referentes à análise de redes sociais, bem como suas proposições teóricas e metodológicas sobre o capital social, e suas contribuições para a compreensão da ação coletiva aqui estudada. Na primeira seção, são apresentados a definição

do termo, o histórico da ARS, além de alguns exemplos de trabalhos que investigam como o padrão de relações sociais influencia o comportamento individual, com ênfase em estudos relacionados à avaliação de políticas públicas. Na seção seguinte, o foco é o capital social e sua relação com a lógica da ação coletiva. São descritos os distintos aspectos teóricos e operacionais desse conceito, e, então, é mostrado de que forma a análise de redes sociais contribui para a operacionalização das dimensões analíticas do conceito de capital social. A Análise de Redes Sociais, tanto na perspectiva de “fechamento de rede” (GRANOVETTER, 1973/1985) como de “buracos estruturais” (BURT, 1992) é importante para explicar a vinculação positiva entre o capital social e o êxito da ação coletiva.

3.1. Do conceito de rede à Análise de Redes Sociais

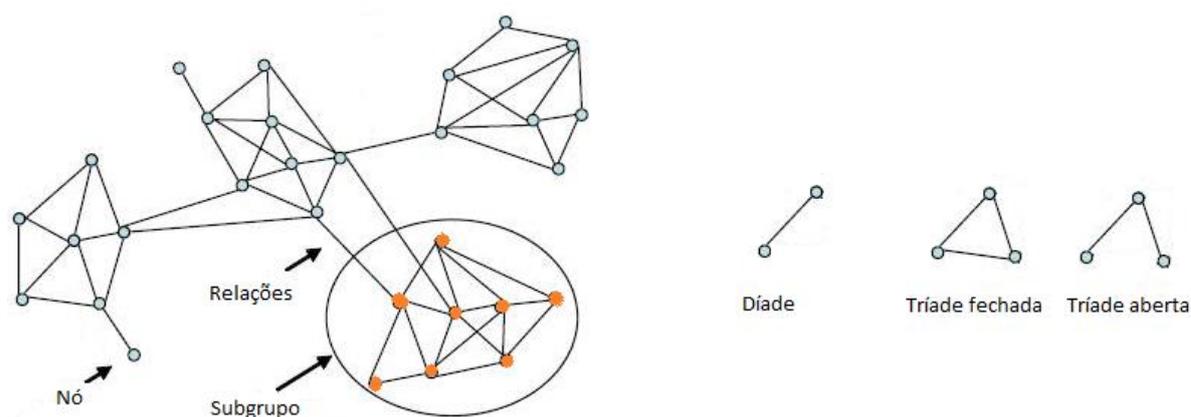
Atualmente, as redes são objeto de interesse de pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento, daí distintas são as abordagens e as técnicas de análise. O foco nas relações entre os nós/indivíduos é o que une essas abordagens e técnicas. Há uma infinidade de tipos de redes, que diferem, por exemplo, quanto à forma, ao tamanho e à natureza; todavia, seus elementos constitutivos são os mesmos, isto é, elas são compostas por nós e pelas conexões entre eles. A terminologia varia de uma área do conhecimento para outra: nós, pontos, atores e vértices servem para designar pessoas, objetos ou eventos; e vínculos, laços, relações e arcos são nomes encontrados na literatura para indicar as conexões entre as pessoas, objetos ou eventos (CAVALCANTE, 2009). Embora seja um tanto evidente o forte interesse das ciências sociais pelo tema das redes, suas aplicações não estão restritas a essa área.

Nas ciências sociais e humanas, campo em que essa tese se insere, o interesse em entender o modo pelo qual as redes afetam a vida social, indo além das descrições normativas, dos atributos pessoais e das relações diádicas, contribuiu para o desenvolvimento de técnicas próprias de análise. No entanto, o conceito de rede social, embora largamente difundido, possui ainda um caráter polissêmico. Quando entendida como metáfora, refere-se a uma ideia abstrata de sociedade como sendo formada por redes de relações interpessoais. Do ponto de vista analítico, todavia, a noção de rede é utilizada como ferramenta, e pode ela ser mapeada e classificada.

Para Hanneman e Riddle (2001), a ideia básica de uma rede é simples: trata-se de um conjunto de atores (ou pontos, nós) entre os quais há vínculos (ou relações, laços). As redes

podem ter muitos ou poucos atores e a natureza das relações entre pares de atores pode variar. Nohria e Eccles (1992) também afirmam que, comumente, “o termo rede representa uma estrutura de laços entre atores de determinado sistema social” (p. 288). Assim, o que configura a existência de uma rede é a presença de relações ou laços efetivos entre dois ou mais atores. Conforme mostra a figura 7, a diáde, ou a interação entre dois atores, é a menor unidade de uma rede, que só ganha sentido quando se tem em conta o contexto em que ela está inserida e a estrutura em que o indivíduo se encontra (COSTA, 2015). As relações que envolvem três atores são denominadas tríades. O grupo é um conjunto finito de atores e suas ligações, e a delimitação de fronteira é uma imposição analítica necessária para permitir a análise. O subgrupo, importante no estudo de redes sociais complexas e muito extensas, é formado por pequenos conjuntos de atores, dentro de um grupo. (WASSERMAN e FAUST, 1994).

Figura 7: Elementos de uma rede social



Fonte: Elaboração própria/2017

As relações entre os atores que dão corpo a determinada rede possuem forma e conteúdo. A forma da relação compreende dois aspectos fundamentais: a intensidade ou força das relações entre os atores; e a frequência e o grau de reciprocidade com que esse laço se manifesta. Já o conteúdo corresponde à natureza dos laços, que pode ser de parentesco, amizade, afetivo, poder, troca de bens simbólicos ou materiais *etc.* Todavia, a rede não é uma consequência apenas das relações que ocorrem entre os atores, pode ser simultaneamente o resultado da ausência de relações, da falta de laços diretos entre dois atores, o que Burt (1992) chama de “buraco estrutural”. Sendo assim, para entender acertadamente uma rede social é

necessário realizar uma descrição completa e rigorosa da estrutura de suas relações, o que serve como ponto de partida para a análise (HANNEMAN e RIDDLE, 2001).

A análise de redes sociais reconhece a realidade social como uma estrutura de relações que envolvem entidades interdependentes (grupos, indivíduos, organizações). Logo, diferentes tipos de relações correspondem a diferentes tipos de rede, ainda que o conjunto de atores seja o mesmo. Para Wellman (1999), no campo da ARS, esse ambiente social no qual os indivíduos estão inseridos se expressa pelos padrões ou regularidades presentes nas relações. A análise de redes pressupõe, portanto, uma lógica de análise estrutural que se baseia em dois princípios básicos: 1) a identificação de determinados padrões de interação social; e 2) a compreensão da influência desses padrões no comportamento dos atores sociais (WASSERMAN e FAUST, 1994). Por isso, um aspecto epistemológico importante da análise de redes sociais reside na compreensão de que as redes estruturam os campos das diversas dimensões do social. A começar da década de 1960, e mais fortemente desde a década de 1980, a literatura revelou que os vínculos entre indivíduos, instituições e organizações estruturaram diferentes situações sociais e influenciaram o fluxo de bens, informações e poder (MARQUES, 2006).

Como o foco da ARS está nas relações e nos padrões relacionais, ou seja, na estrutura social, não é possível isolar os atores e suas conexões. As análises não se concentram no indivíduo, mas no conjunto de indivíduos e, sobretudo, nos laços entre eles. O foco analítico é deslocado dos atributos individuais para as relações estabelecidas entre os atores sociais em determinado contexto social (WASSERMAN e FAUST, 1994; HANNEMAN e RIDDLE, 2001). Logo, é preciso recorrer a um conjunto de métodos diferente dos métodos estatísticos convencionais para tratar os dados relacionais.

A análise de redes sociais constitui, portanto, ferramenta importante para o entendimento das dinâmicas entre os atores sociais, já que, como afirma Varanda (2007), é um instrumento indutivo de investigação social e é por meio dele que se torna possível quantificar e qualificar as relações entre os atores. “A medição das relações, ou da troca de recursos, é necessária à compreensão das interdependências e das assimetrias de poder existentes em toda a ação coletiva” (VARANDA, 2007, p. 211). Tal análise parte da observação da existência ou ausência de relações entre os membros de um coletivo, de modo que a reconstituição desse sistema de relações e a descrição da sua influência sobre o comportamento dos seus membros seja levada a efeito. Diante disso, ao dar visibilidade ao campo de relações em que o indivíduo está inserido, já que a ARS abriga ferramentas

estatísticas que permitem ordenar as relações entre os indivíduos de modo que tais interações possam ser representadas em um gráfico ou rede (VELÁZQUEZ e AGUILAR, 2005), é possível identificar a posição dele, indivíduo, nesse campo e o papel desempenhado por cada um dos que integram certa estrutura social.

Ao favorecer a construção de uma ponte entre as perspectivas estrutural e individual, interessa à ARS saber como o indivíduo se integra à estrutura e, ao mesmo tempo, como a estrutura emerge das microrrelações entre as partes individuais (HANNEMAN e RIDDLE, 2001). Dessa forma, o determinismo que pressupõe a prevalência das estruturas sociais sobre as ações individuais, baseado na concepção estruturalista, torna-se conflitante com a análise de redes, uma vez que desconsidera as relações sociais concretas. A análise de redes não exclui, por conseguinte, os interesses individuais, já que assume que o ator age dentro de uma lista predeterminada de preferências, de acordo com os meios de que dispõe (SOARES, 2006). Assim, quatro princípios centrais delimitam o status epistemológico da análise de redes sociais: 1) os atores, bem como suas ações, são considerados interdependentes; 2) as conexões entre os atores servem para a transferência de recursos materiais e imateriais; 3) o marco condicionante é a estrutura relacional dos atores, que apresenta oportunidades e constrangimentos; 4) os constrangimentos induzem os atores a agir de maneira mais consistente com as próprias preferências e, assim, a atingir seus objetivos (DEGENNE e FORSÉ, 1999).

Duas são as perspectivas analíticas de natureza complementar que a literatura sobre a ARS registra: a sociocêntrica e a egocêntrica. A perspectiva sociocêntrica ou de rede completa considera a ocorrência e a não ocorrência de vínculos entre todos os atores, isto é, o padrão de relação que articula todos os membros da rede. Os dados obtidos por meio dessa perspectiva conduzem a descrições completas e a análises de estruturas sociais. Já a perspectiva egocêntrica se constrói com base nas conexões que se estabelecem com base no ego, sendo esse ego o alvo principal do estudo (SOARES, 2006; SILVA et. al., 2013).

3.1.1. Antecedentes Históricos da Análise de Redes Sociais

A noção de que as relações sociais formam um tecido – ou uma rede –, que de alguma forma condiciona a ação individual é datada do início do século XX. A ideia de rede foi inicialmente pensada como uma forma de vincular o comportamento do indivíduo à estrutura em que está inserido. A gênese do conceito de redes sociais está alicerçada na Antropologia

Social, por intermédio de estudiosos como Radcliffe-Brown, John Barnes, Elisabeth Bott, Clyde Mitchell, entre outros, além de pioneiros no campo da Psicologia e Sociologia, como Jacob Moreno, Kurt Lewin, Fritz Heider, Norman e Cartwright (SILVA et. al., 2013; WASSERMAN e FAUST, 1994).

Os antecedentes históricos e metodológicos da compreensão analítica do conceito de rede estão ancorados, sobretudo, em três linhas principais de investigação, a saber: 1) na análise sociométrica – que tem como expoente o psicólogo Jacob Moreno, além de outros psicólogos da Gestalt que estudavam as relações sociais em grupos pequenos; 2) nas denominadas Escolas Antropológicas – formadas por antropólogos e psicólogos sociais de Harvard na década de 1930 e por antropólogos da Escola de Manchester na década de 1950. Os primeiros tinham como objetivo a identificação de subgrupos no sistema de relações sociais; os segundos buscaram investigar as estruturas de relações nas comunidades tradicionais e os mecanismos de articulação em sociedades complexas; e 3) nos estudos desenvolvidos a partir da década de 1970/1980 até os dias atuais. Esses anos foram especialmente importantes para a análise de redes sociais, sobretudo no tocante aos avanços tecnológicos no campo da informática e a sua aplicabilidade em áreas distintas do conhecimento (SILVA et. al., 2013).

Foi o desenvolvimento da sociometria, na década de 1930, que primeiro forneceu as bases para a moderna análise de redes sociais. Os analistas sociométricos, entre eles Kurt Lewin, Fritz Heider, além de Jacob Moreno, formavam um grupo composto principalmente por psicólogos da Gestalt, que migraram da Alemanha para os Estados Unidos e trabalharam no campo da psicologia cognitiva e social. Segundo Scott (2000), esses pesquisadores deram forma à chamada sociometria ao desenvolverem trabalhos relevantes sobre a análise e compreensão das estruturas dos grupos e ao trabalharem com os sociogramas – instrumento de análise das redes que permitia a sistematização e a representação da estrutura que estava sendo estudada (MARTELETO e SILVA, 2004).

As teorias desenvolvidas por esse grupo apoiavam-se, sobretudo, na teoria dos grafos, ramo da matemática que permitiu a resolução de problemas por meio de representações gráficas que utilizam pontos, arestas etc. Nesse sentido, a principal inovação dos analistas sociométricos foi exatamente o desenvolvimento dos sociogramas (SCOTT, 2000). Foi com base nos estudos desses analistas que o conceito de centralidade dos atores, amplamente utilizado na moderna análise de redes sociais, desenvolveu-se. Enquanto Moreno dedicava-se à sociometria, não apenas como técnica, mas como um novo paradigma, Kurt Lewin ocupou-

se da formalização matemática e da representação gráfica do conceito de distância social. Já Heider debruçou-se sobre a ideia de que a rede de relações deve se pautar no equilíbrio (ou balanço). Harary, Norman e Cartwright (1965) retomaram a tese de Heider por meio da aplicação da análise de grafos (SILVA et. al., 2013). Contudo, apesar dos avanços da teoria dos grafos para as análises de redes sociais, estudos empíricos comprovaram que não era possível encontrar esse equilíbrio no sistema de relações sociais.

A sociometria de Moreno foi uma inovação no modo de compreender o comportamento social e psicológico dos indivíduos e serviu, por décadas, de inspiração para as pesquisas sobre as estruturas das redes (WASSERMAN e FAUST, 1994). Os sociogramas foram efetivamente úteis para avaliar a relação entre um número limitado de nós, já que, como afirmam Marteleto e Silva (2004), os sociólogos, principais utilizadores dessa técnica, estudavam pequenos grupos. Contudo, como a quantidade de conexões cresce exponencialmente à medida que o número de indivíduos estudados aumenta, os sociogramas mostravam-se mais difíceis e complexos de serem interpretados e, como não havia ferramentas e instrumentos automatizados que facilitassem a análise de tais redes, o tamanho dos grupos estudados tinha de ser necessariamente reduzido, o que deixava evidente a fragilidade e limitação metodológica dessa técnica.

A segunda linha de investigação sobre a análise de redes sociais é oriunda da corrente de pesquisadores das denominadas Escolas Antropológicas – de Harvard e Manchester. Inspirados e influenciados pelas ideias de Radcliffe-Brown, os pesquisadores de Harvard desenvolveram métodos que marcaram uma evolução com relação às técnicas de análise de redes. As redes sociais foram transformadas em técnicas de análise estrutural e o departamento de Sociologia de Harvard tornou-se um dos principais centros de análise de redes sociais (PRELL, 2012). As primeiras incursões sobre a ideia de rede social na Escola de Harvard foram feitas pelo antropólogo Lloyd Warner e pelo psicólogo social Elton Mayo, que participaram dos conhecidos estudos de Hawthorne, desenvolvidos na Western Electric Company, em Chicago. Segundo Silva et. al. (2013), esses estudos tinham como objetivo principal compreender a associação entre os aspectos psicológicos e sociais e o rendimento dos trabalhadores. Os resultados da pesquisa mostraram que o desempenho dos trabalhadores é altamente influenciado pela integração social.

Scott (2000) atesta ainda que os sociogramas utilizados nesses estudos contribuíram para o desenvolvimento da análise de redes sociais. Com base nesses estudos, além de outros desenvolvidos por Warner e Mayo em duas pequenas comunidades nos EUA – Yankee City e

Old City –, foi possível a identificação de subgrupos coesos no sistema de relações sociais, e de cliques – conceitos amplamente utilizados nas análises de redes sociais atuais.

A sociometria e suas contribuições conduziram as técnicas quantitativas de recolhimento de dados, a representação gráfica das redes e algumas proposições sobre as propriedades das redes de relações. Já os pesquisadores da Escola de Harvard, de modo complementar, desenvolveram estudos empíricos que tinham como objeto as relações entre os grupos informais com os sistemas sociais (FIALHO, 2008).

O esforço para superar as limitações do estrutural-funcionalismo, que norteava boa parte dos estudos de rede nos EUA, surgiu, após a Segunda Guerra Mundial, com a elaboração do conceito de rede social no âmbito da Antropologia britânica. Utilizando uma combinação dos conhecimentos da sociometria de Moreno e dos estudos desenvolvidos em Harvard, nomes como Gluckman, John Barnes, Elizabeth Bott e James Mitchell formaram a escola de Manchester. Segundo Scott (2000), Gluckman desenvolveu uma abordagem estrutural e enfatizou a análise de conflitos e contradições. Da mesma forma, Barnes e Bott também se dedicaram a estudar situações de conflito no seio das redes. Esses autores se destacaram em razão da importante contribuição que deram à construção da teoria da análise de redes sociais, sobretudo por meio de pesquisas relacionadas às relações de parentesco, que se serviam da sociometria.

Uma das principais contribuições desses autores, segundo Antunes (2012), encontra-se na proposta inicial de diferenciação entre as análises de redes egos – centrada no indivíduo e nas suas ações –, e a análise de redes alter – que gira em torno de uma rede parcial, com ênfase sobre sua estrutura. A análise simultânea desses dois tipos de rede criou a necessidade de delinear os fatores de análise de rede que pudessem sustentar um tratamento teórico que se desejava integrado. Foi Mitchell que, nesse contexto, sugeriu cinco fatores importantes para a participação do indivíduo em uma rede: intensidade, durabilidade e reciprocidade com relação ao relacionamento interpessoal, e acessibilidade e densidade no que diz respeito à rede. Os trabalhos de Mitchell tiveram como base as proposições de Nadel, que sugeria a aplicação de métodos algébricos e matriciais para a análise dos papéis nas redes sociais.

Todavia, a intenção integradora que subjazia à formulação desses fatores não foi suficiente para atenuar um movimento de fragmentação e dispersão teórica que estruturalistas e individualistas levaram adiante (ANTUNES, 2012). Nos anos 1970, contudo, White defendeu que a análise de redes deveria basear-se em um estudo das relações entre redes de

indivíduos e fatores externos, ultrapassando, assim, as limitações impostas pelas abordagens que privilegiavam o registro das relações interpessoais em uma rede (ANTUNES, 2012).

Como aponta Silva et. al., (2013), da Escola de Manchester também sobressaem nomes com contribuições relevantes para o estudo de redes, entre eles, Bruce Kapferer, cujos estudos deram origem ao conceito de multiplexidade, ainda hoje utilizado na análise de redes sociais. Além disso, os avanços dos estudos sociométricos e, posteriormente, da análise de redes sociais, contribuíram para a formulação de um método de estudo mais sistemático das redes, desenvolvido sob a influência de trabalhos anteriores de Radcliffe-Brown e Warner. Com isso, as relações sociais passaram a ser representadas na forma de matrizes que permitiam, por recurso a operações matemáticas vinculadas ao campo da álgebra matricial, revelar certos padrões relacionais.

Contudo, foram nos anos 1970 que análises mais sofisticadas, também com base em redes maiores, foram desenvolvidas, sobretudo com a evolução tecnológica de computadores e o desenvolvimento de softwares adequados para o tratamento de amplas bases de dados (MARTELETO e SILVA, 2004). Nos anos 1970 e 1980 os estudos metodológicos da análise de rede desenvolveram-se mais fortemente no campo da chamada teoria da ação. Três principais linhas de investigação distinguiram-se nesse campo, a saber: 1) os trabalhos sobre os constrangimentos causados pela posição ocupada pelo ator na rede, o que levou ao conceito de autonomia estrutural de Burt e de inserção em Granovetter; 2) os estudos sobre o conceito de capital social desenvolvidos, sobretudo, por Coleman para entender como as redes sociais oferecem oportunidades ou recursos para alcançar determinados fins; e 3) os trabalhos sobre a difusão de inovações que tratam as redes sociais como canais utilizados por atores para influenciar o comportamento de outros atores (SILVA, et. al., 2013; VARANDA, 2007).

Atualmente, a pesquisa em análise de redes sociais concentra-se, de modo geral, em quatro pontos essenciais: 1) no desenvolvimento de métodos estatísticos relacionais; 2) no aperfeiçoamento de softwares estatísticos que permitem a visualização das redes; 3) na melhora da coleta de dados; e 4) no avanço dos métodos de análise (WASSERMAN e FAUST, 1994; FIALHO, 2014).

3.1.2. Análise de redes sociais e sua aplicação na avaliação de políticas públicas

Marques, Bichir e Moya (2014) realizaram, no âmbito da literatura científica brasileira sobre ARS, um levantamento dos estudos que lançaram mão do método ou técnica de análise de redes. Eles consideraram os trabalhos mais representativos, publicados por destacados grupos de pesquisa, em diferentes campos de investigação. Neste tópico serão mostrados os estudos cujo foco centra-se na avaliação de políticas públicas e na relação delas com o Estado

Há alguns anos, Marques⁵ vem desenvolvendo estudos no campo de políticas públicas e redes. Os resultados de seus diferentes trabalhos têm sugerido a configuração do que ele denomina de um “tecido relacional” que estruturaria internamente o Estado. Segundo ele, esse tecido atua regulando as trocas entre o próprio Estado e o ambiente político em que está inserido e influenciando as dinâmicas políticas e a permeabilidade do Estado.

Ansell, Bichir e Zhou (2009)⁶ também foram citados nesse levantamento. Respondem eles por trabalhos que comparam as estruturas de poder existentes no âmbito das políticas públicas relacionadas à infraestrutura urbana em São Paulo, bem como por trabalhos nas áreas de educação e transporte em três cidades dos EUA. Os resultados mostram que nos casos brasileiros, os padrões de relações são mais concentrados e oligárquicos (MARQUES, et. al., 2014). Nessa direção, o trabalho de Nazareno (2007)⁷ revela os efeitos das redes de elite na política em Curitiba desde os anos de 1970 e Genovez (2011)⁸, em trabalho pioneiro, tem utilizado a ARS para estudar as elites políticas no século XIX no Brasil.

Em se tratando de políticas públicas habitacionais, Soares (2008)⁹ analisou a forma pela qual a realocação de um grupo de uma favela de São Paulo para um conjunto habitacional segregado afetou a lógica das redes pessoais, o que provocou uma intensa desarticulação entre os membros da rede. Ainda sobre o tema da urbanização e habitação, Pavez (2006)¹⁰ estudou a influência da urbanização de favelas sobre a rede social de uma comunidade em Santo André, em São Paulo. Segundo ele, após a urbanização a rede tornou-se mais densa e menos centralizada.

⁵ MARQUES, E. State institutions, power and social networks in brazilian urban policies. *Latin American Research Review*, vol. 47(2), 2012. p. 27-50.

⁶ ANSELL, C.; BICHIR, R. e ZHOU, S. When are policy network oligarchical? XXI Congress da IPSA, Santiago do Chile, 2009.

⁷ NAZARENO, L. Redes sociais e coalizão de governo em Curitiba de 1985 a 2004. Dissertação de Mestrado, DCP/USP, 2007.

⁸ GENOVEZ, P. Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no segundo Reinado. *Tempo*, 16 (30), 2011.

⁹ SOARES, R. Pobreza, segregação e redes sociais: um estudo sobre o impacto da remoção dos moradores da favela Guinle, Guarulhos/SP. Dissertação de Mestrado, DCP/USP, 2008.

¹⁰ PAVEZ, T. Políticas públicas e formação de capital social. Dissertação de Mestrado, DCP/USP, 2006.

Avaliando as políticas públicas na área da saúde, o estudo de Marques et. al. (2014) evidenciou os trabalhos de Lotta (2010)¹¹, Fontes, Lima e Lima (2010)¹², Martins e Fontes (2004)¹³ e Fontes (2010)¹⁴. Lotta (2010) analisou as redes pessoais dos agentes comunitários do Programa Saúde da Família, de modo a entender como se dá a mediação entre Estado e a população por meio de vínculos e discursos desses agentes. Esse mesmo Programa é discutido por Fontes, Lima e Lima (2010) com foco em quatro cidades: Campinas, Recife, Fortaleza e Porto Alegre. Relacionando redes e saúde mental, Fontes (2010) analisou a reconstrução da rede de sociabilidade de pessoas portadoras de transtorno mental em algumas cidades dos estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Sul. Já Martins e Fontes (2004), unindo os campos da sociologia e saúde coletiva, elaboraram uma tipologia de redes de vigilância em saúde, em que se destaca a presença de diversos atores no aumento da eficácia do Programa.

3.2. Capital Social e Ação coletiva

As diferentes vertentes que tratam do capital social atribuíram ao conceito funções tão distintas que o tornaram, por vezes, obscuro e de difícil operacionalização. Em razão disso, nesta seção são expostas algumas definições sobre o capital social, no esforço de confrontar seu conceito clássico, presente principalmente nas obras de Coleman (1988; 1990) e Putnam (1996), com as proposições teóricas e metodológicas da ARS, desenvolvidas por pesquisadores como Burt (1992/2000/2005); Granovetter (1973/1985); Lin (1999/2004), entre outros.

Por ser entendido como propriedade estrutural realizada pela ação de atores – individuais e coletivos – inseridos na estrutura social, que emerge da interação entre os atores em uma rede de contato (FAZITO e SOARES, 2010), o capital social surge aqui como importante fundamento para a compreensão das redes sociais que envolvem a atividade turística no município do Serro/Minas Gerais. A noção de capital social é fundamental para a apreensão e avaliação da correlação entre a forma como a atividade turística é conduzida e a natureza da ação coletiva. Logo, cumpre dizer que esta pesquisa reporta-se a um estudo de

¹¹ LOTTA, G. Redes sociais na implementação de políticas públicas: o caso dos agentes comunitários de saúde. Tese de Doutorado, DCP/USP, 2010.

¹² FONTES, B.; LIMA, R. e LIMA, J. Promoção de saúde e participação social: o modelo de atenção básica do Sistema de Saúde Brasileiro. Ciências Sociais, Unisinos, 46(1), 2010. p. 65-79.

¹³ MARTINS, B. e FONTES, B. Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas, Recife, Editora Universitária da UFPE, 2004.

¹⁴ FONTES, B. Redes sociais e enfrentamento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas. Cadernos IUH Ideias, ano 8, 137.

caso de ação coletiva entre os atores envolvidos com a atividade turística no município em questão.

A noção de ação coletiva foi apresentada originalmente por Olson (1965). Retomando o conceito de bem coletivo, esse autor mostra que a questão da satisfação dos interesses comuns a um grupo é equivalente ao problema de provisão de um bem coletivo para toda a sociedade, isto é, o conceito de bem coletivo pode ser aplicado a bens que interessam apenas a uma parte da sociedade. Seguindo essa lógica, mesmo que os membros de um grupo sejam desejosos de um benefício coletivo, individualmente não há incentivos para arcar com os custos de sua produção; logo, a melhor escolha seria a não-contribuição. Nesse caso, quando a racionalidade individual não coincide com o interesse do grupo tem-se o chamado problema de ação coletiva. Por outro lado, contudo, nem toda interação entre os indivíduos em prol de interesses comuns redundam em fracasso. Sendo assim, o que Olson busca explicar em suas análises são as condições que implicam no sucesso ou no fracasso da ação coletiva (MONASTÉRIO, 2010).

Para Olson (1965), o número de membros de um grupo é um aspecto determinante para o êxito ou não da ação coletiva. De modo geral, quanto maior o grupo, maiores também são as dificuldades de provisão de bens públicos. Segundo esse autor, em grupos reduzidos, os benefícios para cada membro tendem a ser superiores ao custo da ação. Na outra ponta, em grupos com um grande número de atores, a parcela do bem coletivo que cabe a cada um é pequena e, nesse caso, o comportamento voltado à não-contribuição será predominante e a ação coletiva tende a fracassar.

Para superar tal dilema, Olson (1965) apresenta algumas soluções para o problema de ação coletiva, entre elas: os incentivos seletivos, as normas externas e as normas internas. No primeiro caso, os dilemas podem ser resolvidos mediante a oferta de um benefício privado conjuntamente com um bem público como, por exemplo, a disponibilização de planos de saúde para os associados de um sindicato. A oferta do benefício privado tem como intuito principal garantir que a ação coletiva seja obtida. No que diz respeito às normas externas, sejam elas formais ou não, a intenção de sua criação é incentivar o comportamento cooperativo dos membros do grupo, sendo uma das respostas mais frequentes para o problema da ação coletiva. Nesse caso, as normas externas só podem contribuir se houver de antemão uma estrutura que vigie o comportamento do grupo e puna os violadores. Por fim, já que nem todas as normas necessitam de vigilância externa para que sejam cumpridas, as normas internas podem ser suficientes para restringir as ações equivocadas (MONASTÉRIO, 2010).

De acordo com Monastério (2010), no entanto, a forma atomística com que Olson enxerga os indivíduos, desconsiderando as possíveis relações entre eles, demonstra a limitação dessa perspectiva. Granovetter (1973) sugere, então, uma metodologia que leva em conta o contexto social no qual os indivíduos se inserem, sem, contudo, desconsiderar a racionalidade dos atores. Nessa lógica, Varanda et. *al.* (2015) afirma que uma ação coletiva implica necessariamente dois processos: a mobilização de atores para a ação coletiva e seu compromisso com uma estratégia coordenada.

Com relação ao primeiro processo, destaca-se a importância dos laços fortes entre os membros de um grupo como fator determinante da mobilização. Pode-se afirmar, portanto, que “a identidade com o grupo só se concretiza em mobilização quando existem laços organizacionais que suportam essa participação” (VARANDA, et. *al.*, 2015, p. 47). Já no que se refere à coordenação, o problema é quando se deve passar da ação concebida individualmente para a ação coletiva. Nesses casos, mecanismos de cooperação devem ser colocados em prática. No entanto, de acordo com Olson (1965), as dificuldades de uma ação coordenada para o bem comum podem ser entraves ao sucesso da ação. Nesse sentido, torna-se necessário incentivar a participação de todos os membros.

Para Varanda et. *al.* (2015), as dinâmicas que estão por traz de cada um desses processos – mobilização e coordenação – são o resultado de forças que estão em constante tensão. Tal tensão ocorre diante da necessidade de investimentos relacionais distintos em diferentes fases da ação coletiva. Durante a fase de desenvolvimento da ação, torna-se imperativo que o sistema social se abra para o exterior, já que são os laços fracos (GRANOVETTER, 1973) que irão permitir o acesso a recursos desconhecidos, tais como informações e ideias novas, por exemplo. Por sua vez, uma maior capacidade de coordenação das ações impõe a existência de redes mais coesas, em que os atores estão ligados por laços fortes. Isso porque os custos do não cumprimento das normas são mais altos quando a rede é mais densa. Logo, “a superação dessas tensões, ou seja, mobilizar, por meio de laços fracos (bridging/brokerage) e coordenar fechando a rede (closure), por meio de laços fortes, é que permite a um sistema social se desenvolver e se manter no tempo” (VARANDA, et. *al.*, 2015, p. 50).

Com base nos trabalhos de Granovetter e outros estudiosos da área, como Coleman (1988/1990) e Putnam (1996), foram elaboradas teorias que enfatizam a importância das relações sociais para as atividades produtivas. Nessa lógica, foi desenvolvido o conceito de capital social (MONASTÉRIO, 2010). Ainda, segundo esse autor, em uma abordagem mais

sofisticada que busca relacionar os vínculos sociais e a ação coletiva, utilizam-se medidas para explicar os aspectos que propiciam essa ação, algumas delas, selecionadas para este estudo, serão explicadas mais adiante.

3.2.1. A perspectiva clássica sobre o Capital Social

Na perspectiva clássica, o conceito de capital social é utilizado “com o objetivo de qualificar a influência das normas e dos valores sociais de uma coletividade sobre as ações individuais” (FAZITO e SOARES, 2010, p. 28). Nessa direção, “capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e laços de confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos. Capital social aumenta os benefícios de investimento em capital físico e humano” (PUTNAM, 1993, p. 1). Ao passo que o capital humano refere-se às habilidades individuais e o capital físico a objetos materiais, o capital social está ligado às conexões entre os indivíduos. Relaciona-se também ao que chamam de “virtude cívica”, que se torna mais forte quando inserida em uma rede de relações sociais recíprocas. Dessa forma, na sua origem, o conceito clássico de capital social, antes de ser inteiramente inovador, remete a antigas noções de civismo comunitário (FERNANDES, 2002).

Segundo Putnam (2010) o termo capital social foi formulado e, posteriormente, reformulado de diversas formas ao longo do século XX. Na década de 1910, L.J. Hanifan (1916) evocou o termo na tentativa de explicar a importância do capital social e do envolvimento da comunidade para o bom desempenho das escolas nos EUA. Na década de 1960, Jane Jacobs (1961) utilizou o termo para explicar o aspecto associativo das vizinhanças em grandes cidades americanas. Para Coleman (1990), G. Loury (1977) foi quem primeiro introduziu o conceito de capital social como relações de confiança que melhoram o uso dos recursos individuais. Apesar de não desenvolver detalhadamente o conceito, Loury valeu-se da noção de capital social como recursos presentes nas relações familiares e na comunidade que são úteis para o desenvolvimento social de crianças e jovens.

O conceito de capital social foi analisado mais sistematicamente por Coleman (1988/1990), um dos primeiros estudiosos do campo das ciências sociais a se dedicar mais intensamente sobre o termo. Coleman (1988) identifica duas correntes intelectuais de explanação da ação social: uma orientada pelo campo da sociologia, em que os indivíduos são vistos como atores sociais cujas ações, moldadas pelo contexto social, são coordenadas por

normas, regras e obrigações; e a outra guiada pela visão econômica, em que cada ator age em função de uma força motriz interior, isto é, seguindo um trajeto social guiado por objetivos independentes e interesses próprios, sendo esse, portanto, o princípio que preside a ação (COLEMAN, 1988). Para esse autor, a falha fundamental da abordagem sociológica reside no fato de que o ator não parece ter o que ele denomina de “motor de ação”; não há uma mola interna que dê ao ator uma direção ou propósito. Ao contrário, na abordagem econômica as contingências e constrangimentos sociais não são considerados, uma vez que não se apoiam na racionalidade estrita dessa abordagem. O que Coleman discute é uma orientação teórica no campo da Sociologia que inclua componentes de ambas as vertentes intelectuais. Nesse sentido, seria o capital social o conceito que poderia unir essas duas vertentes, ao ser capaz de superar a tradicional divisão entre a análise micro do comportamento individual e a análise macro do comportamento coletivo.

Nessa lógica, um dos principais trabalhos no campo da chamada Sociologia Econômica é um artigo intitulado *Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness*, publicado Por Mark Granovetter (1985). Em síntese, esse autor mostra que a ação econômica não é fruto apenas daquilo que se considera como ‘racionalidade econômica’, baseada em interesses essencialmente pessoais, mas, também, ela acontece em função de processos sociais, dado que a ação econômica está imersa ou enraizada na estrutura social. Nesse caso, não se trata de defender a primazia dos processos sociais sobre a racionalidade econômica, mas, sim, de buscar integrar as áreas de modo a preencher as lacunas de ambas.

Para Coleman (1988), o capital social emerge das relações entre as pessoas. Esse conceito permite compreender como se desenvolvem as relações de confiança, favoráveis à ação coletiva, entre os membros de determinado grupo. Sem desconsiderar que os indivíduos podem utilizar-se de suas habilidades pessoais (capital humano), além de ferramentas, instalações físicas, entre outros (capital físico) para atingir seus objetivos, Coleman (1990) afirma que pelo fato de haver interdependência entre os atores sociais, eles apenas conseguem satisfazer alguns de seus interesses quando agem conjuntamente. As relações sociais são, portanto, imprescindíveis à ação conjunta.

Sendo assim, o capital social é definido pela sua função, isto é, constitui um tipo particular de recurso disponível para o ator. Ele é também produtivo na medida em que torna possível o alcance de certos fins que na sua ausência seriam inalcançáveis ou apenas seriam atingidos a um custo muito elevado. Dessa forma, o capital social apresenta uma propriedade estrutural e coletiva – não é um atributo dos indivíduos, mas emerge das relações entre eles

(COLEMAN, 1988). Como parte da estrutura social que tem como objetivo facilitar, ou constranger, as ações individuais, a origem do capital social está nas obrigações morais, organização social e normas coletivas. Assim, valores sociais como confiança, autoridade etc. funcionam como formas de capital social disponíveis ao indivíduo de acordo com sua posição na estrutura social (COLEMAN, 1988/1990).

Ainda de acordo com esse autor, existem diferentes tipos de relações sociais geradoras de capital social, tais como: as relações que envolvem expectativas e obrigações entre os indivíduos que trocam favores; as normas, que implicam recompensas e sanções; as relações de autoridade; e as relações sociais que favorecem o acesso à informação a um custo baixo. Em todos esses casos, o elemento comum sempre presente é a confiança que existe entre os indivíduos. Os indivíduos agem na presunção de que um favor prestado, por exemplo, será, em alguma ocasião futura, retribuído, ou trabalham acreditando que, ao final, receberão o pagamento acordado.

Outro aspecto determinante do capital social é que ele não se desgasta com o uso, as relações sociais que o constituem tornam-se mais perenes quando são ativadas constantemente. Por exemplo, quando indivíduos se associam em prol de um objetivo em comum, relações de confiança mútua são desenvolvidas e tais relações – e o capital social gerado como subproduto da ação - poderão ser utilizados por esses indivíduos em outras ocasiões, com outros objetivos (COLEMAN, 1990).

Segundo Fernandes (2002), o que Coleman tenta mostrar em seus trabalhos sobre capital social é que a diferença entre duas ou mais comunidades com os mesmos recursos materiais (capital físico) e instrucionais (capital humano), quando o foco é o desempenho de seus membros, reside na presença ou ausência de capital social, isto é, a existência ou não de laços de confiança e reciprocidade é que tornará possível a cooperação entre os indivíduos para a ação coletiva.

Seguindo nessa direção, ao estudar o processo de descentralização do governo da Itália durante mais de 20 anos, Putnam (1996) tenta entender porque, afinal, algumas instituições políticas das diversas províncias italianas exibiam desempenhos tão diferentes umas das outras, muito embora seus governos regionais dispusessem de instituições políticas idênticas. Para isso, esse autor buscou encontrar um conceito de capital social que pudesse ser verificável empiricamente e proporcionasse condições de classificar as formações sociais de uma maneira geral (WALTER et. al., 2003). Assim, o capital social foi o elemento

determinante para o desempenho dos governos regionais na Itália e pré-condição para o desenvolvimento efetivo. Ao discordar da noção hobbesiana que acredita que uma ação coercitiva seria necessária para que os indivíduos em comunidade agissem de modo a colaborar uns com os outros em prol de benefícios comuns, o autor buscou demonstrar que o surgimento e fortalecimento de laços de confiança e reciprocidade entre os indivíduos são favorecidos por determinados contextos históricos.

Apoiando-se em complexos indicadores, Putnam (1996) mostrou que existe uma intensa correlação entre modernidade econômica e desempenho institucional e que esse desempenho relaciona-se fortemente com a natureza da ação cívica (FERNANDEDS, 2002). As diferenças mostradas entre as regiões do norte e do sul da Itália relacionam-se, portanto, com a presença ou ausência de capital social, isto é, quanto mais capital social, mais desenvolvida a sociedade seria. Para Putnam (1996), as regiões com maiores índices de capital social, conhecidas como “regiões cívicas”, eram as que apresentavam maior taxa de crescimento econômico e, conseqüentemente, eram consideradas as regiões mais desenvolvidas. Em contrapartida, as regiões menos desenvolvidas eram as que tinham menos associações e mais hierarquia política. A explicação para isso estaria no fato de que, em sociedades tidas como desenvolvidas, o conjunto de características da organização social – confiança, reciprocidade, normas e sistemas – que facilitam ações coordenadas e aumentam a eficiência da sociedade, são mais facilmente encontradas.

Um exemplo que revela a aplicabilidade do conceito de capital social, citado por Putnam (1996), refere-se às associações de crédito rotativo. Essas associações consistem em um grupo que aceita contribuir regularmente para um fundo que é destinado a cada contribuinte alternadamente, até que todos tenham recebido sua parte. Dificilmente algum participante deserta após ter recebido sua parte, já que estão cientes do risco que correm caso descumpram o acordo e, além disso, é importante para qualquer participante manter uma reputação de honestidade e confiabilidade. Os laços de confiança presentes nessas relações podem ser diretos ou indiretos e também variam em qualidade e densidade. Em muitos casos, “empresta-se confiança mútua. A cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar confiança: confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você” (PUTNAM, 1996, p. 178). O capital social, nesse caso, serve de garantia, isto é, não tendo recursos financeiros para oferecer como garantia, os participantes empenham suas relações pessoais.

Nesse sentido, a principal contribuição do estudo de Putnam (1996) está em colocar como foco o conceito de capital social e sua relação e influência sobre o desenvolvimento econômico. Assim como Coleman (1988/1990), Putnam (1996) entende o capital social como um conjunto de laços e normas de confiança e reciprocidade contidos numa comunidade, que facilitam a coordenação das ações para benefícios mútuos, aumentando a eficiência da sociedade. Para esse autor, o componente básico do capital social é a confiança, que, por sua vez, promove cooperação. “Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança” (PUTNAM, 1996, p. 180). Logo, a confiança necessária para promover cooperação implica, necessariamente, uma previsão de comportamento de um ator independente. A cooperação seria, portanto, a mola propulsora do processo de desenvolvimento. Além da confiança, outra característica importante do capital social, segundo Putnam (1996), é o fato de que ele constitui um bem público, isto é, não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que se beneficiam dele.

A definição elaborada por Coleman (1988), que entende o capital social “de acordo com sua função, como uma variedade de entidades que compartilham aspectos das estruturas sociais e facilitam determinadas ações” (COLEMAN, 1988, p. 98) permite, segundo Portes (2000), que várias situações diferentes sejam classificadas como capital social. Seguindo nessa direção, Fazito e Soares (2010) afirmam que essa perspectiva sobre o capital social consagrada por Coleman, e reforçada por Putnam (1996), tornou-se clássica e influenciou grande parte dos estudos no campo das ciências sociais. No entanto, em muitos casos a difusão por diferentes correntes teóricas e práticas contribuiu muito mais para distorcer seu conceito do que para fortalecer ou aprimorá-lo. O amálgama de “funções” a respeito do capital social revelou-se como uma metáfora para “vantagens individuais comparativas”. Isto é, “o capital social torna-se, progressivamente, sinônimo de “vantagem utilitarista”, ou melhor, recurso estratégico originado na confiança e nas normas sociais da coletividade que os indivíduos ou comunidades poderiam utilizar vantajosamente para determinado fim” (FAZITO e SOARES, 2010, p. 29).

Ao aceitar essa concepção de que o capital social só adquire sentido com relação ao seu valor de uso corre-se o risco de “substancializar” o capital social em função de sua utilidade cotidiana e, assim, associá-lo às suas distintas formas de manifestação – confiança, crenças, normas etc. (FAZITO e SOARES, 2010). Diante dessa perspectiva “substancialista”, o capital social é tido como objeto que confere vantagens a alguns em detrimento de outros e

é revestido, como afirma Granovetter (1985), por um discurso que salienta a proeminência do indivíduo sobre a estrutura.

3.2.2. O conceito de capital social à luz da análise de redes sociais

De acordo com Fazito e Soares (2010), para além da visão clássica e utilitarista do conceito de capital social, cuja definição associa-se a termos como “solidariedade”, “coesão social” e “reciprocidade” e que salienta a proeminência do indivíduo sobre a estrutura, desenvolveu-se no campo da análise de redes sociais um conjunto, embora ainda fragmentado, de proposições teóricas e metodológicas sobre esse conceito (BURT, 1992/2000; LIN, 1999). A ampliação desse tipo de capital depende, sobretudo, da natureza das interações sociais. Logo, a análise de redes sociais constitui um recurso teórico-metodológico que será acionado nesse estudo de modo a lançar luz sobre tais interações. O foco analítico está voltado para as estruturas sociais e para as relações, isto é, para o padrão de relações entre as posições ocupadas pelos atores e para os fluxos relacionais que determinam a posição estrutural de cada ator na rede (WELLMAN, 1999).

Segundo Soares (2009), o conceito de capital social e sua relação com a análise de redes sociais desenvolveram-se com base em duas linhas de pesquisa: a primeira, que se funda na concepção de “fechamento de rede” (SIMMEL, 1950/1955; COLEMAN, 1990; GRANOVETTER, 1973) e a segunda, baseada no conceito de “buracos estruturais” (BURT, 1992/2000). Na combinação entre ambas as perspectivas, o capital social é visto como o conjunto de recursos materiais e simbólicos inseridos na rede social e os posicionamentos dos indivíduos nessa mesma rede. Dessa forma, “a teoria de redes sociais identifica o capital social tanto com os recursos que estão presentes nas estruturas reticulares, tais como riqueza, poder e status, quanto com a quantidade ou variedade de laços sociais que vinculam os atores e suas posições estruturais a esses recursos” (SOARES, 2009, p. 13). Nessa perspectiva, a análise do capital social sugere, então, que as posições estruturais ocupadas pelos atores individuais e coletivos numa rede são, em si mesmas, recursos estratégicos que podem facilitar determinado curso de ação e limitar outros, como o próprio processo de desenvolvimento.

3.2.2.1. Fechamento de Rede

Ancorada nas concepções do sociólogo alemão Georg Simmel (1950/1955) sobre os processos de formação e manutenção de grupos sociais, a noção de “fechamento de rede” associa-se à concepção de capital social como produto da coesão social interna de um grupo. Assim, cooperação e solidariedade são termos que se destacam no âmbito dessa ideia (FAZITO e SOARES, 2010). Autores como Coleman (1988/1990) e Granovetter (1973) salientam a importância do “fechamento de redes” para a geração de capital social. É por meio desse fechamento que as relações de confiança, as normas sociais e os canais de comunicação são implementados efetivamente. Em tese, um maior fechamento da rede faz com que os recursos do grupo relativos ao capital social sejam mais bem utilizados (COLEMAN, 1988).

Simmel (1950) aponta que a principal unidade de composição social é a tríade. Para esse autor, nas relações diádicas (formadas por pares de atores) o poder individual na tomada de decisão é mais forte do que as forças coletivas, haja vista que se um dos lados decide não cooperar, a relação se desfaz. Já a “forma social” na tríade assume um poder de canalizar as ações para a produção e manutenção da ordem coletiva, em razão do constrangimento que existe sobre o indivíduo. Assim, de acordo com Simmel (1950), para a coesão e cooperação social é importante que a tríade se feche sobre si mesma. Não sem razão, Granovetter (1973), ao pesquisar a força dos laços sociais, afirmou ser a tríade simmeliana constituída de laços fortes (FAZITO e SOARES, 2010). Para Granovetter (1973) a força dos laços é a combinação da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade (confiança mútua) e da reciprocidade que caracteriza o laço. Cada um desses elementos é ligeiramente independente um do outro, embora o conjunto seja altamente inter-relacionado.

A contribuição de Granovetter foi fundamental para a formalização do processo de fechamento de rede e para a posterior associação com o conceito de capital social (FAZITO e SOARES, 2010). Ao estudar os laços estabelecidos entre os indivíduos em suas redes de relações sociais, Granovetter (1973) conclui que cada ator desenvolve uma rede densa de relações com pessoas consideradas próximas, cujos contatos são mais frequentes e abundantes e, ao mesmo tempo, também desenvolve uma rede menos densa de relações com conhecidos distantes e menos relacionados entre si. O que é importante destacar é que cada uma dessas redes denota funções diferentes, gerando, portanto, tipos distintos de capital social. A primeira delas, estabelecida por meio de laços fortes, tem uma função de agregação e gera um tipo de capital social agregador. A segunda rede, formada por laços fracos, ao contrário do que se

supunha, é igualmente eficaz, já que também é capaz de gerar capital social em diferentes situações sociais (MORENO, 2014). Tal afirmação levou Granovetter (1973) a destacar a “força dos laços fracos” e sua importância como pontes entre redes densamente povoadas. Isto é, se os laços fortes que formam as redes densas, geralmente conectando família, amigos próximos e grupos de trabalhadores, por exemplo, unem fortemente os indivíduos entre si, por outro lado, os laços fracos formam redes que, embora menos densas, são mais abrangentes, pois são capazes de unir distintas redes densas entre si. Como consequência, as redes densas tendem a reforçar o sentimento de pertencimento a um determinado grupo e a consonância com suas normas e valores específicos, as redes menos densas promovem o contato de indivíduos diferentes entre si, dissipando a presença do grupo e enfatizando o indivíduo (MORENO, 2014).

Para aqueles que abordam o “fechamento de rede”, o capital social possui uma relação direta com a quantidade de cliques e com a intensidade dos laços fortes (ENGLE, 1999). O laço forte que “fecha” a tríade recebeu de Georg Simmel (1950) a denominação de *tertius gaudens*, isto é, a terceira parte beneficiada. Nesse sentido, de acordo com Engle (1999), tanto Simmel (1950) quanto Coleman (1990) lidam com as implicações e benefícios do fechamento de rede. Para Coleman, o fechamento de rede, ou a existência de uma rede composta por três ou mais atores, é uma condição necessária para o desenvolvimento de normas e para o aumento da confiança no grupo. De modo similar, Simmel contrasta a tríade com a díade e põe em evidência que em redes fechadas o individualismo e o conflito são reduzidos, ao passo que o desenvolvimento de identidade de grupo, a coesão social, a socialização e o desenvolvimento de normas aumentam (ENGLE, 1999, p. 7).

Em resumo, a análise do capital social na perspectiva do fechamento de rede e da presença de laços simmelianos revela: 1) o aumento das normas e confiança; 2) a redução do poder individual e o aumento do capital social; 3) o aumento da cooperação e a consequente diminuição dos conflitos internos; e 4) a elevação da coesão interna, da solidariedade e do controle estrutural (normativo) (ENGLE, 1999; FAZITO e SOARES, 2010).

3.2.2.2. Buracos estruturais

Já o capital social vinculado à ideia de “buraco estrutural” é entendido como a posição estrutural que o ator ocupa na rede e as vantagens obtidas por meio das relações de exclusividade que essa posição proporciona.

No intuito de criar uma teoria estrutural da vantagem competitiva, a “teoria” dos buracos estruturais de Burt (1992) baseia-se em diferentes correntes sociológicas, a saber: 1) nos trabalhos de Granovetter sobre o papel dos laços fracos na estrutura social; 2) nos trabalhos sobre as redes de troca entre os atores; e 3) na medida de centralidade de proximidade de Freeman (ENGLE, 1999).

Ao examinar os efeitos da estrutura social na obtenção de um emprego, Granovetter (1973) revelou que as pessoas quase nunca conseguem um novo emprego por meio de seus contatos mais próximos. Ao contrário, os empregos originam-se por meio de contatos distantes, com quem o indivíduo possui um laço fraco. Tal estudo coloca ênfase no papel das tríades abertas e na importância dos laços fracos em uma rede social. Para Granovetter (1973), as redes pessoais são ferramentas importantes para o fechamento das tríades e para a formação de cliques. Se A e C mantêm relação com B, logo, há grande chance de A e C se tornarem próximos. Sendo assim, a ausência de um terceiro laço forte é apenas momentânea. De início, os laços fracos em uma rede atuam, necessariamente, como pontes. Isto é, as pontes conectam núcleos de tríades distantes por meio da relação entre dois atores. Uma vez estabelecido o contato, os laços fracos tendem a se tornar fortes.

Enquanto Granovetter (1995) afirma que a força do capital social presente nos laços fracos está na sua capacidade de aproximar e ampliar as informações de diferentes grupos; Burt (1991) acredita que essa força está na capacidade dos intermediários de bloquear contatos e transações entre partes diferentes (FAZITO e SOARES, 2010).

Como apontam Fazito e Soares (2010), se para Simmel (1950) essa capacidade estratégica fica a cargo do terceiro membro da tríade – o *tertius gaudens* – já que, sendo um laço forte, tem o poder de controlar e mediar conflitos entre duas partes, beneficiando todo o grupo; para Burt (1992), o papel desse terceiro elemento é atuar como intermediário ou negociador. É exatamente essa capacidade de intermediação entre as partes a medida de capital social. Nesse caso, o termo “ponte” é substituído pelo termo “agente”, para indicar a vantagem competitiva do indivíduo que ocupa uma posição estratégica.

Tanto em uma concepção quanto em outra, o terceiro membro da tríade tem a capacidade de interceder contra ou a favor das demais partes, dependendo do seu interesse pessoal. O “agente” ideal seria, segundo a teoria dos buracos estruturais, aquele que ocupa a posição mais central da rede e, conseqüentemente, o que concentra alto grau de capital social. Capital esse entendido como propriedade da estrutura da rede, ou como recurso objetivo que a

ocupação de uma posição estrutural singular faculta: “o indivíduo não pode manipular com autonomia esse capital, porque ele depende das relações concretas que sua posição na estrutura social proporciona com referência às posições estruturais de outros atores da rede” (FAZITO e SOARES, 2010, p. 34).

A noção de capital social vinculada à ideia de buracos estruturais também se ancora na “teoria das redes de troca”. Uma relação de troca é uma relação em que existe a transferência de itens de valor, sejam eles tangíveis, como bens, ou intangíveis, como afeto, por exemplo. Originalmente formulada por Cook et. al. (1983)¹⁵, uma rede de troca é uma estrutura social formada por três ou mais atores, na qual existem pelo menos duas conexões entre esses atores. O fato de A-B e B-C terem relações de troca entre si não significa que A-B-C seja uma rede de troca. Os três atores constituem uma rede de troca somente quando a relação entre A-B influencia a relação entre B-C e vice-versa (ENGLE, 1999).

Para Engle (1999), as redes de troca remetem à existência de relações de poder e são capazes de modificar a natureza da estrutura social. Compreender a dinâmica de poder na rede social, isto é, sua criação e distribuição, é essencial para a compreensão dos buracos estruturais, uma vez que o que se negocia nas redes é o exercício de poder no sentido de controlar ou facilitar ações com base nos interesses e nas posições que os atores ocupam:

ao compasso da teoria dos buracos estruturais, se um ator ocupa uma posição estrutural que a ele confere centralidade dentro do grupo e, ao mesmo tempo, torna possível conexões exclusivas com posições fora do grupo, então maior controle e poder será produzido e barganhado por esse ator, tanto em relação aos membros internos quanto no tocante aos atores de outros grupos (FAZITO e SOARES, 2010, p. 34).

Seguindo nessa direção, a terceira corrente sociológica que fundamenta a teoria dos buracos estruturais volta-se aos benefícios da alta centralidade de proximidade. A proximidade é um dos aspectos da centralidade do ator na rede e mede a distância de um ator em relação aos outros. No campo da análise de redes sociais, é a chamada geodésica: quanto menor a distância que um ator deve percorrer para alcançar os demais na rede, maior é seu grau de centralidade de proximidade. Essa medida de centralidade representa a possibilidade de aumentar a dependência dos membros de uma rede sobre o ator mais central. Freeman (1979) sugere ainda que a centralidade de proximidade é particularmente apropriada para medir o controle da informação, uma vez que o ator central pode reter ou distorcer a

¹⁵ COOK, K.S.; EMERSON, R.M.; GILLMORE, M.R. e YAMAGISHI, T. The distribution of power in exchange networks: theory and experimental results. *American Journal of Sociology*, 89, 1983. p. 275-305.

informação a ser passada adiante. O recurso intuitivo dessa medida de centralidade – associada ao controle na rede – tem sido legitimado em grande parte dos trabalhos que analisam a centralidade de proximidade como sendo medida de poder, influência e outros resultados desejados na rede.

Em tese, o que essa concepção de capital social destaca é o caráter competitivo das diferentes posições estruturais de uma rede, como, por exemplo, dos intermediários. Como afirma Burt (2001), o buraco estrutural entre dois grupos não significa que as pessoas de um grupo desconhecem o outro. Um buraco estrutural é, pois, uma oportunidade de negociar esses fluxos de informação entre os distintos grupos de pessoas.

Uma rede pessoal bem estruturada, segundo Burt (1992), cria vantagens competitivas para o indivíduo, sobretudo por promover dois conjuntos de benefícios: de informação e de controle. Uma rede pessoal rica em benefícios de informação deve ter contatos capazes de promover um fluxo de informação confiável de um grupo para outro. Uma rede ampla e diversificada de contatos indiretos e “não-redundantes” contribui para a obtenção de mais benefícios de informação, seja por meio de uma maior exposição a informações relevantes ou pela exposição antecipada a determinada informação.

Um buraco estrutural em uma rede pessoal também oferece benefícios de controle. Na concepção de Burt (1992), os benefícios oriundos do laço forte – *tertius gaudens*– na tríade social são derivados dos trabalhos de Simmel (1950). Simmel sugere a existência de duas estratégias referentes ao *tertius*. A primeira é o fato de ser, ele próprio, o terceiro elemento entre duas ou mais partes. Isto é, ele está em uma posição privilegiada de negociação quando os demais membros da rede não têm relações entre si. Contudo, quando tais membros podem trocar informações entre eles, sua posição de barganha enfraquece. A segunda estratégia é mais sutil: o *tertius* espera explorar os conflitos entre os demais membros, já que ele ocupa uma posição capaz de minimizar a tensão na tríade. Dessa forma, o buraco estrutural entre os demais membros da tríade permite ao *tertius* o controle de informações.

Assim, se por um lado, as análises sobre o fechamento de rede focam nos laços internos do grupo e na densidade das relações, o foco das análises que se baseiam no conceito de buraco estrutural está na densidade das relações externas aos grupos e na forma como os atores se orientam com base nelas (FAZITO e SOARES, 2010).

No intuito de avaliar de que forma os indivíduos utilizam seus contatos para alcançar seus objetivos pessoais, Burt (1992) vale-se da expressão “buraco estrutural” no sentido de

entender a forma e a distribuição das relações fortes e fracas na rede social. Para Burt (1992), portanto, os buracos estruturais vinculam-se ao desempenho competitivo dos atores em uma rede e, nesse sentido, “o capital social consiste em propriedade estrutural e cria “vantagem competitiva individual” (FAZITO e SOARES, 2010, p. 32).

3.2.2.3. Recursos na rede social e o posicionamento dos atores

Ambas as perspectivas relacionais apresentadas acima – a que se baseia na concepção de fechamento de rede e a que se ancora na teoria de buracos estruturais – se ordenam e se combinam em torno da proposta conceitual de Lin (2001). Segundo esse autor, a importância do conceito de capital social é que ele produz resultados esperados. Existem três razões que explicam como os recursos incorporados na rede social melhoram os resultados das ações: 1) os recursos facilitam o fluxo de informações; 2) os laços sociais exercem influência sobre os atores que desempenham papel fundamental nas decisões; e 3) os recursos do laço social podem ser concebidos pela organização e seus agentes como uma espécie de credencial do indivíduo.

Lin (2001) ressalta ainda a existência de duas perspectivas em relação ao retorno de capital social: para o indivíduo e para o grupo. Na primeira, o foco recai sobre o uso do capital social pelas pessoas, ou como elas utilizam a rede para obter retornos, como a conquista de um emprego, por exemplo. Nesse caso, o capital social é análogo ao capital humano, quando se assume que os investimentos feitos pelo indivíduo trarão benefícios próprios. Por outro lado, contudo, os retornos individuais esperados poderão beneficiar o coletivo e, assim, o interesse central dessa perspectiva é a de explorar os elementos e processos na produção e na manutenção do bem coletivo. Na segunda perspectiva, quando o capital social é visto a partir do nível social, ou relacional, são os próprios integrantes do grupo que fazem a manutenção e reprodução deste bem social.

Contudo, existem divergências apontadas pelo autor com relação à análise do capital social. Uma delas se refere ao fechamento e a densidade das relações sociais. Nesse sentido, Lin (2001) acredita que a exigência de fechamento da rede como requisito para a existência de capital social não é, absolutamente, imperativa. Nesse caso, o autor sublinha a importância das pontes, dos buracos estruturais e dos laços fracos presentes nas redes, que facilitam os fluxos de informações e de influência.

Para esse autor, o capital social passa a ser entendido como o conjunto de recursos materiais e simbólicos inseridos na rede social e os posicionamentos nessa mesma rede. A teoria das redes sociais define o capital social como recursos presentes nas estruturas reticulares, isto é, “o capital social consiste na quantidade ou variedade de laços sociais que vinculam os atores e suas posições estruturais a determinados recursos sociais, tais como riqueza, poder e status” (FAZITO e SOARES, 2010, p. 34).

Tais recursos nas redes sociais são vistos por Lin (2001) como elementos centrais do capital social. Sua mensuração objetiva pode ser feita com base em dois quadros: os recursos de rede e os recursos de contato. Os recursos de rede estão presentes na rede egocentrada do ator, isto é, são recursos disponíveis na rede que o indivíduo tem acesso. Já os recursos de contato estão presentes nos contatos acionados em situações e contextos específicos, atuando como auxiliares na ação instrumental, como a procura de emprego, por exemplo. Há fortes evidências que ambos os recursos afetam de maneira positiva o resultado de ações instrumentais.

Dessa forma, Lin (2001) reforça a ideia de que capital social corresponde a recurso. A especificidade dessa forma de capital está na sua relação com os atores, sejam individuais ou coletivos, uma vez que ele é criado nas estruturas reticulares. Tanto a estrutura quanto os indivíduos não podem de modo isolado controlar efetivamente o capital social, pois ele não se acumula na estrutura ou nos indivíduos (FAZITO e SOARES, 2010, p. 34).

Outra estratégia de mensuração concentra-se nos posicionamentos dos atores na rede como medida de capital social. A posição dos atores serve como indicador-chave de capital social e deve estar dissociado das dinâmicas dos recursos presentes nas redes. De acordo com Fazito e Soares (2010) restam poucas dúvidas de que os recursos presentes nas redes sejam medidas válidas de capital social; cumpre saber, todavia, se os posicionamentos são de fato capital social ou se são precursores desse tipo de capital.

Não é suficiente que o ator ocupe uma posição privilegiada, é necessário que ele identifique as expectativas dos demais atores com os quais ele se relaciona, para, assim, avaliar a predisposição desses atores sobre alguma ação instrumental em foco. Logo, evidencia-se que ambas as perspectivas, de fechamento de rede e de buraco estrutural, agem de forma coordenada, associando os recursos presentes na rede e as expectativas dos membros envolvidos. O indivíduo que ocupa a posição central, segundo a noção simmeliana, pode escolher dirigir sua ação de modo a aumentar o próprio capital social, caso também seja esse o

objetivo dos demais atores na rede; ou pode distribuir o capital gerado no sentido de conservar aquele capital já produzido e, então, compartilhá-lo com o restante do grupo.

É, portanto, nesse misto de fechamento de rede e de buraco estrutural, tal como propõe Lin (2001), que esta pesquisa encontra interlocução. Como afirma Varanda *et. al.* (2015), recentemente tem-se defendido a tese de que a combinação entre ambas as perspectivas favorece a ação coletiva em diversos tipos de sistemas sociais. Esta afirmação também está presente na literatura que enfatiza questões de desenvolvimento de comunidades, relacionadas tanto com seu capital social como com as organizações. Se a intermediação entre buracos estruturais é importante na medida em que favorece a diversidade de fontes de informações e, conseqüentemente, facilita a tomada de decisões, a abordagem do fechamento da rede aumenta a coesão interna do grupo e reforça a cooperação entre eles.

Ainda, o conceito de capital social permite um diálogo entre as teorias de redes sociais e de capital social sem, contudo, torná-las redundantes. Segundo Prates *et. al.* (2007), é exatamente nessa capacidade de diálogo que está “o triunfo teórico do conceito de capital social para explicar a capacidade de um grupo ou comunidade para produzir ação coletiva com eficácia” (p. 50).

3.3. Utilização de variáveis sociodemográficas e relacionais

A análise das redes sociais estabelece um novo paradigma nos estudos sobre a estrutura social. Para entender de que forma o comportamento dos indivíduos é afetado pelas estruturas nas quais eles se inserem, a unidade de análise se volta para o conjunto de relações que esses indivíduos estabelecem por meio das interações sociais. A ARS não é um fim em si mesmo, mas um meio de se realizar uma análise estrutural com o objetivo de revelar como a forma de uma rede pode ser explicativa do fenômeno estudado (MARTELETO, 2001).

Nesse sentido, a ARS recortada pela atividade turística no município do Serro, tendo o Programa Turismo Solidário como pano de fundo nesta pesquisa, leva ao conhecimento das propriedades estruturais que compõem esse sistema. Para conceber um estudo sobre rede social e, ainda, para interpretar e entender com eficácia os resultados da pesquisa é fundamental conhecer as relações entre cada par de atores da população estudada, além de compreender o contexto em que se dá a pesquisa. É imperativo, portanto, um conhecimento aprofundado sobre o campo de investigação, sobre os atores e suas características sociais.

Assim sendo, a ARS contribui para a contextualização e representação do sistema de relações entre os atores. Todavia, como afirma Varanda (2007), admite-se que somente a análise de redes sociais é insuficiente para explicar fenômenos da ação coletiva, já que as redes são apenas um recorte, ou um fragmento, e que, como toda rede, é altamente mutável. Por essa razão, faz-se necessário o uso concomitante de dados qualitativos obtidos por meio de fontes etnográficas, por exemplo, bem como outros dados quantitativos não relacionais – como atributos e informações sobre os atores. É a utilização de informações e dados variáveis que permite explicar com mais clareza e eficácia os fenômenos observados.

Assim, valendo-se dos objetivos principais da tese, torna-se importante demonstrar a relevância da descrição e utilização das variáveis utilizadas. Neste estudo, essas variáveis estão divididas em duas categorias: sociodemográfica e de capital social.

As variáveis que compõem a categoria sociodemográfica são utilizadas para caracterizar os informantes de acordo com seus atributos individuais, tais como sexo, idade, ocupação, nível de escolaridade, entre outros. As variáveis individuais são importantes para compreender o modo como os atores estabelecem e mantêm relações uns com os outros (COSTA, 2015; PORTES, 2000).

Já as variáveis relacionais, isto é, as medidas de capital social, são úteis para explicar os fenômenos da ação coletiva aqui estudada. Sendo assim, cabe tratar de algumas medidas que se mostram necessárias para explicar a adesão dos atores ao Programa e sua forma de geri-lo. Essas variáveis foram aqui separadas em três grupos, de acordo com seu elemento explicativo e o tipo de resultado gerado, a saber: inserção estrutural, medidas reticulares de coesão e medidas de intermediação.

Segundo Varanda (2007), o conceito de inserção estrutural revela que os resultados da ação econômica e as instituições são influenciados pelas relações pessoais de seus atores e pela própria estrutura da rede global. Para exprimir o conceito de inserção estrutural foram selecionadas duas variáveis cujas medidas interessam particularmente ao objetivo da análise: a centralidade de grau e a medida de coparticipação em cliques.

- Centralidade de grau pode ser considerada a forma mais intuitiva de centralidade, pois é medida pelo número de contatos diretos que um ator possui em uma rede (PRELL, 2012). Ignorando a direção e o valor do laço, essa variável é apreendida pela contagem do número de alters adjacentes ao ego e, no caso desse estudo, traduz-se pelo número de parceiros de discussão. Para Prell (2012), a centralidade de grau mede o

envolvimento ou a atividade do ator na rede – sem levar em conta a popularidade ou influência do ator. Um ator que possua muitas ligações é considerado um ator central na rede, o que tem poucas ligações é um ator periférico e o que não tem ligações é isolado. Em caso de redes de informação ou troca de ideias, por exemplo, se um ator recebe muita informação, pode-se dizer que ele possui uma função importante na rede, já que muitos outros atores buscam compartilhar informações com ele e isso pode indicar sua relevância na estrutura (HANNEMAN e RIDDLE, 2001). Desse modo, “um ator com alta centralidade de grau pode ser considerado como o principal canal de informação em uma rede particular: ele ouve e difunde a informação rapidamente” (PRELL, 2012, p. 97/98). Tais contatos diretos são fundamentais por duas razões: primeiro, porque desempenham um papel importante em matéria de apoio social, que pode levar determinado indivíduo a adotar uma postura arriscada ou inovadora, por exemplo; segundo, porque as informações são mais confiáveis quando obtidas em primeira mão, sem intermediários (VARANDA, 2007).

A medida de centralidade de grau também pode ser vista como uma medida de liderança. “Um ator central está implicado de forma extensiva nas relações com os outros atores, o que o torna mais visível [...]. Os indivíduos centrais estão mais bem informados, controlam mais a incerteza e têm mais informação sobre um maior número de pessoas, o que reforça a sua manutenção da posição central” (VARANDA, 2007, p. 216). Essa medida, no entanto, não abarca a totalidade da rede e, assim, medidas de intermediação e proximidade podem ser úteis pelo fato de oferecerem informações complementares à medida de grau, já que consideram tanto as ligações diretas quanto as ligações indiretas entre os atores.

- Cliques podem ser definidos como agrupamentos de pessoas nos quais existem sentimento de intimidade e a presença de normas particulares. O que distingue o clique do restante da estrutura reticular é seu maior grau de coesão, isto é, sua alta densidade, o que permite o desenvolvimento de um conjunto próprio de normas, regras e diferentes culturas em relação à rede maior na qual está inserido (PRELL, 2012). Os cliques são importantes pontos de referência para os indivíduos e para a formação de sua identidade. Os indivíduos que pertencem a um mesmo clique mostram relações mais intensas e frequentes. Para Varanda (2007), a análise de cliques torna-se muito complexa em redes de grande dimensão. Dessa forma, uma opção seria estudar a coparticipação em cliques. “Quanto maior for o número de

cliques dos quais o ator toma parte, mais elevado é o seu valor de coparticipação em clique” (VARANDA, 2007). A identificação de subgrupos (cliques) numa rede mais vasta, dos membros que pertencem ao grupo e, dos que não pertencem, torna possível a compreensão dos fenômenos em curso dentro dessa rede.

Segundo Wasserman e Faust (1994), em conjuntos de redes que abrigam numerosos cliques, e de grandes dimensões, o grau de coesão é mais elevado quando comparado com redes nas quais existem poucos cliques que são muito pequenos. Ao contrário das redes abertas e fragmentadas, nas redes únicas ou fechadas é possível encontrar atores mais homogêneos e semelhantes entre si. Logo, em um quadro de iniciativas como a estudada aqui, a tarefa de uma ação coordenada pode ser facilitada nesse tipo de rede. Em suma, o que interessa na análise de cliques é a capacidade de captar a reciprocidade dos laços e o pertencimento a um subgrupo com base em todos os atores que têm laços com todos os outros atores no clique. Contudo, um problema na condução da análise de cliques é a superposição deles – uma superposição ocorre quando um ator pertencente a um clique participa simultaneamente de outro clique. Essa superposição pode causar dificuldades de interpretação dos resultados de uma análise de cliques, uma vez que eles podem esconder a estrutura subjacente de um clique.

De acordo com Prell (2012), a coesão é vista como um campo de forças que mantém as pessoas unidas num grupo ou rede. A coesão como forma de estrutura reticular é percebida como algo que influencia o comportamento e/ou os valores individuais na coletividade. As medidas reticulares de coesão aqui adotadas são: densidade/grau de centralidade e diâmetro.

- Para Prell (2012), densidade é uma medida reticular sensível à coesão – quanto mais densa é uma rede, mais coesa ela é. Diferentemente das medidas de centralidade, o foco de análise da densidade é a estrutura da rede, e não o indivíduo. Ela expressa os laços efetivamente existentes em uma rede e dá a conhecer o quanto uma rede está interligada. Do ponto de vista prático, se por um lado, uma rede densamente integrada pode facilitar a troca de informações entre os atores, por outro, a renovação de informação pode ficar prejudicada. A densidade corresponde à proporção resultante do número de laços existentes em uma rede pelo total de elos potenciais. A densidade varia de 0 a 1: o 0 implica ausência de contato entre os elos e o 1 indica contato direto e total entre todos os atores de uma rede.

Segundo Prell (2012), embora a densidade seja um meio muito utilizado para conceituar e medir a coesão, é preciso ser cauteloso quanto ao seu uso. Entre as principais razões para esse cuidado se destacam: 1) Aumento da densidade por meio de uma única pessoa – centralização. Se um alto score de densidade é resultado de laços que ocorrem através de uma única pessoa, isso significa que a rede é coesa? Nesse caso, a coesão tem mais que ver com a interconectividade entre todos os atores da rede do que com as ligações que se fazem mais com um ator apenas. Assim, é preciso recorrer ao grau de centralização, que por sua vez é baseado na centralidade de grau. Uma rede que possua um alto grau de centralização revela que sua densidade é muito dependente de um ator. A centralização de rede pode ser usada como um indicador da estrutura centro-periferia, já que o grau de centralização tende a ser maior quando a rede contém atores muito centrais e muito periféricos; 2) Redução da densidade por meio do aumento do tamanho da rede. O cálculo da densidade depende do tamanho da rede, pois a quantidade de laços depende do número de atores. Desse modo, para interpretar o score de densidade é preciso levar em conta o tamanho da rede – é mais fácil para redes menores alcançar um score de densidade potencial alto; 3) Aumento da densidade por meio do número de subgrupos coesos. A densidade pode ser uma medida enganosa de coesão, sobretudo nos casos em que a rede possui muitos subgrupos coesos. Densidades baixas em redes grandes podem refletir mais coesão estrutural quando comparadas com densidades maiores em redes menores – redes grandes possuem poucos subgrupos coesos e, portanto, menos fragmentação.

- O diâmetro é uma alternativa à medida de densidade, dado que o uso dessa medida pode parecer problemático. O diâmetro consiste na geodésica mais longa da rede, sendo que a geodésica refere-se à distância mais curta entre dois atores. Se o diâmetro de uma rede é relativamente pequeno, então todos os integrantes da rede estão razoavelmente próximos uns dos outros e, assim, a rede pode ser entendida como coesa (PRELL, 2012).

As medidas de intermediação são utilizadas, de modo geral, para medir a posição dos atores na rede. Essas medidas podem ser: centralidade de intermediação, centralidade de proximidade, buracos estruturais e eigenvector.

- Centralidade de intermediação captura uma dimensão diferente da centralidade de grau, pois leva em conta não apenas o número de conexões que um ator possui na

rede, mas também a posição que ele ocupa. A ideia chave aqui é a de mostrar que se um ator ocupa uma posição entre outros dois atores desconectados, isso oferece a ele certas vantagens. Em uma rede de comunicação, por exemplo, essa medida revela quanto de controle potencial possui um ator sobre o fluxo de informação disponível. Se um ator ocupa uma posição central nessa rede, sua influência sobre o fluxo de informações é relevante, uma vez que ele pode optar por reter ou distorcer a informação que recebe. Esse indivíduo pode, dessa forma, exercer um controle sobre os demais ou mesmo aumentar a dependência dos demais atores com relação a ele. Assim, a centralidade de intermediação é a medida que melhor captura os atores mais importantes na rede, como por exemplo, os líderes ou os membros mais influentes (PRELL, 2012). Nesse sentido, Freeman (1979) sugere que essa medida é apropriada para avaliar o poder nas redes de comunicação.

- Centralidade de proximidade, como afirma Prell (2012), é considerada uma medida mais global de centralidade, já que leva em consideração toda a rede quando calcula a centralidade de qualquer ator individualmente. Se a centralidade de grau revela a atividade e a centralidade de intermediação o controle potencial de informação, a centralidade de proximidade enfatiza a independência do ator. Essa medida constrói-se com base na distância de um ator em relação aos outros – se um ator não ocupa uma posição central, é certo que ele precisa confiar nos demais para transmitir sua mensagem através da rede. Logo, um ator próximo aos outros, que pouco precisa de intermediação, é um ator que se posiciona estruturalmente de maneira independente, que pode alcançar os demais sem a necessidade de confiar em intermediários. Ainda, a centralidade de proximidade relaciona-se tanto com a habilidade do ator de acessar rapidamente as informações disponíveis na rede, quanto com o poder e influência por ele exercidos. Essa medida é determinada pela distância mais curta, ou geodésica, que liga todos os atores da rede, quanto menor for a distância entre um ator e cada um dos outros atores da rede, maior será a medida de proximidade. Contudo, para calculá-la é necessário que os dados sejam binários e, além disso, é preciso remover da rede todos os atores isolados.
- Buracos estruturais são os espaços vazios na estrutura social, resultado da ausência de laços entre os atores. As redes em que há maior número de buracos estruturais receberiam informações mais diversificadas quando comparadas com as redes que possuem menos buracos estruturais, já que a informação torna-se redundante quando

muitos atores possuem laços uns com os outros. Assim, em redes com fontes de informação mais diversificada é possível que o ego tome melhores decisões comparado ao ego que possui uma rede mais fechada. A centralidade de intermediação é similar à noção de buracos estruturais, uma vez que o foco centra-se no ator que se situa entre outros que estão desconectados. A diferença entre essas medidas é a de que a centralidade de intermediação tem como foco as redes completas e os buracos estruturais as redes egocentradas.

- Ao passo que a centralidade de grau mede o número de alters ligados diretamente ao ator focal, a centralidade eigenvector expande essa medida e consiste na soma das conexões de um ator com outros atores, ponderada pela centralidade de grau desses atores. Como afirma Prell (2012), o eigenvector é uma medida de centralidade de grau dos alters de um ator: se esses alters possuem uma alta centralidade de grau, então o ator local tem alta centralidade eigenvector. Sua atenção está centrada em uma visão mais ampla da rede, sendo mais refinada do que a centralidade de grau.
- Índice “C” é uma medida mais precisa, pois oferece uma hierarquia comparativa de cada indivíduo. Apresenta-se como medida que mensura a ausência de buracos estruturais em uma rede. Assim, é uma medida utilizada para detectar os *brokers* de uma rede. O papel de um ator como *broker* será tanto maior quanto menor for a medida de índice “C”.

O quadro 1 registra a síntese das variáveis utilizadas nesse estudo, divididas entre as duas categorias: sociodemográficas e as relativas ao capital social.

Quadro 1: Síntese e descrição das variáveis utilizadas

	Variável	Descrição da variável	Nível analítico
Sociodemográfica	Idade	Idade	Individual
	Sexo	Sexo	
	Escolaridade	Ensino Fundamental (completo e incompleto); Ensino Médio (completo e incompleto); Ensino Superior (completo e incompleto), Pós-graduação.	
	Religião	Católica, Judaica, Islâmica, Condómbé/Umbanda, Espírita, Budista, Protestante, Pentecostal.	
	Ocupação	Cargo ou função	
	Renda	Renda	
	Participação em associações/atividades comunitárias	Nível de participação/Quais atividades realizadas	
	Participação no Programa Turismo Solidário	Nível de participação/Quais atividades realizadas	
Capital Social	Inserção Estrutural		
	Centralidade de grau	Medida pelo nº de contatos diretos que um ator possui na rede; medida de liderança. Índice de centralidade – entre 0 e 1	Individual
	Coparticipação em cliques	Quanto maior o nº de clique dos quais o ator faz parte, mais elevado é seu valor de coparticipação. Quantidade de subgrupos coesos presentes na rede.	Individual
	Medidas reticulares de coesão		
	Densidade/Grau de centralização	Sensível à coesão – quanto mais densa é a rede, mais coesa ela é; uma rede com alto grau de centralização implica que a densidade é dependente de um ator. Índice de densidade – entre 0 e 1.	Rede completa
	Diâmetro/Distância Geodésica	Consiste na geodésica mais longa da rede. Quanto menor o diâmetro, mais coesa é a rede.	Rede completa
	Medidas de Intermediação		
	Centralidade de intermediação	Posição do ator na rede; Captura os atores mais importantes na rede – líderes e membros influentes. Índice de centralidade – entre 0 e 1	Rede completa
	Centralidade de proximidade	Enfatiza a independência do ator, sem necessidade de intermediários. Índice de centralidade – entre 0 e 1	Rede completa
	Buracos Estruturais	Espaços vazios na rede. Quanto maior nº de buracos estruturais, maior a quantidade de informação diversificada.	Individual
	Eigenvector	É uma medida de centralidade de grau dos alters de um ator. Consiste na soma das conexões de um ator com outros atores; o foco é a rede local dos atores adjacentes ao ator focal.	Individual
	Índice "C"	Mensura a ausência de buracos estruturais numa rede, apresentando-se como uma medida pra detectar os <i>brokers</i> .	Individual

Fonte: Elaboração própria/2016.

Essas medidas foram escolhidas com o intuito de descrever a estrutura relacional dos atores envolvidos, para identificar os atores centrais nas redes, captar o nível de interação entre integrantes, revelar os subgrupos e evidenciar a maneira pela qual se dá a interação dos atores entre esses subgrupos. A identificação da posição ocupada pelo ator na rede torna possível avaliar seu acesso aos recursos presentes na rede, recursos esses que podem facilitar ou constranger suas ações. A intenção é, portanto, tornar o conceito de capital social útil para o entendimento sobre o fenômeno de ação coletiva.

As medidas de centralidade são importantes instrumentos para a análise de redes sociais, pois desempenham a função de medir o nível de participação dos atores no campo de relações, permitem analisar a posição relativa dos atores em uma rede e identificar os atores mais centrais e importantes. Como afirma Costa (2015), por meio dessas medidas de centralidade pode-se pensar no capital social presente nas redes, que, por sua vez, podem facilitar ou constranger as ações dos atores envolvidos. Da mesma forma, medidas de coesão como densidade, grau de centralização e diâmetro, também exercem influência sobre a noção de capital social, já que uma rede coesa pode trazer benefícios aos atores ao funcionarem como fonte de apoio, quando necessário. Nesse sentido, as medidas de rede podem ser usadas para formalizar a noção de capital social, tornando o conceito um elemento objetivo (LIN, 1999).

Isso posto, no capítulo a seguir será apresentado o percurso metodológico escolhido, de modo a demonstrar empiricamente a perspectiva da ARS. É importante destacar que, enquanto método de contextualização relacional dos comportamentos dos atores em dado contexto social, a ARS pode reforçar abordagens mais qualitativas. De certo, seria impossível conceber um estudo no âmbito das redes sociais ou compreender suas medidas e, conseqüentemente, interpretar seus resultados, sem um conhecimento do meio estudado, adquirido, pois, por meio de abordagens qualitativas oferecidas, principalmente, pelos campos das ciências humanas e sociais aplicadas. Isoladamente, a ARS é um exercício puramente formal. Em síntese, a apresentação dessa diversificação dos métodos, tão caro à abordagem empreendida nesse estudo, é o que será apresentado a seguir.

Para captar a forma pela qual os atores sociais conduziram o Programa Turismo Solidário no município do Serro/Minas Gerais, as posições ocupadas por eles na rede social recortada pela atividade turística e os tipos de relações que ocorriam entre eles, a Análise de Redes Sociais desponta como recurso metodológico mais adequado. Contudo, em que pese a pouca maleabilidade dos números e a rigidez no trato metodológico ora exposto, procurou-se dar voz aos atores envolvidos com a política em questão, com a intenção, também, de suavizar a narrativa empreendida. Entre as técnicas de pesquisa associadas ao aporte teórico-metodológico da ARS, foram utilizados: levantamentos documental e bibliográfico, trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas.

Foram abordados diferentes conceitos: desenvolvimento, solidariedade, redes sociais, capital social, ação coletiva, entre outros, essenciais à argumentação da tese, de modo que fosse possível refletir sobre a política pública de turismo estudada em suas múltiplas dimensões de análise, sobretudo teóricas. Paralelamente, os trabalhos de campo e as entrevistas com os atores envolvidos se ocuparam de dar sustentação empírica aos argumentos e à hipótese desse estudo.

4.1. Fonte e os critérios de amostragem

Os dados da pesquisa empírica foram obtidos de informantes vinculados às famílias que optaram por aderir ao Programa Turismo Solidário no município do Serro, especificamente, nos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e no povoado de Capivari, com todas as famílias beneficiadas por essa política. Além disso, foi entrevistado o representante ligado ao poder público (IDENE), que também possuía relevância no âmbito do Programa.

Esse conjunto das famílias que aderiram ao Programa formou, portanto, a base da amostragem. As famílias são aquelas que investiram nas chamadas hospedagens domiciliares, ou em algum tipo de atividade associada ao turismo, que fazem parte do Programa, como artesanato, culinária, serviços de guias, dentre outras.

A identificação de cada uma dessas famílias foi feita com base no material de divulgação do Programa disponibilizado pelo governo do estado de Minas Gerais, via IDENE, que inclui o Catálogo de Produtos, o Diagnóstico elaborado sobre as localidades e o site do Programa. De posse desses documentos, a confirmação das famílias envolvidas também foi feita *in locu*, durante os trabalhos de campo realizados nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016 e janeiro de 2017. Logo, os atores considerados nessa pesquisa foram selecionados conforme o elenco de pessoas que possuía algum tipo de vinculação ao Programa.

Em razão da carência de informações sistematizadas e espacializadas sobre o Programa Turismo Solidário nas localidades estudadas, foram elaborados mapas cartográficos, de modo a espacializar e representar cada uma das unidades de amostragem, em cada localidade estudada.

Definidas as famílias como base de amostragem, procedeu-se à escolha dos informantes a serem entrevistados, classificados aqui como unidade de estudo. Para cada uma dessas famílias, foi entrevistado apenas um informante, isto é, somente o responsável por conduzir as atividades ligadas ao Programa. A definição desse informante também dependeu da realização de trabalho de campo. Após os esforços empreendidos com esse informante, nos casos em que alguma informação importante não foi obtida, aceitou-se a entrevista com outra pessoa da mesma família, cuidando-se para que o novo informante possuísse conhecimentos suficientes para fornecer as informações necessárias relacionadas ao tema de pesquisa.

4.2. Procedimentos da pesquisa e coleta de dados

A estruturação do questionário sobre o Programa Turismo Solidário, aplicado aos informantes, deu-se com base em um estudo prévio sobre o próprio Programa e de informações conhecidas previamente, devido a trabalhos já realizados sobre o tema. A intenção foi elaborar questões mais objetivas e de fácil compreensão para o informante e, ao mesmo tempo, que fossem capazes de captar elementos essenciais sobre o Programa. Atentando-se para o aspecto interativo que as entrevistas devem comportar, as perguntas do questionário foram ordenadas de modo que não houvesse mudança brusca de um tema a outro, obedecendo a uma sequência lógica que acompanha todas as fases do PTS, desde sua concepção até seu término. Ressalta-se que na fase inicial do trabalho de campo, a pesquisa foi apresentada a cada um dos informantes, explicando seus objetivos.

Esse questionário está dividido em duas partes e as perguntas foram feitas *in locu* e de modo individual a cada um dos informantes, a saber:

1. A primeira parte está relacionada ao levantamento dos atributos do entrevistado, sendo constituída de um bloco de perguntas sociodemográficas que inclui variáveis como idade, sexo, escolaridade, ocupação, renda, religião, participação em associações, participação no Programa Turismo Solidário etc.;
2. A segunda parte, na qual foram trabalhadas as variáveis relacionais, é dedicada à obtenção de informações para a captação do seguimento da rede pessoal do informante vinculada ao Programa.

Ora, os componentes e os dados relacionais sobre essa rede pessoal parcial foram fornecidos por cada informante qualificado. Ele próprio indicou o nome de até cinco pessoas que compõem sua rede e com as quais ele manteve algum tipo de diálogo ou recebeu algum tipo de apoio sobre o Programa Turismo Solidário. A seguir, a existência ou não de relações entre cada uma dessas cinco pessoas, o tipo de relação e o grau de proximidade entre elas é o que coube obter do informante, conformando, assim, uma rede total.

Com base nessa lista de nomes gerados pelos entrevistados e das relações entre esses nomes, os dados foram dispostos em formato de lista, denominada de “Edgelist1 ego alter [value]”¹⁶ que incluiu todos os nomes informados por todos os entrevistados, bem como as relações entre eles, de modo valorado. Para a elaboração dessa lista, três etapas distintas foram observadas:

1. Na etapa 1, foram entrevistados todos os informantes que fizeram parte do PTS, em cada uma das localidades estudadas, a saber: Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e Capivari. Assim, em Milho Verde foram realizadas quatro entrevistas; em São Gonçalo do Rio das Pedras, cinco entrevistas e, por fim, no povoado de Capivari foram feitas nove entrevistas. Em resposta à pergunta relacional chave (questão 33 do questionário – APÊNDICE A), cada um desses informantes indicou até cinco nomes de pessoas que compõem sua rede e com as quais ele conversava ou se aconselhava sobre o Programa Turismo Solidário (ressalta-se que os nomes indicados também poderiam se referir aos moradores de outras localidades).

¹⁶ Denominação dada a esse tipo de lista, com dados valorados, no software UCINET.

Os nomes indicados por cada informante foram dispostos nesse formato de lista, conforme referido acima, bem como foram elencadas as relações existentes entre os demais membros citados pelo informante. Em uma nova coluna, foi registrado o grau de proximidade existente entre os atores citados.

2. Na etapa 2, as listas elaboradas na etapa 1, para cada informante, contendo cada um dos nomes listados pelos informantes, bem como as relações entre eles, foram agrupadas em uma lista, elaborada para cada uma das localidades estudadas. Portanto, nessa etapa foram elaboradas três listas: uma para Milho Verde, outra para São Gonçalo do Rio das Pedras e outra para o povoado de Capivari. Cada uma delas incluiu, então, todos os nomes citados por todos os informantes daquela localidade, e também as relações entre eles e o grau de proximidade.
3. Na etapa 3, as três listas elaboradas anteriormente, uma para cada localidade, foram agregadas em uma só e, assim, foi elaborada uma base de dados única que abrangeu informações do município como um todo, relacionadas ao Programa Turismo Solidário. Neste caso, como foram entrevistados dezoito informantes, a base de dados foi constituída de 18 nomes e 324 prováveis ligações entre os atores.

A escolha desse formato dos dados foi feita como forma de representar as redes sociais para depois serem calculadas algumas medidas de capital social (apresentadas no Capítulo 3) com o intuito de descrever a estrutura relacional dos atores por meio do software UCINET (HANNEMAN, 2000). Essas medidas originárias por meio do uso desse software, associadas à conceitualização desenvolvida ao longo da pesquisa, forneceram um retrato mais fiel da realidade analisada. Uma vez que os dados utilizados nesse estudo eram dados valorados, cuja intensidade das relações podia variar entre 1 (distante) e 4 (muito próximo), para proceder com as medidas de capital social foi utilizado um recurso disponível no software em que era possível dicotomizar os dados, ou seja, antes de processar as medidas, os dados foram transformados de valorados para não-valorados. Nesse caso, ao dicotomizar os dados, o grau de proximidade passa a ser entendido apenas como existente ou não existente.

4.3. Tratamento e análise dos dados

O tratamento e a análise dos dados coletados na pesquisa de campo foram realizados com base em estatísticas relacionais e técnicas de análise de redes sociais que o recurso aos softwares UCINET e NetDraw facultam.

Para a análise dos dados estruturais foram utilizadas as técnicas de análise de redes sociais e a teoria dos grafos. A teoria dos grafos é uma ferramenta importante para auxiliar na compreensão e descrição das redes sociais. Por meio dos grafos, constituídos por pontos e linhas, é possível visualizar a estrutura das redes e analisar os padrões relacionais presentes. Da mesma forma, as matrizes relacionais, cujos laços são valorados, também revelam informações sobre as redes sociais. Todavia, sua elaboração depende de operações algébricas e ferramentas computacionais para analisar e descrever tais estruturas (HANNEMAN e RIDDLE, 2001; COSTA, 2015). As bases de dados geradas foram inseridas no UCINET para cálculo das medidas de capital social e, posteriormente, no NetDraw, para a elaboração dos grafos.

No capítulo a seguir, estão expostas as análises e as discussões dos resultados da pesquisa, realizadas por meio do recurso da ARS.

**AS ESTRUTURAS RELACIONAIS E O DIÁLOGO COM O PROGRAMA TURISMO SOLIDÁRIO NO
SERRÓ/MINAS GERAIS**

Neste capítulo propõe-se uma análise do Programa Turismo Solidário sob uma perspectiva estrutural. Para isso, com base na compilação e no exame dos dados e nas informações coletados, buscou-se reconstituir as redes de relações sociais do município do Serro/MG, circunscritas ao campo do turismo, de modo a compreender a influência dessas redes na forma como essa política foi conduzida no município em questão. Isso posto, a análise empreendida une três objetivos interconectados: mostrar o resultado da política de acordo com o ponto de vista das famílias envolvidas, revelar a coesão dessas famílias e, por fim, compreender a forma como o Estado conduziu a política no município estudado.

Para isso, tão essencial quanto destacar suas consequências e desdobramentos, foi levantar as questões sobre as causas e motivações que determinaram a adesão das famílias ao Programa, bem como as formas de organização das comunidades frente a essa proposta. Vale a pena colocar uma lupa sobre essas famílias, como forma de ampliar a compreensão sobre o trato da política de turismo em si. Assim, as análises aqui empreendidas se apresentaram como uma tentativa de dar voz aos que estavam de fato envolvidos com o PTS no município. Seguir a trajetória dessas famílias, cujas histórias foram construídas muito mais pela oralidade, foi fundamental para a compreensão dos processos ligados à atividade turística nesse município, nas suas diferentes vertentes e escalas.

A história dessas comunidades começa no início do século XVIII e, via de regra, é uma longa trajetória de exclusão. Com a decadência da mineração no início do século XX, grande parte dessa população se viu à deriva de um Estado que a negava. Quando a negação não vinha pela ausência efetiva e concreta de ações, ela vinha por meio de projetos e políticas públicas que desconsideravam as singularidades de cada lugar.

O campo do turismo não fugiu a essa regra e no início dos anos 2000 o Estado apresentou o Programa Turismo Solidário – uma proposta tida como “alternativa” aos modelos de desenvolvimento hegemônicos. Ao entrar definitivamente no rol institucional de destinos turísticos, pode-se dizer que o turismo redefiniu, ao longo dos anos, os arranjos sociais nos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e no povoado de

Capivari, sendo, portanto, fundamental avaliar os rebatimentos dessa política nessas localidades.

Cumprir reconhecer, diante desse cenário, que para grande parte dessas famílias que vivem em pequenas comunidades o que garante sua sobrevivência em termos econômicos, ainda que minimamente, é a sua capacidade de promover fontes alternativas de renda, como complemento a outras formas de rendimento já garantidas, como aposentadoria, pensões, salários, além de subsídios do governo. Com efeito, torna-se imperativo que qualquer política pública ou programa que procure garantir a autonomia dos atores envolvidos e a promoção do desenvolvimento aborde essa realidade.

Dito isso, o que se propõe aqui, com base nas análises das variáveis apontadas nos capítulos anteriores, é uma reflexão sobre a estrutura das redes que forma nesta tese o objeto de estudo. Uma vez assegurada a existência de uma variável relacional, que neste caso está associada às relações de diálogo/aconselhamento sobre o Programa Turismo Solidário na época de seu funcionamento, foi igualmente importante dedicar espaço às variáveis sociodemográficas e à análise ‘historiográfica’ do meio estudado. Com efeito, em que pese a utilidade e originalidade da análise técnica das redes sociais, sobretudo no campo do turismo, a diversificação dos métodos tornou-se fundamental para um estudo mais profundo e qualificado do objeto em questão. Vale ressaltar que a escassez de dados oficiais sobre a região estudada, além da carência de pesquisas publicadas, dedicadas à articulação entre a análise de redes sociais e o campo das políticas públicas de turismo, fizeram o caminho dessa pesquisa um pouco mais desafiador.

A análise do PTS, sob uma perspectiva reticular, ensejou a elaboração de uma síntese das propriedades estruturais para cada localidade estudada, representada a posteriori em um modelo de grafo, que por sua vez, corresponde à representação simplificada do complexo contexto social no qual o PTS se desenrolou. Portanto, o foco foi demonstrar a importância da utilização das medidas sociodemográficas e de capital social para a explicação dos fenômenos de ação coletiva, e a elas foi dada maior relevância neste capítulo.

Ainda, valendo-se do pressuposto de que os resultados da implantação de determinada política pública, como é o caso do Programa Turismo Solidário, são fortemente influenciados pelas relações sociais entre os atores envolvidos e pela estrutura da rede global, as medidas de capital social tornaram-se fundamentais para entender os rebatimentos dessa política no município do Serro/MG.

5.1. O Programa Turismo Solidário: respostas locais aos desafios da implantação da política pública

5.1.1. Recortes territoriais: a experiência do povoado de Capivari

A começar pelo povoado de Capivari, pode-se dizer que o primeiro movimento que guarda alguma relação com a política estudada refere-se à iniciativa organizada por uma empresa privada – a operadora de ecoturismo “Andarilho da Luz Caminhadas Ecológicas”, com sede em Belo Horizonte/MG. Isso se deu ainda no ano de 1998, portanto, anterior ao Programa do governo, quando o proprietário da empresa conheceu o povoado. Naquela época, a comunidade passava por uma série de privações, resultado, entre outras razões, da implantação, também em 1998, das Unidades de Conservação que hoje existem na região – como o Parque Estadual do Pico do Itambé e a Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes. Antes disso, grande parte da comunidade trabalhava no garimpo, na extração de sempre-vivas - atividades atualmente proibidas na região -, e na agricultura de subsistência, sobretudo em plantações de milho e mandioca. Daí advinha a renda média dos moradores que não alcançava um salário mínimo/mês, renda essa considerada pelos moradores como insatisfatória para suprir as necessidades cotidianas das famílias do povoado durante aquele período. Ainda assim, a despeito da pouca renda gerada e da proibição pelos órgãos ambientais do Estado, alguns moradores até hoje insistem nas atividades de garimpo e no extrativismo vegetal. Nesses casos, a força cultural atua também como forma de resistência. Todavia, se a renda gerada por essas atividades já era historicamente insuficiente, após as proibições legais e com a decadência da mineração, ela tornou-se quase irrisória. Não sem razão, grande parte dessas famílias conta hoje com políticas assistencialistas como o bolsa família, por exemplo, ou garantem o sustento por meio de aposentadoria.

Trabalhava no garimpo, apanhando sempre-viva e na roça, plantando, essa atividade eu faço até hoje, porque eu gosto (Fala de morador de Capivari).

Eu era garimpeiro e trabalhava na roça também... Não tinha nenhuma renda, só da roça mesmo e quando encontrava um “diamantzinho” e vendia, se não, não tinha nada. Hoje é tudo proibido, não pode garimpar não. Hoje muita gente fica querendo garimpar, mas não pode não (Fala de morador de Capivari).

A renda do garimpo não tinha nada, era só sofrimento, vou ser sincera com você, podia estar chovendo, podia estar sol, a gente trabalhava, era só sofrimento. Às vezes a gente trabalhava só para comprar comida para a gente comer, porque lá em casa era muita gente, né. A gente trabalhava a semana toda, tinha semana que não achava nada (se referindo ao diamante)... Ai a gente ia lá e buscava na conta e depois a gente trabalhava de novo, para ir lá

pagar... Então não podia falar que tinha renda, o que tinha era para ajudar o pai da gente, era só para dar para o pai da gente, para as despesas (Fala de morador de Capivari).

Em face da complexidade socioeconômica em que se encontrava a região, em especial o povoado de Capivari, uma das alternativas sugeridas foi o investimento no turismo. Num primeiro momento, foram realizadas diversas reuniões entre os moradores e o proprietário da empresa para apresentação da proposta e de seus principais objetivos. Todos os moradores envolvidos foram unânimes em apontar a iniciativa da Andarilho da Luz como a pioneira no tocante à consecução da proposta de um turismo dito “alternativo” na localidade, cuja essência seria a de implementar ações focadas na fonte de renda e no trabalho para os moradores. O turismo solidário foi desenvolvido, assim, como uma ação de responsabilidade social e ambiental da operadora.

Em tese, numa ponta, os moradores locais receberiam os benefícios, sobretudo econômicos, oriundos dessa atividade, uma vez que eles próprios seriam os fornecedores de produtos e serviços. Na outra ponta, essa prática de turismo proporcionaria aos turistas o aprendizado sobre o estilo de vida local e sobre suas tradições, ao mesmo tempo em que eles poderiam contribuir com a realização de palestras, doações e apoio em atividades e projetos da comunidade. Vale ressaltar, contudo, que essa proposta foi apresentada como alternativa econômica, sem que os moradores pudessem participar diretamente da sua concepção: a opção pelo turismo não foi submetida ao debate nem confrontada com outras propostas. Em razão disso, nove das 40 famílias moradoras de Capivari decidiram investir na atividade turística (Figuras 8 e 9). Dessas nove, sete famílias eram representadas por mulheres e apenas duas por homens. Ora, o principal desafio para a consecução da proposta consistia em garantir a mobilização da comunidade para o turismo, de modo que as ações fossem pautadas pelo cooperativismo.

O passo seguinte para implantação da proposta consistiu na formação profissional das famílias, a saber: capacitação dos moradores para atuarem com os receptivos familiares; orientações sobre a atividade turística; qualificação para o artesanato, realizado em 2003 por meio da parceria com o Centro Cape (Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor); e parceria com o SEBRAE/MG, o que possibilitou a realização de cursos e de consultorias especializadas para a promoção da cultura empreendedora, para a formação de grupos gestores e para a realização do planejamento turístico sustentável. O principal objetivo desses cursos foi o de fortalecer a comunidade para o desenvolvimento da atividade turística,

de tal sorte que ela pudesse, por exemplo, estimular a rede de empreendedores e fornecedores de produtos locais para alcançar uma distribuição mais equitativa dos recursos.

Dados da pesquisa revelaram que a principal motivação das famílias para a adesão à proposta foi, sobretudo, a possibilidade de garantia de trabalho e renda. Nesse sentido, a despeito de a ideia ter sido apresentada como uma alternativa ao turismo de “massa” ou “convencional”, na prática, o foco dado ao aspecto econômico acabou por não diferenciar ambos os modelos. Outro fator revelado pela pesquisa como motivação para o envolvimento com o turismo, embora bem menos frequente e de importância menor, foi o gosto por receber turistas e as possibilidades de troca – conhecimento e a convivência, por exemplo – entre os moradores e turistas.

Motivação... para participar? Para a gente ter uma renda, né? Para a gente ter um jeito de viver melhor em Capivari, porque aqui não tinha nada para fazer. Porque, veja, garimpo... não podia mais! Sempre-viva, o Parque não quer deixar ninguém catar sempre-viva, então a gente fica sem saber, entendeu? A gente não tinha emprego (Fala de morador de Capivari).

No entanto, apesar das motivações reais das famílias que decidiram investir no turismo, algumas críticas foram levantadas, sobretudo, por parte da comunidade que não aderiu à proposta. As principais, dizem respeito à preocupação com a violência, com as drogas, com a disseminação de doenças para a população local e o medo de receber pessoas desconhecidas na própria casa.

Teve muita gente que falou assim: fulano ainda vai receber um bandido [...]. Vai receber, vai matar todo mundo e ninguém vai ficar sabendo, mas nunca teve nada de problema sério, grave, nunca teve (Fala de morador de Capivari).

Eles falavam que aquilo ia trazer doença [...]. Que a gente estava juntando aqui para trazer doença para o lugar, tudo quanto era doença que apresentava, que aparecia na televisão, eles falavam: ‘não vai demorar para o povo dele estar todo infectado, porque fica recebendo tudo quanto é gente na casa dele (Fala de morador de Capivari).

Grande parte das famílias que aderiram à proposta tiveram como atividade principal os receptivos familiares. A comunidade se organizou de modo que as famílias pudessem receber os turistas nas próprias casas, onde era oferecido, além da hospedagem, café da manhã. Algumas famílias ofereciam ainda almoço e jantar. A organização da logística dos receptivos ficava a cargo da operadora Andarilho da Luz, com o apoio dos próprios moradores. A princípio, os turistas eram divididos entre as casas disponíveis, de modo que não houvesse concentração de turistas em apenas algumas poucas casas, beneficiando uma ou outra família. Outros trabalhavam também como guias, oferecendo passeios aos atrativos da região, como a

subida ao Pico do Itambé - principal atrativo turístico –, além das trilhas e cachoeiras. Um grupo trabalhou com artesanato, cuja organização se dava por meio do grupo gestor, formado pelos próprios moradores, com o apoio da operadora. Nesse caso, a renda gerada pela venda dos produtos era dividida igualmente entre os produtores.

A gente trabalhava junto com os daqui, funcionava que quando vinha turista dividia as turmas. Um bocado ficava numa casa, um bocado na outra. Igual, eu tinha menos quarto, ficava menos gente [...]. Toda vez que vinha gente para cá eu recebia aqui em casa, como eu tinha só um quarto, só recebia duas pessoas por vez (Fala de morador de Capivari).

Já em 2003 houve uma nova investida no campo do turismo solidário, dessa vez por parte do governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Programa Turismo Solidário. Como a ideia do chamado ‘turismo solidário’ já havia sido desenvolvida pela operadora Andarilho da Luz, e, naquele momento, já não se apresentava mais como novidade, de pronto as famílias optaram por também fazer parte do Programa. A bem dizer, essa participação foi mais retórica do que prática, já que não foram feitas muitas referências ao Programa por parte dos próprios moradores. Da parte do governo, as principais ações estiveram ligadas à oferta de cursos de capacitação - receptivos familiares, condutores turísticos, culinária, artesanato, entre outros; além de palestras sobre assuntos diversos relacionados direta e indiretamente ao turismo. De modo semelhante à proposta da operadora Andarilho da Luz, o Programa Turismo Solidário também se revelou como um projeto originado “de fora”, sem a participação direta e clara da comunidade e cujo *modus operandi* se pautou, analogamente, pela busca de geração de emprego e renda para os moradores envolvidos. Muito em função desse aspecto, as expectativas movidas pelo fator econômico continuaram a ser a principal motivação da comunidade para o investimento no turismo.

Todavia, mesmo diante dos esforços da população, ao turismo solidário não foi atribuída uma importância significativa com relação ao retorno financeiro, seja de parte da iniciativa privada e menos ainda das ações vinculadas ao governo. Para os moradores, o fluxo de turistas não foi o esperado e a cobrança pelos receptivos familiares era pequena frente aos gastos gerados na compra, por exemplo, de gêneros alimentícios, de higiene pessoal ou de limpeza, adquiridos para receber os turistas. Portanto, o retorno financeiro foi pequeno, e a renda originada diretamente do turismo foi considerada pelos moradores como insuficiente para que fossem feitos grandes investimentos nos receptivos familiares, que, segundo eles, poderia atrair mais turistas. Os poucos investimentos feitos, como a compra de camas, colchões e roupas de cama de melhor qualidade, ou a ampliação e melhorias estruturais dos

receptivos, foram realizados aos poucos, na medida em que as famílias foram recebendo os turistas e um pouco da expectativa gerada pelo turismo foi sendo suprida, ainda que não tenha durado muito tempo.

Para muitos moradores, portanto, os principais benefícios ligados ao turismo solidário não guardaram relação significativa com o aspecto econômico, nem se deram exatamente na esfera individual, frustrando, assim, a expectativa inicial. De certo, houve casos em que a renda gerada pelo fluxo de turistas por causa do turismo solidário, principalmente a renda ligada às ações da iniciativa privada, conseguiu suprir algumas necessidades momentâneas, como, por exemplo, para cuidados médicos ou investimentos educacionais. Conforme relatos, as principais conquistas se deram em âmbito coletivo, embora tenham sido, sobretudo, ganhos materiais. O envolvimento dos moradores, da operadora de turismo e dos turistas que frequentavam o povoado de Capivari contribuiu para que algumas ações fossem realizadas em benefício da coletividade. Entre elas, está a construção do Centro Comunitário de Capivari – onde funciona atualmente o centro odontológico, uma sala para atendimento médico, o escritório da associação comunitária, a sala do artesão, além de uma sala com computadores doados para uso dos moradores. Também, foram realizadas diversas ações sociais promovidas pela Andarilho da Luz que envolveram os turistas. Entre os visitantes, havia médicos, dentistas, advogados e professores, que ofereciam tempo livre para prestação de serviços à comunidade. Nessas ocasiões, eram feitas doações de materiais de construção, roupas, entre outras; além de cursos e palestras com temas relacionados, por exemplo, ao turismo, meio ambiente, saúde e afins.

Todas essas iniciativas desenvolvidas tanto pela Andarilho da Luz quanto pelo governo de Minas Gerais contaram com uma presença significativa dos moradores locais que, via de regra, foram representados pela Associação Comunitária Pró-Melhoramentos de Capivari, fundada em 1988. Grande parte dos moradores, incluindo os que não aderiram às propostas de turismo solidário, fez e continua a fazer parte da associação, ainda que alguns mais ativos do que outros. Segundo relatos, os moradores enxergam a associação como um caminho para a obtenção de benefícios coletivos. Dos entrevistados, metade deles revelou participar mais ativamente das reuniões, assim como dos grupos que dela fazem parte, como os grupos de teatro e artesanato.

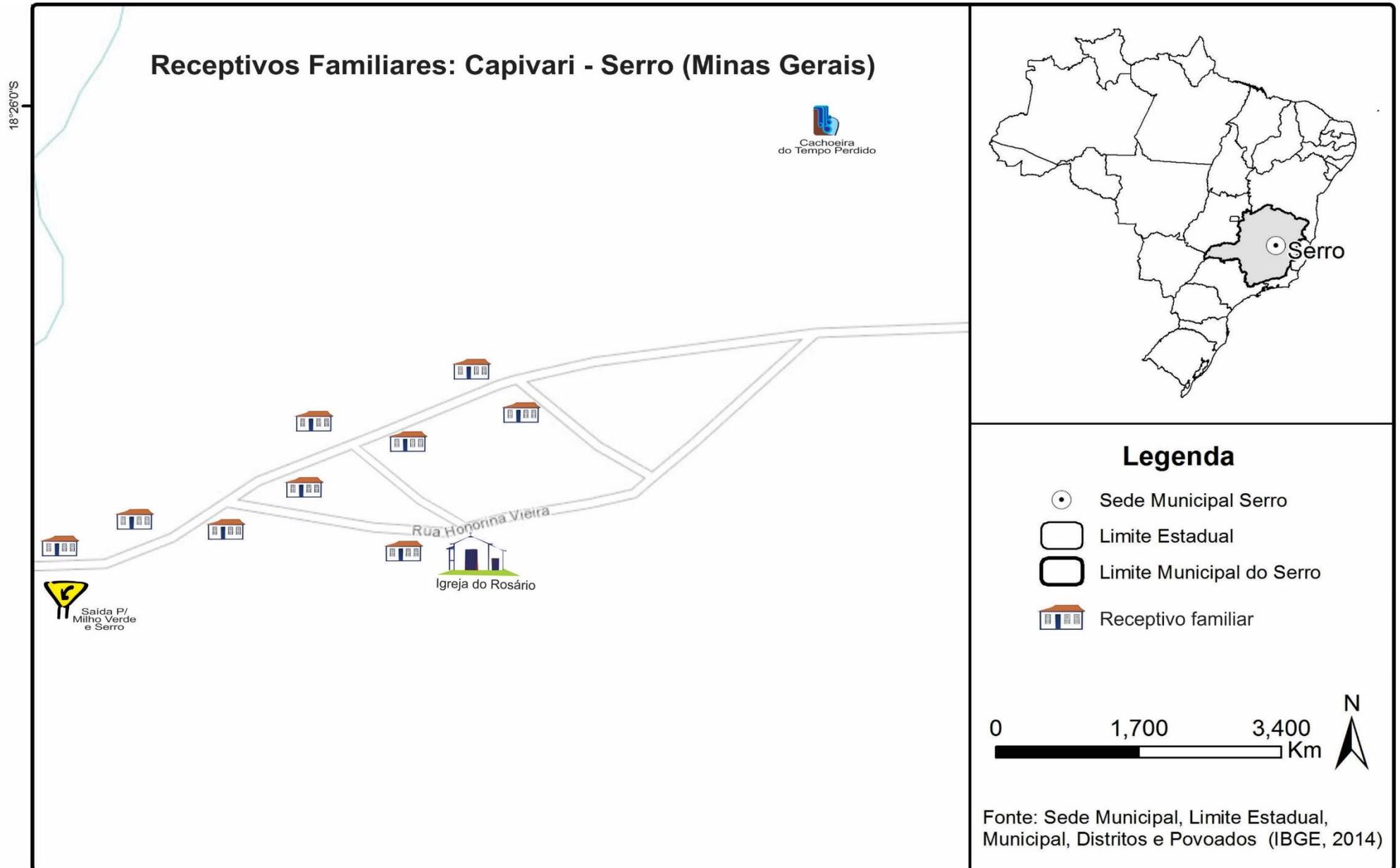
Na época em que o turismo ainda contava com algum entusiasmo por parte dos moradores, a comunidade conseguisse organizar, sempre contando com a ajuda externa e tendo a Associação como pano de fundo, na tentativa de ampliar seus canais de comunicação

e os processos de tomada de decisões. Nesse sentido, foi notória a eleição de um morador, em 2010, como representante de Capivari na Câmara de Vereadores do Município do Serro - fruto, principalmente, de uma articulação local. No entanto, os relatos dos moradores deixaram claro que os encontros na Associação ocorriam, predominantemente, quando havia um esforço de mobilização por parte do principal agente externo atuante na comunidade – o proprietário da Andarilho da Luz, e, em menor número, por parte de representantes do governo atuantes no PTS. Naquela época, não sem razão, as pautas estavam quase sempre vinculadas à atividade turística e seus desdobramentos.

Assim, as ações ligadas ao turismo solidário – sejam na esfera pública ou privada –, não foram percebidas positivamente pelos moradores. De um lado, o programa não foi uma força propulsora da economia, tal qual pretendia: não houve, por exemplo, nenhuma visita ao povoado que tenha sido promovida pela central de reserva do programa, que se confirmou como um dos grandes gargalos, conforme já discutido anteriormente. De outro lado, durante um curto período, o fluxo de turistas no povoado era estimulado e garantido pela operadora Andarilho da Luz; todavia esse fluxo foi se arrefecendo, o que gerou certo desapontamento por parte dos moradores.

A relativa importância assumida, ainda que momentaneamente, pela atividade turística em Capivari deve-se muito mais à iniciativa privada do que ao Programa Turismo Solidário. A força e a alta capacidade de articulação que a operadora Andarilho da Luz tinha no povoado, fruto da forte influência do proprietário da empresa sobre os moradores e, conseqüentemente, sobre a realidade turística local, fez com que a mobilização e os esforços locais se voltassem predominantemente a essa proposta, em detrimento da política de Estado, como se verá com mais detalhes na análise estrutural. O PTS chegou à localidade somente quando a concepção e a organização dada pela iniciativa privada já haviam se solidificado. Logo, as sociabilidades geradas e a disposição da comunidade para o turismo configuraram um quadro complexo de relações em que ao Estado, cuja proposta também foi levada por agentes externos, teve um papel de menor relevância no contexto turístico.

Figura 8: Receptivos Familiares – Capivari



Elaboração: Maria Flávia Pires Barbosa, Eric Oliveira Pereira e Solano de Souza Braga, 2018.

Figura 9: Receptivos Familiares – Capivari



Fonte: Acervo próprio/2016.

5.1.2. Recortes territoriais: a experiência do distrito de Milho Verde

No distrito de Milho Verde, ao contrário do que acontecia em Capivari na época de implantação do PTS, o turismo já se mostrava como uma grande força externa, cujo impacto na dinâmica interna da comunidade se fazia sentir pelo menos desde os anos 1970. A economia do turismo se consolidou com tanta intensidade nas décadas posteriores que gerou transformações estruturais expressivas na localidade, entre elas, alterações em seu panorama social e nos modos de apropriação territorial. Nos anos 1970, o turista originário buscava o contato com a natureza e com os elementos tradicionais da cultura local. Mais do que isso, o viajante procurava a espontaneidade e a originalidade da natureza como forma de se distanciar da racionalidade e da rigidez da vida moderna (ARNDT, 2007). Com efeito, a atividade turística no distrito teve início associada mais intensamente a um movimento operado pelos turistas do que a uma organização prévia da própria comunidade.

Esses turistas pouco exigiam quanto à infraestrutura turística ou aos equipamentos urbanos, já que a procura era quase sempre pelos *campings*, situados em locais públicos do distrito ou pelas casas de amigos/familiares. Nesse sentido, não havia uma preocupação maior, por parte da maioria deles, em relação aos impactos ambientais, sociais ou de qualquer tipo causados pelas suas presenças/permanências na localidade.

Todavia, à medida que aumentava o fluxo de turistas, a demanda turística se tornava cada vez mais complexa e, conseqüentemente, a oferta local buscava acompanhá-la. A necessidade de estruturação turística cada vez mais crescente fez surgir, nas décadas de 1970 e 1980, as primeiras pequenas pousadas cujos proprietários eram os próprios moradores. Esse caráter menos impactante de um turismo “alternativo” perdurou até o início dos anos 1990. Ainda que ao longo desses anos as transformações do distrito tenham sido muito intensas, sobretudo quando comparado ao distrito vizinho de São Gonçalo do Rio das Pedras, ou Capivari, esse caráter “amador” no trato com o turismo por parte dos moradores, associado a um perfil de turista que, como dito, era pouco exigente no tocante à infraestrutura urbana, contribuiu para que não houvesse grandes investimentos tradicionalmente associados ao turismo como, por exemplo, altos investimentos imobiliários ou grandes empreendimentos turísticos.

Na década seguinte, porém, quando lentamente se fez notar um maior estímulo ao comércio local e à conformação de um aparato turístico um pouco mais sofisticado, foi que vozes mais atentas começaram a anunciar as transformações pelas quais passava Milho Verde

no contexto turístico local e regional. Foi a partir da década de 1990, em convergência com a concepção política nacional e regional no campo do turismo, que essa atividade passou a ser apontada como possível caminho para se alcançar o desenvolvimento local. Conforme registra Bessa (2011), o primeiro grande projeto com essas características, que abarca toda a região na qual o distrito de Milho Verde está inserido, incluindo São Gonçalo do Rio das Pedras, é o projeto público-privado “Estrada Real”. Gerenciado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), esse projeto apresentou como objetivo principal transformar em produto turístico os antigos caminhos do ouro e dos diamantes que ligavam os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A maciça divulgação do projeto em âmbito nacional e internacional, que incluía Milho Verde na rota de turismo “oficial”, fez alterar significativamente o perfil de turista que chegava à localidade. De um turista “hippie” do início da década de 1970, chega-se aos indivíduos de classes mais altas, que por sua vez demandam uma infraestrutura urbana cada vez mais elaborada (BESSA, 2011).

Ao entrar na rota de destinos turísticos regionais e nacionais, a cada “alta temporada” Milho Verde passou a atrair, então, um número cada vez maior de turistas. Em datas como *réveillon*, carnaval, semana santa, ou em eventos importantes ligados à tradição cultural da região, como a Folia de Reis, em janeiro, ou o Encontro Cultural de Milho Verde, em julho, o distrito passou a atrair, além de um quantitativo maior de turistas, uma diversificação mais ampla do perfil do visitante, fazendo aumentar, portanto, a complexidade da realidade turística local. Frente a isso, os moradores se viram obrigados a se rearranjarem social e economicamente, de modo que pudessem se inserir nesse novo contexto, sobretudo como meio de sobrevivência. De maneira semelhante ao movimento empreendido pelos moradores, o influxo de pessoas oriundas de outras localidades, tanto próximas ou mesmo da capital Belo Horizonte, ou de outro grande centro urbano, resultou no aumento ainda maior da complexidade da estrutura social, com a chegada de um contingente populacional muitas vezes permanente que, via de regra, possuía um nível de instrução formal maior e era economicamente superior a grande parte da população local.

Assim sendo, a oferta de *campings*, pousadas, de aluguel de casas para temporada, restaurantes, bares e de produtos oriundos dos pequenos comércios locais destinados ao atendimento do turista se multiplicou no distrito, em suas variadas escalas de qualidade, de modo a atender os diferentes perfis de turistas que passaram a frequentar Milho Verde.

Foi também na década de 1990 que o distrito passou a fazer parte da zona de amortecimento do Parque Estadual do Pico do Itambé e da Área de Proteção Ambiental das

Águas Vertentes, ambos criados em 1998. Já em 2011, Milho Verde passou a fazer limite direto com o Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio, o que aumentou os conflitos relacionados ao uso e à ocupação do solo.

Portanto, foi nesse emaranhado social, em que se desenrolavam tensões de toda sorte, resultado de conflitos inerentes ao próprio crescimento da atividade turística, que o Programa Turismo Solidário foi proposto pelo governo do Estado de Minas Gerais.

No início, somente cinco famílias decidiram aderir ao PTS em Milho Verde – dessas, apenas quatro concordaram em conversar sobre o tema. (Figuras 10 e 11). Das cinco, quatro eram representadas por mulheres e apenas uma por homem. Segundo relatos, a ideia do turismo solidário foi apresentada pelo IDENE, na figura da representante do órgão e moradora da região.

Uai, quem trouxe essa ideia aqui é uma moça lá de São Gonçalo, do IDENE. Ai começou, tinham as reuniões, eu frequentava [...]. Essa moça do IDENE vinha muito aqui, trazer as ideias, depois vinha o pessoal de fora, o pessoal que trabalhava ai, eram muitas, vinham para fazer reuniões, trazer orientações. Na época a gente achava até engraçado, né... porque é turismo solidário, mas para ficar nas casas tinha que pagar, os turistas vinham e falavam: uai, é solidário, né? Não tinha que pagar...tinha que ser de graça! Era até engraçado. Solidário é dado! (Fala de morador de Milho Verde).

Ao mesmo tempo, a presença do proprietário da Andarilho da Luz – o mesmo que atuava em Capivari – também se fez presente, segundo relatos dos moradores, embora bem menos intensa quando comparada à atuação dele em Capivari.

O turismo solidário, quem trouxe... quem trouxe foi o pessoal do IDENE, e quem alavancou o negócio foi o pessoal da Andarilho da Luz. Ele ficava aqui no Milho Verde, depois ele foi lá para Capivari...aí...aí lá em Capivari é onde tem mais receptivo familiar (Fala de morador de Milho Verde).

Essa baixa adesão, levando em conta que a população de Milho Verde vem aumentando consideravelmente nas últimas décadas, e, na época do Programa contava com mais de 1.200 habitantes (SIDRA, 2010), é corroborada pelos relatos de que, em geral, a ideia não teve boa aceitação na localidade, uma vez que o turismo já era uma constante no distrito e a ideia não encontrou aderência na realidade turística local. Conforme aponta Bessa (2011), ainda em 1970, quando a atividade turística teve início no distrito, o fluxo de turistas que chegava à localidade causou receio em parte dos moradores locais que acabaram migrando para outras regiões próximas, como Capivari, por exemplo. Como resultado, foi ainda na década de 1970 que os primeiros terrenos foram vendidos, processo que se intensificou nas décadas seguintes. Muitas dessas novas construções deram origem, ao longo dos anos, a

pousadas, restaurantes, bares e outros equipamentos turísticos, geralmente de propriedade de agentes externos. Tal processo, por conseguinte, acabou por gerar e intensificar as ações de especulação das terras em Milho Verde, fato que tornou ainda mais complexa a expansão urbana do distrito e sua relação direta com o turismo. Dessa maneira, a forma como essa atividade foi se delineando, resultado, como dito anteriormente, de um processo promovido “de fora para dentro”, guarda estreita relação com os constantes conflitos entre os atores internos e externos e entre os usos tradicionais da região, atualmente proibidos pelos órgãos ambientais do Estado, e as atividades atuais – entre elas o próprio turismo.

A bem dizer, quando o turismo ainda nem dava sinais de que seria capaz de promover transformações tão significativas no distrito, grande parte da comunidade garantia seu sustento por meio do garimpo, do extrativismo vegetal - com a coleta de sempre-vivas, candeia, entre outras, e das atividades agrícolas - em especial a agricultura de subsistência, atividades que não garantiam, segundo relatos, nem mesmo um salário mínimo/mês aos trabalhadores.

Do que se sabe, o distrito de Milho Verde viveu durante anos – principalmente durante o período que marcou o auge da mineração – sob um rígido controle por parte da Coroa Portuguesa, e também dos grandes latifundiários da região. Com o fim da Real Extração, grande parte da população – negros alforriados e homens livres que aí se estabeleceram, permaneceu e continuou a exercer atividades ligadas à mineração e à agricultura. Alguns poucos, segundo Moss (2014), conseguiram comprovar a posse de suas terras. Todavia, a maior parte passou a se dedicar à subsistência, vivendo em terras arrendadas pelos grandes proprietários, cujo pagamento se dava por meio de parte da produção.

Essa subordinação de grande parte da população, fruto da existência de um poder de mando senhorial desde o Brasil Colônia – e que tinha na figura do chamado “Coronel de Milho Verde” sua expressão máxima – perdurou até as últimas décadas do século XX. Essa relação de dominação, de obediência em nome de uma tradição e de dependência entre as hierarquias sociais apenas se reconfigurou em Milho Verde em anos recentes, em razão das transformações das estruturas locais geradas, entre outras coisas, também pela atividade turística (MOSS, 2014).

Ao longo do século XX, com a economia em constante declínio e com o descaso governamental, a pouca vitalidade econômica que restava continuou à custa de uma mineração cada vez mais decadente, eventualmente reacendida pelas dragagens dos riachos

feitas por empresas da área de mineração que passaram a atuar na região em tempos mais recentes, e que eram aproveitadas pelos moradores para o garimpo manual, ou, então, mediante a continuidade de trabalhos ligados à agricultura de subsistência.

Assim, muito embora fosse uma vida de intensas privações, o território onde o turismo se instaurou no último quartel do século XX foi marcado historicamente, e de maneira muito intensa, pelo garimpo, pelo extrativismo vegetal e pela agricultura, sendo essas, portanto, as atividades responsáveis por garantir as mínimas condições de existência da população.

Meu marido trabalhava... era garimpo e roça. Tempo de roça, era roça. Tempo de garimpo, era garimpo. Garimpo você sabe, garimpo é uma coisa incerta, muito incerta. As vezes tira o diamante, as vezes não tira nada, mais não tira do que tira... mas é como se diz, é um jogo que fica fazendo (Fala de morador de Milho Verde).

Do relato acima, fica claro que essas atividades faziam parte do cotidiano também das famílias que decidiram abarcar a ideia do PTS, já que todos narraram ter alguém próximo que trabalhava, ora no garimpo, ora na 'roça'. Dessa forma, antes da chegada do turismo solidário, dois dos entrevistados trabalhavam em pequenas plantações. Uma das entrevistas era professora da escola primária no distrito; e outra exercia atividade de ajudante de serviços gerais na prefeitura do Serro. A renda obtida com as atividades voltadas para a agricultura não foi bem contabilizada pelos entrevistados, pois eram atividades esporádicas e, assim, não forneciam uma renda média que pudesse garantir o sustento individual ou da família. Quanto às demais atividades econômicas, a renda auferida era de no máximo um salário mínimo/mês.

Nesse contexto de privações, principalmente econômicas, em que também pesavam sobre a população as proibições legais das atividades tradicionais como o garimpo e o extrativismo vegetal, a principal motivação dessas poucas famílias que decidiram acreditar e se envolver com a proposta de turismo foi de ordem econômica e, em menor grau, o desejo de contribuir com o turismo na região, isto é, para o aumento do fluxo de turistas dispostos a contribuir com a comunidade.

A principal motivação... era para poder ver se trazia turista para a comunidade, para ajudar a comunidade a se desenvolver (Fala de morador de Milho Verde).

As principais atividades desenvolvidas no âmbito do PTS eram distribuídas entre o comércio - com a venda de quitandas e doces para os turistas; o trabalho de guia turístico; e os receptivos familiares. As duas primeiras, segundo os moradores entrevistados, conseguiram algum êxito já que essas atividades podiam ser oferecidas à revelia do tipo de turista que chegava ao distrito – seja ele o turista solidário ou não. Nesses casos, certamente os

moradores não faziam distinção entre um perfil e outro. Logo, a renda gerada pela movimentação dos turistas conseguiu ser mais satisfatória quando comparada à atividade ligada ao receptivo familiar. Uma queixa importante com relação aos receptivos diz respeito à baixa procura e a falta de mobilização e organização, e mesmo de envolvimento da comunidade com o Programa. Uma entrevistada narrou que, mesmo tendo realizado praticamente todos os cursos oferecidos no âmbito do PTS e mesmo com um interesse real de participar, ela acabou desistindo antes mesmo de receber o primeiro turista, por causa da quase ausência de organização da comunidade e da própria gestão do Programa. Para ela, o insuficiente apoio por parte do governo e a falta de maior envolvimento e diálogo entre os gestores e os próprios moradores contribuíram para que o PTS não vingasse em Milho Verde. Nesse sentido, principalmente para os entrevistados que se dedicaram aos receptivos familiares, a renda gerada pelo turismo solidário não foi considerada suficiente. Logo, não foram feitos investimentos pelos moradores relacionados ao turismo solidário em Milho Verde, exceto o tempo destinado por eles para a realização dos cursos e das atividades desenvolvidas pelo poder público. Como consequência da pouca relevância conferida ao Programa pelos moradores, os relatos mostraram a quase ausência de benefícios advindos diretamente dessa política. Cabe o registro de que não houve relatos sobre prejuízos financeiros causados pelo programa e as críticas feitas aos moradores que decidiram pela adesão a ele vieram mais da desconfiança de que pudesse um turismo diferente do usual contribuir para a geração de renda para a comunidade.

Benefício para mim não trouxe... [...]. Para a comunidade também não trouxe. O pessoal comprava tudo lá com ela, com a Cida (proprietária de um receptivo e um pequeno empreendimento comercial), e nos outros locais não! Só ela! (Fala de morador de Milho Verde).

Não sei se o Programa trouxe benefício, porque aqui já era uma cidade turística, então não sei. Quantos anos acontece o turismo aqui? Então a gente não sabe, mas eu acho que se hoje não tem ninguém trabalhando nele, então não trouxe (Fala de morador de Milho Verde).

Benefícios para a comunidade também não teve, porque ele até acabou, se fosse bom continuava, né. Outro dia eu estava até perguntando para uma moça de São Gonçalo sobre o Programa e ela disse: Ah! Não estou mexendo com isso mais não, lá em São Gonçalo também acabou (Fala de morador de Milho Verde).

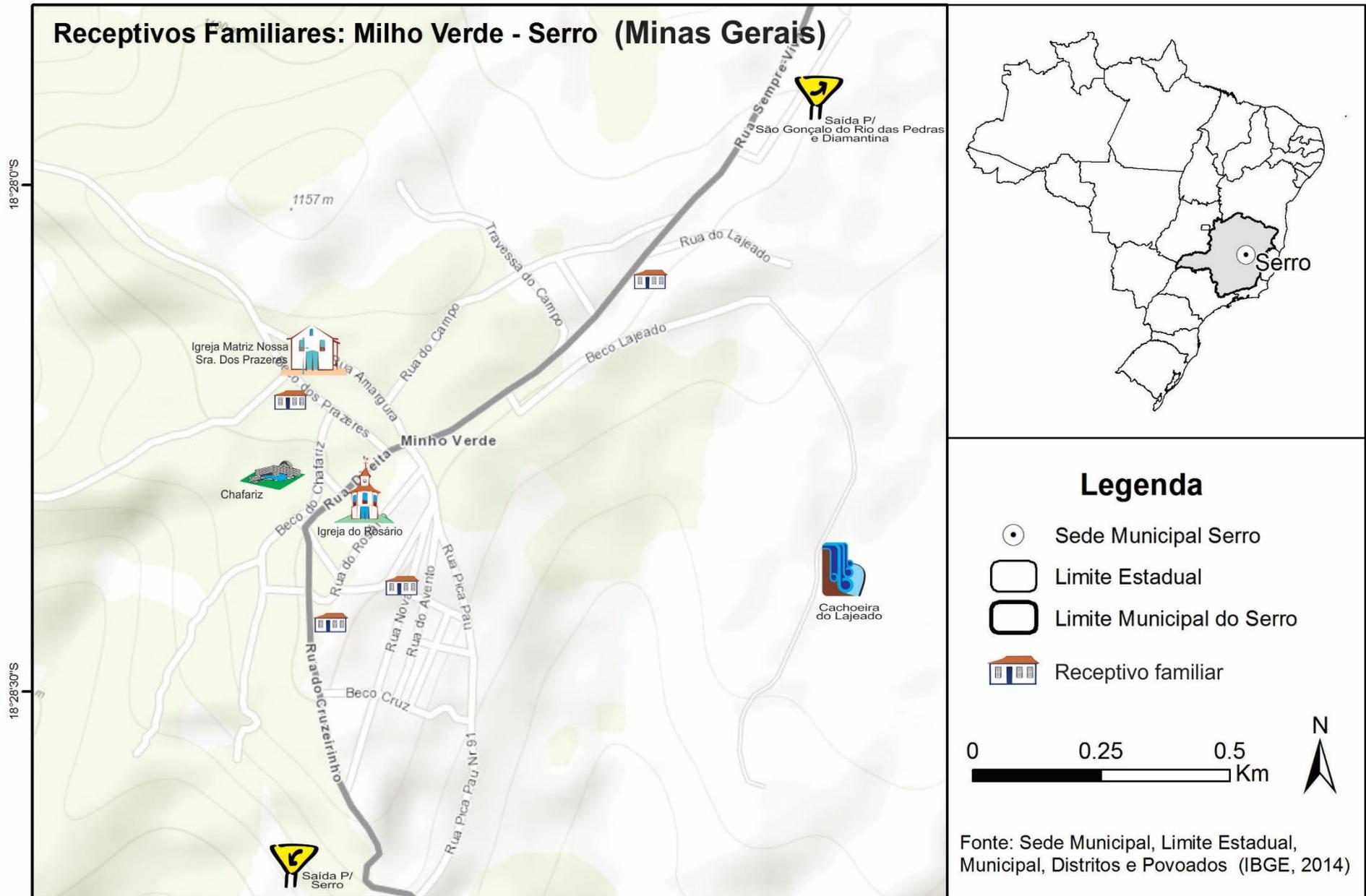
Apesar de o PTS não ter gerado a mobilização e o maior envolvimento dos moradores, o que se viu em Milho Verde, ano após ano, foi o *ser garimpeiro/extrativista* cedendo lugar ao *ser empreendedor*. Se antes o garimpo e o extrativismo vegetal eram as principais forças econômicas e, conseqüentemente, os principais meios de ascensão social na região, nas

últimas décadas, a diversificação da economia provocada pelo turismo, indo muito além do turismo solidário, fez surgir novas fontes de renda e de sobrevivência. De modo geral, muitas famílias do distrito passaram a ter como principais formas de ocupação as atividades relacionadas ao turismo – pequenos comércios; a prestação de serviços ligados à hospedagem e alimentação; o aluguel de casas para temporadas; a construção civil, muitas vezes também voltada para a construção de casas para aluguel; além do trabalho de guias turísticos, já que muitos turistas procuram a região em razão de seus atributos paisagísticos e naturais. Todavia, tais atividades estão ligadas predominantemente, como já era esperado, a um tipo de turismo considerado “tradicional”, em detrimento do turismo solidário.

Nesse contexto, três dos quatro atores entrevistados disseram que tinham como uma de suas ocupações atuais alguma atividade relacionada ao turismo. Dois deles atuam hoje em atividades ligadas ao comércio, tais como a venda de quitandas e de sucos naturais. Além disso, uma das entrevistadas aluga quartos para hospedagens de turistas – guardando, assim, alguma relação com o turismo solidário. Outro entrevistado atua como guarda-parque e guia turístico na região.

Segundo relatos, a renda individual e, conseqüentemente, a renda média das famílias aumentou, ainda que minimamente, por causa do envolvimento desses atores com a atividade turística. No entanto, no caso específico do turismo solidário, o Programa não conseguiu suprir as expectativas dos moradores quanto à geração de renda, ficando muito aquém do esperado e do desejado. Dessa maneira, a população nativa que ainda permanece no distrito, buscando formas de sobrevivência por meio de atividades ligadas ao turismo, convive hoje com um alto custo de vida, e, certamente, essa atividade não lhes garante a autonomia necessária para atuarem, portanto, como protagonistas.

Figura 10: Receptivos Familiares – Milho Verde



Elaboração: Maria Flávia Pires Barbosa, Eric Oliveira Pereira e Solano de Souza Braga, 2018.

Figura 11: Receptivos Familiares – Milho Verde



Fonte: Acervo próprio/2016.

5.1.3. Recortes territoriais: a experiência do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras

Em São Gonçalo, a primeira leva de visitantes chegou ao distrito ainda na década de 1960. A preservação de seu patrimônio e de suas belezas paisagísticas foram as motivações determinantes para que um restrito grupo de viajantes começasse a frequentar o distrito em busca de descanso e de contato com a natureza e com sua arquitetura preservada (SANTIAGO, 2006).

Com uma estrutura de acolhimento inicial muito simples, aos poucos os turistas foram demandando da população local alguns serviços, como hospedagem, refeições e bares. Dessa maneira, o aquecimento do comércio e sua estruturação ocorreram de modo gradativo. Em parte, esses meios foram constituídos por imigrantes que, ao longo dos anos, foram se estabelecendo na comunidade. No entanto, a maior parte dos serviços turísticos foi empreendida por pessoas nascidas na localidade ou na região. Com o fluxo turístico fortemente sazonal na época, via de regra, o turista buscava serviços essenciais e, portanto, não fazia exigências para além dos padrões de consumo locais.

Foi nesse contexto que, em 1975, o alemão Martin Kuhne, então morador do Rio de Janeiro, visitou São Gonçalo pela primeira vez. No ano seguinte, acompanhado de sua esposa, Anna Maria Schuepp, retornou ao distrito e lá fixou residência. A partir daí o casal, juntamente com um grupo de moradores, iniciou um processo de organização da comunidade. Por meio das ações desse grupo e com a ajuda, em grande medida, de recursos externos – como de organizações não-governamentais estrangeiras – foram feitas melhorias nas condições de vida local. Naquela época, foi construído um posto de saúde e a escola infantil foi ampliada, passando a oferecer as séries correspondentes até o final do ensino médio. Além disso, foi construído um poço artesiano e, assim, o distrito passou a contar com abastecimento de água. Ainda hoje, as ações desse casal são reconhecidas por grande parte dos moradores, e muitos atribuem aos dois a capacidade de se organizarem coletivamente (SANTIAGO, 2006).

É possível dizer que essa capacidade de organização da comunidade se refletiu, de certo modo, no processo de desenvolvimento do turismo na localidade. Ao longo dos anos, mesmo que as inevitáveis verticalidades impostas por essa atividade tenham ganhado força no território, fato é que a comunidade conseguiu impor certo tipo de resistência. Assim, a configuração territorial do distrito não sofreu alterações tão profundas, sobretudo quando comparada ao distrito vizinho de Milho Verde. Grande parte das primeiras edificações de São Gonçalo, datadas dos séculos XVIII e XIX e localizadas nos Largos do Félix, do Rosário e do

Comércio, ainda guarda características originais. Dessas edificações, em muitas delas ainda predominam o uso residencial. Em outras, como as localizadas no Largo do Comércio, como o próprio nome indica, foi o local onde, no século XIX, instalou-se o comércio, cuja atividade perdura até os dias atuais.

Em outras áreas do distrito, no entanto, o processo de expansão urbana, que se iniciou na década de 1980 e se acentuou nos anos 1990, apresenta-se mais fortemente associado ao turismo. Esse processo se ampliou com a compra de terrenos maiores para que fossem construídas casas de segunda residência ou até mesmo moradias permanentes, e cujos proprietários eram, predominantemente, pessoas de fora. Da mesma forma, tais áreas começaram a receber um tipo de ocupação que respondia exclusivamente às demandas turísticas locais, com a construção de pousadas e chácaras, essas últimas, também utilizadas como turismo de segunda residência.

Nota-se que, dado esse panorama ampliado de processos socioeconômicos, associado, entre outras coisas, ao turismo, em São Gonçalo o processo de desmembramento dos lotes em unidades menores, assim como a verticalização das construções e a alteração no ambiente natural ocorreram de modo mais sutil, sobretudo quando comparado ao distrito de Milho Verde. Por outro lado, contudo, a presença permanente de pessoas de fora, que para lá imigraram nas décadas de 1980 e 1990, provocou alterações no contexto social que, aos poucos, foi tomando relevo no distrito, com forte influência no campo do turismo.

Valendo-se, em grande medida, de certo ‘engajamento’ da população local, que atuou como força de resistência ao lado de um restrito grupo de moradores vindos de fora, o que se viu em São Gonçalo foi que, ao longo dos anos, parte significativa dos empreendimentos turísticos aí realizados foi, e continua sendo, administrada por núcleos familiares ou por pequenos empresários locais. Alguns desses empreendimentos, entre eles, bares e restaurantes compõem a mesma edificação em que estão construídas as residências dos proprietários.

Em face dessas condições locais, o fomento público ao turismo no distrito ficou a cargo de alguns programas de governo desenvolvidos, entre eles, o PTS. Em São Gonçalo, o grupo que decidiu pela adesão ao Programa Turismo Solidário era formado exclusivamente por mulheres. Das cinco mulheres que efetivamente participaram, três eram da mesma família (Figuras 12 e 13). O garimpo, que por anos foi a principal fonte de renda da região, era realizado, sobretudo, pelos homens, que tinham, então, um papel importante como alicerce familiar. Embora muitas mulheres também garimpassem, destinavam-se a elas as funções

principais de cuidar da casa e dos filhos e, por isso mesmo, a participação exclusiva delas nas atividades relativas ao turismo solidário em terras gonçalenses.

Durante as entrevistas, todas as moradoras entrevistadas revelaram ter sido a representante do poder público a principal responsável pela apresentação da ideia do PTS no distrito. Nenhuma referência foi feita ao proprietário da empresa Andarilho da Luz, de modo que a presença dele no distrito foi inexpressiva.

Ela (representante do poder público) foi quem trouxe e apresentou o Programa aqui [...]. No início a gente criou muita expectativa porque era novidade, era uma coisa nova que estava chegando, a gente se empolgou muito (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Quem começou a trabalhar com a gente sobre o turismo foi ela (a representante do poder público). Ela que trazia as informações, fez um levantamento dos cursos que a gente estava precisando, que tinha mais necessidade, e começou a ter mais pessoas. Que eu me lembre, o começo foi ela mesmo (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

O interesse em participar do Programa ficou restrito a um grupo bem reduzido na comunidade. Sua pouca representatividade no âmbito local, visto que São Gonçalo conta atualmente com uma população de aproximadamente 1.500 habitantes (SIDRA, 2010), mostra que, de modo geral, a ideia não foi muito bem recebida pelos moradores. Muito embora um número considerável de moradores tenha realizado os cursos de capacitação oferecidos pelo governo, somente essas poucas famílias decidiram investir, de fato, na ideia. Conforme relato de uma entrevistada, essa baixa adesão possivelmente está associada aos constantes conflitos e embates entre grande parte dos moradores e a representante do poder público – responsável pela apresentação da proposta e, também, moradora do distrito. Ademais, o turista que frequenta São Gonçalo possui maior poder aquisitivo, sobretudo se comparado ao turista de Milho Verde, é mais exigente quanto à qualidade dos serviços de hospedagem e, por isso, opta por ficar em pousadas tradicionais.

Antes da implantação do Programa Turismo Solidário, conforme os entrevistados, a vida econômica deles tinha lastro no garimpo. Como as demais localidades aqui estudadas, as origens de São Gonçalo remontam à descoberta de ouro, no início do século XVIII. Assim, a mineração foi a principal atividade econômica de grande parte de seus moradores. De acordo com Arndt (2007), a pouca expressividade da agricultura nas atividades econômicas, aliada a uma presença constante e, por vezes, permanente, de estrangeiros e a maior concentração da população na área urbana frustraram a constituição de um poder oligárquico ou de um monopólio das atividades comerciais em São Gonçalo. Com a decadência da mineração, a

maior proximidade do distrito com Diamantina, embora sendo São Gonçalo pertencente ao município do Serro, levou ao fortalecimento de uma atividade econômica mais voltada ao comércio e à lapidação.

De certo, isso contribuiu para que o distrito fosse “um reduto político liberal ao longo do século XIX, ao contrário do vizinho Milho Verde que, previsivelmente mais reacionária, permaneceu monarquista” (ARNDT, 2007, p. 115). Desse modo, as verticalidades impostas a São Gonçalo encontraram, do período colonial às décadas atuais, maiores resistências das forças locais. Entre as razões dessas resistências estão a maior presença de estrangeiros, de modo que as ideias mais inovadoras e progressistas ganhassem maior circulação; a existência de um poder político mais liberal, que impôs certa oposição aos ideais conservadores da época; o fato de ter sido um entreposto comercial e, portanto, palco de trocas econômicas e culturais mais frequentes; o desenvolvimento de atividades alternativas à mineração, entre elas, lapidação, indústria vinícola e a fabricação de doces, que persistem até os dias de hoje; o maior número de pessoas residentes na área urbana, o que favoreceu as trocas cotidianas e a formação de grupos sociais; e por fim, a maior aproximação política e cultural com Diamantina, considerada uma cidade de vanguarda no processo de industrialização do norte mineiro (BESSA, 2011).

No entanto, dado o contexto local em que às mulheres era atribuído historicamente o papel de cuidadora do lar e, ao mesmo tempo, em que a população vinha enfrentando grandes privações econômicas, sobretudo com a decadência da mineração e, em virtude das questões ambientais, da sua posterior proibição, quatro das cinco entrevistadas trabalhavam, no período anterior ao Programa, como empregadas domésticas/faxineiras. Trabalho esse que exige, invariavelmente, pouca qualificação profissional.

Ainda quando nem tinha o Programa Turismo Solidário eu já era do lar e dava faxina na casa de gente de fora, com renda de um salário mínimo com carteira assinada. Já tem 20 anos que faço faxina na mesma casa (fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Ainda hoje muito comum no distrito, essa atividade é geralmente exercida pelas donas de casa, por aposentados e desempregados, sobretudo mulheres, que trabalham durante os finais de semana e feriados nas casas de segunda residência, em pousadas ou restaurantes, recebendo apenas pelos dias trabalhados. Dependente do movimento turístico, essa atividade, conforme relato das entrevistadas, não geravam capital considerado suficiente para que as pessoas pudessem ter sua qualidade de vida alterada.

Antes de trabalhar com o turismo eu era doméstica, trabalhava na roça e como faxineira temporária na escola. A renda era bem esporádica, mas fome...nunca passamos! (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Eu trabalhava de doméstica, dona de casa, não ganhava um salário mínimo. A renda não dava para nada. Contava com a ajuda da minha irmã e cunhado, que são bons para mim (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Diante das dificuldades constantes enfrentadas pelos moradores, a principal motivação para adesão ao PTS estava relacionada, principalmente, ao fator econômico, conforme revelam as falas das entrevistadas. Todas elas buscavam na atividade turística a complementação de renda de modo que pudesse garantir uma melhoria nas condições de vida local.

Por que eu resolvi participar? Porque eu não tinha renda de nada, e isso ia me ajudar. Ajudar a gente (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Achei a ideia boa e decidi tentar para ver se dava certo. A intenção era ganhar dinheiro mesmo (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Era uma forma de aumentar renda, a gente estava correndo atrás disso (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Resolvi participar porque eu estava viúva, o bicho estava pegando e tinha dia que eu não tinha um pão de cada dia para colocar na mesa [...]. Então, a ideia era ganhar um dinheirinho para ajudar na renda (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Achei que a ideia era boa, achei que seria bacana. Eu falo que daí a gente teria uma troca de conhecimento, as pessoas vinham, ficavam, e a gente teria essa troca. Além que ia acrescentar a renda (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Todas as moradoras envolvidas com o Programa tiveram como principal atividade os receptivos familiares. Todas elas fizeram cursos de capacitação voltados ao atendimento do turista, ao empreendedorismo, à hospitalidade, entre outros. Segundo relatos, durante a época de desenvolvimento do Programa, havia um fluxo turístico considerável. Assim, como *modus operandi*, era realizado um rodízio entre os receptivos, organizado pelos próprios envolvidos, entre eles, a representante do poder público. Na época de lançamento do PTS, os contatos telefônicos dos receptivos foram divulgados no site do Programa, de modo que os turistas ligavam diretamente para o morador. Muitas vezes a captação era feita pela própria representante do poder público, que por sua vez indicava aos turistas os receptivos disponíveis. Essa logística era das poucas atividades realizadas em conjunto no distrito. Além dessa reunião, outras eram realizadas após temporadas de grande movimentação turísticas,

para discutir assuntos relacionados à organização dos próprios receptivos familiares. Conforme relatos, a atuação em conjunto era restrita a esses aspectos mais pontuais e operacionais.

Assim, a expectativa gerada foi muito maior do que aquilo que a realidade mostrou. O Programa não conseguiu suprir a demanda por renda e, conforme revelaram algumas entrevistadas, em geral, ela foi considerada insatisfatória.

A renda com relação ao Programa era mixaria, pouquíssimo, na época eu nem me lembro quanto a gente cobrava, mas era pouquíssimo (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Assim, poucos foram os investimentos realizados pelas moradoras para atender exclusivamente aos turistas que passavam a frequentar São Gonçalo em virtude da implantação do PTS. Esses investimentos foram mais pontuais, como a troca de colchões e roupas de cama. Todavia, a maior parte das entrevistadas revelou não ter feito nenhum tipo de investimento, visto que a renda gerada, notadamente, não era suficiente para este fim.

A renda não foi significativa. Não fiz investimentos. Na época a gente até discutia muito isso, da necessidade de investir nos receptivos, só que não tivemos movimento para isso, então não deu tempo. Não cheguei a comprar nada, não entrou dinheiro para investir (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Como era preciso garantir o sustento das famílias, muitos moradores, sobretudo as mulheres do distrito, organizaram-se ao longo dos anos por meio de atividades ligadas direta e indiretamente ao turismo, como a produção e venda de artesanatos aos turistas, a produção de doces, vinhos, licores, entre outros produtos. Durante a época de funcionamento do Programa, todas revelaram fazer parte da Associação Comunitária Sempre-Viva, fundada pelo alemão Martin Klune, - uma das primeiras iniciativas coletivas criadas para organizar e gerir os processos constituídos pelos moradores. Com grande representatividade no distrito, sua composição sempre contou com moradores nativos e adventícios. Boa parte das conquistas dos moradores foi obtida com o apoio da Associação. Como já dito anteriormente, a ampliação da Escola Estadual e a criação da Fundação para a Universidade do Vale – FUNIVALE, além da verba oriunda do apoio de entidades internacionais para o investimento em teares para produção de tapetes, computadores, na fabricação de vinhos e doces, por exemplo, foram conseguidas por meio de iniciativas que tiveram o apoio da Associação. O principal articulador das ações no âmbito desse grupo era, até o início do século XXI, o próprio Martin. Após seu falecimento, segundo relatos das entrevistadas, a comunidade perdeu poder de mobilização, uma vez que havia uma nítida dependência dele quanto à

gestão e aos recursos financeiros. Ainda assim, atualmente as moradoras entrevistadas seguem fazendo parte da Associação.

Ademais, três das cinco entrevistadas revelaram fazer parte dos grupos criados exclusivamente pelas e para as mulheres, como o Clube das Mães e o Grupo de Mulheres. Nesses grupos, muitas produziam e comercializavam produtos de higiene pessoal, como sabonetes e hidratantes, além de artesanatos. A Casa de Doces é, ainda hoje, um local onde são produzidos e comercializados os produtos culinários produzidos por mulheres que historicamente fizeram parte desses grupos. Atualmente, os dois grupos encontram-se sem atividades concretas, muito embora ainda haja uma vontade de mobilização por parte das entrevistadas, além de outras mulheres do distrito. Sobre essa participação, o relato que se segue sintetiza os desafios enfrentados pelas mulheres nos dias atuais.

Ali no Grupo de Mulheres você trabalhava, discutia seus problemas, tinha apoio, era muito bacana. Pena que acabou, menina! Durou 15 anos” [...]. O sonho da Márcia era fazer faculdade de Química, para ajudar o Grupo de Mulheres, porque nós precisamos colocar os nossos produtos no mercado. Precisamos de alguém técnico para ajudar a colocar os nossos produtos no mercado. O tanto que ela viu nossa dificuldade nisso, que ela acabou investindo em Química. Quem dera de Deus ajudar, que dê certo um dia... Vai ser bom, pelo menos ela já conhece a história, já está dentro, já faz parte. A gente não cresceu também por conta da dependência, a gente também não tem sede, o que dificultou porque a gente tinha que pagar aluguel (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

A articulação que, de modo geral, há entre os moradores não impediu, contudo, que houvesse críticas, principalmente com relação à adesão ao PTS. Especialmente os donos das pequenas pousadas locais mostraram-se muito resistentes à ideia. Os conflitos e críticas quanto à atuação das moradoras envolvidas no PTS eram guiadas, sobretudo, pela competitividade e pelo receio de se estabelecer certa concorrência, uma vez que o preço cobrado pelos receptivos era menor se comparado aos valores cobrados nas pousadas tradicionais. Além disso, algumas críticas foram orientadas pelo medo com relação à violência.

O povo ali em cima que tinha as pousadas cercava o povo todo, os turistas. Por isso eu fiquei com raiva e larguei (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Seguindo a lógica comum às localidades aqui estudadas, em São Gonçalo também não foram relatados benefícios advindos do investimento no PTS. Em âmbito individual, a expectativa inicial relacionada à renda não foi alcançada, o que causou certa frustração. No contexto coletivo, a baixa adesão ao Programa e a pouca aderência à realidade local também

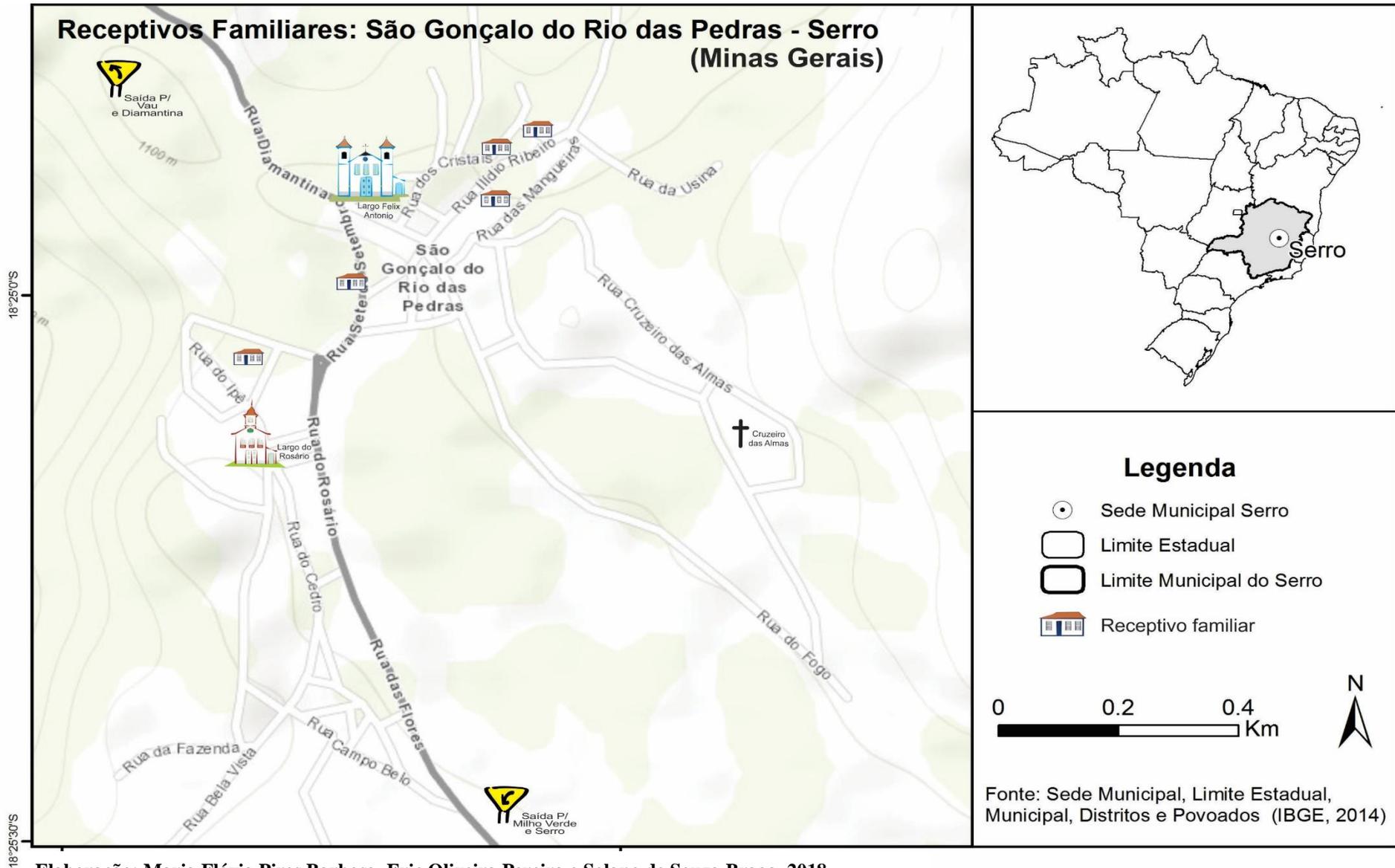
contribuíram para que a o PTS não lograsse o êxito esperado. Todavia, também nesse caso não foram registrados prejuízos gerados pelo envolvimento com a proposta.

No início a gente se empolgou muito! Depois acabou e veio a frustração!
(Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Aí a gente foi criando expectativa, de realmente melhorar o turismo, aqui mesmo eu ia até construir quarto lá em cima, mas depois... Eu ainda pretendo, mas a gente não recebia muita gente, aí vai desanimando, não é[...]. A gente vai criando expectativa, aí depois não era aquilo... (Fala de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Em suma, atualmente, das cinco entrevistadas, apenas duas realizam atividades que ainda guardam alguma relação com o turismo. Uma delas, mesmo com o fim institucional do Programa, esporadicamente recebe visitantes na própria residência e preserva um restaurante caseiro cujas atividades iniciaram e foram impulsionadas pelas ações do Programa. Da mesma maneira, a outra entrevistada mantém o restaurante que já existia em momento anterior às atividades do PTS, mas não prossegue como receptivo familiar. As demais envolvidas, por causa das dificuldades enfrentadas e das expectativas frustradas, cessaram as ações relativas à atividade turística. Duas delas, já aposentadas e com idades acima de 60 anos, são hoje donas de casa e recebem aposentadoria de um salário mínimo/mês. A terceira é servidora pública e realiza serviços gerais na Escola Estadual do distrito, também com renda de um salário mínimo/mês.

Figura 12: Receptivos Familiares – São Gonçalo do Rio das Pedras



Elaboração: Maria Flávia Pires Barbosa, Eric Oliveira Pereira e Solano de Souza Braga, 2018.

Figura 13: Receptivos Familiares – São Gonçalo do Rio das Pedras



Fonte: Acervo próprio/2016.

5.2. O Programa Turismo Solidário à luz das medidas de capital social

Como dito anteriormente, as relações de aconselhamento/diálogo sobre o Programa Turismo Solidário na época de seu funcionamento é a variável relacional ou “estrutural” adotada nesta pesquisa. A escolha dessa variável tornou possível relacionar todos os atores do sistema social estudado e, com isso, escolher as nove medidas de capital social que, associadas aos dados sociodemográficos, ajudam a revelar a estrutura da rede e o comportamento dos atores envolvidos na política de turismo através de suas posições reticulares. As medidas apresentadas no quadro 1, no capítulo 3, dizem respeito à centralidade de grau, coparticipação em cliques, densidade, diâmetro/distância geodésica, centralidade de intermediação, centralidade de proximidade, buracos estruturais, índice “c” e eigenvector.

Importante medida capaz de identificar o nível de inserção estrutural do ator na rede, a centralidade de grau está diretamente relacionada ao poder, já que revela os atores mais importantes do sistema. Do ponto de vista sociológico, o poder é uma propriedade fundamental das estruturas sociais e a ARS tem contribuído, sobremaneira, para sua compreensão. Na perspectiva das redes, o poder é, portanto, inerentemente relacional, uma vez que o indivíduo não o possui em abstrato – só há poder porque se pode dominar o outro. Ainda, essa perspectiva descreve o modo como um ator está inserido em uma rede relacional com base nas restrições enfrentadas e nas oportunidades a que têm acesso. Sendo assim, os atores que enfrentam menos restrições e têm mais oportunidades do que outros estão em posições estruturais mais vantajosas. Isso significa que eles podem ser, por exemplo, um foco importante de atenção dos atores que ocupam posições menos favoráveis (HANNEMAN, 2001).

O fato de a ideia de turismo solidário ter chegado a Capivari por meio de uma iniciativa privada, conferiu ao proprietário da empresa (AT21) uma importância no contexto turístico local, revelando, assim, uma elevada centralidade de grau, conforme Tabela 1. Essa medida diz respeito à atividade relacional direta de um ator, isto é, à quantidade de laços que ele possui com os outros atores na rede. Nota-se que esse ator ocupa uma posição importante para a existência da rede e sua centralidade foi essencial para a articulação e a coesão social diante da nova proposta de turismo. Pode-se dizer que a não existência desse ator muito provavelmente reconfiguraria a estrutura social no povoado no que diz respeito ao turismo.

A importância da forte inserção social desse ator na rede, ocupando uma posição central, contribuiu para que, por meio do diálogo, a comunidade tivesse acesso aos aspectos

teóricos e empíricos ligados à proposta voltada ao turismo solidário e, posteriormente, a aceitasse. Neste caso, os contatos diretos que se estabeleceram entre esse ator e os demais atores da rede desempenharam um papel fundamental em relação ao apoio social quanto à proposta, uma vez que a confiança depositada nesta atividade foi um fator importante que contribuiu para que os indivíduos adotassem uma postura mais inovadora ao investir no turismo, algo até então novo na comunidade. Confere sustentação a isso a alta centralidade baseada em graus de entrada do ator AT21 (17), isto é, a quantidade de indivíduos que estabeleceram relações com ele, transformando-o em um ator proeminente na rede; e igualmente pela alta centralidade baseada em graus de saída (17), que diz respeito às possibilidades de trocas com muitos atores, o que facilita a grande difusão de suas ideias na comunidade e, por isso mesmo, permite a ele exercer grande influência sobre os demais. Foi, portanto, a intensa relação de proximidade desse ator com os demais atores da rede que permitiu, em grande medida, que a ideia do turismo solidário progredisse no povoado.

Igualmente importante, foi o papel dos atores da própria comunidade para que a atividade turística encontrasse meios de se desenvolver em Capivari. Os principais articuladores e mobilizadores do turismo no povoado (AT14, AT30), identificados durante a pesquisa de campo, são os mesmos que apresentaram, ao analisar as medidas de capital social, as maiores centralidades de grau, conforme Tabela 1. São esses atores que detinham os principais papéis de liderança na comunidade, estando implicados de forma extensiva nas relações com os demais atores da rede, tornando-os mais visíveis. Destaca-se que, durante o período de funcionamento do PTS, os dois atores participavam ativamente da Associação Comunitária, como presidentes e/ou diretores, e um deles já ocupou um cargo de vereador na Câmara de Vereadores do município do Serro. Além disso, segundo os próprios entrevistados, foram esses atores que, ao longo dos anos, mais receberam turistas em seus receptivos familiares, tornando-os referências para visitantes que chegavam à localidade.

Já no plano governamental, o PTS teve uma inserção bem mais modesta no povoado, de tal sorte que a pesquisa revelou pouca mobilização social em prol exclusivamente da iniciativa governamental. A baixa centralidade de grau do principal ator (AT8) vinculado ao PTS vai ao encontro dessa argumentação, conforme medida constante na Tabela 1.

Do Estado... uai, tinha uma participaçãozinha do IDENE, mas da parte do governo não aconteceu muita coisa não (Fala de morador de Capivari).

Aí entrou o Programa (referindo-se à iniciativa pública) e acabou! Acabou com todas as pousadas. Na verdade, o propósito das pousadas domiciliares era o turista vir, a gente receber do jeito que... que tinha. Comida, claro que a

gente incrementava alguma coisa no café da manhã, mas quando começou esse Programa, eles começaram a exigir muita coisa, roupa de cama tudo branquinha, toalha tudo branca, e aí foi difícil. Não que a gente não consiga manter uma roupa limpa, mas a nossa água aqui é da Serra, mais escura... então as toalhas... difícil ficar branco. Aí ficou um bom tempo a gente tentando receber ainda, aí a exigência foi só aumentando, um monte de coisa: pão de queijo, fruta, pão caseiro, um monte de coisa. E o dinheiro que a gente recebia já não dava mais para manter. Na verdade, a gente recebia por um preço menor e tinha que oferecer um mínimo de conforto que a gente pudesse, mas aí começou a exigir muita coisa, tapetinho, plaquinha, sabonete, um monte de coisa (Fala de morador de Capivari).

As pessoas que comandavam o turismo solidário aí...eu nem sabia quem comandava... (se referindo à iniciativa do governo), exigiram muito, coisas que a gente não tinha condição de dar [...]. De primeiro, eles aceitavam café da manhã da forma que a gente podia colocar, depois veio exigindo muita coisa diferente para a gente colocar, que aqui a gente não acha. As vezes a gente tinha fruta para colocar, as vezes não tinha. Mas tinha coisa que a gente não sabia o que era para por na mesa, que a gente não tinha costume. Aí ficou pesado (Fala de morador de Capivari).

A ideia do governo...não sei se era uma e a da Andarilho era outra, mas dois anos depois que o Programa começou, desandou [...]. O IDENE também foi responsável pelo fim, já que o projeto não teve participação ativa da comunidade. Receberam um recurso e investiram o mínimo (Fala de morador de Capivari).

Ficou claro durante a pesquisa de campo que, da parte dos moradores envolvidos com o turismo, ao Programa Turismo Solidário desenvolvido pelo governo foi dada pouca relevância. A baixa inserção estrutural do ator responsável pelo PTS na rede de turismo do povoado de Capivari resultou, como consequência, em pouca mobilização social local, de modo que não houve maior envolvimento direto da comunidade com o Programa. Da mesma maneira, a falta de um vínculo mais forte entre os atores responsáveis pelas distintas iniciativas – no âmbito privado ou público – resultou em competição entre esses atores:

Não foram parceiros (se referindo à iniciativa pública), aproximaram-se para obter o histórico, o método e a imagem. A proposta original desse Programa foi interessante, mas não se sustentou por questões políticas e de gestão e, hoje, é somente a imagem de um nome criado. O Programa não conseguiu ainda cumprir seu papel de gerar infraestrutura e favorecer verdadeiramente as comunidades contempladas. Em grande parte, os recursos foram direcionados para cursos e promoções. Trabalharam amplo foco, sendo que a possibilidade de desenvolvimento de um piloto concentraria mais força e resultado (Fala do proprietário da empresa Andarilho da Luz¹⁷).

Capivari, com o Programa, eles conseguiram ter maior consciência da questão do turismo, melhor entendimento e dar conta de questionar um pouco o domínio da única operadora de turismo que trabalhava lá (referência a Andarilho da Luz) [...]. Mas essa operadora fazia assim, como se fosse

¹⁷ Entrevista realizada com Marcus Pavani, proprietário da Operadora “Andarilho da Luz”, por meio de correio eletrônico, respondida no dia 27 de agosto de 2010, na ocasião do trabalho de mestrado da autora, defendido em 2011.

captando. Na verdade, a relação era de feudo, então era muito difícil. O embate era diário para fazerem as pessoas perceberem que muitas coisas aconteciam era exatamente por causa do Programa, a divulgação, por exemplo, porque teve uma divulgação boa. Como tem um grau de ignorância, então eles falavam assim: “Ah! Mas eles não falaram que vieram pelo Programa Turismo Solidário não, eles não falaram que vieram pelo IDENE” (Fala da funcionária do IDENE responsável pela implementação do PTS na região).

Essa competição acabou por fragilizar ambas as propostas, porque a união de esforços entre as respectivas esferas – pública e privada, era condição importante para o bom andamento da iniciativa.

De certo, o alto grau de centralização geral da rede, tanto de saída quanto de entrada – ambos com 0,49 – confere à rede um nível significativo de concentração ou centralização. Isso significa que o poder dos atores individuais varia substancialmente, isto é, em geral, as vantagens se distribuem de forma desigual na estrutura social. Tal fato revela, por si só, uma incongruência da própria política, porque a proposta de turismo em questão não teria, em tese, o objetivo de outorgar vantagens a uns em detrimento de outros. Isso fica claro quando, na fala de alguns entrevistados, se tem em conta que os atores mais centrais na rede eram, via de regra, os que mais recebiam turistas em seus respectivos receptivos domiciliares, causando, muitas vezes, desconforto entre os demais moradores. Por causa dessa desvantagem, grande parte dos demais atores envolvidos, sobretudo os moradores locais, foi aos poucos se afastando da iniciativa, o que se traduz na baixa centralidade de grau de muitos deles. Outros atores na rede, cuja centralidade de grau também possui baixa relevância, são, principalmente, moradores de outras localidades, como Milho Verde, São Gonçalo, Belo Horizonte e Sete Lagoas, o que evidencia a baixa articulação entre os atores locais e os atores externos.

Tabela 1: Centralidade de Grau – Capivari / Serro (MG)

	Outdeg	Indeg	nOutdeg	nIndeg
AT1	4	4	0.19	0.19
AT2	5	5	0.23	0.23
AT4	6	6	0.28	0.28
AT5	6	6	0.28	0.28
AT7	12	11	0.57	0.52
AT8	6	6	0.28	0.28
AT11	4	4	0.19	0.19
AT12	8	8	0.38	0.38
AT14	15	15	0.71	0.71
AT21	17	17	0.81	0.81
AT22	4	4	0.19	0.19
AT23	4	4	0.19	0.19

AT24	6	6	0.28	0.28
AT26	2	2	0.09	0.09
AT27	12	12	0.57	0.57
AT29	8	8	0.38	0.38
AT30	13	13	0.61	0.61
AT32	4	4	0.19	0.19
AT33	9	9	0.42	0.42
AT34	4	4	0.19	0.19
AT35	4	4	0.19	0.19
AT36	2	3	0.09	0.14

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Em Milho Verde, ambas as iniciativas referentes ao turismo solidário ficaram, ao longo dos anos, diluídas na memória dos entrevistados, de modo que tanto o representante da iniciativa privada quanto o representante do poder público foram citados como os precursores da ideia de turismo solidário no distrito sem, contudo, ocuparem uma posição de destaque na estrutura social. De tal sorte que, a representante do poder público (AT8) mostrou um pouco mais de inserção no distrito, sobretudo quando comparado ao povoado de Capivari, ao passo que a importância atribuída ao proprietário da empresa Andarilho da Luz em Milho Verde (AT21) não foi a mesma revelada no povoado de Capivari, conforme Tabela 2.

Todavia, a centralidade de grau do representante do poder público não se revelou suficiente para que a proposta progredisse no distrito. Conforme relato de um entrevistado, alguns conflitos e desavenças ocorridos entre os representantes das distintas esferas – pública e privada – no âmbito do turismo solidário prejudicou o andamento das ações.

Antes eles vinham (se referindo à iniciativa privada – Andarilho da Luz), mas pararam de vir e entregaram para a representante do IDENE, que mora em São Gonçalo. Mas não deu certo ela aqui em Milho Verde, porque arranhou uma encrenazinha... ela discutiu aí com alguém, aí parou tudo”. [...] “Eu não sei o que foi. Mas depois que o pessoal do IDENE apareceu aqui, acabou, teve uma encrenca que eu não sei o que é, não sei com quem. Depois disso, ela (representante do IDENE) vinha de dois em dois meses, agora não vem mais (Fala de morador de Milho Verde).

Da mesma forma, o representante da iniciativa privada também não exigiu uma inserção estrutural relevante no distrito, conforme Tabela 2, muito embora houvesse uma intensa relação de proximidade entre ele (AT21) e o ator mais central da rede (AT6). Muito provavelmente em virtude dessa relação é que esse ator com maior centralidade de grau, morador da localidade (Tabela 2), foi o que mais se envolveu com o turismo solidário, sobretudo nas ações vinculadas à iniciativa privada. Ainda, segundo relatos dos moradores, ao longo do período de funcionamento do Programa, esse ator também se envolveu em conflitos com o IDENE, na figura de sua representante.

Dessa forma, dados o prestígio e a forte influência desse ator no distrito, reforçada pelas narrativas dos entrevistados e pelas altas centralidades de grau de saída e chegada (35 e 36, respectivamente), já era de se esperar que os conflitos fossem repercutir no consequente enfraquecimento das ações no âmbito do turismo solidário. Cabe ressaltar também que, aliado à pouca inserção estrutural desses atores externos na rede local, as entrevistas revelaram a falta de motivação por parte dos moradores para o investimento especificamente no turismo solidário, fato que corrobora o histórico já apontado associado ao turismo no distrito.

Ninguém gostou não. Ninguém participava das reuniões... não sei porquê, isso é mais coisa da comunidade mesmo, cada um queria era mais ter a sua pousada particular mesmo (Fala de morador de Milho Verde).

De modo semelhante ao que ocorreu em Capivari, o alto grau de centralização geral da rede em Milho Verde, tanto de saída (0,051) quanto de entrada (0,053) também revelou alta centralização de poder, sugerindo, assim, que alguns atores possuíam maior influência e importância no contexto turístico do que outros. Isso ganha evidência, por exemplo, na fragmentação da rede e no esvaziamento da proposta, pois os responsáveis por ela não possuíam relevância significativa na estrutura social. Ademais, o ator considerado mais influente, morador da região, também não deu continuidade à proposta no contexto turístico local.

Tabela 2: Centralidade de Grau – Milho Verde / Serro (MG)

	Outdeg	Indeg	nOutdeg	NIndeg
AT3	12	12	0.16	0.16
AT6	35	36	0.48	0.50
AT7	14	14	0.19	0.19
AT8	21	21	0.29	0.29
AT9	5	5	0.06	0.06
AT10	11	11	0.15	0.15
AT15	12	12	0.16	0.16
AT16	14	12	0.19	0.16
AT21	14	14	0.19	0.19
AT19	13	14	0.18	0.19
AT27	7	7	0.09	0.09
AT28	10	10	0.13	0.13
AT31	22	22	0.30	0.30

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Já em São Gonçalo, a pesquisa de campo e as narrativas dos entrevistados revelaram um contexto em que não houve a atuação da iniciativa privada, ao contrário do ocorrido nas demais localidades – não há nenhum ator da iniciativa privada na rede social dos entrevistados. De um lado, a forte relação estabelecida entre a representante do poder público

(AT8), então moradora do distrito, e as moradoras locais envolvidas com o Programa Turismo Solidário e, de outro, as desavenças entre ambas as iniciativas, como já registrado anteriormente, certamente contribuíram para que a política do Estado tivesse um terreno mais favorável para se desenvolver em São Gonçalo. Tal fato, aliado a conformação de uma rede reduzida e mais circunscrita aos moradores locais, quando comparada às demais localidades, deram a conhecer a importância e a relevante influência dessa representante do poder público, atestada pela sua alta centralidade de grau. Conforme mostra a Tabela 3, as altas centralidades de grau de entrada e saída (ambas 6) denotam a importância assumida pela AT8 na conformação da rede e na capacidade de mobilizá-la para agir de acordo com seus propósitos e interesses.

De forma análoga, e assumindo um papel ainda mais central, a moradora do distrito (AT16) com maior centralidade de grau, segundo a Tabela 3, ocupa uma posição estrutural fundamental no tocante à garantia não apenas da mobilização local, mas também da articulação entre o distrito de São Gonçalo e outras localidades, sobretudo, o distrito próximo de Milho Verde. Assim, é esse ator o responsável por grande parte das mobilizações que ocorreram na localidade, assumindo uma postura muitas vezes de liderança na comunidade, o que se confirma pelos relatos dos entrevistados e moradores. Além disso, a relação de proximidade entre essa moradora e a representante do poder público de certo contribuiu para torná-las fundamentais no âmbito do PTS: três das cinco entrevistadas fazem parte de uma mesma família, o que indica o nível de influência dessa moradora no contexto do Programa.

A despeito da alta centralidade da representante do poder público na estrutura associada ao Programa, a baixa adesão à ideia por parte dos demais moradores do povoado revelou-se diretamente associada, entre outras razões, às conflitantes relações estabelecidas, ao longo dos anos, entre ela e parte da comunidade que não se envolveu com o turismo no distrito.

O pessoal acha que é como se ela tivesse tomando conta da cidade, mas não é. O povo tem um pouco de resistência[...]. Ela sofre resistência do pessoal que não gosta muito do turismo[...] 80% da população é contra ela (Fala de morador de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Muito embora o ator (AT16) ocupe uma posição central bem evidente na estrutura circunscrita ao PTS, o que confere a ele uma posição vantajosa quanto aos demais, o grau de centralização geral da rede, tanto de saída quanto de chegada, é consideravelmente mais baixo (0.3704), sobretudo quando comparado ao distrito de Milho Verde ou ao povoado de Capivari. Isso revela uma distribuição maior das vantagens e oportunidades relativas aos atores envolvidos, de modo que a competição entre esses atores, principalmente os moradores

locais, mostrou-se menos intensa. Muitas vezes, a competição se manifestou com mais intensidade entre os moradores que optaram pela não adesão ao PTS, incluindo os donos das pequenas pousadas – geralmente de propriedade dos próprios moradores –, em comparação com aqueles que optaram por fazer parte dele. Segundo relatos, não foram poucos os casos em que os primeiros foram omissos em relação à divulgação do Programa na localidade diante de questionamentos de turistas interessados pela iniciativa. Os mais baixos graus de centralidade registrados na Tabela 3 dizem respeito aos atores de fora do distrito, o que indica as limitações relativas à articulação com as localidades vizinhas.

Tabela 3: Centralidade de Grau – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)

	Outdeg	Indeg	nOutdeg	NIndeg
AT5	6	6	0.66	0.66
AT8	6	6	0.66	0.66
AT13	6	6	0.66	0.66
AT14	3	3	0.33	0.33
AT16	8	8	0.88	0.88
AT17	5	5	0.55	0.55
AT18	6	6	0.66	0.66
AT25	3	3	0.33	0.33
AT20	4	4	0.44	0.44
AT31	3	3	0.33	0.33

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Como forma de reforçar os argumentos acerca da importância da posição do ator na rede e de sua influência nos resultados da política aqui estudada, alia-se à medida de centralidade de grau outras duas medidas de centralidade: de intermediação e de proximidade. Essas medidas, de modo diferente ao da centralidade de grau, que considera apenas as ligações diretas, levam em conta tanto as ligações diretas quanto as indiretas.

Como já dito anteriormente, a centralidade de intermediação é uma medida mais adequada para descrever a capacidade que os atores de uma rede têm de assegurar um papel de coordenação e controle (FREEMAN, 1979). Em grande medida, essa centralidade vem da posição de intermediação que um ator ocupa, de forma que muitos atores precisam passar por ele para alcançar os outros, isto é, quanto mais pessoas dependem de determinado ator na rede para estabelecer conexões com outros, mais poder esse ator possui. Deste modo, essa centralidade avalia, por exemplo, o poder nas redes de comunicação.

Em Capivari, de acordo com a Tabela 4, o que se nota é uma variação considerável na intermediação dos atores (de 0.0 até 110.3), embora a centralidade de toda a rede seja baixa (23,5%). O ator com maior centralidade de intermediação (AT21) é o que levou a ideia do

turismo solidário ao povoado, isto é, o responsável pela proposta no âmbito da iniciativa privada. De modo semelhante, os moradores locais com maiores centralidades de intermediação (AT14, AT30) são os mesmos atores cuja posição central na rede foi evidenciada pela centralidade de grau, e constituem canal importante de informação relacional. Levando-se em conta a estrutura reticular social, cabe afirmar que havia um relativo poder nessa rede, de modo que esses atores centrais possuíam grande força de negociação e atuavam para mobilizar a população de acordo com seus objetivos. Não é à toa que são esses próprios atores os responsáveis por promoverem o turismo solidário em âmbito local, sendo eles os que, na época do Programa, tiveram uma atuação mais efetiva. Nesse sentido, o poder atribuído a eles no sistema foi importante para a formação e estratificação do grupo associado ao turismo.

Em virtude da forte atuação da iniciativa privada e diante da desarticulação entre as esferas pública e privada, parece razoável supor que a responsável pela iniciativa governamental (AT8) possuísse baixa centralidade de intermediação, resultado, também, de sua baixa inserção social e de sua pouca influência na comunidade, conforme Tabela 4.

Em Milho Verde, ao contrário de Capivari, a centralidade geral da rede é relativamente alta (41%) e com uma variação menor - de 0.0 até 28.2 (ver tabela 5). Isso revela que, invariavelmente, alguns atores eram mais poderosos do que outros no tocante à negociação e a posição por eles ocupada na estrutural social, conferindo-lhes maior importância em relação aos demais. Além disso, havia em Milho Verde uma quantidade significativa de atores considerados periféricos, com pouca capacidade de intermediação na rede, ocupando, assim, posições desfavoráveis quanto à troca de informações.

Sendo assim, o baixo grau de intermediação da representante do poder público (AT8), associado ao alto grau de intermediação do ator local (AT6), que, por sua vez, desfrutava de uma relação de proximidade maior com o representante da iniciativa privada (AT21), é importante para compreensão, em linhas gerais, da conformação do grupo associado ao turismo e da maneira como as ações ligadas especificamente ao turismo solidário foram conduzidas nessa localidade.

Em São Gonçalo do Rio das Pedras, como já exposto acima, a dinâmica turística ligada ao PTS ocorreu de modo distinto quando confrontada com as demais localidades. A participação do poder público, por meio da representante do IDENE, foi ampliada, em parte, pelas relações de proximidade estabelecidas com os atores envolvidos na iniciativa. A

centralidade geral da rede (48,5%) é considerada alta, com uma variação entre 0.0 e 18.0 (ver Tabela 6). Apesar da existência de um ator central, com alta centralidade de grau e, portanto, considerada uma figura influente na comunidade, havia, no entanto, uma maior fluidez no que diz respeito às possibilidades de conexão entre os atores da rede, isto é, havia a possibilidade de que as conexões fossem feitas sem a ajuda de intermediários, o que colocava os diferentes atores em posição de igualdade com respeito a troca de informações e outras vantagens.

Já a medida de centralidade de proximidade serve ao propósito de estimar a capacidade de autonomia ou de independência dos atores. Sua abordagem enfatiza a distância de um ator em relação aos demais. Assim, os atores que são capazes de alcançar outros atores percorrendo uma distância mais curta, ou os que são mais acessíveis pelos demais atores, igualmente por caminhos mais curtos, ocupam posições favoráveis. Essa vantagem estrutural pode ser traduzida em poder, já que quem ocupa uma posição de poder constitui uma referência cuja opinião é levada em conta por um grande número de atores.

Essa centralidade pode também ser usada para caracterizar a centralização geral da rede para revelar o quão desigual é a distribuição da centralidade de uma comunidade. Em redes pequenas, como é o caso das redes aqui estudadas, com alta densidade, é plausível supor que a centralidade baseada na distância seja similar à centralidade baseada na proximidade. Isso pode ser verificado nas três redes elaboradas para esse estudo. Nos três casos, conforme mostram as Tabelas 4, 5 e 6, o ator mais próximo dos demais é também o ator mais central da rede, isto é, o que possui a menor soma das distâncias geodésicas com os outros atores (total de 25 para Capivari; 12 para Milho Verde e 10 para Capivari). Em virtude da inserção estrutural desses atores em suas respectivas redes, conseguem eles influenciar os demais atores, fazendo valer suas opiniões e pontos de vista. Logo, como era de se esperar, em Capivari, a maior centralidade de proximidade é a do proprietário da Andarilho da Luz (AT21), já em Milho Verde e São Gonçalo, correspondem às respectivas moradoras locais (AT6 e AT16) cujas altas centralidades conferem a elas uma relevância no contexto turístico local. Em São Gonçalo, onde o envolvimento do poder público foi mais efetivo, a alta centralidade de proximidade recaiu sobre a representante do poder público, que fez valer sua influência no âmbito do PTS.

Já a medida eigenvector permite identificar os atores mais centrais da rede, isto é, os que estão a menor distância dos demais; o foco maior incide, nesse caso, sobre a estrutura “global” ou “geral” e menos sobre os padrões de rede mais locais. Por recurso a dimensões da distância entre os atores é que se chega a essa medida. Nesse caso, interessa mais a

informação de relações de troca do que apenas as fontes ou os receptores de informação (HANNEMAN, 2001).

O Eigenvector revela o quanto o padrão geral de distâncias entre os atores pode ser o reflexo do padrão global. Assim, no caso de Capivari, a porcentagem da variação geral nas distâncias é de 42%; em Milho Verde, essa porcentagem é de 53%; e em São Gonçalo é de 66%. Isso significa que, tanto para Capivari quanto para Milho Verde, quase metade de todas as distâncias entre os atores é reflexo das principais dimensões do padrão. Já para São Gonçalo, esse valor é um pouco maior.

Valores mais altos, como em São Gonçalo, por exemplo, sugerem que os atores são mais centrais ao padrão principal de distância entre todos os atores, e os valores mais baixos indicam que os atores são mais periféricos. Dessa maneira, os resultados encontrados são muito similares aos encontrados quando comparados com as medidas de centralidade de proximidade. Portanto, como esperado, os atores (AT21, AT6 e AT16) são mais centrais nas redes de Capivari, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, respectivamente.

Finalmente, ao examinar a centralização geral e a distribuição de centralidades, a tese de que a menor variedade na centralidade é encontrada no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras se vê reforçada. Comparado a uma rede em formato de ‘estrela’, na qual existe um ator com centralidade máxima, 100%, o nível de centralização da rede de São Gonçalo é 25,1%. Isso sugere que a distribuição de centralidades é menor quando comparada, por exemplo, à rede de Capivari, que apresenta uma centralização geral de 36,7%, e à rede de Milho Verde, cuja centralização geral é de 44,6%.

Tabela 4: Centralidade de Intermediação, de Proximidade e Eigenvector – Capivari / Serro (MG)

Atores	Centralidade de Intermediação		Centralidade de Proximidade				Eigenvector
	Betweenness	nBetweenness	inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness	
AT21	110.38	26.28	25.00	25.00	84.00	84.00	0.38
AT14	67.14	15.98	27.00	27.00	77.77	77.77	0.34
AT30	78.84	18.77	29.00	29.00	72.41	72.41	0.32
AT27	27.38	6.51	30.00	30.00	70.00	70.00	0.32
AT7	32.21	7.67	31.00	30.00	67.74	70.00	0.29
AT33	29.82	7.10	33.00	33.00	63.63	63.63	0.21
AT29	4.84	1.15	34.00	34.00	61.76	61.76	0.24
AT12	2.20	0.52	34.00	34.00	61.76	61.76	0.25
AT5	0.00	0.00	36.00	36.00	58.33	58.33	0.19
AT24	0.00	0.00	36.00	36.00	58.33	58.33	0.20
AT4	0.00	0.00	36.00	36.00	58.33	58.33	0.20

AT8	2.66	0.63	39.00	39.00	53.84	53.84	0.15
AT2	0.50	0.11	40.00	40.00	52.50	52.50	0.14
AT11	0.00	0.00	41.00	41.00	51.22	51.22	0.14
AT35	0.00	0.00	41.00	41.00	51.22	51.22	0.11
AT32	0.00	0.00	41.00	41.00	51.22	51.22	0.11
AT34	0.00	0.00	41.00	41.00	51.22	51.22	0.13
AT36	0.00	0.00	42.00	44.00	50.00	47.72	0.10
AT26	0.00	0.00	44.00	43.00	47.72	48.83	0.07
AT23	0.00	0.00	46.00	46.00	45.65	45.65	0.07
AT1	0.00	0.00	46.00	46.00	45.65	45.65	0.07
AT22	0.00	0.00	46.00	46.00	45.65	45.65	0.07

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Tabela 5: Centralidade de Intermediação, de Proximidade e Eigenvector – Milho Verde / Serro (MG)

Atores	Centralidade de Intermediação		Centralidade de Proximidade				Eigenvector
	Betweenness	nBetweenness	inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness	
AT6	28.25	42.80	12.00	12.00	100.00	100.00	0.47
AT31	6.25	9.47	16.00	16.00	75.00	75.00	0.33
AT8	6.00	9.09	16.00	16.00	75.00	75.00	0.35
AT7	0.00	0.00	19.00	19.00	63.15	63.15	0.25
AT16	0.00	0.00	19.00	19.00	63.15	63.15	0.25
AT28	0.25	0.37	19.00	19.00	63.15	63.15	0.22
AT3	0.25	0.37	19.00	19.00	63.15	63.15	0.22
AT21	0.00	0.00	19.00	19.00	63.15	63.15	0.25
AT19	0.00	0.00	19.00	19.00	63.15	63.15	0.25
AT9	0.00	0.00	20.00	20.00	60.00	60.00	0.20
AT27	0.00	0.00	20.00	20.00	60.00	60.00	0.20
AT10	0.00	0.00	20.00	20.00	60.00	60.00	0.22
AT15	0.00	0.00	20.00	20.00	60.00	60.00	0.22

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Tabela 6: Centralidade de Intermediação, de Proximidade e Eigenvector - São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)

Atores	Centralidade de Intermediação		Centralidade de Proximidade				Eigenvector
	Betweenness	nBetweenness	inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness	
AT16	18.00	50.00	10.00	10.00	90.00	90.00	0.39
AT8	1.25	3.47	12.00	12.00	75.00	75.00	0.39
AT5	1.25	3.47	12.00	12.00	75.00	75.00	0.39
AT13	1.25	3.47	12.00	12.00	75.00	75.00	0.39
AT18	1.25	3.47	12.00	12.00	75.00	75.00	0.39
AT17	0.00	0.00	13.00	13.00	69.23	69.23	0.34
AT14	0.00	0.00	16.00	16.00	56.25	56.25	0.11
AT25	0.00	0.00	16.00	16.00	56.25	56.25	0.11
AT31	0.00	0.00	16.00	16.00	56.25	56.25	0.11

AT20	0.00	0.00	17.00	17.00	52.94	52.94	0.27
------	------	------	-------	-------	-------	-------	------

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

O recurso à medida de coparticipação em cliques serviu ao propósito de refinar as medidas de centralidade, uma vez que a variável ‘cliques’ não apenas leva em conta os atores individualmente mais centrais na rede, mas também a interação entre eles. Essa medida ajuda na compreensão da estrutura da rede, pois enfatiza a forma pela qual as conexões estão constituídas e se expandem para formar “cliques” ou subgrupos. Essa perspectiva analítica da estrutura social centra a atenção sobre a maneira pela qual a solidariedade e a conexão de grandes estruturas podem ser construídas com base em componentes pequenos e coesos (HANNEMAN, 2001). De certo, a formação de cliques é importante para entender o comportamento da rede de modo geral: se é lícito supor que existe, por exemplo, a justaposição de membros na conformação de diferentes cliques, cabe esperar que a mobilização e a difusão de ideias se espalhem mais rapidamente por toda a rede. Ainda, dado que as medidas de coparticipação em cliques e de centralidade são correlacionadas, espera-se que os atores com maiores centralidades de grau sejam também os que possuem maior participação em cliques – ou seja, seriam os atores mais ativos na rede. Essa intensa atividade revela, pois, a liderança dos principais atores e sua importância para a compreensão da coesão entre os subgrupos.

Assim, a análise da variável revelou aquilo que já se esperava, isto é, nas três localidades os atores com maiores centralidades de grau foram, também, os mais ativos em relação à coparticipação em subgrupos. Conseqüentemente, as lideranças das próprias comunidades, reveladas pelas medidas de centralidade foram, também, os atores com maior participação em subgrupos na comunidade. Por conseguinte, saber como um indivíduo está inserido na estrutura dos grupos em uma rede é fundamental para a compreensão de sua conduta.

Em Capivari, conforme mostra a Tabela 7, foram encontrados onze cliques, sendo que todos eles estão conectados, isto é, existe invariavelmente uma justaposição dos membros. É evidente que o proprietário da empresa (AT21) e o ator mais ativo na rede (AT14), morador local, aparecem no centro da ação, uma vez que são membros de vários agrupamentos e possuem papel importante na conexão dos diferentes subgrupos, pois atuam, muitas vezes, como pontes ao promover a articulação entre os demais atores que compõem a estrutura social ligada ao turismo solidário. A justaposição desses atores na rede revela, pois, que há uma proximidade com quase todos os atores em ao menos um clique. No entanto, a reduzida

participação em cliques do representante do poder público evidencia, mais uma vez, a pouca influência e capacidade de mobilização desse ator no povoado.

Em Milho Verde (Tabela 8), foram encontrados quatro cliques, sendo que apenas o ator mais central da rede (AT6), morador do distrito, participa de todos os grupos, o que denota sua importância no contexto local. O representante do poder público participa de dois grupos ao passo que o da iniciativa privada participa apenas de um. Vale ressaltar, contudo, que embora o poder público se faça mais presente nesse contexto, as relações de proximidade entre o ator mais central da rede (AT6) e o representante da iniciativa privada (AT21), fizeram com que este tivesse maior poder de influência no contexto turístico local.

Já em São Gonçalo, há apenas três grupos presentes na estrutura social (Tabela 9), sendo que não há nenhum ator cuja participação se dê em todos os grupos. Nesse distrito, em dois dos três subgrupos formados, ambos constituídos exclusivamente por atores locais, os indivíduos se encontram mais fortemente conectados já que, de modo geral, todos se justapõem com todos os atores em pelo menos um clique. Contudo, os agentes externos conformaram um grupo em que a única justaposição é da moradora local que se revelou mais ativa na rede (AT16).

Levando em conta o conjunto das três localidades estudadas, verifica-se que a coparticipação em cliques denuncia a pouca articulação entre os atores locais com os indivíduos moradores de outras localidades. Isso indica, mais uma vez, que o envolvimento dos atores se deu predominantemente no nível local, cuja inserção nas demais redes foi apenas parcial e secundária.

Tabela 7: Coparticipação em cliques – Capivari / Serro (MG)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
AT1	0.14	0.16	0.00	0.00	0.00	0.16	0.00	0.28	0.00	1.00	0.00
AT2	0.42	0.50	1.00	1.00	0.40	0.33	0.60	0.14	0.66	0.00	0.50
AT4	1.00	0.83	0.60	0.60	0.60	0.66	0.40	0.42	0.66	0.20	0.75
AT5	0.42	0.66	0.20	0.20	0.60	0.83	0.20	1.00	0.33	0.40	0.25
AT7	1.00	1.00	1.00	1.00	0.60	0.83	0.60	0.57	1.00	0.20	1.00
AT8	0.42	0.50	1.00	0.80	0.40	0.33	1.00	0.14	0.66	0.00	0.50
AT11	0.42	0.50	0.40	0.40	1.00	0.66	0.40	0.42	0.33	0.00	0.50
AT12	0.71	1.00	0.60	0.60	0.80	1.00	0.40	1.00	0.66	0.40	0.75
AT14	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	0.71	0.66	0.20	1.00
AT21	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	0.40	0.75
AT22	0.14	0.16	0.00	0.00	0.00	0.16	0.00	0.28	0.00	1.00	0.00
AT23	0.14	0.16	0.00	0.00	0.00	0.16	0.00	0.28	0.00	1.00	0.00
AT24	1.00	0.83	0.60	0.60	0.60	0.66	0.40	0.42	0.66	0.20	0.75

AT26	0.28	0.33	0.40	0.40	0.20	0.16	0.20	0.14	1.00	0.00	0.25
AT27	1.00	1.00	0.60	0.60	1.00	1.00	0.40	1.00	0.66	0.40	1.00
AT29	0.57	0.83	0.40	0.40	1.00	1.00	0.40	1.00	0.33	0.40	0.50
AT30	1.00	1.00	0.60	0.60	0.80	1.00	0.40	1.00	0.66	1.00	0.75
AT32	0.28	0.33	0.60	0.40	0.40	0.33	1.00	0.14	0.33	0.00	0.25
AT33	0.42	0.66	0.20	0.20	0.60	0.83	0.20	1.00	0.33	1.00	0.25
AT34	0.42	0.50	0.80	1.00	0.40	0.33	0.40	0.14	0.66	0.00	0.50
AT35	0.28	0.33	0.60	0.40	0.40	0.33	1.00	0.14	0.33	0.00	0.25
AT36	0.42	0.50	0.40	0.40	0.40	0.33	0.20	0.14	0.33	0.00	1.00

11 Cliques encontrados:

1: AT4, AT7, AT14, AT21, AT24, AT27, AT30

2: AT7, AT12, AT14, AT21, AT27, AT30

3: AT2, AT7, AT8, AT14, AT21

4: AT2, AT7, AT14, AT21, AT34

5: AT11, AT14, AT21, AT27, AT29

6: AT12, AT14, AT21, AT27, AT29, AT30

7: AT8, AT14, AT21, AT32, AT35

8: AT5, AT12, AT21, AT27, AT29, AT30, AT33

9: AT7, AT21, AT26

10: AT1, AT22, AT23, AT30, AT33

11: AT7, AT21, AT27, AT36

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Tabela 8: Coparticipação em cliques – Milho Verde / Serro (MG)

	1	2	3	4
AT3	0.16	0.40	1.00	1.00
AT6	1.00	1.00	1.00	1.00
AT7	1.00	0.40	0.20	0.20
AT8	1.00	1.00	0.40	0.40
AT9	0.16	0.40	1.00	0.80
AT10	0.33	1.00	0.40	0.40
AT15	0.33	1.00	0.40	0.40
AT16	1.00	0.40	0.20	0.20
AT21	1.00	0.40	0.20	0.20
AT19	1.00	0.40	0.20	0.20
AT27	0.16	0.40	0.80	1.00
AT28	0.16	0.40	1.00	1.00
AT31	0.33	1.00	1.00	1.00

4 cliques encontrados:

1: AT6, AT7, AT8, AT16, AT21, AT19

2: AT6, AT8, AT10, AT15, AT31

3: AT3, AT6, AT9, AT28, AT31

4: AT3, AT6, AT27, AT28, AT31

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Tabela 9: Coparticipação em cliques – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)

	1	2	3
AT5	1.00	0.25	1.00
AT8	1.00	0.25	1.00

AT13	1.00	0.25	1.00
AT14	0.16	1.00	0.00
AT16	1.00	1.00	0.80
AT17	1.00	0.25	0.80
AT18	1.00	0.25	1.00
AT25	0.16	1.00	0.00
AT20	0.66	0.00	1.00
AT31	0.16	1.00	0.00

3 cliques encontrados:

1: AT5, AT8, AT13, AT16, AT17, AT18

2: AT14, AT16, AT25, AT31

3: AT5, AT8, AT13, AT18, AT20

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Tendo ainda como referência a hipótese que orienta esta pesquisa: a necessidade de um alto grau de coesão entre os atores envolvidos no Programa Turismo Solidário para que ele tivesse êxito, algumas medidas de coesão também foram escolhidas, a saber: densidade e diâmetro/distância geodésica. Apesar da aparente simplicidade da definição delas, há razões teóricas e empíricas para dar importância às propriedades básicas das redes sociais. Por certo, as diferenças quanto ao grau de conexão das populações trazem importantes consequências para o entendimento da estrutura social. Assim, em geral, populações mais conectadas possuem maior capacidade de mobilizar seus recursos, bem como podem ter diferentes recursos e perspectivas para resolver seus próprios conflitos.

Redes completamente conectadas, em que todas as conexões possíveis entre os atores estão presentes, são empiricamente raras; não obstante, é necessário, em benefício do aprofundamento analítico, dedicar esforços para verificar até que ponto uma rede se aproxima do grau de densidade teórica máxima. Para Hanneman (2001), isso significa examinar a densidade dos laços, que se define como a proporção de relações existentes em relação àquelas possíveis.

Conforme mostra a Tabela 10, em Capivari, a densidade da rede é de 0.33, o que significa que 33% dos laços possíveis estão presentes. Em Milho Verde, a densidade da rede é 0.47 e em São Gonçalo é de 0.50.

Pode-se dizer que, em Capivari, a maior quantidade de laços, incluindo a presença maior de vínculos com atores externos ao povoado, quando comparado às demais localidades, provavelmente exerce uma influência na conformação da densidade da rede. Nesse caso, supõe-se que a pouca articulação desses atores externos, considerados periféricos na estrutura, com os demais faz com que a coesão interna seja menor, muito embora não haja atores

isolados na estrutura ligada ao turismo. Em Milho Verde, a densidade da rede é garantida pelas relações estabelecida pelos atores locais e pela forte influência exercida pelo ator mais central da rede, que por sua vez, apresenta uma relação de proximidade com o principal articulador da ideia de turismo na região. Já em São Gonçalo, a maior densidade da rede pode estar vinculada, principalmente, ao fato de que ela se encontra mais circunscrita aos moradores locais, ligados, sobretudo, por laços de parentesco. Além disso, há maior distribuição de poder entre os atores que compõem a estrutura social ligada ao turismo solidário, haja vista que as medidas de inserção estrutural, por exemplo, conferem a esses atores papéis cuja importância e influência sobre os demais se diluem na rede.

Tabela 10: Densidade – Capivari, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)

	Density	No. ofTies	StdDev	AvgDegree	Alpha
Capivari	0.33	155	0.47	7.04	0.91
Milho Verde	0.47	74	0.49	5.69	0.92
São Gonçalo do Rio das Pedras	0.50	50	0.50	5	0.90

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

A distância geodésica corresponde ao número de relações que estabelece o caminho mais curto possível entre um ator e outro. Entre dois atores de uma rede, pode haver muitas ligações, mas considerando que a relação entre eles pode significar tanto oportunidades quanto limitações, vale supor que nem todos os laços possuem a mesma importância. Logo, o caminho geodésico é, muitas vezes, o caminho mais eficiente entre os atores, porque, na troca de informações, por exemplo, ocorre menos interferências na mensagem. A diminuição da distância geodésica – graus de separação – indica maior proximidade entre os atores, o que pode ser o indício de melhoria quanto à coesão da área.

De modo geral, em redes mais densas o caminho geodésico é pequeno. Isso sugere que a informação percorre toda a estrutura da rede de modo rápido. Nas três redes totais aqui estudadas, conforme mostram as Tabelas 11, 12 e 13, observa-se que há uma distância geodésica para cada um dos pares, o que significa que todos os grafos estão amplamente conectados e os atores são acessíveis por todos os outros atores de sua respectiva rede. Todas as redes estão, portanto, conectadas internamente e as respectivas distâncias geodésicas médias são bem pequenas. Nesse cenário, a ideia do turismo solidário espalhou-se facilmente, alcançando grande parte da população geral. Não sem razão, mesmo que não tenha havido uma adesão geral à ideia por parte dessa população, o interesse inicial pelo turismo, e conseqüentemente, pelos cursos de capacitação que ocorreram nas três localidades, oferecidos

tanto pela iniciativa privada quanto pública, foi significativo, muito embora essa motivação não tenha perdurado por muito tempo entre a maior parte dos moradores.

Como forma de obter outra noção referente ao tamanho das redes analisadas, pode-se recorrer, também, ao seu diâmetro. O diâmetro é a maior distância geodésica existente em uma rede, ou seja, essa medida capta o quão grande é a rede e qual a distância de um ator a outro (HANNEMAN, 2001). Nos três casos estudados, nenhum ator está situado a mais de três “passos” de qualquer outro ator da rede, sendo, portanto, redes muito compactas. A redundância de conexões que existe nessas três redes revela uma importante característica de suas estruturas: como existem diferentes caminhos “eficientes” que conectam os diversos atores, logo, seria razoável supor que as informações, incluindo aquelas relacionadas ao turismo solidário, seriam mais facilmente distribuídas por toda a rede.

Mesmo que as redes sejam amplamente conectadas e, no caso específico dessa pesquisa, a ideia do turismo solidário tenha se espalhado com relativa facilidade entre os membros das redes, fato é que as posições ocupadas pelos atores nas redes exerceram grande influência sobre o modo como esses atores agiram diante da informação recebida. Conforme revelaram as medidas analisadas anteriormente, entre elas, as medidas de inserção estrutural, como a centralidade de grau ou a coparticipação em cliques, os padrões de relações entre os atores nas redes variaram muito, bem como a importância e a influência de cada um deles nos contextos e nas estruturas sociais relacionadas ao turismo. Consequentemente, as oportunidades e limitações a que estavam sujeitos não eram distribuídas igualmente pelas estruturas sociais.

A maior parte do tempo e dos esforços dos atores sociais envolvidos nas redes estudadas voltou-se aos respectivos contextos locais, de maneira que as conexões estabelecidas entre eles são importantes para entender a conduta social desse conjunto específico da população, assim como para entender cada indivíduo isoladamente. Por conseguinte, o tamanho da rede e sua densidade, por exemplo, tornam-se medidas importantes para descrever tal conjunto.

Tabela 11: Distância Geodésica – Capivari / Serro (MG)

	AT1	AT2	AT4	AT5	AT7	AT8	AT11	AT12	AT14	AT21	AT22	AT23	AT24	AT26	AT27	AT29	AT30	AT32	AT33	AT34	AT35	AT36
AT1	0	3	2	2	2	3	3	2	2	2	1	1	2	3	2	2	1	3	1	3	3	3
AT2	3	0	2	2	1	1	2	2	1	1	3	3	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2
AT4	2	2	0	2	1	2	2	2	1	1	2	2	1	2	1	2	1	2	2	2	2	2

AT5	2	2	2	0	2	2	2	1	2	1	2	2	2	2	1	1	1	2	1	2	2	2
AT7	2	1	1	2	0	1	2	1	1	1	2	2	1	1	1	2	1	2	2	1	2	1
AT8	3	1	2	2	1	0	2	2	1	1	3	3	2	2	2	2	2	1	2	2	1	2
AT11	3	2	2	2	2	2	0	2	1	1	3	3	2	2	1	1	2	2	2	2	2	2
AT12	2	2	2	1	1	2	2	0	1	1	2	2	2	2	1	1	1	2	1	2	2	2
AT14	2	1	1	2	1	1	1	1	0	1	2	2	1	2	1	1	1	1	2	1	1	1
AT21	2	1	1	1	1	1	1	1	1	0	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
AT22	1	3	2	2	2	3	3	2	2	2	0	1	2	3	2	2	1	3	1	3	3	3
AT23	1	3	2	2	2	3	3	2	2	2	1	0	2	3	2	2	1	3	1	3	3	3
AT24	2	2	1	2	1	2	2	2	1	1	2	2	0	2	1	2	1	2	2	2	2	2
AT26	3	2	2	2	1	2	2	2	2	1	3	3	2	0	2	2	2	2	2	2	2	2
AT27	2	2	1	1	1	2	1	1	1	1	2	2	1	2	0	1	1	2	1	2	2	1
AT29	2	2	2	1	2	2	1	1	1	1	2	2	2	2	1	0	1	2	1	2	2	2
AT30	1	2	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	2	1	2	2	2
AT32	3	2	2	2	2	1	2	2	1	1	3	3	2	2	2	2	2	0	2	2	1	2
AT33	1	2	2	1	2	2	2	1	2	1	1	1	2	2	1	1	1	2	0	2	2	2
AT34	3	1	2	2	1	2	2	2	1	1	3	3	2	2	2	2	2	2	2	0	2	2
AT35	3	2	2	2	2	1	2	2	1	1	3	3	2	2	2	2	2	1	2	2	0	2
AT36	3	2	2	2	2	2	2	2	1	2	3	3	2	3	1	2	2	2	2	2	2	0

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Tabela 12: Distância Geodésica – Milho Verde / Serro (MG)

	AT3	AT6	AT7	AT8	AT9	AT10	AT15	AT16	AT21	AT19	AT27	AT28	AT31
AT3	0	1	2	2	1	2	2	2	2	2	1	1	1
AT6	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
AT7	2	1	0	1	2	2	2	1	1	1	2	2	2
AT8	2	1	1	0	2	1	1	1	1	1	2	2	1
AT9	1	1	2	2	0	2	2	2	2	2	2	1	1
AT10	2	1	2	1	2	0	1	2	2	2	2	2	1
AT15	2	1	2	1	2	1	0	2	2	2	2	2	1
AT16	2	1	1	1	2	2	2	0	1	1	2	2	2
AT21	2	1	1	1	2	2	2	1	0	1	2	2	2
AT19	2	1	1	1	2	2	2	1	1	0	2	2	2
AT27	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	0	1	1
AT28	1	1	2	2	1	2	2	2	2	2	1	0	1
AT31	1	1	2	1	1	1	1	2	2	2	1	1	0

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Tabela 13: Distância Geodésica – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)

	AT5	AT8	AT13	AT14	AT16	AT17	AT18	AT25	AT20	AT31
AT5	0	1	1	2	1	1	1	2	1	2
AT8	1	0	1	2	1	1	1	2	1	2
AT13	1	1	0	2	1	1	1	2	1	2
AT14	2	2	2	0	1	2	2	1	3	1
AT16	1	1	1	1	0	1	1	1	2	1
AT17	1	1	1	2	1	0	1	2	2	2

AT18	1	1	1	2	1	1	0	2	1	2
AT25	2	2	2	1	1	2	2	0	3	1
AT20	1	1	1	3	2	2	1	3	0	3
AT31	2	2	2	1	1	2	2	1	3	0

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Como as medidas anteriormente trabalhadas sugerem, a análise estrutural pode ser realizada à luz de distintas direções. Sendo assim, as reflexões aqui empreendidas centram-se, por fim, nas medidas de autonomia e de restrições estruturais desenvolvidas por Burt (1992; 2001). De acordo com Lazega e Higgins (2014), a descrição das estruturas relacionais busca, além de outras coisas, dar conta das restrições que a estrutura impõe ao comportamento dos atores; da forma como esses atores lidam com essas restrições; e dos processos de reestruturação que daí decorrem. Logo, é razoável admitir que certas estruturas impõem mais restrições a determinados indivíduos do que a outros, assim como conferem poder ao indivíduo e facultam certas formas de autonomia. Nesses casos,

a autonomia significa, antes de tudo, a capacidade de substituir uma relação por outra; de ter uma alternativa relacional. Um *escore de autonomia* pode assim, ser atribuído a cada ator, uma vez que se pode contar, notadamente, o número de contatos não redundantes de cada uma de suas relações ou conjunto de relações. Contrariamente às medidas de preeminência que buscam ver quem pode dominar quem, as medidas de autonomia buscam ver quem tem a possibilidade de não se deixar confinar ou “prender” em uma relação inevitável (LAZEGA e HIGGINS, 2014, p. 71).

Um alto grau de autonomia está associado, segundo esses autores, a mais oportunidades de controlar os recursos que circulam na rede. Quanto mais autônomo for um ator, mais indispensável ele se torna para os demais atores da rede, ainda mais se esses atores não estão organizados a ponto de suprimi-lo. De certo, o ator é forte ou fracamente restrito, se suas relações forem organizadas entre si ou não (LAZEGA e HIGGINS, 2014).

Burt (1992) traz o conceito de buracos estruturais e *brokers* ao complementar a noção de laços fracos e pontes locais de Granovetter (1973). Para este, uma ponte local é o caminho mais curto pelo qual uma informação pode se difundir de um subgrupo conectado entre si a outro subgrupo da rede total. Além disso, somente um laço fraco poderia desempenhar essa função em redes sociais complexas. Por sua vez, os buracos estruturais separam fontes de informações não redundantes – mais aditivas do que repetitivas. Para Burt (2001), contatos fortemente ligados uns aos outros são susceptíveis de terem informações semelhantes e, portanto, fornecerem mais informações redundantes. Da mesma maneira, contatos estruturalmente equivalentes têm as mesmas fontes de informação, por conseguinte, também fornecem informações redundantes.

Broker é um ator que ocupa uma posição estrutural na extremidade de uma ponte entre dois setores de maior densidade dentro de uma rede social. A posição de *broker* confere ao ator uma vantagem no que diz respeito à obtenção de informações mais ricas e privilegiadas, assim como ao controle do fluxo de informações ou de recursos entre os setores da rede (BURT, 1992). Um *broker* é um ator com habilidade de construir pontes interpessoais entre os buracos estruturais, fazendo a ligação entre duas redes. Um *broker* pode lucrar obtendo as informações privilegiadas, além de possuir a capacidade de propagar novas ideias e comportamentos (GRANOVETTER, 2005).

Antes de considerar as estruturais locais propriamente ditas, vale ressaltar que a medida de autonomia revela dois elementos fundamentais de análise, a redundância e a restrição impostas aos atores na estrutura social. A ‘redundância diádica’ calcula, para cada ator, quantos atores com os quais ele tem ligação, estão conectados entre si. Quanto maior for a proporção de conexões entre esses atores, mais redundante é o laço direto do ego. Já a medida de ‘restrição diádica’ revela, como esperado, o quão as conexões entre os alters de determinado ator o constroem.

Associado a isso, o índice *C* (*constraint index*) mensura a ausência de buracos estruturais numa rede, apresentando-se como uma medida para detectar os *brokers*. Como descreve Burt (2001) quanto mais os alters de ego estão interconectados entre si, sem a mediação do ego, maior será o constrangimento da rede sobre o ego. Logo, quanto menor o índice *C* de um ator, maior será seu papel como *broker* na rede. Os *brokers* não necessariamente possuem alto grau de centralidade, mas desempenham um papel essencial na ligação entre os subgrupos da rede. O algoritmo de *constraint* indica, portanto, quanto um ator é constrangido pela estrutura da rede. Quanto menos constrangido, mais próximo de um buraco estrutural estará o ator.

Dito isso, em Capivari, conforme evidencia a Tabela 14, o ator com maior grau de autonomia – ou *broker* – é o mesmo que apresentou a ideia de turismo solidário aos demais atores da rede (AT21). Nesse caso, a estrutura social que se conformou em torno dessa ideia revelou o quão indispensável foi esse ator para a configuração da rede, e como sua existência determinou a forma pela qual a atividade turística foi conduzida na localidade. A quantidade significativa de buracos estruturais existentes na rede (determinada pelo número 0.00 na Tabela 14) expõe a pouca articulação entre os demais atores envolvidos. Isso significa que o ator com maior grau de autonomia pôde se valer de sua posição para garantir que suas ideias reverberassem e tivessem maior aceitação entre os moradores locais, sem que houvesse,

assim, grandes constrangimentos a essa inserção. Por sua vez, na perspectiva que envolve os próprios moradores, os atores com maior grau de autonomia são exatamente os que se revelaram mais ativos na rede. Dessa forma, por estarem conectados a mais fontes não redundantes de informação e, mais precisamente, por serem eles os elos principais com os atores que se posicionam nas extremidades da rede, é natural que eles atuem de modo a exercer grande influência sobre os demais. Além disso, como já esperado, o representante do governo (AT8) não conseguiu assumir um papel de relevância nessa estrutura, o que implica na sua baixa autonomia diante do contexto turístico local e na sua pouca capacidade para estabelecer ligações com os atores e seus respectivos grupos. Nesse caso, o índice C é tanto menor, conforme a Tabela 15, quanto maior a facilidade com que esses atores se estabelecem como elos entre diferentes grupos.

Tabela 14: Redundância e restrições diádicas – Capivari / Serro (MG)

DyadicRedundancy																						
	AT1	AT2	AT4	AT5	AT7	AT8	AT11	AT12	AT14	AT21	AT22	AT23	AT24	AT26	AT27	AT29	AT30	AT32	AT33	AT34	AT35	AT36
AT1	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.00	0.75	0.00	0.00	0.00
AT2	0.00	0.00	0.00	0.00	0.80	0.60	0.00	0.00	0.80	0.80	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.60	0.00	0.00
AT4	0.00	0.00	0.00	0.00	0.83	0.00	0.00	0.00	0.83	0.83	0.00	0.00	0.83	0.00	0.83	0.00	0.83	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT5	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.83	0.00	0.83	0.00	0.00	0.00	0.83	0.83	0.83	0.00	0.83	0.00	0.00	0.00	0.00
AT7	0.00	0.35	0.43	0.00	0.00	0.26	0.00	0.35	0.83	0.87	0.00	0.00	0.43	0.09	0.57	0.00	0.52	0.00	0.00	0.26	0.00	0.17
AT8	0.00	0.50	0.00	0.00	0.50	0.00	0.00	0.00	0.83	0.83	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.50	0.00	0.00	0.50	0.00
AT11	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT12	0.00	0.00	0.00	0.63	0.50	0.00	0.00	0.00	0.63	0.88	0.00	0.00	0.00	0.00	0.88	0.75	0.88	0.00	0.63	0.00	0.00	0.00
AT14	0.00	0.27	0.33	0.00	0.63	0.33	0.20	0.33	0.00	0.87	0.00	0.00	0.33	0.00	0.60	0.33	0.47	0.20	0.00	0.20	0.20	0.10
AT21	0.00	0.24	0.29	0.29	0.59	0.29	0.18	0.41	0.76	0.00	0.00	0.00	0.29	0.06	0.59	0.41	0.53	0.18	0.29	0.18	0.18	0.00
AT22	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.00	0.75	0.00	0.00	0.00
AT23	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.00	0.75	0.00	0.00	0.00
AT24	0.00	0.00	0.83	0.00	0.83	0.00	0.00	0.00	0.83	0.83	0.00	0.00	0.00	0.00	0.83	0.00	0.83	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT26	0.00	0.00	0.00	0.00	0.50	0.00	0.00	0.00	0.00	0.50	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT27	0.00	0.00	0.42	0.42	0.54	0.00	0.25	0.58	0.75	0.83	0.00	0.00	0.42	0.00	0.00	0.58	0.75	0.00	0.42	0.00	0.00	0.13
AT29	0.00	0.00	0.00	0.63	0.00	0.00	0.38	0.75	0.63	0.88	0.00	0.00	0.00	0.00	0.88	0.00	0.75	0.00	0.63	0.00	0.00	0.00
AT30	0.23	0.00	0.38	0.38	0.46	0.00	0.00	0.54	0.54	0.69	0.23	0.23	0.38	0.00	0.69	0.46	0.00	0.00	0.62	0.00	0.00	0.00
AT32	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.00	0.00	0.75	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.00
AT33	0.33	0.00	0.00	0.56	0.00	0.00	0.00	0.56	0.00	0.56	0.33	0.33	0.00	0.00	0.56	0.56	0.89	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT34	0.00	0.75	0.00	0.00	0.75	0.00	0.00	0.00	0.75	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT35	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.00	0.00	0.75	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00
AT36	0.00	0.00	0.00	0.00	0.80	0.00	0.00	0.00	0.60	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.60	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
DyadicConstraint																						
	AT1	AT2	AT4	AT5	AT7	AT8	AT11	AT12	AT14	AT21	AT22	AT23	AT24	AT26	AT27	AT29	AT30	AT32	AT33	AT34	AT35	AT36
AT1	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.13	0.13	0.00	0.00	0.00	0.00	0.16	0.00	0.16	0.00	0.00	0.00

AT2	0.00	0.00	0.00	0.00	0.10	0.06	0.00	0.00	0.10	0.10	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.06	0.00	0.00
AT4	0.00	0.00	0.00	0.00	0.06	0.00	0.00	0.00	0.06	0.06	0.00	0.00	0.05	0.00	0.06	0.00	0.06	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT5	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.06	0.00	0.06	0.00	0.00	0.00	0.00	0.06	0.06	0.06	0.00	0.06	0.00	0.00	0.00
AT7	0.00	0.02	0.02	0.00	0.00	0.01	0.00	0.01	0.05	0.06	0.00	0.00	0.02	0.01	0.03	0.00	0.02	0.00	0.00	0.01	0.00	0.00
AT8	0.00	0.04	0.00	0.00	0.05	0.00	0.00	0.00	0.09	0.10	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.05	0.00	0.00	0.05	0.00
AT11	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.10	0.10	0.00	0.00	0.00	0.00	0.10	0.09	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT12	0.00	0.00	0.00	0.03	0.03	0.00	0.00	0.00	0.03	0.05	0.00	0.00	0.00	0.00	0.04	0.04	0.05	0.00	0.04	0.00	0.00	0.00
AT14	0.00	0.01	0.01	0.00	0.03	0.02	0.01	0.01	0.00	0.05	0.00	0.00	0.01	0.00	0.03	0.01	0.01	0.01	0.00	0.01	0.01	0.01
AT21	0.00	0.01	0.01	0.01	0.03	0.01	0.01	0.01	0.04	0.00	0.00	0.00	0.01	0.00	0.02	0.01	0.02	0.01	0.01	0.01	0.01	0.00
AT22	0.13	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.13	0.00	0.00	0.00	0.00	0.16	0.00	0.16	0.00	0.00	0.00
AT23	0.13	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.13	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.16	0.00	0.16	0.00	0.00	0.00
AT24	0.00	0.00	0.05	0.00	0.06	0.00	0.00	0.00	0.06	0.06	0.00	0.00	0.00	0.00	0.06	0.00	0.06	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT26	0.00	0.00	0.00	0.00	0.28	0.00	0.00	0.00	0.00	0.30	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT27	0.00	0.00	0.01	0.02	0.02	0.00	0.01	0.02	0.04	0.04	0.00	0.00	0.01	0.00	0.00	0.02	0.03	0.00	0.02	0.00	0.00	0.01
AT29	0.00	0.00	0.00	0.03	0.00	0.00	0.02	0.04	0.04	0.06	0.00	0.00	0.00	0.00	0.05	0.00	0.04	0.00	0.04	0.00	0.00	0.00
AT30	0.02	0.00	0.01	0.01	0.02	0.00	0.00	0.02	0.02	0.03	0.02	0.02	0.01	0.00	0.03	0.02	0.00	0.00	0.03	0.00	0.00	0.00
AT32	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.12	0.00	0.00	0.14	0.14	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.10	0.00
AT33	0.03	0.00	0.00	0.03	0.00	0.00	0.00	0.03	0.00	0.03	0.03	0.03	0.00	0.00	0.03	0.03	0.07	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT34	0.00	0.09	0.00	0.00	0.11	0.00	0.00	0.00	0.11	0.11	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
AT35	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.12	0.00	0.00	0.14	0.14	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.10	0.00	0.00	0.00	0.00
AT36	0.00	0.00	0.00	0.00	0.07	0.00	0.00	0.00	0.20	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.20	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Tabela 15: Buraco Estrutural e Constraint index – Capivari / Serro (MG)

	EffSize	Efficie	Constra
AT1	1.00	0.25	0.57
AT2	1.40	0.28	0.40
AT4	1.00	0.16	0.35
AT5	1.00	0.16	0.36
AT7	6.87	0.57	0.25
AT8	2.33	0.38	0.38
AT11	1.00	0.25	0.39
AT12	2.25	0.28	0.30
AT14	9.60	0.64	0.22
AT21	11.23	0.66	0.20
AT22	1.00	0.25	0.57
AT23	1.00	0.25	0.57
AT24	1.00	0.16	0.35
AT26	1.00	0.50	0.57
AT27	5.91	0.49	0.25
AT29	2.50	0.31	0.31
AT30	7.15	0.55	0.23
AT32	1.00	0.25	0.49
AT33	4.33	0.48	0.30
AT34	1.00	0.25	0.42
AT35	1.00	0.25	0.49

AT36	1.00	0.33	0.46
-------------	------	------	-------------

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Em Milho Verde, a quantidade de buracos estruturais é expressivamente alta (representando pelo número 0.00 na Tabela 16), de modo que, assim como acontece em Capivari, torna-se evidente a baixa capacidade de articulação e mobilização local no tocante à consecução do turismo solidário no distrito. A pouca autonomia dos principais idealizadores da proposta (AT8 e AT21) – tanto da iniciativa pública quanto da iniciativa privada, revelada na Tabela 17, vai ao encontro de suas respectivas medidas de inserção estrutural na rede e, conseqüentemente, da pouca influência no âmbito local. Assim como na rede analisada anteriormente, na estrutura social de Milho Verde há uma grande quantidade de buracos estruturais, de modo que parte dos atores é pouco conectada entre si. Nesse caso, o ator (AT6) que mais exerce controle sobre os demais, com potencial de contribuir para frear a proposta na esfera local, é uma moradora de Milho Verde cujo poder de influência já foi aqui destacado. Ademais, o baixo número de ligações dos idealizadores da proposta responde pela circunstância de não terem eles conseguido mobilizar a comunidade para que atuasse conforme os preceitos do turismo solidário. Nesse caso, tais atores se encontram numa posição em que são muito mais constrangidos do que em posição vantajosa frente ao turismo. O fator C, por sua vez, é tanto maior quanto menor influência os atores exercerem, conforme revela a Tabela 17.

Tabela 16: Redundância e restrições diádicas – Milho Verde / Serro (MG)

DyadicRedundancy													
	AT3	AT6	AT7	AT8	AT9	AT10	AT15	AT16	AT21	AT19	AT27	AT28	AT31
AT3	0.00	0.80	0.00	0.00	0.60	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.60	0.80	0.80
AT6	0.33	0.00	0.33	0.58	0.25	0.25	0.25	0.33	0.33	0.33	0.25	0.33	0.58
AT7	0.00	0.80	0.00	0.80	0.00	0.00	0.00	0.80	0.80	0.80	0.00	0.00	0.00
AT8	0.00	0.88	0.50	0.00	0.00	0.38	0.38	0.50	0.50	0.50	0.00	0.00	0.38
AT9	0.75	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.75
AT10	0.00	0.75	0.00	0.75	0.00	0.00	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75
AT15	0.00	0.75	0.00	0.75	0.00	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75
AT16	0.00	0.80	0.80	0.80	0.00	0.00	0.00	0.00	0.80	0.80	0.00	0.00	0.00
AT21	0.00	0.80	0.80	0.80	0.00	0.00	0.00	0.80	0.00	0.80	0.00	0.00	0.00
AT19	0.00	0.80	0.80	0.80	0.00	0.00	0.00	0.80	0.80	0.00	0.00	0.00	0.00
AT27	0.75	0.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.75	0.75
AT28	0.80	0.80	0.00	0.00	0.60	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.60	0.00	0.80
AT31	0.50	0.88	0.00	0.38	0.38	0.38	0.38	0.00	0.00	0.00	0.38	0.50	0.00
DyadicConstraint													
	AT3	AT6	AT7	AT8	AT9	AT10	AT15	AT16	AT21	AT19	AT27	AT28	AT31
AT3	0.00	0.13	0.00	0.00	0.08	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.08	0.12	0.13

AT6	0.02	0.00	0.02	0.04	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.04
AT7	0.00	0.12	0.00	0.11	0.00	0.00	0.00	0.10	0.10	0.10	0.00	0.00	0.00
AT8	0.00	0.09	0.04	0.00	0.00	0.03	0.03	0.04	0.04	0.04	0.00	0.00	0.04
AT9	0.12	0.15	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.12	0.14
AT10	0.00	0.14	0.00	0.13	0.00	0.00	0.11	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.13
AT15	0.00	0.14	0.00	0.13	0.00	0.11	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.13
AT16	0.00	0.12	0.10	0.11	0.00	0.00	0.00	0.00	0.10	0.10	0.00	0.00	0.00
AT21	0.00	0.12	0.10	0.11	0.00	0.00	0.00	0.10	0.00	0.10	0.00	0.00	0.00
AT19	0.00	0.12	0.10	0.11	0.00	0.00	0.00	0.10	0.10	0.00	0.00	0.00	0.00
AT27	0.12	0.15	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.12	0.14
AT28	0.12	0.13	0.00	0.00	0.08	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.08	0.00	0.13
AT31	0.05	0.10	0.00	0.04	0.03	0.03	0.03	0.00	0.00	0.00	0.03	0.05	0.00

Tabela 17: Buraco Estrutural e Constraint index – Milho Verde / Serro (MG)

	EffSize	Efficie	Constra
AT3	1.40	0.28	0.53
AT6	7.83	0.65	0.27
AT7	1.00	0.20	0.54
AT8	4.00	0.50	0.37
AT9	1.00	0.25	0.53
AT10	1.00	0.25	0.51
AT15	1.00	0.25	0.51
AT16	1.00	0.20	0.54
AT21	1.00	0.20	0.54
AT19	1.00	0.20	0.54
AT27	1.00	0.25	0.53
AT28	1.40	0.28	0.53
AT31	4.25	0.53	0.37

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

Em São Gonçalo, as medidas de restrição são baixas, uma vez que quase todos os atores da rede possuem variados vínculos uns com os outros. Contudo, o ator AT16, moradora do distrito, exerce grande liderança sobre os demais, situando-se em uma posição de grande prestígio no meio relacionado ao turismo. Com um número de conexões maior que os demais membros, essa moradora foi fundamental para a conformação da rede, exercendo influência direta no modo pelo qual a atividade turística foi conduzida. Da mesma forma, a representante do poder público (AT8), embora em menor nível que a moradora local, também ocupa uma posição que garantiu a ela uma grande autonomia em face dos demais. Os atores citados possuem um número razoável de ligações, considerando o tamanho da rede, e parte dos atores a quem eles mantinham ligações não tinham muitas fontes independentes de informação.

Além disso, assim como nas outras localidades estudadas, na estrutura de São Gonçalo também havia uma quantidade importante de buracos estruturais, conforme mostra a Tabela 18. Logo, tanto a representante do poder público quanto a moradora local com maior papel de liderança na comunidade conseguiram fazer valer suas respectivas posições estratégicas de modo a difundir a ideia do turismo solidário. Como medida complementar, o fator C, embora tenha se mostrado relativamente alto para os dois atores referidos acima, como mostra a Tabela 19, revelou-se menos desigual, uma vez que a rede local, sobretudo envolvendo os moradores locais (AT13, AT17, AT1, AT20), impõem restrições iguais a parte dos atores envolvidos.

Tabela 18: Redundância e restrições diádicas – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)

DyadicRedundancy										
	AT5	AT8	AT13	AT14	AT16	AT17	AT18	AT25	AT20	AT31
AT5	0.00	0.83	0.83	0.00	0.67	0.67	0.83	0.00	0.50	0.00
AT8	0.83	0.00	0.83	0.00	0.67	0.67	0.83	0.00	0.50	0.00
AT13	0.83	0.83	0.00	0.00	0.67	0.67	0.83	0.00	0.50	0.00
AT14	0.00	0.00	0.00	0.00	0.67	0.00	0.00	0.67	0.00	0.67
AT16	0.50	0.50	0.50	0.25	0.00	0.50	0.50	0.25	0.00	0.25
AT17	0.80	0.80	0.80	0.00	0.80	0.00	0.80	0.00	0.00	0.00
AT18	0.83	0.83	0.83	0.00	0.67	0.67	0.00	0.00	0.50	0.00
AT25	0.00	0.00	0.00	0.67	0.67	0.00	0.00	0.00	0.00	0.67
AT20	0.75	0.75	0.75	0.00	0.00	0.00	0.75	0.00	0.00	0.00
AT31	0.00	0.00	0.00	0.67	0.67	0.00	0.00	0.67	0.00	0.00
DyadicConstraint										
	AT5	AT8	AT13	AT14	AT16	AT17	AT18	AT25	AT20	AT31
AT5	0.00	0.10	0.10	0.00	0.08	0.07	0.10	0.00	0.06	0.00
AT8	0.10	0.00	0.10	0.00	0.08	0.07	0.10	0.00	0.06	0.00
AT13	0.10	0.10	0.00	0.00	0.08	0.07	0.10	0.00	0.06	0.00
AT14	0.00	0.00	0.00	0.00	0.31	0.00	0.00	0.24	0.00	0.24
AT16	0.05	0.05	0.05	0.04	0.00	0.04	0.05	0.04	0.00	0.04
AT17	0.11	0.11	0.11	0.00	0.11	0.00	0.11	0.00	0.00	0.00
AT18	0.10	0.10	0.10	0.00	0.08	0.07	0.00	0.00	0.06	0.00
AT25	0.00	0.00	0.00	0.24	0.31	0.00	0.00	0.00	0.00	0.24
AT20	0.14	0.14	0.14	0.00	0.00	0.00	0.14	0.00	0.00	0.00
AT31	0.00	0.00	0.00	0.24	0.31	0.00	0.00	0.24	0.00	0.00

Tabela 19: Buraco Estrutural e Constraint index – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro (MG)

	EffSize	Efficie	Constra
AT5	1.66	0.27	0.52
AT8	1.66	0.27	0.52
AT13	1.66	0.27	0.52
AT14	1.00	0.33	0.78

AT16	4.75	0.59	0.35
AT17	1.00	0.20	0.53
AT18	1.66	0.27	0.52
AT25	1.00	0.33	0.78
AT20	1.00	0.25	0.56
AT31	1.00	0.33	0.78

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET.

5.3. Breves considerações

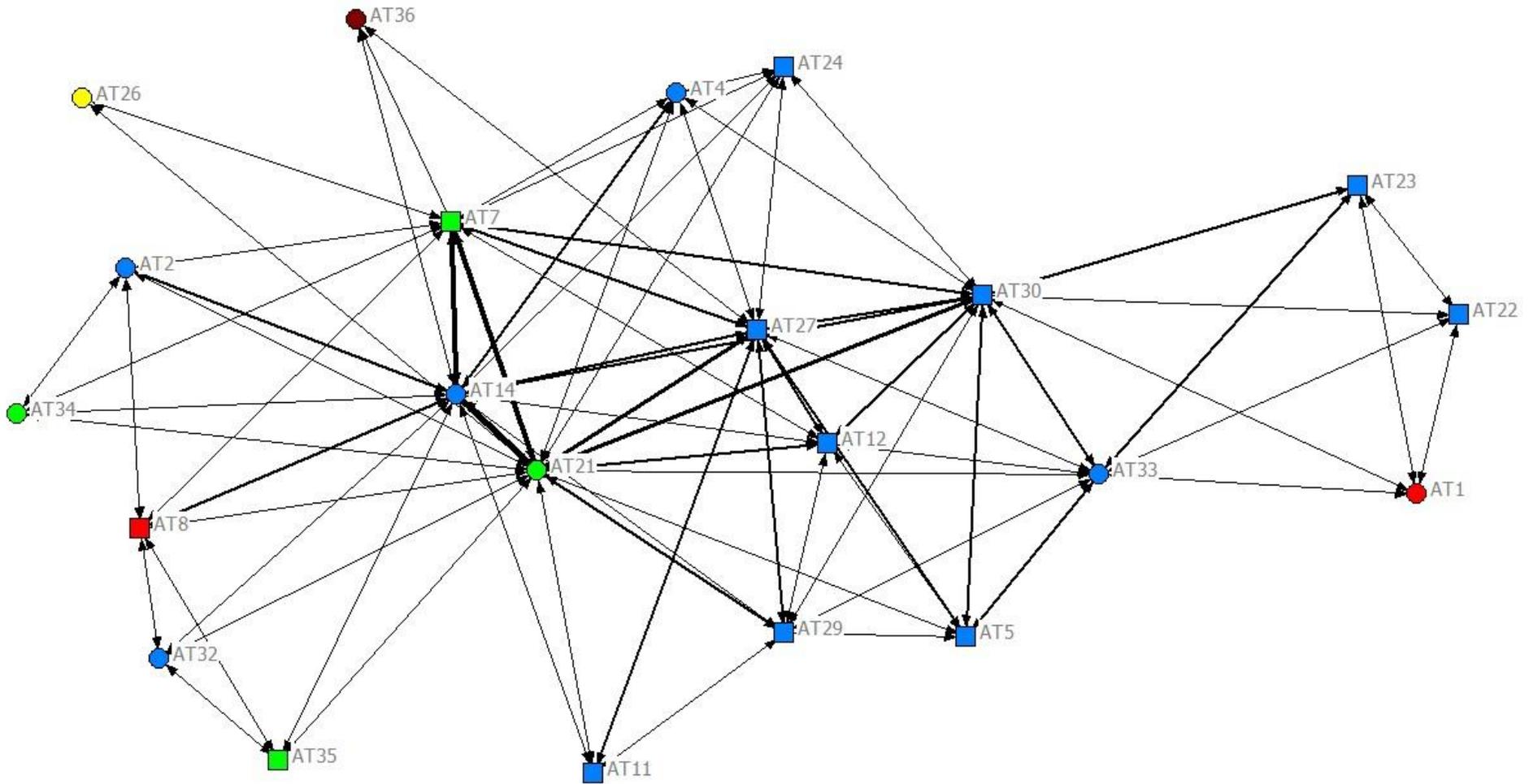
Os três grafos gerados para cada localidade estudada, conforme registram as figuras 14, 15 e 16, revelam a estrutura das respectivas redes, que foram detalhadas e analisadas sistematicamente ao longo deste capítulo.

A observação das redes de acordo com o critério “local de residência” constitui, pois, uma estratégia metodológica importante para operacionalizar a análise do objeto como um todo. Ora, se um ator reside em determinada localidade, cabe esperar que ele tenha contato com os demais atores que também trabalham com o Programa nessa mesma localidade, presumindo a existência de alguma relação social entre eles. Ao observar a figura 17, que trata da rede total do Serro/Minas Gerais, cabe supor que a conformação das redes se deu em virtude das relações espaciais ensejadas pela proximidade geográfica, muito embora não tenha sido esse o condicionante exclusivo dessa conformação.

Cumprir observar que o contexto determinante no qual este estudo se insere revela um distanciamento entre o baixo nível de desenvolvimento local das comunidades estudadas – pertencentes a uma região em que a sociedade se estrutura segundo modelos socioeconômicos e culturais tradicionais – e a atividade turística, que por sua vez, é responsável pelo desdobramento de novos processos econômicos nos locais onde se insere. Assim, historicamente negligenciada pelo Estado, fato é que o Programa não se instalou numa região, ou melhor, num espaço perfeito, mas num espaço cheio de conflitos.

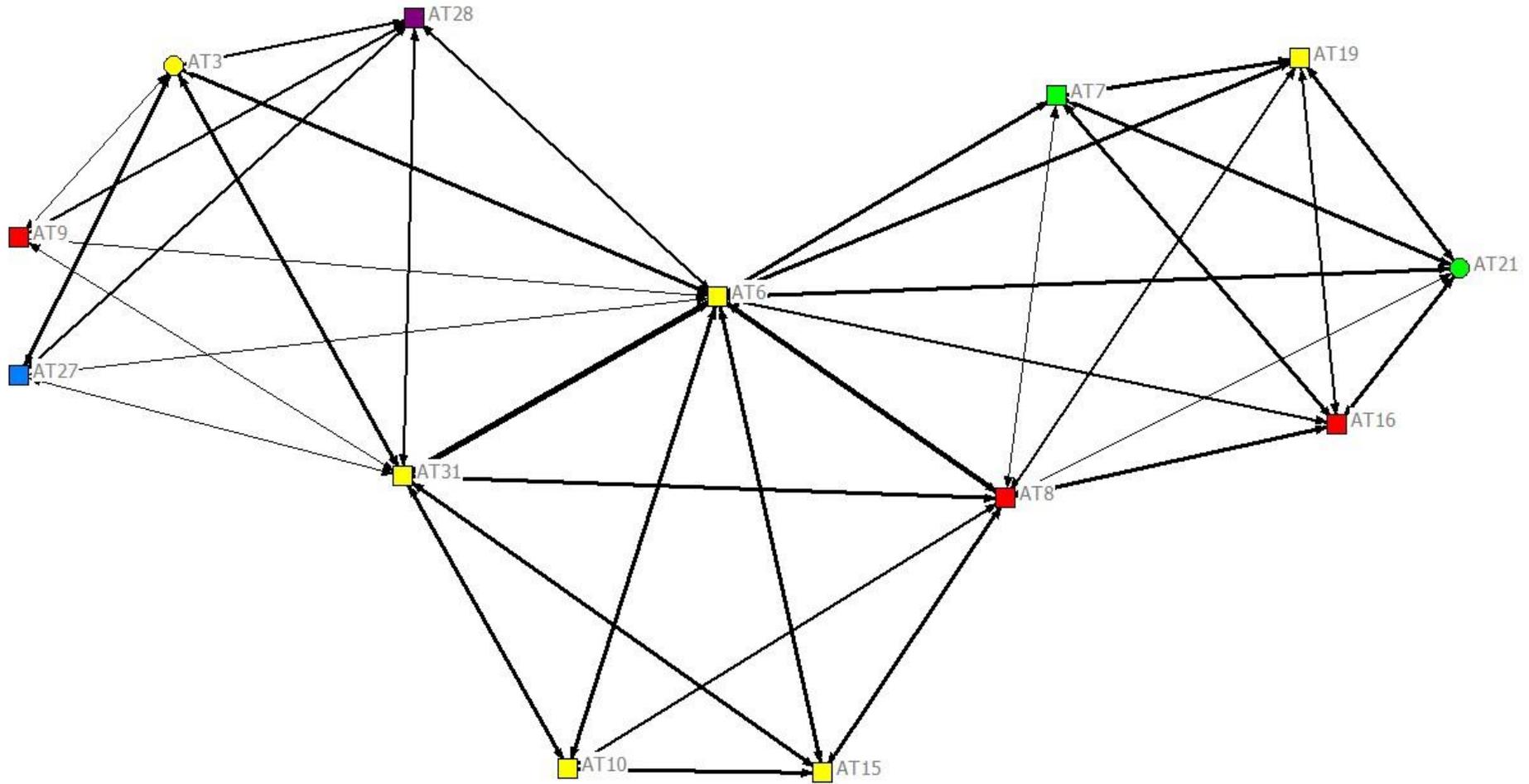
Compondo um quadro em que se revela um movimento turístico estruturado e sistematizado pelo Estado, estão projetos de desenvolvimento que ganharam relevo ao longo dos anos, e que visam a integração dessa região a um mercado mais amplo de turismo como, por exemplo, o PRODETUR II e, em menor escala, o próprio Programa Turismo Solidário. Na perspectiva do PTS, um efeito positivo, ainda que pontual e transitório, foi o aumento da autoestima – como se, enfim, as comunidades envolvidas tivessem deixado de ser “invisíveis” pelo Estado.

Figura 14: Rede total – Capivari / Serro



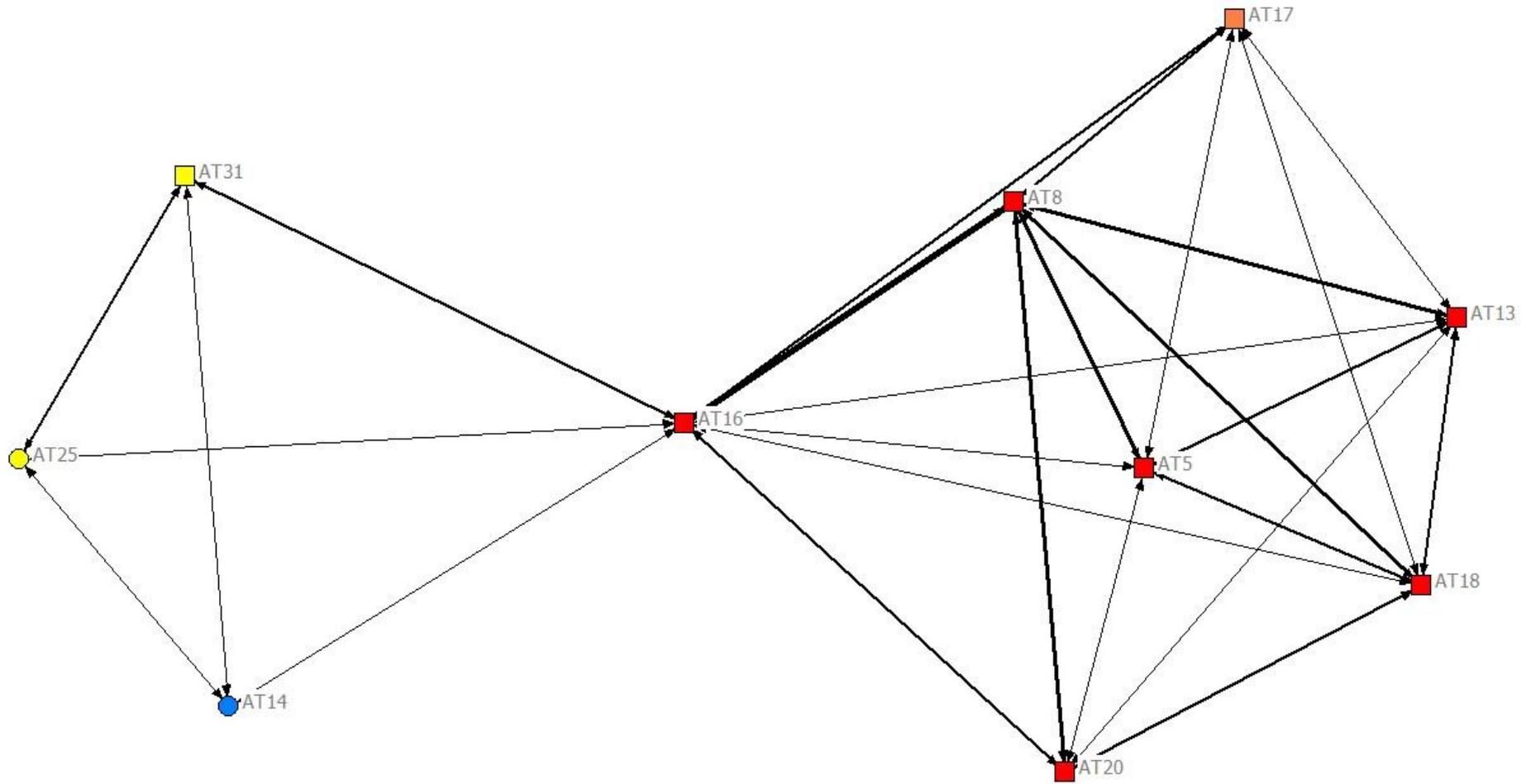
Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo, processados em UCINET e NetDraw.

Figura 15: Rede total – Milho Verde / Serro



Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo, processados em UCINET e NetDraw.

Figura 16: Rede total – São Gonçalo do Rio das Pedras / Serro



Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo, processados em UCINET e NetDraw.

Grande parte dos resultados esperados pela política não foi ainda sistematicamente analisada. Do mesmo modo, até hoje nem seus reflexos, muito menos os princípios que nortearam sua concepção, foram de fato compreendidos a contento pela maioria da população envolvida na iniciativa. O próprio conceito de turismo solidário, em si, continua sendo uma referência muitas vezes incompreendida pelas comunidades. O que se percebe é que não há nas comunidades estudadas uma noção clara em relação àquilo que a comunidade deve fazer em prol de uma atividade turística que seja local e, ao mesmo tempo, integrada a outras regiões e roteiros.

Vinculados a pequenos grupos sociais que, em geral, estão circunscritos a determinada localidade geográfica específica, os moradores envolvidos com a política de turismo não compõem articulações representativas entre si, e menos ainda com atores externos às comunidades. Dessa maneira, não conseguem sustentar suas posições coletivas diante das verticalidades impostas por esses agentes em variadas escalas. Em grande medida, a mobilização desses atores se dá na microescala, limitada quase que exclusivamente ao âmbito do próprio Programa. Ainda assim, a presença de atores externos que se apresentam como os gestores de fato da proposta, que coordenam as ações desses grupos, acabam por dificultar a tentativa dos próprios moradores de se tornarem os atores mais articulados e centrais das redes.

A posição central na rede conferida aos principais atores externos atribui a eles uma importância local, de modo que se valem de uma institucionalidade ainda que informal diante, sobretudo, da fragilidade das articulações e mobilizações locais. Analogamente, os atores locais cuja posição central garantiu algumas vantagens no contexto do Programa são os que mais se envolveram com os receptivos familiares e, portanto, os que mais receberam turistas durante o período de funcionamento do Programa. Valendo-se das relações constituídas ao longo dos anos, alguns poucos desses atores ainda hoje continuam a receber visitantes em suas residências.

Muito embora o contexto geográfico tenha contribuído para a conformação das estruturas sociais aqui representadas, as relações de proximidade também contribuíram para a forma pela qual a política foi conduzida no município. A pouca representatividade do poder público, em geral, embora o Programa se configurasse como política de Estado, aliada, em alguns casos, à alta concentração das ações nas mãos da iniciativa privada, o que conformava um nicho bem específico de mercado, refletiram, como consequência, na falta de

consolidação de um capital social entre as comunidades e o Estado, o que acabou por “cimentar” uma condição de isolamento geográfico e social.

Muito embora o contexto geral tenha seguido certo padrão na forma como o Programa foi conduzido e gerido nas localidades, em cada uma delas notou-se especificidades que se apresentaram à medida que as organizações internas foram se revelando e as estruturas sociais tornando-se mais evidentes.

Em cada uma das localidades houve a atuação de agentes específicos que certamente influenciaram o contexto onde a política se inseriu. O alto grau de dependência que se revelou em todas as localidades, em grande medida, de agentes externos, fez com que cada grupo se articulasse conforme as relações que se estabeleceram com esse ator central. Em Capivari, por exemplo, as ações relacionadas ao turismo solidário ocorreram em momento anterior à inserção do Programa do governo na região. Nesse caso, as atuações foram pautadas, sobretudo, por meio do mercado, o que significou uma condução diferente das demais localidades, sobretudo quando comparado ao distrito de São Gonçalo. De certo, as relações de proximidade que se estabeleceram entre o proprietário da empresa e os moradores que optaram pelo envolvimento com a iniciativa também contribuíram para a conformação da rede de turismo. Não obstante, à dependência construída pelo empreendedor, e assumida pela própria comunidade, somou-se a incapacidade do Estado de estar presente. As famílias, historicamente negligenciadas, desacreditavam no Estado e, assim, pode-se afirmar que a iniciativa oriunda do meio privado contou com certo grau de assistencialismo. Essa dependência, ou a falta de autonomia no seu sentido mais amplo, é a característica central de políticas ou projetos em que as comunidades raramente têm a chance de dizer não.

O fato de transferir para o empreendedor toda a responsabilidade de um projeto que se instalou numa região em que se verifica a ausência histórica do Estado é, portanto, um dos elementos reveladores sobre a quem serve essa política.

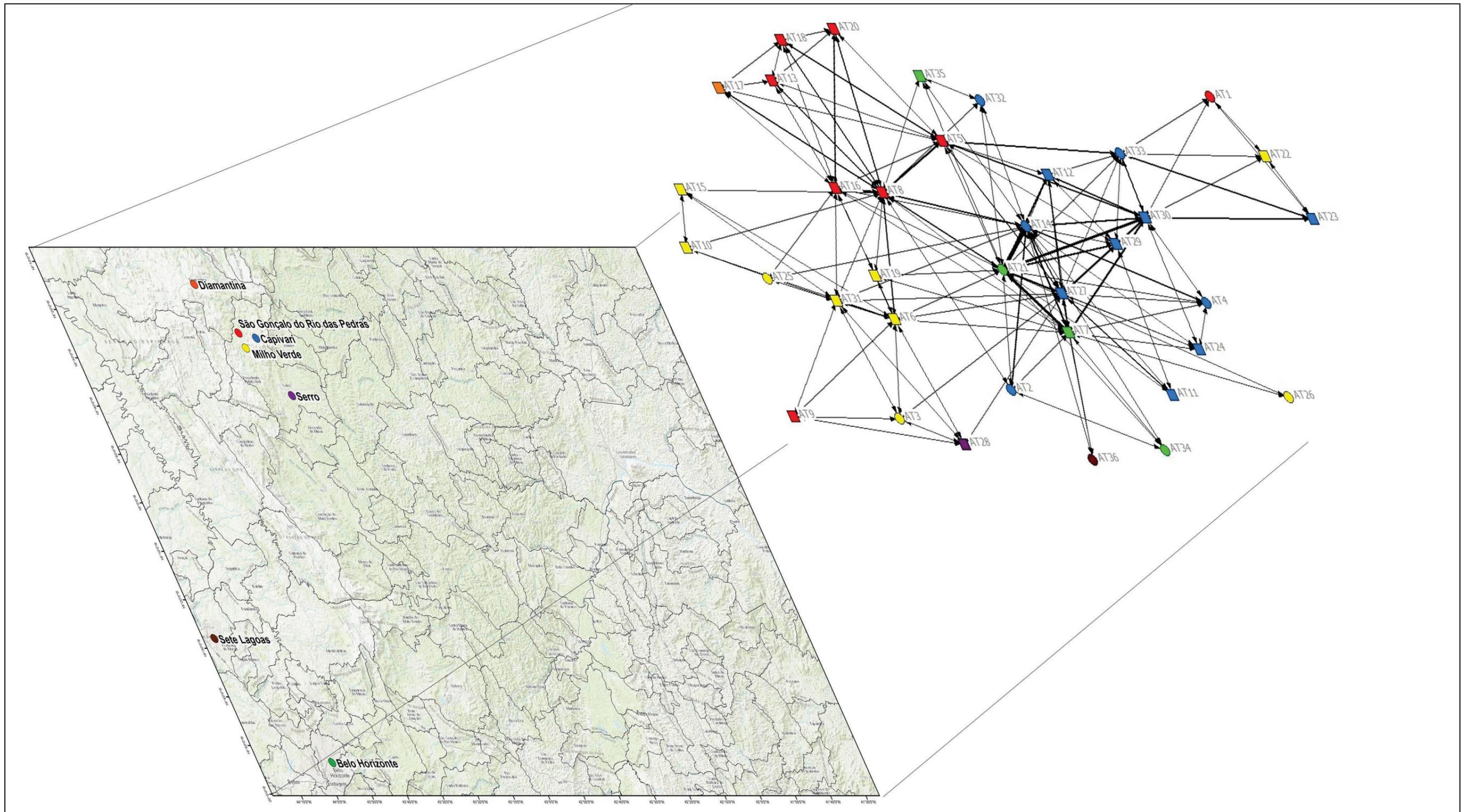
Em Milho Verde, como mostrado ao longo do capítulo, embora tenha havido, por um lado, uma inserção bem modesta do proprietário da Andarilho da Luz e, de outro, uma tentativa de incursão da ideia do Programa, as constantes desavenças entre ambos os gestores, assim como entre a representante do poder público e alguns moradores, fez sucumbir a intenção de desenvolver um tipo de turismo tido como alternativo para a comunidade.

Já em São Gonçalo, o turismo foi articulado e gerenciado exclusivamente por mulheres. Assim como nas demais localidades, a motivação foi, sobretudo, financeira, já que

o turismo solidário era visto, principalmente, como fonte alternativa de renda em face dos desafios impostos pelas dificuldades financeiras cotidianas. A ideia era a de que as mulheres se fortalecessem economicamente para não ficarem vulneráveis diante do mercado e dos turistas. Com isso, as relações de proximidade ajudaram a conformar a rede do turismo solidário: quem aderiu ao Programa manteve uma relação de proximidade com a representante do governo e quem não aderiu mostrou-se resistente em virtude da insegurança pública que essa política poderia gerar.

Há uma compreensão clara, portanto, de que, da parte dos atores sociais no âmbito do Programa, a mobilização de recursos e competências locais para satisfação de interesses coletivos não implicaram uma atuação pautada na autonomia, estando condicionados à atuação de agentes externos. As relações de proximidade, afetivas e de amizade assumiram papel importante para a conformação da rede de turismo solidário. Mas, a coesão está mais relacionada à comunidade em si, no sentido de ajuda mútua, já que a coesão existente entre os moradores não serviu ao turismo, haja vista a competição que havia entre quem tinha a “melhor” casa para receber os turistas solidários. No campo do turismo, a própria atividade, que prega a união e a solidariedade, gerou competição entre os moradores, isto é, o turismo solidário propõe a solidariedade como um princípio, mas um dos efeitos foi o estímulo à competitividade. Ao Estado coube, portanto, o papel de “descapitalizar” socialmente a comunidade ou “des” solidarizá-la.

Figura 17: Rede Total – Serro



Fonte: Dados da rede obtidos em trabalho de campo e processados em UCINET e NetDraw.
Elaboração do mapa: Maria Flávia Pires Barbosa, Eric Pereira Oliveira e Solano de Souza Braga, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos que seguem cumprem o propósito de analisar as razões dos (in)sucessos do Programa Turismo Solidário no município do Serro/Minas Gerais. Valendo-se dessa política como objeto de investigação, procurou-se refletir, nos capítulos anteriores, sobre seus resultados e implicações, colocando em evidência as duas partes envolvidas: o que pensaram os idealizadores da proposta e qual o ponto de vista das famílias contempladas com essa iniciativa. As reflexões acerca do quadro teórico que sustentou a política, as entrevistas realizadas com os moradores envolvidos e as reflexões empreendidas sobre a análise de redes sociais, com base em medidas sociodemográficas e de capital social, ofereceram as condições para elucidar a hipótese dessa tese: o êxito da política estudada pressupunha a existência de coesão entre os atores envolvidos, isto é, uma ação coordenada.

Assim, fornecidos alguns matizes teórico-conceituais que embasaram o PTS, e que dizem respeito aos conceitos de desenvolvimento e solidariedade, e ainda, reveladas as formas de articulação e mobilização da comunidade quanto à política e, também, o modo pelo qual o Estado a conduziu, é possível aludir, de forma breve e conclusiva, as principais repercussões e implicações relativas à implantação do Programa no município em questão:

1. O PTS, na sua concepção, apresentou-se como uma possível ferramenta para a promoção do desenvolvimento para as comunidades envolvidas com a proposta. Na prática, contudo, a política se valeu, fundamentalmente, de uma perspectiva de desenvolvimento predominantemente econômica, reduzindo o turismo à sua capacidade de gerar trabalho e renda aos moradores pelo aumento do fluxo turístico. Nesse cenário, notou-se que o PTS negligenciou o território haja vista a baixa aderência entre as determinações da política e a realidade local;
2. A solidariedade foi pensada, sobretudo, na perspectiva dos turistas, atribuindo a eles a capacidade de contribuir para o desenvolvimento local. Nesse sentido, a coesão das famílias, entendida como condição fundamental para o êxito da iniciativa, não se estendeu ao campo do turismo, permanecendo circunscrita ao âmbito familiar e da amizade. Tendo a solidariedade como um princípio, o efeito do Programa, todavia, foi exatamente o inverso: a competitividade.

3. As relações sociais assumiram notável importância na conformação da rede de turismo solidário no município estudado. Ademais, as posições ocupadas pelos atores nessas redes exerceram grande influência na forma pela qual política foi conduzida nas localidades;
4. A fraca mobilização e articulação das comunidades no âmbito do Programa foi consequência, entre outras razões, da ausência da participação efetiva da população na concepção e formulação da própria política;
5. Na consecução do Programa houve permanente tensão entre a tutela, reflexo da dependência explícita de agentes externos, e as necessárias autonomia e emancipação das comunidades envolvidas com a iniciativa.

Esses desdobramentos da política requerem, contudo, exame mais apurado. Na historiografia mineira, a região na qual o Serro está inserido é uma das mais complexas do estado e, também, do país, o que tem levado os governos mineiros, pelo menos desde os anos de 1970, a formularem políticas públicas como forma de compensação da histórica negligência estatal. Os resultados concretos desses programas e projetos têm sido, no entanto, escassos. “A cada mudança de governo do estado ou às vezes do país, novas propostas são feitas, novas ações são ensaiadas e, apesar das intenções que muitas vezes efetivamente são as melhores, os indicadores regionais permanecem em termos relativos quase exatamente os mesmos” (RIBEIRO *et. al*, 2004, p. 01).

Ainda segundo Ribeiro *et. al*, (2004), uma característica muito comum no que diz respeito à formulação de políticas públicas, sobretudo as orientadas para a promoção do desenvolvimento, é considerar que essas regiões ditas “carentes” têm problemas iguais – em geral, relacionados ao aspecto econômico – e que, portanto, as políticas podem ser replicadas de um caso para outro sem levar em conta as especificidades socioespaciais. O mais frequente, nesses casos, é direcionar as ações com base no que essas regiões não possuem, isto é, pelo que concepção de desenvolvimento regente da política supõe que seja o necessário a elas.

É notável que o turismo, entre as numerosas propostas apresentadas, tem sido apontado como uma importante via para se alcançar crescimento e desenvolvimento econômicos para essa região. Por consequência, essa prerrogativa é constantemente utilizada na formulação de programas e projetos turísticos. Sem levar em conta os custos econômicos, sociais, ambientais e culturais que recaem sobre as comunidades afetadas pela implantação

dessas políticas, os governos assumem como certas a capacidade de o turismo de impulsionar atividades produtivas e de gerar renda e trabalho para a população.

Desde a propagação do turismo dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, ainda na década de 1960, prevaleceu, no campo do turismo, a ideia dominante de que essa atividade seria um eficiente motor de desenvolvimento. Conforme apontam Ledtke e Manocchi (2012), o turismo era visto, predominantemente, como fonte de benefícios econômicos e como justificativa para o investimento em infraestrutura. No entanto, com a ausência dos benefícios econômicos substanciais e com o aumento dos impactos negativos socioculturais e ambientais para os países receptores, o significado do turismo e sua relação com o processo de desenvolvimento passou a ser questionado, ficando em segundo plano. Apenas recentemente, o reconhecimento do turismo como importante força econômica ganhou nova forma, associado à mudança de foco do discurso do desenvolvimento para estratégias de crescimento sustentável e mais equitativo, especialmente para alívio da pobreza (UNWTO, 2014). Com efeito, o turismo entrou definitivamente no debate sobre crescimento/desenvolvimento e é considerado hoje como elemento fundamental das políticas de desenvolvimento.

Porém, a literatura do turismo tem frequentemente registrado que os argumentos econômicos parecem continuar aquém dos efeitos esperados e o turismo, pode, ao contrário, afetar os resultados do desenvolvimento, aumentando a desigualdade de riqueza e a estratificação social em países onde já existem altos índices de desigualdade (LEDTKE e MANOCCHI, 2012).

Dado que o turismo é movido por interesses globais e pelas complexidades e dinâmicas socioespaciais das localidades onde se instala, Steiner (2006) afirma que existe, portanto, uma ausência de nexos entre as perspectivas micro e macro, que resulta na deficiente consideração das estruturas políticas e sociais locais e na sua influência direta sobre o processo e os problemas do desenvolvimento.

Notadamente, o PTS se valeu da perspectiva que atribui ao turismo uma importância para a promoção do crescimento/desenvolvimento econômicos e, conseqüentemente, como instrumento minimizador das históricas desigualdades regionais. Da mesma maneira, carrega consigo o ônus e as complexidades inerentes a essa atividade. Um efeito importante atribuído ao turismo, e ao próprio Programa em questão, está na sua pretensa capacidade de gerar emprego e renda, sendo essa uma das principais razões que motivaram a participação das

famílias no âmbito das localidades estudadas. Todavia, pouco se questiona sobre a qualidade e as características dos trabalhos gerados.

De modo geral, boa parte da ocupação motivada pelo turismo requer pouca qualificação, o que permite absorver trabalhadores de outros setores produtivos, como agricultura e mineração, por exemplo. À medida que o lugar se desenvolve turisticamente, passa a exigir maior grau de profissionalização, e o resultado é o aumento da complexidade da estrutura social com a chegada de um contingente populacional formalmente mais capacitado. Nesse cenário, os aspectos benéficos do turismo são colocados à prova quando se analisa, por exemplo, as condições de trabalho, que se caracterizam, principalmente, pelo pouco retorno econômico. Aliado a isso está ainda a sazonalidade do trabalho, já que o turismo é uma atividade altamente dependente do fluxo de turistas, e sobre o qual, pouco se tem controle (CAÑADA e GASCÓN, 2007).

No âmbito das localidades estudadas, observou-se que as oportunidades de geração de renda pelo turismo, incluindo as relacionadas ao PTS, deram-se, quase exclusivamente, em condições de informalidade, assim como em grande parte dos projetos de desenvolvimento pelo turismo no Brasil e em Minas Gerais. Nessa lógica, é importante questionar também algumas atividades voltadas para a qualificação de empreendedores e trabalhadores oferecidas pelo próprio PTS. Muito embora essas atividades tenham buscado compensar as deficiências locais, elas pareciam estar, no entanto, ignorando-as ao impor, por exemplo, que as famílias que trabalhavam com os receptivos familiares oferecessem aos turistas certo tipo de alimentação ou produtos de higiene pessoal que os próprios moradores não usufruíam cotidianamente. Dadas, portanto, essas condições locais, pode-se afirmar que independente do tipo de trabalho exercido, a rentabilidade dos moradores envolvidos com a proposta dependeria de ações voltadas a elaborações de condições sociais mais justas de trabalho.

Para uma discussão mais aprofundada sobre o Programa foi feito um esforço de compreensão acerca das bases teóricas e empíricas sob as quais essa ideia se manifestou. Cabe ressaltar, ainda que tais bases não tenham se revelado espontaneamente, um olhar mais atento sobre a iniciativa permitiu entrever suas referências e contingências. Do que se viu, três foram essas bases.

O investimento no turismo é resultado de uma ação deliberada tanto por parte do poder público quanto da iniciativa privada. No caso desta pesquisa, por ser o PTS uma ação do Estado, a perspectiva intervencionista do desenvolvimento se destacou como uma de suas

bases teóricas de sustentação. Esse Programa surge em 2003, reforçando o papel do Estado no fomento ao turismo, visto que o Estado foi, ao mesmo tempo, o idealizador e financiador da proposta. Contudo, exemplificadas anteriormente as diferenças nos planos do discurso e das práticas, notou-se que o que se inicia com um forte apelo público e uma destacada intervenção estatal, culmina em uma clara primazia dos aspectos econômicos e, em grande medida, dos interesses de pequenos grupos, incluindo, em alguns casos, agentes externos privados. Logo, as implicações da política se estenderam à perda da centralidade do Estado. De um lado, o Estado interveio por meio da indução da política e do financiamento da atividade turística, por outro lado, contudo, seu papel não foi mais do que o de um “financiador” ou estruturador para que, via de regra, o mercado se instalasse e passasse a competir pela demanda. Portanto, entende-se esse processo como resultado da perspectiva neoclássica do desenvolvimento que, na prática, foi o que predominou no âmbito da política estudada.

Paralelamente, o discurso da sustentabilidade se deu, a bem dizer, muito mais como retórica. Com a consolidação do paradigma ambientalista, a qualidade do discurso e da ação pública se altera em todas as escalas e, dessa forma, agrega-se à necessidade de valorização dos atrativos turísticos a retórica da importância de sua preservação (CRUZ, 2006). Todavia, com relação à manutenção da sustentabilidade do turismo local, notou-se que nas três localidades estudadas, mas, sobretudo no distrito de Milho Verde e em menor escala nas demais localidades, os empreendimentos informais, incluindo os ligados ao PTS, encontram-se desmobilizados com relação à capacidade de resguardar a atratividade turística local. Visando predominantemente a ampliação do fluxo turístico e conseqüentemente da renda, a necessidade de resguardar os atrativos turísticos e o próprio bioma local, visto que grande parte dos turistas é atraída pelas belezas naturais e paisagísticas locais, ficou em segundo plano.

Dada essa articulação entre as correntes do desenvolvimento ora referidas, que diz respeito aos caminhos trilhados e às escolhas engendradas no âmbito do poder público, observou-se que o discurso que legitimou o PTS não difere, essencialmente, de outros relativos a diferentes setores econômicos: geração de renda, de divisas, de empregos. Sob essa lógica, a compreensão do discurso dessa política também passa pela compreensão do uso que ela faz do território. De certo, ainda que o espaço seja a condição para que o turismo aconteça, notou-se que o Programa desconsiderou sua importância e significado para o turismo. Tal como afirma Cruz (2006), de modo geral, as políticas públicas, e o PTS não foi diferente, reduzem o espaço a ‘atrativos naturais e culturais’, sendo compreendido, pois, como “um puro

e simples receptáculo de suas ações às quais devem somar-se as ações dos agentes de mercado” (CRUZ, 2006, p. 349).

Na perspectiva da solidariedade, o PTS presumia, de um lado, a existência de coesão no âmbito das comunidades envolvidas e, do outro, a solidariedade no que se refere à atitude dos turistas. Uma ação coordenada entre os moradores, nos termos da proposta, seria uma atuação com vistas, entre outras coisas, à constituição de serviços básicos aos turistas, incluindo meios de hospedagem (por meio dos receptivos familiares), alimentação, oferta de serviços de guias turísticos, entre outros. Tais serviços demandariam a mão de obra local e a estrutura domiciliar e urbana já disponíveis nas localidades.

De modo geral, ao turismo é atribuída ora a capacidade de atuar como motor de mobilização e articulação para os setores menos favorecidos, ora tem sido acusado de romper a coesão social e ser o causador de processos de diferenciação (CAÑADA E GASCÓN, 2007). No entanto, conforme mostram esses autores, ainda que o turismo provoque um processo ou outro, o que marca uma distribuição desigual dos benefícios gerados pelo turismo são, via de regra, fatores pré-existentes: uma estrutura social cuja distribuição de renda já é diferenciada ou ainda a existência de um setor da população capaz de explorar e controlar com êxito novos recursos. A variedade de consequências que se revela ao estudar casos concretos na esfera local mostra que o turismo não é um fenômeno inócuo – geralmente, ele tende a atuar como força de mudança, cujos processos dependem, sobremaneira, do contexto já existente.

Assim, nas três comunidades estudadas, ainda que tenha havido uma razoável receptividade inicial à proposta, um alcance maior talvez não tenha sido possível pelo fato de que o principal recurso necessário à efetivação do PTS praticamente inexistia nas próprias comunidades: a mobilização e coesão entre os moradores no âmbito do turismo. Outra razão a considerar consiste na exposição cada vez maior das localidades ao ambiente competitivo da atividade turística. Isso se revelou, por exemplo, nos conflitos gerados entre os atores que mais recebiam os turistas ditos solidários e os demais moradores das localidades. Na visão desses moradores, um pequeno grupo se colocou no controle da atividade. Esse grupo era formado, principalmente, pelos atores cuja infraestrutura do receptivo familiar era considerada melhor em relação às demais.

A imposição da política sobre o território não garantiu, portanto, a cooperação das comunidades, a qual dependia, entre outras coisas, do envolvimento real com a iniciativa.

Valendo-se do adjetivo que confere nome ao Programa, o Estado ressignificou o conceito de solidariedade ao promover um paradoxo diante daquilo que se pretendia e do que ocorreu de fato, isto é, ao Estado, coube a função de “(des)solidarizar” as comunidades, sobretudo ao impor um tipo de prática turística até então desconhecida e que, diante da pouca participação e mobilização da população nas distintas fases do Programa, não encontrou aderência à realidade na qual ele foi implantado. Assim, as consequências geradas por essa ausência causaram o efeito inverso ao esperado. A competitividade econômica explícita em face das possibilidades oferecidas pelo turismo na região, mesmo diante da coesão que havia, sobretudo no âmbito das relações pessoais, foi um aspecto que pesou para que os resultados do Programa não fossem tão satisfatórios quanto se poderia esperar.

Sob essa lógica, pode-se dizer que a solidariedade foi pensada com foco nos turistas ditos ‘solidários’, isto é, os turistas engajados na modificação da realidade local por meio de ações pontuais, cuja essência estaria ancorada na coresponsabilização e na máxima “*dar (exigir) sem receber nada em troca*”. Na outra ponta, das famílias envolvidas, a solidariedade deveria ter sido pensada à luz do capital social, ou seja, da coesão entre essas famílias e, em maior escala, também entre as localidades estudadas.

Um dos grandes obstáculos ao maior controle do turismo por parte da comunidade foi, de modo geral, a inexistência de uma participação efetiva na concepção e na implantação da proposta. De certo, a ausência dos moradores locais em posições de tomada de decisão acabou transformando a concepção de projetos de desenvolvimento pelo turismo num espaço de predomínio dos interesses privados, ou de alguns poucos setores da sociedade em detrimento das coletividades. Além disso, em razão do pequeno incentivo e do escasso investimento do Estado, o baixo número de viajantes que chegavam à localidade provenientes do PTS levou ao fracasso do esquema de rodízio entre as casas. Nesse contexto, alguns poucos atores se colocaram no controle do turismo em âmbito local.

Nesse sentido, o estudo sobre as relações sociais das famílias envolvidas com o Programa foi importante para compreender as influências da conformação das redes estudadas e das posições ocupadas pelos atores envolvidos com o PTS na forma como essa política foi conduzida no município. De certo, em consonância com o que afirma Granovetter, os resultados permitem inferir que as ações dos indivíduos foram fortemente influenciadas pelas redes de relações em que esses atores estão inseridos e que a natureza das relações entre eles influenciou, sobremaneira, sobre os resultados da política. Assim, a estrutura social dessas famílias indicou um padrão de relacionamento entre elas e os idealizadores da proposta. Tais relações,

contudo, podem e devem ser objeto de avaliação mais aprofundada, sobretudo quando se leva em conta a possibilidade dessa rede estar interligada com outros grupos na região, além dos grupos aqui estudados.

A topologia das redes permite ver que as estruturas de poder no campo do turismo constituem importantes estratégias de manutenção do prestígio e dos interesses de alguns atores locais que se destacaram. Como dito anteriormente, aos atores mais centrais das redes estudadas é atribuída, quase sempre, uma importância local que se refletiu na forma como a política foi conduzida em cada uma das localidades. Ao mesmo tempo, os atores locais com maior capacidade de mobilização e articulação, que assumiram uma posição central nas redes de turismo solidário, são os mesmos que mais receberam turistas e, portanto, garantiram vantagens em razão de suas posições na estrutura social.

A estratégia exposta pela configuração das redes estudadas associa-se não apenas ao aspecto geográfico, mas para além dele, aos laços de proximidade que garantiram a atuação dos agentes externos e abriram a perspectiva de mercado e/ou da iniciativa pública, a depender do contexto de cada localidade. Pode-se dizer que as redes se deram no sentido de garantir não apenas o poder, mas construíram uma legitimidade ora do agente público, ora do ator privado, por meio de relações de proximidade e, em muitos casos, de dependência. Nesse quadro de relações, poucas famílias no âmbito das localidades estudadas conseguiram avançar com a iniciativa. Quando apenas um setor da comunidade consegue controlar e usufruir do recurso turístico não é somente por causalidade. Mesmo em sociedades coesas e aparentemente menos diferenciadas, o acesso aos recursos não é o mesmo para todos os grupos domésticos.

Assim, a proposta ignorou a enorme dificuldade das famílias de se associarem e de empreenderem atividades em comum. O fato de o programa não ter logrado o êxito esperado pode muito bem estar associado à resistência passiva dos moradores que, sem discordar abertamente, resolveram “esperar” as decisões serem tomadas no âmbito da gestão do Programa.

Não é raro encontrar um desequilíbrio entre o que se espera quando se empreende atividades ligadas ao turismo e seus efeitos reais. Em muitos casos, a expectativa diante da capacidade de atrair turistas e, dessa forma, ver aumentar as receitas, é vista como uma panaceia para resolver os problemas econômicos da comunidade. Por vezes, as expectativas se cumprem. Todavia, o mais frequente é que os benefícios não recaiam em proveito de todos

os grupos. Nesses casos, um setor da comunidade ou determinados agentes de fora consegue monopolizar as vantagens e os ganhos com essa atividade. Aliado ao efeito gerado diante da expectativa frustrada se pode somar o receio, o conflito ou, até mesmo, a atitude de repulsa quanto ao turista.

Também, um dos grandes desafios que geralmente enfrentam as comunidades que desejam empreender no turismo é a necessidade de criar uma boa reputação no circuito turístico regional ou nacional. Em muitos casos, essas comunidades necessitam de mediadores entre moradores e visitantes: os operadores turísticos. Contudo, a relação entre a comunidade e o agente do turismo não é isenta de conflitos e a capacidade de negociação por parte dos moradores comporta limitações. Em parte, devido à própria complexidade do turismo que envolve um intrincado número de relações e contatos, instituições, empresas e normas até então desconhecidas para a comunidade. A desinformação acaba por gerar dependência dos mediadores, configurando-se como um fator desfavorável no processo de negociação. De outra parte, está o papel dos operadores de turismo que, em razão de seu conhecimento operacional, conseguem impor certas condições à comunidade. Como resultado, o papel das comunidades na gestão do turismo é praticamente inexistente e, por consequência, os benefícios são marginais.

De modo geral, os depoimentos dos moradores permitem entrever que a população tinha grandes expectativas com relação ao turismo, mas prontamente descobriu suas limitações. Houve uma insuficiente promoção do PTS, considerada um grande gargalo do Programa. De certo, a fruição do turismo depende, habitualmente, de sua divulgação e comercialização. No entanto, o Programa funcionou de uma maneira muito precária quanto à promoção e à comercialização, com o IDENE assumindo um papel que, em tese, não caberia ao Estado. Pelos impedimentos no processo de comercialização, o pagamento pelos receptivos familiares e demais serviços eram feitos diretamente às famílias. Não havia uma central de agendamento e, desse modo, a operação direta era complicada, já que em algumas localidades não havia telefone, internet ou outro meio de comunicação que pudesse servir como canal direto entre moradores e turistas. Aliado a isso, a dificuldade de as pessoas lidarem com o comércio e com o mercado turístico também era um dificultador importante para a comercialização.

Uma ação com vistas a solucionar esse entrave foi feita por meio de uma parceria com a empresa Vale, e foi por meio dessa parceria que o catálogo dos produtos foi elaborado. O recurso da Vale foi destinado a dinamizar, operar e promover o PTS. O investimento foi da

ordem de um milhão de reais, para ser gasto em um ano. No entanto, a continuidade das ações com esse recurso foi se diluindo, sobretudo nas questões burocráticas do Estado. Pode-se dizer que havia muita dissonância entre o entendimento técnico e os encaminhamentos políticos do Programa.

Da mesma forma, as narrativas empreendidas pelos atores entrevistados permitem apontar algumas motivações para o abandono gradual da iniciativa, entre elas: o pouco retorno econômico diante das expectativas geradas. Muitas falas mostram a frustração com o ganho insuficiente, muito embora reconheçam o imediatismo dos que desistiram logo, já que seria preciso mais tempo para colher os frutos; e o descontentamento com a falta de incentivo maior por parte do Estado e com os que mais recebiam turistas.

Os motivos da desistência de grande parte das famílias de participar do PTS devem-se, também, a uma dificuldade comum aos moradores de áreas rurais brasileiras. Em geral, sem maior instrução formal, grande parte dos moradores se intimida diante de um grupo maior de pessoas, sobretudo quando estão presentes pessoas externas à comunidade.

Apesar da motivação inicial dos moradores e de alguns poucos bons resultados como, por exemplo, o aumento da autoestima, ainda que pontual e transitória, e o fato de o programa ter servido como impulso a alguns poucos moradores, que ainda hoje exercem atividades ligadas ao turismo, o PTS não se firmou como instância de promoção do desenvolvimento. Ademais, como uma proposta de ação coletiva, tampouco incentivou uma efetiva coesão da comunidade em prol da proposta.

Considerado aqui como uma expressão das ambiguidades e contradições que marcam as políticas públicas de turismo no Brasil e em Minas Gerais é importante reconhecer que, como proposta pública de ação coletiva, apesar dos promissores resultados do compromisso inicial proposto pela iniciativa governamental, a proposta de se desenvolver um turismo dito ‘alternativo’ na região estudada continua em debate. Embora algumas famílias tenham obtido algum ganho – material ou simbólico – advindo da política em questão, ainda que momentâneo, também é verdade que essa iniciativa deixou muito a desejar em relação ao que deveria ou poderia, efetivamente, ter sido. Daí que a necessidade de criar uma forte capacidade de ação local contra o peso das imposições vindas de fora, é ainda um grande obstáculo.

Nessa perspectiva, a Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com a SETUR/MG, e com aporte financeiro da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

(CODEMIG), elaborou o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais. Publicado em 2016, o Plano se apresenta em quatro volumes. No volume 1, intitulado “Diagnóstico do turismo em Minas Gerais”, são apresentados seus fundamentos teóricos, metodológicos, os aspectos relevantes do macroambiente turístico e a análise diagnóstica do turismo em Minas Gerais. O volume 2 trata dos “Objetivos, metas, estratégias e sistema de monitoramento e avaliação”, previstos para o Plano”. O volume 3 expõe as “Bases de dados e outras informações detalhadas”. Finalmente, no volume 4 se apresenta a “Síntese do Plano, estruturado em quatro seções” (FJP, 2016).

Entre as estratégias de desenvolvimento turístico contempladas no volume 2 do Plano, o turismo solidário está definido como prioridade 1, conforme o que se segue:

Desenvolver planejamento e ações para o desenvolvimento sustentável e inclusivo de segmentos turísticos carentes desse tipo de iniciativa, mas com maior potencial de impacto econômico e papel estratégico de interiorização e inclusão na região: 1) o turismo de negócios, compras e eventos; 2) histórico-cultural-artístico (incluindo artesanato) e religioso; 3) de natureza, aventura e afins; 4) esportes; 5) bem-estar; 6) rural; 7) gastronômico; 8) étnico; 9) solidário/de base comunitária; 10) cicloturismo; 11) pedagógico (FJP, 2016, p. 57).

Com relação especificamente ao turismo solidário/de base comunitária, o Plano ainda prevê:

Desenvolver novo programa ou linhas de ação para o turismo solidário/de base comunitária, juntamente com instituições potencialmente parceiras (Emater, Sebrae, Senac, Sesc, Senar, universidades, prefeituras, circuitos turísticos *etc.*) que contemple as seguintes ações, entre outras: identificação de áreas carentes de Minas Gerais que tenham condição de atratividade e investimento para esse segmento, no Vale do Jequitinhonha e outras regiões a serem identificadas; sensibilização e qualificação de comunidades identificadas para as oportunidades do segmento; diagnóstico da situação, planejamento e desenvolvimento conjunto de ações, incluindo qualificação e apoio à comercialização dos produtos turísticos resultantes (FJP, 2016, p. 63).

Ora, o fato de o turismo solidário despontar como uma das prioridades no Plano Estratégico evidencia a relevância da temática no âmbito do turismo em Minas Gerais. Apesar de algumas lacunas como, por exemplo, a dificuldade de promoção e comercialização, esse plano corrobora o que já foi dito nessa tese: mesmo sendo baixa a qualificação dos atores locais, é notória a capacidade e potencialidade do Estado de Minas Gerais para atuar nesse campo. Todavia, de acordo com as determinações do Plano expostas acima, nota-se a mesma concepção de turismo como ferramenta de promoção do desenvolvimento para comunidades carentes, concepção essa que pouca alusão faz à participação mais efetiva da comunidade e, até mesmo, à possibilidade do não investir em turismo.

Em suma, toda ação de desenvolvimento de um turismo que se diz ‘alternativo’, como o próprio turismo solidário, deve deixar claro o papel que as iniciativas dessa natureza possuem na estrutura econômica e social das comunidades. O espaço não deve, portanto, ser palco de ações deliberadas de grupos ou atores específicos em detrimento dos interesses da coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. Antropologia da Solidariedade. Revista Notandum, n. 14, CEMOrOCFeusp / IJI - Univ. do Porto, 2007. Disponível em: <<http://www.hottopos.com>>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.

ANTUNES, C. A história da análise de redes e a análise de redes em história. História. Revista da FLUP Porto, IV série, vol. 2, 2012. p. 11-22.

ARNDT, J. R. L. Entre a tradição e a modernidade: sustentabilidade do desenvolvimento pelo turismo em uma comunidade tradicional de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Administração) – FEAD/Centro de Gestão Empreendedora, Belo Horizonte, 2007.

BARBOSA, A.A.; BORTOLLUCI, M.A.P.C. Serro (MG): uma trajetória para a preservação urbana. Revista Oculum Ensaios, Campinas, vol. 3, n.3, 2005. p. 54-65.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A.F.A; CRUZ, R.C.A. Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BENI, M. C. Política e Planejamento de Turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.

BESSA, A.S.M. A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro. Ed. Record, 2000, vol.01. Introdução. p. 16-68.

BOURDIEU, P. The forms of social capital. In: RICHARDSON, John G. Handbook of theory and research for the sociology of education. New York: Greenwood Press, 1985. p.241-58.

BRAGA, S.S.; GONTIJO, B.M.; GONÇALVES, M.F.; MALTA, G.A.P.; BARBOSA, M.F.P. Tourism in the Biosphere Reserve of Serra do Espinhaço: opportunities and threats the Cultural and Natural Heritage. In: Henriques, C., Moreira, M. C., César, P. A. B. (Eds.). Tourism and History World Heritage – Case Studies of Ibero-American Space, Interdisciplinary Centre of Social Sciences – University of Minho (CICS.NOVA.UMinho), 2016. p. 547-566.

BRANT, C.S. e MOTA, G. Minas Colonial: Ouro Preto, São João Del Rey, Tiradentes, Sabará, Diamantina, Serro, Congonhas do Campo, Mariana, Colégio do Caraça: Ed. Efecee, 1999.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. e DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO R.; SANSOLO, D.G. e BURSZTYN, I. (org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BURT, R. Structural holes. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

BURT, R. The network structure of Social Capital. In: SUTTON, R. e STAW, Barry. Research in Organizational Behavior, Greenwich, v. 22, 2000.

BURT, R. Structural holes versus network closure as social capital. In LIN, N.; COOK, K. e BURT, R. Social Capital: Theory and Research. Sociology and Economics: Controversy and Integration series. New York: Aldine de Gruyter, 2001. p. 31-56.

CAÑADA, E. e GÁSCON, J. M. Turismo y desarrollo: herramientas para una mirada crítica. Ed. Enlace, 2007.

CAPANEGRA, C.A. La invención del desarrollo turístico, eje de una episteme de poder. In: Congreso Latinoamericano de Historia Económica, 4ta. Jornadas Uruguayas de Historia Económica, CLADHE I – JUHE; 8° Simposio: El turismo como instrumento de Desarrollo Económico y Social en Ibero América (siglos XIX-XXI), 2007.

CAPANEGRA, C.A. La Política Turística Argentina (1956-1976): de la agenda social a la agenda económica. In: VI Congresso Latinoamericano de Investigación Turística, Neuquén. 2015.

CARNEIRO, P.A.S. Do Sertão ao território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais/Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2013.

CARVALHO, J.M. Ouro, Terra e Ferro: vozes de Minas. In: Minas e os fundamentos do Brasil Moderno. GOMES, Ângela de Castro (org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 55-78.

CAVALCANTE, G.V. Ciências das redes: aspectos epistemológicos. (Doutorado em Ciência da Informação) – CID/FACE, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

COLEMAN, J.S. Foundations of social theory. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COLEMAN, J.S. Social Capital in the creation of Human Capital. American Journal of Sociology, 1988. p. 95-120.

COSTA, H.S.M. Meio ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. In: HISSA, C.E.V. (org.). Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 79-107.

COSTA, W.M. Análise das relações pessoais e da relação com o saber na escola pública: investigação na Escola Estadual Professora Judith Bezerra de Melo. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/PPGDEM/CCET, Natal, 2015.

CRUZ, R.C.A. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. Geosul, vol.20, n.40, jul/dez.2005, p.27-43.

CRUZ, R.C.A. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A.I.G; ARROYO, M. e SILVEIRA, M.L. América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. San Pablo, 2006. p.337-350.

CUNHA, A.M.; MONTE-MÓR, R.L. A tríade urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais. In: Anais IX Seminário sobre Economia Mineira: CEDEPLAR/UFMG, 2000. p. 305-326. DEGENNE, A. e FORSÉ, M. Introducing social networks. London: Sage, 1999.

DULCI, O.L. Política e economia em Minas Gerais: um balanço dos anos 90. In: Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG, CEDEPLAR, 2000. p. 639-650.

ENGLE, S. Structural holes and Simmelian ties: exploring Social Capital, task interdependence and individual effectiveness. (Phd Thesis), University of North Texas, 1999.

FAZITO, D. e SOARES, W. Capital Social, análise de redes e os mecanismos intermediários do sistema migratório Brasil/EUA. Revista Geografias. vol. 6, jan/jun. 2010. p. 27-41.

FERNANDES, A.S.A. O capital social e a análise institucional e de políticas públicas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol. 36, n. 3, maio/jun. 2002. p. 375-398.

FERREIRA, E.S. A produção familiar no centro-leste do município do Serro/MG: o artesanato do queijo. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais/Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 1998.

FIALHO, J.M.R. Análise de redes sociais: princípios, linguagem e estratégias de ação na gestão do conhecimento. Perspectiva em Gestão e Conhecimento, João Pessoa, vol. 4, Número Especial, out. 2014. p. 9-26.

FIALHO, J.M.R. Redes de cooperação interorganizacional: o caso das entidades formadoras do Alentejo Central. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Évora, Évora, 2008.

FIGUEIREDO, M.A.; SANTOS, L.; TRÓPIA, F.; CAMPOS, A.A. PROGRAMA TURISMO SOLIDÁRIO. Na bagagem, a cidadania, 2006. Disponível em: <<http://www.turismosolidario.com.br/publicacoes>>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

FREEMAN, E. Centrality in social network conceptual clarification. Social Networks, 1, 1979, p. 215-239.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. PDTIS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano estratégico para o desenvolvimento sustentável do turismo em Minas Gerais. 4 vol. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2016.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil: Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

FURTADO, J.F. O Livro da capa verde: a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1991.

FURTADO, J.F. O Livro da Capa Verde. O Regimento Diamantino no período da Real Extração: Ed. Annablume, São Paulo, 1996.

GASCÓN, J. El turismo em La cooperación internacional. De las brigadas internacionalistas al turismo solidario. Barcelona: Icaria editorial, 2009.

GONTIJO, B.M. Uma geografia para a cadeia do Espinhaço. Revista Megadiversidade. Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridade de conservação. Belo Horizonte/Minas Gerais. Volume 4, N° 1-2, dezembro, 2008. p.7-14.

GONZÁLEZ, P.R. Turismo Solidario: antecedentes a nível mundial. Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<https://www.boomerangviajes.com.ar/espanhol/docs.php>>. 2007.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. American Journal of Sociology, 1973. p. 1360-1380.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology, 1985. p. 481-510.

GRANOVETTER, M. The impact of Social Structure on Economic Outcomes. Journal of Economic Perspective, vol. 19, n° 1, 2005. p. 33-55.

GUZMÁN, T.J.L.; TORRE, G.M.V.; NAVARRO, A.M. Turismo Solidario: una perspectiva desde La Unión Europea. GestiónTurística, n.8, 2007.

HALL, M. A Typology of Governance and its Implications for Tourism Policy Analysis. In: Journal of Sustainable Tourism, vol. 19, n. 4-5, 2011.

HANNEMAN, R.A. e RDDLE. M. Introduction to social network methods. Riverside, CA: University of California, 2001.

IBGE. <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em julho de 2016.

IRVING, M.A. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO R.; SANSOLO, D.G. e BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LAZEGA, E. e HIGGINS, S.S. Redes Sociais e Estruturas Relacionais. Belo Horizonte: Ed. FinoTraço, 2014.

LEDTKE, U.H.; MANOCCHI, L. Complexities of tourism development – view points of development practitioner. In: P3T, Journal of public policies and territories: tourism, development and territory, n.03, oct/nov. 2012, p. 45-56. Disponível em: <<http://www.politicsandterritories.com>>. Acesso em: 16 de outubro de 2016

LIN, N. Social capital: a theory of social structure and action (structural analysis in the social sciences), Cambridge University Press, 2001.

LIN, N. Building a network theory of social capital. *Connections*, v. 22, n. 1, 1999. p. 28-51.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e território: sustentabilidade para que? In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (org.). *Redescobrimo a ecologia no turismo*. Caxias do Sul: Educs, 2002.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO R.; SAN SOLO, D.G. e BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARQUES, E.C. Redes Sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 21, n.60, 2006. p. 15-41.

MARQUES, E.; BICIR, R. e MOYA, E. Notas sobre el análisis de redes sociales en Brasil. *REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, vol. 25, n. 1, jun. 2014.

MARTELETO, R.M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, vol. 30, n. 1, jan./abr. 2001. p. 71-81.

MARTELETO, R.M.; SILVA, A.B.O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, vol. 33, n. 3, set./dez. 2004, p. 41-49.

MARTINS, M.L. A presença da fábrica no “Grande Empório do Norte”: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In: *Anais IX Seminário sobre Economia Mineira: CEDEPLAR/UFMG*, 2000. p. 281-304.

MATEOS, M. R. Realidad Actual y Perspectivas del Turismo Responsable y Solidario em el marco de la crisis turística mundial. *Seminário sobre Turismo Responsable em el marco de la crisis turística mundial*. Córdoba, nov. 2010.

MENESES, J.N.C. A Terra de quem lava e semeia: alimento e cotidiano na Minas Colonial. In: *As Minas Setecentistas*, vol. 1. RESENDE, M.E.L.; VILALTA, L.C. (org.). Belo Horizonte: Ed. Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 337-358.

MENESES, J.N.C. Produção de alimentos e atividade econômica na Comarca do Serro Frio: século XVIII. In: *Anais IX Seminário sobre Economia Mineira: CEDEPLAR/UFMG*, 2000. p. 123-146.

MORAES, A.C.R. As bases de formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.

MORAES, F.B. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: *As Minas Setecentistas*, vol. 1. RESENDE, M.E.L.; VILALTA, L.C. (org.). Belo Horizonte: Ed. Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 55-85.

MONASTERIO, L.M. Escolha racional e ação coletiva: problemas e soluções. Revista da Associação Mineira de Direito e Economia, vol. 3, 2010. p. 1-28.

MORENO, J. O novo capital social: a abundância de informação na era da sociedade em rede e os seus efeitos sobre a acumulação de capital social. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, ano 2014.

MOSS, M.C.B. A condição urbana do turismo: reflexões exploratórias sobre fenômeno urbano, seus desdobramentos e a formação de territórios turísticos na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: os núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais/Escola de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 2014.

NOHRIA, N. e ECCLES, R.G. Networks and organizations: structure, form and action. Boston, Harvard Business School Press, 1992.

OLSON, M. The logic of collective action. Cambridge: Harvard University, 1965.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). El marco de la responsabilidad del Estado em la gestión del turismo, OMT, Asamblea General, 1983.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Introdução ao Turismo, São Paulo: Rocca, 2001.

OURIQUES, H.R. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Campinas/SP. Ed. Alínea, 2005.

PEREIRA, V.L.F. O Vale vale o quanto pesa. In: Suplemento Literário. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Belo Horizonte, nov.2006.

PHILO, C. História, Geografia e o mistério ainda mais da Geografia histórica. In: GREGORY, D. et al. (orgs.). Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 51-74.

PINGEL, C. Turismo Solidario em el marco del Turismo Responsable: contextos, conceptos y aplicaciones. Monografía (Licenciatura en Turismo) – Universidad Nacional de Mar del Plata/Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Buenos Aires, 2007.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. Sociologia, problemas e práticas, n. 33, 2000. p. 133-158.

PRADO, E.F.S. A ortodoxia neoclássica. In: Estudos Avançados, vol. 15, nº 41, São Paulo, jan-abr. 2001.

PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo: Ed. Brasiliense, São Paulo, 2007.

PROGRAMA DE TURISMO SOLIDÁRIO. Disponível em: <<http://www.turismosolidario.com.br>>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

PROGRAMA TURISMO SOLIDÁRIO - EXPEDIÇÃO SORRISO SOLIDÁRIO. Disponível em: <<http://www.brasilsolidario.org.br/projetos.asp>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

PRATES, A.A.P.; CARVALHAES, F.A. de O.; SILVA, B.F.A. Capital Social e Redes Sociais: conceitos redundantes ou complementares. In: AGUIAR, N. Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 47-59.

PRELL, C. Social network analysis: history, theory and methodology. London, SAGE, 2012.

PUTNAM, R.D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, R.D. The prosperous community: social capital and public life. The American Prospect, Spring, 1993.

REIS, J. Uma epistemologia do território. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, 2005. p. 51-74.

REIS, M.C. Desenvolvimento local e espaços sociais ampliados. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ/Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2006.

RESENDE, M.E.L. Introdução. In: As Minas Setecentistas, vol. 1. RESENDE, M.E.L.; VILALTA, L.C. (org.). Belo Horizonte: Ed. Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

RESENDE, M.E.L. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: As Minas Setecentistas, vol. 1. RESENDE, M.E.L.; VILALTA, L.C. (org.). Belo Horizonte: Ed. Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 25-53.

RICHTER, L., Tourism Politics and Political Science: a case of not so Benign Neglect”, Annals of Tourism Research, n.10, 1983.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F.M.; SILVESTRE, L.H.; CALIXTO, J.S.; ASSIS, T.R. Agricultura Familiar, Cultura Local e Políticas Públicas: o caso dos lavradores do Alto Jequitinhonha. In: XI Seminário sobre a economia mineira. Diamantina. Anais, CEDEPLAR/UFMG, 2004.

RIBEIRO, G.L. Poder, Redes e Ideologias no campo do desenvolvimento. In: Novos Estudos, CEBRAP, vol.80, 2005. p.109-125.

ROCHA, J.J. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais/José Joaquim da Rocha; estudo crítico: Maria Efigênia Lage Resende; transcrição e colação de textos: Maria Efigênia Lage Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Ed. Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

RODRIGUEZ, O. O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

SALVADOR, F.V. História do Brasil: Ed. Senado Federal/Conselho Editorial, Brasília, 2010.

- SANTIAGO, L. Serro – Política, Geografia e Cultura. Belo Horizonte: Ed. Morada, 2006.
- SANTOS, J.F. (1828-1895). Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro do Frio: Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1976.
- SCHENKEL, E.; GARCÍA F. A. La política turística y la intervención del Estado. El caso de Argentina. Perfiles Latinoamericanos. Flacso México, 23(46), jul/dic, 2015, p. 197-221.
- SCOTT, N. Tourism Policy: A Strategic Review, Oxford, Goodfellow, 2011.
- SCOTT, J. Social network analysis. 2ª ed. Sage, 2000.
- SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio>>. Acesso em 04 de abril de 2018.
- SILVA, D. Memórias sobre o Serro Antigo: Ed. Typ. Serrana, Serro, 1928.
- SILVA, G.M. Solidariedade (ainda) é um conceito central na sociologia (das organizações)? Mudanças conceituais e a questão do desenvolvimento. XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2011.
- SILVA, A.C.Q. e NASCIMENTO, L.M.B. Princípio da Solidariedade: leitura estruturante de direito fundamental. XXVI Congresso Nacional do CONPEDI, São Luís/MA, 2017. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=cbef46321026d840>>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.
- SILVA, C.A.; FIALHO, J. e SARAGOÇA, J. Análise de redes sociais e Sociologia da acção: pressuposto teórico-metodológicos. Revista Angolana de Sociologia (online), 11, 2013. p. 91-106.
- SIMMEL, G. The Sociology of Georg Simmel. New York and Glencoe, Free Press, 1950.
- SIMMEL, G. Conflict and the web of group affiliations. New York and Glencoe, Free Press, 1955.
- SOARES, W. Indicadores sociais, cartografia e análise de redes sociais: elementos para um diálogo possível entre dois campos de representação do real. Revista Geografias, Belo Horizonte, jul./dez. 2006, p. 7-17.
- SOARES, W. Confiança, redes sociais, inovação e desenvolvimento local. Belo Horizonte: PROEX – Pró-Reitoria de Extensão, 2009.
- SOARES, W. As fronteiras epistemológicas entre geografia e história e a travessia conciliadora na geo-história da expansão marítima portuguesa. Revista Geografia, Rio Claro, v. 38, n.1, jan./abr. 2013, p. 37-53.
- SOUZA, J.V.A. Introdução. In: SOUZA, J.V.A.; HENRIQUES, M.S. (orgs.) Vale do Jequitinhonha: formação histórica, população e movimentos. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão, Polo do Jequitinhonha/UFMG, 2010. p. 11-23.

SOUZA, M.E. Aconteceu no Serro: Ed. BDMG Cultural, Belo Horizonte, 1999.

STEINER, P. A sociologia econômica. São Paulo: Atlas, 2006.

STRAFORINI, R. Alteridade Territorial: uma leitura geo-histórica do território colonial brasileiro. In: Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 2009.

TRIGO, L.G.G. (org.) Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Rocca, 2005.

UN Documents. Our Common Future, chapter 2: Towards Sustainable Development, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-02.htm>>. Acesso em: 26 de novembro de 2017.

UNESCO, Programa Homem e Biosfera. <http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp>. Acesso em fevereiro de 2018.

VARANDA, M.P.; FONTES, B.; REGO, R.; EICHNER, K. A comunidade científica de analistas lusófonos de redes sociais: qual o potencial para a ação coletiva? Estudos de Sociologia. Recife, vol. 2, n. 21, 2015.

VARANDA, M.P. Ação coletiva entre pequenos empresários: uma análise de redes sociais. Análise Sociológica. Vol. XLII (182), 2007, p. 207-230.

VELÁZQUEZ, A.A.O e AGUILAR, N.G. Manual introductorio al análisis de redes sociales. Universidad Autónoma del Estado de México y Universidad Autónoma Chapingo, 2005.

WALTER, M.I.M.T.; RANINCHESK, S.; MARINHO, D.N. e CASTRO, H.C.O. Capital Social e políticas sociais no Brasil: diferenças regionais em populações beneficiárias de programas sociais. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, UNICAMP, São Paulo, 2003.

WASSERMAN, S. e FAUST, K. Social network analysis: methods and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WELLMAN, B. The network community. In: WELLMAN, B. (ed.) Networks in the global village. Disponível em: <http://groups.chass.utoronto.ca/netlab/>, 1999.

WHESTPHAL, V.H. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. Revista Kátal, Florianópolis, v.11, n.1, p. 43-52, jan./jun. 2008.

UNWTO (World Tourism Organization). Annual Report - UNWTO, Madrid, 2014.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGC
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TURISMO SOLIDÁRIO, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DO SERRO / MINAS GERAIS

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO <table border="1"><tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>				NOME DO ENTREVISTADOR: _____

APRESENTAÇÃO: Bom dia/ Boa tarde/ Boa noite. Meu nome é **Maria Flávia Pires Barbosa**, sou aluna de doutorado em Geografia da **Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG** e, no momento, estamos fazendo uma pesquisa com a população do Serro; pesquisa essa que é orientada pelo professor Weber Soares do Instituto de Geociências – IGC/UFMG.

Esta é uma pesquisa de natureza acadêmica que tem como objetivo principal a obtenção de informações sobre o Programa Turismo Solidário no Serro/MG.

Finalmente, declaro que as informações prestadas pelo Sr(a). serão utilizadas apenas com finalidade científica e acadêmica, não terão nenhuma destinação comercial ou fiscal e não será feita nenhuma menção ao seu nome ou endereço.

O(a) Sr.(a) poderia colaborar conosco por meio de repostas a algumas questões que eu vou formular?

LOCAL _____
DATA DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: ____/____/____
HORÁRIO DE INÍCIO: _____:_____
HORÁRIO DE TÉRMINO: _____:_____

BLOCO SOCIODEMOGRÁFICO

- 1) Nome completo ou apelido: _____
- 2) Sexo: () Masculino () Feminino
- 3) Data de nascimento (idade): _____
- 4) Qual é seu grau de escolaridade?
- () Ensino Fundamental (incompleto)
 - () Ensino Fundamental (completo)
 - () Ensino Médio (incompleto)
 - () Ensino Médio (completo)
 - () Ensino Superior (incompleto)
 - () Ensino Superior (completo)
 - () Pós-graduação
- 5) Qual é sua religião?
- () Católica
 - () Judaica
 - () Islâmica
 - () Afro-brasileira (Candomblé/Umbanda)
 - () Espírita
 - () Budista
 - () Protestante (Luteranos, Anglicanos, Calvinistas, Presbiterianos, Anabatistas, Batistas, Metodistas)
 - () Pentecostal, deuteropentecostal ou neopentecostal (Congregação Cristã no Brasil, Missão Evangélica Pentecostal do Brasil, Igreja de Cristo no Brasil, Igreja de Deus no Brasil, Assembleias de Deus no Brasil, Maranata, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo, Comunidade da Graça, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus etc.)
- Outra: _____
- 6) Qual era a sua ocupação antes da implantação do Programa Turismo Solidário?
- _____
- _____
- 7) Anterior à implantação do Programa Turismo Solidário, qual era sua renda média?
- () Até 1 salário mínimo
 - () Mais de 1 até 2 salários mínimos
 - () Mais de 2 até 5 salários mínimos
 - () Mais de 5 até 10 salários mínimos
 - () Mais de 10 salários mínimos
 - () Outra: _____
- 8) Qual era a renda média da sua família durante o período de funcionamento do Programa?
- () Até 1 salário mínimo
 - () Mais de 1 até 2 salários mínimos
 - () Mais de 2 até 5 salários mínimos
 - () Mais de 5 até 10 salários mínimos
 - () Mais de 10 salários mínimos
 - () Outra: _____

9) Sua renda era satisfatória para suas necessidades?

10) Qual é a sua ocupação atual?

11) Qual é a sua renda média atual?

- Até 1 salário mínimo
 Mais de 1 até 2 salários mínimos
 Mais de 2 até 5 salários mínimos
 Mais de 5 até 10 salários mínimos
 Mais de 10 salários mínimos

Outra: _____

12) Qual é a renda da sua família atualmente?

- Até 1 salário mínimo
 Mais de 1 até 2 salários mínimos
 Mais de 2 até 5 salários mínimos
 Mais de 5 até 10 salários mínimos
 Mais de 10 salários mínimos

Outra: _____

13) Sua ocupação atual guarda alguma relação com a atividade turística? E com a implantação do Programa Turismo Solidário?

Sim

Não

(Se a resposta for “sim” responda ao complemento desta questão que se segue)

Explique essa relação:

14) Durante o período de funcionamento do Programa, você participa de algum grupo, associação, rede?

Sim. Qual é o mais importante deles?

Não

(Espaço para o registro do nome da associação)

(Se a resposta for “não” responda ao complemento desta questão que se segue)

Por quê?

15) Atualmente, você participa de algum grupo ou associação?

Sim. Qual é o mais importante deles?

Não

(Espaço para o registro do nome da associação)

(Se a resposta for “não”, responda ao complemento desta questão que se segue)

Por quê?

16) Quais são os benefícios de se fazer parte desse grupo?

17) Esse grupo trabalha ou interage com outros dentro e fora da localidade? Quais?

18) As pessoas mais importantes que aconselham ou orientam o grupo:

() Pertencem ao grupo

() São de fora

19) Quem fundou o grupo?

20) Quando esse grupo foi fundado?

21) Como o Programa Turismo Solidário chegou ao povoado? Quem o apresentou?

22) Como os moradores, de modo geral, receberam a proposta?

23) Qual foi sua principal motivação para aderir ao Programa?

24) Qual atividade você desenvolve/desenvolveu no âmbito desse Programa?

25) Você trabalhou com outros moradores da localidade durante o tempo de funcionamento do Programa?

() Sim

() Não

26) Qual era, em média, sua renda gerada pelas atividades ligadas ao PTS?

27) Você fez algum investimento financeiro para participar do Programa?

() Sim (*Se a resposta for sim, qual foi esse investimento?*)

() Não

28) As pessoas que optaram por não aderir ao Programa foram criticadas ou punidas?

- () Sim
() Não

29) As pessoas que optaram por aderir ao Programa foram criticadas ou punidas?

- () Sim
() Não

30) O(a) Sr.(a) acredita que o PROGRAMA trouxe benefícios econômicos para você e sua família?

- () Sim (*Se a resposta for sim, quais foram esses benefícios?*)
() Não (*Se a resposta for não, por quê ele não trouxe benefícios para você e sua família?*)
-
-

31) O(a) Sr.(a) acredita que o PROGRAMA trouxe benefícios econômicos para sua localidade?

- () Sim (*Se a resposta for sim, quais foram esses benefícios?*)
() Não (*se a resposta for não, por quê ele não trouxe benefícios para você e sua família?*)
-
-

32) O(a) Sr.(a) acredita que o PROGRAMA trouxe prejuízos econômicos para sua localidade?

- () Sim (*Se a resposta for sim, quais foram esses benefícios?*)
() Não (*se a resposta for não, por quê ele não trouxe benefícios para você e sua família?*)
-
-

BLOCO RELACIONAL

33) Liste até cinco (5) pessoas com as quais você conversava, aconselhava-se, dialogava sobre o Programa Turismo Solidário:

Identifique o grau de proximidade que você tinha com essas pessoas

1. Distante
2. Pouco próximo
3. Próximo
4. Muito próximo

Identifique o tipo de relação (*Ex: vizinho, líder comunitário, parente etc.*)

Nº	NOME	GRAU DE PROXIMIDADE	TIPO DE RELAÇÃO	OCUPAÇÃO	LOCAL DE RESIDÊNCIA
01					
02					
03					
04					
05					

34) Na sua opinião qual é o grau de proximidade que n tem com n'? (*Lançar mão da matriz*)

- 0 – Sem relação
1 – Distante
2 – Pouco próximo
3 – Próximo
4 – Muito próximo